

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - FAFICH
Programa de Pós-Graduação em História

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

**HISTÓRIA SOCIAL DO COMÉRCIO NA SENEGÂMBIA: Espaço e
Agência Local (1580-1700).**

Belo Horizonte
2023

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

**HISTÓRIA SOCIAL DO COMÉRCIO NA SENEGÂMBIA: Espaço e
Agência Local (1580-1700).**

Tese apresentado para obtenção do grau de Doutor em História no Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em História.

Area de Concentração: História Social da Cultura

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanicléia Silva Santos

Belo Horizonte
2023

960	Malacco, Felipe Silveira de Oliveira.
M236h	História social do comércio na Senegâmbia [manuscrito] :
2023	espaço e agência local (1580-1700) / Felipe Silveira de Oliveira Malacco. - 2023.
	286 f.
	Orientadora: Vanicléia Silva Santos.
	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1.História – Teses. 2. Senegâmbia - Teses. 3.Comércio - Teses. I. Santos, Vanicléia Silva . II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"História Social do Comércio na Senegâmbia: Espaço e Agência Local (1580-1700)"

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Profa. Dra. Vanicleia Silva Santos - Orientadora
UFMG

Profa. Dra. Mariana Pinho Candido
Emory University

Prof. Dr. José Augusto Nunes da Silva Horta
Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Toby Green
King's College London

Profa. Dra. Lucilene Reginaldo
UNICAMP

Prof. Dr. Thiago Henrique Mota Silva
UFV

Belo Horizonte, 15 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Henrique Mota Silva, Usuário Externo**, em 15/03/2023, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanicleia Silva Santos, Usuária Externa**, em 15/03/2023, às 18:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucilene Reginaldo, Usuário Externo**, em 19/03/2023, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Augusto Nunes da Silva Horta, Usuário Externo**, em 21/03/2023, às 14:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Pinho Candido, Usuário Externo**, em 04/04/2023, às 07:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Luis Pereira Miatello, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 08/04/2023, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2137628** e o código CRC **71B47B61**.

O Colono faz história e sabe que a faz. E porque se refere constantemente à história de sua metrópole, indica de modo claro que ele é aqui o prolongamento dessa metrópole. A história que escrever não é, portanto, a história da região por ele saqueada, mas a história de sua nação no território explorado, violado e esfaimado. A imobilidade a que está condenado o colonizado só pode ter fim se o colonizado se dispuser a pôr termo à história da colonização, a história da pilhagem, para criar a história da nação, a história da descolonização.
(FANON, Frantz. 1968).

Se você está em cima do muro, geralmente você está do lado do dono do muro.
(Bruna Luísa de Paula, 2020).

Agradecimentos

Agradecer em um trabalho que demanda tanto tempo, conhecer inúmeras pessoas e fazer contatos acadêmicos, que se desdobram em relações pessoais, é um exercício difícil. Início aqui me desculpando com aqueles que não foram citados. A contribuição de vocês também foi fundamental para a construção desta tese.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), pelo fornecimento da bolsa de estudos que tive durante grande parte do período do doutorado. Esta, como todas as agências de fomento à ciência brasileira, está em uma situação extremamente difícil, devido a subseqüentes cortes realizados pelo governo federal em ciência pública, gratuita e de qualidade social. Por isso, precisamos, em todas as oportunidades, exaltar e dar protagonismo às agências de fomento brasileiras.

Agradeço minha orientadora Vanicléia Silva Santos. Seu exemplo foi fundamental para a realização desta pesquisa e seu auxílio foi ímpar para o acesso às fontes e obras que serviram de base para este trabalho. Agradeço pelo diálogo, entusiasmo e leitura atenta do resultado desta obra. Por todo o esforço por ela dispendido, espero que este trabalho esteja a contento de suas expectativas. À Vanicléia também agradeço o acesso às fontes portuguesas, inglesas e flamengas em disciplinas feitas na graduação e pós-graduação e pós-graduação ministradas por ela. No mesmo sentido, agradeço ao professor José da Silva Horta, que nos possibilitou o acesso às fontes inquisitoriais que tratam sobre agentes senegambianos, bem como ao professor Thiago Henrique Mota, que nos auxiliou ao trazer do Gâmbia uma série de transcrições de tradições orais senegambianas, que estão presentes no National Digital Archive of the Gambia, e compartilhar conosco.

Aos docentes que estiveram em minha banca de qualificação, Thiago Henrique Mota, José da Silva Horta e Toby Green, agradeço pelos apontamentos acadêmicos. Espero que sintam suas contribuições presentes na escrita deste trabalho. Agradeço também às professoras Mariana Cândido e Lucilene Reginaldo por aceitarem estar na banca de defesa desta tese e espero que o trabalho esteja à altura de suas expectativas.

Agradeço aos meus colegas do Grupo de Estudos de África Pré-Colonial, coordenados pela professora Vanicléia: Aline, Fabrício, Flávia, Guilherme, Hugo, Jacqueline, Kelly, Letícia, Lucas e Tamires, muito obrigado. Agradeço também, na figura de seus coordenadores, Alexandre Marcussi e Luiz Arnaut, todas as proveitosas discussões realizadas no Grupo de Estudos Africanos e Pós-Coloniais e no Grupo de Estudos História e Linguagem.

Não considero o ofício do historiador como uma atividade solitária. As contribuições de nossos colegas são fundamentais. Por isso, agradeço a todas as amigas e amigos de convivência profissional e pessoal em nossa “salinha da pós”, nos Encontros de Pesquisa em História e na Revista Temporalidades. Ana Ianeles, Ana Murta, Andrezza Velloso, Átila Guerra, Bruno Morais, David Barbuda, Fabiana Leo, Felipe Souza, Gislaine Gonçalves, Isabela Dornelas, Isabela Rosa, Ivan Sicca Gonçalves, Lídia Generoso, Mateus Rezende, Natália Ribeiro, Pedro Resende, Petrus Albino, Rodrigo Paulinelli, Rute Torres, vocês em muito ajudaram este período ser mais leve.

Agradeço aos meus camaradas vermelhos da Luta Pelo Socialismo e meus camaradas azuis da Resistência Azul Popular. Ter espaços de organização política, em meio à programada destruição da educação pública, gratuita e de qualidade brasileira e de qualquer perspectiva de igualdade social no país, foi de grande motivação e alívio em meio ao caos que foram os anos entre 2018 e 2022, que coincide com quase a totalidade do meu mestrado.

Aos meus queridos amigos e amigas que me acompanham desde a graduação, Alexandre Tasca, Marina Helena, Paulo Andrade, Pedro Salles, Thiago Prates, agradeço a amizade, as contribuições à pesquisa, aos momentos de desabafo e de alegria. Vocês, que estão comigo há mais de uma década, são diretamente responsáveis por todo o processo que me trouxe até aqui.

À minha família, Marcos Antônio, Venússia, Pedro, Marcos e Júlia, agradeço o amor incondicional. Me desculpo pelos longos períodos de ausência e quero que saibam que todo o suporte que me deram ao longo destes últimos anos foi essencial para completar este trabalho.

Finalmente, agradeço à minha amada Bruna Luísa de Paula. Não consigo mensurar em palavras o que foi seu apoio, sua acolhida, seu companheirismo, sua amizade e seu amor ao longo deste processo. Se estou conseguindo, dentre o turbilhão de emoções, problemas e soluções que foram os últimos anos, concluir esta tese de doutorado, muito se deve à sua presença em minha vida. Obrigado e espero que resultado deste trabalho te orgulhe e nos auxilie a construir a nossa vida.

RESUMO

Esta tese tem por objetivo, a partir da perspectiva da História Social do Comércio, procurar uma definição para o espaço da Senegâmbia entre 1580 e 1700. Para isso, analisaremos o fazer comercial de agentes senegambianos, saarianos e atlânticos, que construíam as redes mercantis internas e de longa distância que se conectavam à Senegâmbia. Analisaremos as mercadorias de circulação no mercado interno senegambiano, buscando compreender como maneira o comércio afetava e era afetado pelas relações econômicas, políticas, sociais e culturais do contexto da região no início da Era Moderna. Buscou-se a percepção de como a preponderância das unidades políticas senegambianas em relação aos agentes estrangeiros foi elemento constitutivo das trocas realizadas no comércio de longa distância, bem como a necessidade de adequação destes agentes estrangeiros às normativas sociais e às demandas mercadológicas dos agentes senegambianos. A conclusão é que a Senegâmbia era uma região de “conveniência e convivência” e “complementaridade e transição”, por motivos internos, e não a partir da demanda saariana ou atlântica. Nesta pesquisa, o comércio foi o “cimento” que conecta todo este espaço.

Palavras-Chave: Senegâmbia; comércio; agência; espaço.

ABSTRACT

This thesis aims, from the Social History of Commerce perspective, to seek a definition for the space of Senegambia between 1580 and 1700. For this, we will analyze the commercial activity of Senegambian, Saharan and Atlantic agents, who built the internal mercantile networks and long-distance routes connected to Senegambia. We analyze the goods that circulated in the Senegambian domestic market, seeking to comprehend how the trade affected and was affected by economic, political, social and cultural relations of the region's context at the beginning of the Modern Age. We sought to understand how the preponderance of Senegambian political units over foreign agents was a constitutive element of the exchanges carried out in long-distance trade, as well as the need for adaptation of these foreign agents to social regulations and to market demands by Senegambian agents. The conclusion is that Senegambia was a region of "convenience and coexistence" and "complementarity and transition" for internal reasons and not based on Saharan or Atlantic demand. In this research, commerce was the "cement" that connected all this space.

Keywords: Senegambia; commerce; agency; space.

INDICE DE FIGURAS, MAPAS E TABELAS

Figura 1: “Atlas Catalão” feito por Abraão Cresques, 1375	25
Figura 2: Cultivo de arroz ao longo de um gradiente de paisagem: Gâmbia central	107
Mapa 1: Greater Senegambia / Guiné do Cabo Verde in Western Africa	14
Mapa 2: Trans-Saharan trade in the longue durée until the 1700s	123
Mapa 3: The Mali Empire	232
Tabela 1: Número de escravizados exportados dos portos da Senegâmbia entre 1580 e 1700	156
Tabela 2: Compra de escravizados nos portos da Senegâmbia por cada nação europeia entre 1580 e 1700	157
Tabela 3: Grandes regiões de desembarque de escravizados comercializados na Senegâmbia por 1580 e 1700	160

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I: A Construção da Senegâmbia	39
1.1 Agentes Comerciais	41
1.2 Ordenamento político, social e comercial senegambiano	63
1.3 Criação e fortalecimento dos enclaves comerciais atlânticos	78
Capítulo II: Senegâmbia e a África	99
2.1 Comércio Regional	101
2.2 Comércio de Longa Distância – O Saara	113
Capítulo III: O Destino Atlântico: Mercadorias de Exportação	133
3.1 Couro	136
3.2 Marfim	143
3.3 Pessoas Escravizadas	151
3.4 Outras Mercadorias	161
Capítulo IV: O A Senegâmbia como destino: Mercadorias de Importação	167
4.1 Ferro	171
4.2 Cavalos, Armas e Pólvora	183
4.3 Algodão e Pano	193
4.4 Contas e Outras mercadorias	204
Capítulo V: Interior, Saara e Costa: As Rotas Comerciais Senegambianas	214
5.1 Sal	217
5.2 Ouro	231
5.3 Goma Arábica	246
5.4 Noz de cola	254
Conclusão	266
Referências	271

Nota Introdutória

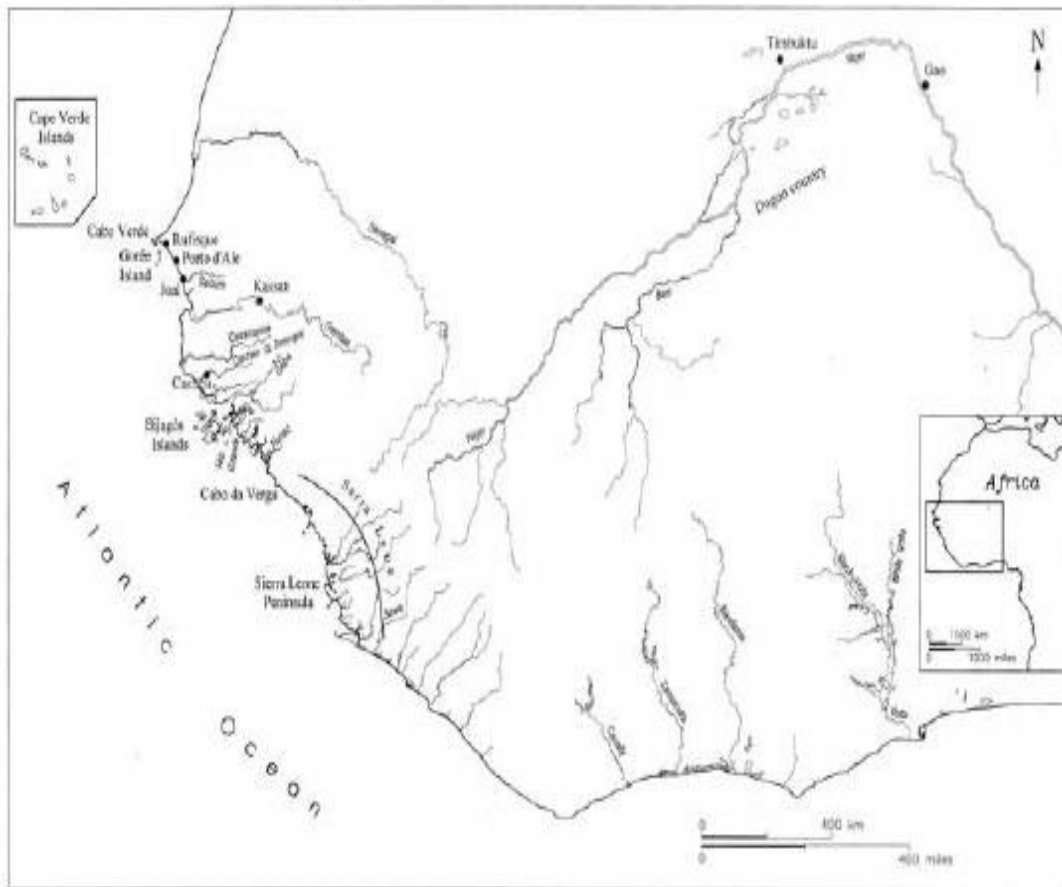
Optou-se pelo “aportuguesamento” dos etnônimos que serão analisadas ao longo desta tese. Etnônimos e nomes de portos e localidades foram mantidos da forma eram escritos nas fontes portuguesas entre 1580 e 1700. As exceções serão quando forem citações diretas das fontes produzidas por agentes europeus não-portugueses. Neste caso, será mantido em língua original. A intenção é garantir a maior fluidez do texto e evitar possíveis confusões pela escrita de grafias diferentes.

Além disso, foram aplicadas as regras de concordância da língua portuguesa em relação aos etnônimos. Dessa forma concordam com o plural e são grafados com letra minúscula, como manda a norma padrão da língua portuguesa. Explica-se isso porque, como poderá ser observado nas notas de rodapé com a escrita original, quando houver citações de língua inglesa, essas regras são exatamente opostas.

Importante também salientar as fontes produzidas por agentes de outras nacionalidades europeias que não portuguesas, não foram atualizados à grafia e regras gramaticais atuais e, portanto, permaneceu da mesma forma que àquela escrita nos séculos XVI e XVII. Os excertos originais das fontes foram mantidos em nota de rodapé para a conferência do leitor. Por fim, também relativo às fontes, é importante ressaltar que ao citá-las, optou-se por manter nos parênteses a data em que a fonte foi escrita. O intuito é facilitar ao leitor a temporalidade da citação em questão.

Mapa 1 – Greater Senegambia / Guiné do Cabo Verde in Western Africa

Greater Senegambia/ Guiné do Cabo Verde in Western Africa



Mapa 1. "A Grande Senegâmbia/Guiné do Cabo Verde no Noroeste Africano". In: MARK, Peter e HORTA, J. da Silva. *The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and the Making of the Atlantic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. Mapa de Peter Mark e de José da Silva Horta.

Introdução

“Aqui [em Baracunda] é que vem hoje as cáfilas, a mais grandiosa é a de uma casta de negros que chamam Jagancazes, em a qual vem mais de três mil pessoas, e mais de mil bestas, o principal que se vem buscar é sal, e o que eles levam compram-no na mão dos negros, e vem-no buscar a uma ilhas que chamam de Feilám, que estão na boca da barra do rio de Gâmbia, e todo o compram a troco de roupa; aos brancos dos navios vendem marfim, negros, ouro, e também muita roupa a troco, o principal, papel, conta, avelório, e outras fazendas como cristal, pano vermelho, e terçados e fio de lã vermelho, e amarelo (COELHO, 1669, p. 23)”

Esta tese tem a intenção de fazer uma análise de História Social do Comércio sobre a Senegâmbia entre 1580 e 1700, de maneira a compreender a conformação de um espaço senegambiano. Isto porque argumenta-se que as rotas internas de comércio na Senegâmbia e suas ligações com rotas de comércio de longa distância davam um sentido de unidade espacial à região e era um fator eminentemente interno¹, movido pelos agentes comerciais que viviam e construíam a Senegâmbia. Para isso, analisaremos os seguintes aspectos: o fazer comercial dos agentes² senegambianos, saarianos e atlânticos que se conectaram à Senegâmbia; as influências dialéticas deste comércio em outras instâncias destas sociedades; o contexto político e cultural em que ocorria o comércio; e os principais produtos de circulação no mercado interno e externo senegambiano.

Assim sendo, antes de entrar na discussão sobre Senegâmbia em si, é necessário estipular o que entendemos por história social e o que seria isto que estou chamando de História Social do Comércio. No texto “Da História Social à História da Sociedade”, o historiador Eric Hobsbawn (1983, p. 30) afirma que a história social teria ligações diretas com as estruturas que conformam a vida em sociedade, bem como seus mecanismos de continuidade e de mudança e os padrões de transformação, de maneira a chegar ao entendimento dos fatos ocorridos. Afirma ainda que “hoje é impossível realizar muitas das atividades do cientista social sem lidar com a estrutura social e suas mudanças, ou seja, a história das sociedades” (HOBSBAWN, 1983, p. 25). Analisando a obra de Karl Marx, Hobsbawn afirma que:

É claro que Marx sabia que, para que os modelos econômicos servissem à análise histórica, eles não poderiam ser separados da realidade social e institucional ou das organizações de parentesco, pois ele não possuía as

¹ Conforme será discutido ao longo de todo este trabalho, existem outras formas de definir esta região, como divisões pelo Islã, por determinismos climáticos, formas de organização política e ligações com outras regiões do globo. Acredito que a definição pelas rotas comerciais internas à Senegâmbia, bem como pela agência daqueles que davam sentido e articulavam todo este espaço.

² Aprofundaremos a discussão sobre o conceito de agência e a utilização de “agentes” no primeiro tópico do capítulo um.

estruturas e pressupostos específicos de certas formações socioeconômicas ou culturais (HOBSBAWN, 1983, p. 30)³.

Hobsbawn não entende, portanto, uma sobreposição dos critérios econômicos sobre o conjunto da realidade social. Afirma, contudo, que a economia seria de grande valor aos historiadores das sociedades, pois a economia não pode deixar de gerir o que para a história é um elemento essencialmente dinâmico, que é o "processo" ou "progresso", se falarmos globalmente e em termos de longa duração da produção social (HOBSBAWN, 1983, p. 29-30). Hobsbawn assume que os movimentos econômicos podem ser vistos como espinha dorsal de uma análise, entendendo como elemento impulsionador de um processo de mudança e transformação histórica, que poderia ser sentido em outros aspectos da vida humana em sociedade, como a política e a cultura (HOBSBAWN, 1983, p. 33).

Esta perspectiva é corroborada por Hebe Castro, que afirma que

Antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. Frente à crescente tendência à fragmentação das abordagens historiográficas, esta acepção da expressão é mantida por muitos historiadores como horizonte da disciplina (CASTRO, 1997, p. 78).

Ou seja, dentro do que estou aqui compreendendo por história social, está o entendimento que os elementos da vida em sociedade – economia, política, cultura – não são elementos dissociáveis e fariam parte da complexidade da vida em sociedade. Toda sociedade está em processo e cabe ao historiador social buscar o entendimento da causalidade entre os fenômenos ocorridos (CASANOVA, 2003, p. 76). De maneira direta, Juliana Grigoli (2013, p. 113) argumentou que a história social é “fruto das negociações, dos acordos e dos conflitos humanos, (...) a síntese das movimentações humanas”. Assim, o econômico não se sobrepõe ao político, o político ao cultural ou o cultural ao econômico. O que existe é um caráter dinâmico e de interrelações entre estas instâncias, “sem precisar recorrer a conceitos rígidos e fechados como “base” e “superestrutura”, segundo a tradição marxista mais ortodoxa” (GRIGOLI, 2013, p. 117-118).

³ Tradução nossa: “Claro está que Marx sabia que para que los modelos económicos sirvieran al análisis histórico no podían estar separados de la realidad social e institucional o de las organizaciones de parentesco, por no possuir de las estructuras y de las suposiciones específicas a ciertas formaciones socio-económicas o culturales”.

Retomando as concepções de Hobsbawn sobre este “domínio da história”: “um dos principais focos de atenção na história das sociedades modernas é o crescimento de sua escala, de sua homogeneidade interna, ou pelo menos da centralização e aglutinação das relações sociais; isto é, a mudança de uma estrutura essencialmente pluralista para uma estrutura essencialmente unitária” (HOBSBAWN, 1983, p. 32)⁴. Ao propor aqui fazer uma História Social do Comércio para entender a Senegâmbia, o que quero é procurar entender as mais diversas instâncias da sociedade senegambiana, tendo o comércio como fio condutor da análise para o período proposto, 1580-1700.

Ou seja, a partir das trocas mercantis realizadas na Senegâmbia, relativas ao comércio interno, entre agentes que habitavam a macrorregião, ou o comércio de longa distância, analisando a ligação entre agentes locais, atlânticos e saarianos, procurarei elucidar os aspectos políticos, sociais e culturais que configuravam o espaço senegambiano. Não é um trabalho que se propõe a analisar as relações econômicas, de uma maneira mais rígida e metódica, como fazem importantes trabalhos do campo da História Econômica *per se*. De maneira direta, procurarei entender como a estrutura social da Senegâmbia, entre 1580 e 1700, foi afetada e afetou o comércio local e de longa distância que foi realizado neste período. E, para isso, o enfoque nos grupos dos agentes senegambianos que mapeei será de extrema relevância.

A intenção de se fazer uma história social do comércio é para se compreender o espaço⁵ senegambiano entre 1580 e 1700. Por espaço, compartilho da definição de Milton Santos, que afirma que “o espaço reproduz a totalidade social, na medida em que essas transformações são determinadas por necessidade sociais, económicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos” (SANTOS, 1977, p. 91). O espaço seria, por definição, o palco onde se desenrola a complexidade de fatores econômicos, políticos e culturais que procuramos entender aqui a partir do fio condutor do comércio. Afinal, “o espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1977, p. 81). Em outro texto, o geógrafo brasileiro argumenta que:

⁴ Tradução nossa: “Uno de los principales focos de atención de la historia de las sociedades modernas es el crecimiento de su escala, de su homogeneidad interna, o por lo menos de la centralización y aglutinación de las relaciones sociales; o sea el cambio de una estructura esencialmente pluralista, a otra esencialmente unitaria”.

⁵ Importante ressaltar aqui que o que procurei definir foi o conceito de espaço, no sentido mais estrito da palavra, ou seja, espaço físico, em sentido semelhante ao espaço geográfico. Não é, portanto, apropriações coletivas e/ou individuais da terra, como no caso da propriedade privada e uso privado da mesma. Para discussões neste sentido, ver SARR, 2019; CANDIDO, 2022.

O espaço, como outras instâncias sociais, tende a reproduzir-se, uma reprodução ampliada, que acentua os seus traços já dominantes. A estrutura espacial, isto é, o espaço organizado pelo homem é, como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante. E como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de uma certa autonomia que se manifesta por meio de leis próprias, específicas de sua própria evolução (SANTOS, 2002, p. 181).

Compreendemos a Senegâmbia como um espaço que é conformado por seu todo social e que, dentro desta perspectiva, possui suas próprias normas, instâncias e se dispõe enquanto espaço em específico. Conforme argumentou Rodrigo Paulinelli, a dimensão social do espaço advém das relações dos determinados grupos de pessoas que ali vivem nas especificidades que interagem com este espaço. E esta dinâmica “acontece devido às interações religiosas, econômicas, sociais e espaciais, fazendo com que a análise da produção do espaço permite identificar não só a visão de mundo do grupo que o preenche, mas também das relações de poder que aí se desenrolam” (PAULINELLI, 2020, p. 25-26).

Paulinelli, ainda, argumenta que a formação do espaço também advém da dialética “das necessidades externas (as relações que eles estabelecem com os demais vizinhos, os produtos que irão comprar), e das internas (organização política, a econômica e a social)” (PAULINELLI, 2020, p. 35). Como dito, minha intenção com esta tese, fazendo a história social do comércio na Senegâmbia, é analisar a construção do espaço senegambiano entre 1580 e 1700. E, para isso, lancei mão tanto da análise do comércio interno ao próprio espaço, quanto das duas vias de comércio de longa distância, Saara e Oceano Atlântico.

A Senegâmbia entre 1580 e 1700

Embora a grafia possa remeter aos limites territoriais dos atuais países Senegal e Gâmbia, no período aqui analisado, Senegâmbia se refere a um diferente espaço. Na definição de Boubacar Barry, a Senegâmbia seria uma região marcada pela existência de diferentes domínios morfoclimáticos e com importantes cursos d'água. Os limites seriam o Oceano Atlântico, ao leste; o Futa Toro e o Futa Djalon, à oeste; o rio Kolonté, ao sul; e o rio Senegal, ao norte (BARRY 2002, p. 5). A justificativa que Barry apresenta para a unidade da região seriam as relações políticas, econômicas, sociais e culturais com o mundo islâmico.

José da Silva Horta e Eduardo Costa Dias, em uma noção geográfica mais abrangente, sugerem a ampliação do limite sul da Senegâmbia, até a região de Serra Leoa. Conforme argumentam, a região também faz parte de um espaço comercial, político, social e cultural comum, com funcionamento articulado, que deve ser compreendido como um espaço de “conveniência e convivência” e “complementaridade e transição”, com interesses mercantis comuns (DIAS; HORTA, 2007, p. 10). A argumentação desses autores portugueses baseia-se nas ligações comerciais entre a Serra Leoa e o restante da região, principalmente pela agência comercial dos jaxanke, sobre os quais aprofundaremos adiante. De fato, essa assertiva nos parece correta, pois, de acordo com Francisco Lemos Coelho, comerciante que escreveu relatos na segunda metade do século XVII, havia essa complementaridade na região

No outro braço do rio [Pongo] está a aldeia Depomga, que é do mesmo trato e negócio, nela houve também sempre aldeia de brancos, com uma Igreja de Santo Antônio, de que são muito devotos como já tenho dito; há grande negócio de marfim, e roupa branca, que chamam catés. Também há algum ouro que trazem os Jagamcazes [Jaxanke], que vem a buscar sal, porque aqui é a maior feira que tem os brancos deste gênero, e sempre o muito é pouco, estes jagamcazes dizem que quando partem da sua terra, partem três cáfilas, uma para o rio Senegal, outra para o rio Gambia e outra para aqui (COELHO, 1669, p. 61).

Esta citação de Coelho evidencia a “complementariedade e transição” descrita por Dias e Horta, conceito importante para esse trabalho. Os jaxanke eram um grupo de comerciantes, envolvidos no comércio interno. Segundo Lemos Coelho (1669, p. 8), eles vinham “da terra do Mandimansa⁶” em três diferentes cáfilas para comercializar nos rios Gâmbia, Senegal e Pongo, este último na *antiga* região de Serra Leoa, na atual Guiné Conacri, através de redes de comércio internas e que, indo até os portos fluviais destes rios, os coloca em contato com as redes comerciais atlânticas, explicitando a articulação do espaço da Grande Senegâmbia.

É importante salientar que embora a Senegâmbia esteja localizada em uma zona de diferentes domínios morfoclimáticos e, de fato, seja uma zona de “complementaridade e transição” no sentido econômico, o comércio de longa distância não era desconhecido para as populações locais. Conforme explica Joan-Pau Rubies,

Em África, os mandatários jalofos do Senegal, os chefes mande do rio Gâmbia, os vários Estados Akan, e os reinos de Benin e do Congo eram todos conscientes de um mundo maior no comércio de longa distância, envolvendo outros centros civilizacionais. Eles também tinham uma mentalidade comercial, mesmo no caso daqueles em que seus principais centros políticos se localizavam no interior. Sem surpresas, as elites políticas

⁶ Diz respeito ao mandatário do Mali, organização política localizada no interior do continente.

africanas estavam frequentemente interessadas em comerciar com aqueles europeus que encontraram a partir do Atlântico. Fazendo isso eles estavam tanto divergindo as anteriores trocas realizadas no interior, a partir dos rios ou das rotas caravaneiras, quanto explorando novas oportunidades (RUBIES, 2011, p. 34).⁷

Antes da chegada dos europeus, via atlântico, no rio Senegal em 1440, as sociedades que coexistiam na Senegâmbia já estavam integradas em rotas comerciais de longa distância, mormente – e não unicamente – com as rotas saarianas. Nesse âmbito em específico, a expansão malinké do Mali para a costa Senegambiana ocupou um lugar importante (LOPES, 1999).

O recorte temporal escolhido para essa tese é entre 1580 e 1700, período ainda pouco debatido pela historiografia. Este foi um período de suma importância para a Senegâmbia por dois motivos: primeiro, este foi o momento em que se ampliaram as redes comerciais atlânticas, que se conectaram a região, pois abarcaram novos parceiros comerciais, para além dos portugueses; segundo, este foi o período de consolidação das mudanças inerentes ao comércio atlântico no mapa político senegambiano. As perguntas que norteiam esta tese estão concentradas nos acontecimentos deste período.

O marco inicial da pesquisa concentra-se a década 1580. Isso se deve a dois principais motivos. Em primeiro lugar, foi a partir deste momento que outros agentes atlânticos, que não os pioneiros portugueses, intensificaram suas relações comerciais com a região da Senegâmbia (HAVIK, 2004, p. 47). Uma vez que o nosso objetivo principal é analisar o comércio interno à Senegâmbia e suas ligações de longa distância, é pertinente que nossa pesquisa se inicie a partir do momento em que estas redes se ampliaram ao se conectarem aos agentes franceses, holandeses e ingleses, por exemplo. O segundo motivo para este marco inicial do recorte temporal é a criação de enclaves comerciais europeus na Senegâmbia. O primeiro foi Cacheu, em 1588, localizada no rio homônimo. Seguiu-se, no século seguinte, a criação de outros espaços do mesmo tipo, como Saint Louis, Saint James, Gorée, dentre outros. Embora pareça que o motivo de criação destes espaços seja uma ingerência externa sobre a Senegâmbia, o que argumentaremos é, justamente, o oposto: só existem enclaves comerciais europeus na Senegâmbia pela conjuntura político-social interna.

⁷ Tradução nossa: “In Africa, the Jolof rulers of Senegal, the Mande chiefs of Gambia River, the various Akan states, and the kings of Benin or Kongo were all aware of larger world of long-distance trade involving other centers of civilization. They were also commercially minded even in those cases when their main political concerns lay inland, Unsurprisingly, African political elites were often interested in trading with those Europeans who reached them from the Atlantic. When doing so they were either diverting the old trades of the interior river or caravan routes, or exploiting opportunities for new ones.”

O marco temporal final desta tese é a virada do século XVII para o XVIII. Esta escolha tem dois principais motivos. Um deles é religioso. Em um contexto interno à Senegâmbia, neste momento, os fulas estavam fundamentados em bases ortodoxas da lei islâmica e iniciaram uma série de jihads com o objetivo de “purificar” a lei islâmica na África Ocidental. Ainda que a organização política fula que perpetrou essas jihads tenha sido fundada em meados da década de 1720, o processo de aliança entre os religiosos islâmicos e os fulas remonta ao início do século XVIII (BROOKS, 2003, p. 200-201).

O outro motivo está relacionado à reorientação do comércio na região, pois uma significativa mudança no contexto Atlântico, no período de transição do século XVII para o XVIII. Embora o número absoluto de escravizados vendidos nos portos da Senegâmbia tenha aumentado durante o século XVIII⁸, é significativo que a região tenha perdido valores percentuais neste tipo de comércio em relação a outras regiões da África, sobretudo a Costa do Ouro, o Golfo de Benin e o Golfo de Biafra⁹. Estes dados, de certa forma, demonstram a reorientação do comércio atlântico na África Ocidental. Finalmente, estes dois motivos em conjunto trariam novas significações para o estudo das redes comerciais e da organização política, social e cultural da Senegâmbia. Tais significações criaram problemáticas para esta pesquisa e levariam ao alongamento do nosso recorte temporal.

Agentes comerciais, comércio de longa distância e comércio interno à Senegâmbia

A Senegâmbia era habitada por vários povos diferentes. Nesta tese, optei por fazer uma análise centrada não em tribos, etnias ou nações e sim nos agentes comerciais que circulavam nas redes de comércio internas à Senegâmbia e as externas que a ela se conectavam. Já é consenso que a terminologia “tribo” carrega consigo um sentido pejorativo, denotando um arcaísmo histórico. “Etnia”, por sua vez, é uma invenção colonial, do século XIX. Mais que isso, conforme explicita Carlos Lopes, “tal como tribo, etnia emprega-se

⁸ Nos capítulos três e quatro mostro que este aumento é fruto da dialética entre a insaciável demanda branca por mão de obra escravizada africana que se acentua durante a era moderna e as próprias bases em que se assentava as demandas comerciais internas na Senegâmbia.

⁹ Dados consultados no <http://www.slavevoyages.org/>, monumental base de dados sobre o tráfico atlântico de escravizados, organizada por David Eltis e Martin Halbert. De acordo com essa fonte, enquanto a Senegâmbia foi responsável por 8,4% dos escravizados vendidos nos portos africanos no período entre 1580 e 1700. Já entre 1701 e 1866, ano limite da base de dados, este número foi de 4,5%. Concomitantemente a Costa do Ouro teve sua participação aumentada de 5,3% para 10,6%; o Golfo do Benin de 13,3% para 16,6% e o Golfo de Biafra de 9,3% para 13,5%. A região da África Centro-Occidental foi a região com maior participação neste comércio em ambos os períodos.

também nos casos considerados arcaicos, e associa-lhe o tribalismo, como expressão contemporânea em política” (LOPES, 1999, p. 48). Não é coincidência que não encontramos a terminologia “etnia” para designar populações que existiam na Europa no momento exatamente anterior à conformação dos Estados nacionais.

Nação, por sua vez, é um conceito externo aos povos senegambianos. Embora seja um conceito utilizado de maneira sinonímica tanto para os povos senegambianos quanto para os povos europeus, por parte dos agentes atlânticos que produziram as fontes que utilizamos para construir este trabalho, conforme elucidou José da Silva Horta, “a categoria europeia de nação, acompanhada pelos autores, derivava, por via do Latim, de nascimento, de origem comum. Nesse sentido, “nação” mantinha uma relação próxima, quando não mesmo sinonímica, com outras categorias do mesmo campo semântico: “casta” e “raça” (HORTA, 2013, p. 659). A forma como os agentes atlânticos externos descreviam e escreviam sobre os agentes senegambianos está inserida dentro dos limites culturais que possuíam e não necessariamente seriam conceitos rígidos utilizados pelos agentes senegambianos.

Assim, preferimos mobilizar as categorias de comerciantes que aparecem nas fontes. Para definir todos os agentes internos ao mercado senegambiano, usaremos os termos jaxankes, bixirins, lançados, mulheres e grumetes. Por outro lado, para definir todos os agentes que afluíam ao mercado senegambiano pelo deserto do Saara, chamaremos de agentes saarianos, e pelo oceano Atlântico, de agentes atlânticos. Quando não houver a possibilidade de percepção de algum destes agrupamentos, utilizarei o etnônimo mencionado na fonte.

Comércio de longa distância

Estes agrupamentos de agentes que mobilizamos aqui, revela, que a Senegâmbia não foi um lugar isolado no sentido mercadológico. As ligações comerciais de longa distância deste espaço remontam ao século XIII, com o advento da unidade política do Mali. Esta unidade política e o povo que a habitava, os mandingas, tem importância ímpar em nossa análise. O centro político do Mali se localizava na região do Rio Senegal e do Alto Níger. Essa formação política tem origem, segundo as tradições orais¹⁰, por volta de 1230 e sua fundação é associada ao herói mítico Sundjata Keita.

O Mali esteve conectado em larga escala com o comércio transaariano. De acordo com Djibril Niani, o Saara foi uma zona de passagem entre a África Setentrional e a África

¹⁰ A este respeito ver NIANE, 1982.

Ocidental. O autor afirma que entre 1100 e 1500, o deserto pode ser comparado com procedência ao comércio marítimo que se seguiu a partir do século XV (NIANE, 2010, p. 698).

Independentemente de ser ou não um exagero literário de Niane, o fato de o comércio saariano ser ao menos comparável ao que viria ser depois o comércio atlântico, já dá uma ideia de sua proporção. A ligação comercial com o Saara também pode ser considerada uma ligação com o mundo islâmico. De fato, para o período entre 1580 e 1700, os fulas, jalofos e os mandingas já eram descritos como muçulmanos pelas fontes averiguadas.

Conforme argumentação de Thiago Mota, a ligação dos povos senegambianos com o comércio transaariano tem relação direta com o comércio de noz de cola e o exercício ritual de um dos cinco pilares do Islã, que é o Hajj, ou seja, a peregrinação a Meca. O historiador argumenta que a partir do processo de expansão islâmica, exemplificado a partir das redes de difusão de escolas corânicas, da peregrinação ritual e das redes comerciais do mundo muçulmano, já tinham a Senegâmbia como uma de suas pontas desde o final do século XVI (MOTA, 2018, 72-73). Em nossa pesquisa, ficou evidenciado que a noz-de-cola, produto extremamente perecível, era uma mercadoria que já circulava, via Saara, entre a Senegâmbia e o norte da África, dentro da chave religiosa-comercial da *Umma*, comunidade de fiéis muçulmanos.

Além da expansão comercial ao norte, realizada após a fundação do Mali, os Mandingas também iniciaram um processo de expansão territorial ao Oeste, e estenderam seu poder até a região da Senegâmbia. Esta presença na região era acentuada entre 1580 e 1700, principalmente às margens do rio Gâmbia. Neste rio em específico, tornou-se de tal forma marcante que, em 1623, Jobson, comerciante inglês que viajou ao rio Gâmbia em 1621, os denominou “senhores e comandantes do local”¹¹ (JOBSON, 1621, p. 104).

A expansão mandinga teria sido levada a cabo por Tiramakan Traoré, um dos subchefes do exército de Sundjata Keita, ainda no decorrer do século XIII. Ao chegarem ao leito dos rios e à costa senegambiana, os mandingas teriam fundado uma organização política, o Kaabu, cuja capital, Kansala, se localizaria na região da atual Guiné-Bissau, com obrigações tributárias ao Mali.

Segundo o historiador guineense Carlos Lopes, a organização política tributária do Mali, o Kaabu, tornou-se, gradativamente, a partir da segunda metade do século XVI, independente de laços de dependência com o Mali:

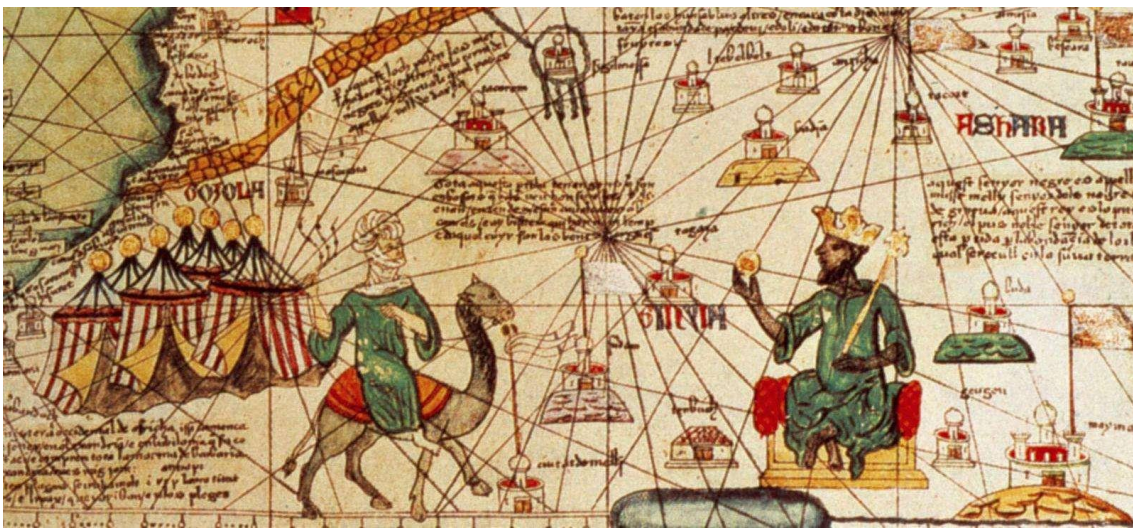
¹¹ Tradução nossa: “The Mandingo: The people, who are Lords, and Commaunders of this country.”

Existe um desaparecimento real da soberania de Mali sobre estes reinos ocidentais no século XVII, apesar de ainda subsistir uma certa veneração pelo mansa do Mali [...] É no entanto, difícil estabelecer uma data precisa para a independência do Kaabu [...] Apesar de discordâncias quanto a data exata, estão todos de acordo quanto ao período: a segunda metade do século XVI (LOPES. 1999, p. 128).

As motivações dessa “independência” do Kaabu perante o Mali se devem a fatores internos e externos. Internamente, há a derrota do Mansa Mahmud IV, em 1599, para as tropas marroquinas, momento final de uma paulatina decadência do Mali (LY-TALL, 2010). Por outro lado, atribuímos o fortalecimento econômico e, dialeticamente, político e militar do Kaabu à ascensão e consolidação do comércio atlântico, fato este que também auxiliou em seu desmembramento em relação a um poder central interiorano (MALACCO, 2017).

De acordo com as fontes consultadas, o Kaabu foi a principal organização política mandinga que fez contato com europeus por via atlântica, embora a figura do Mansa do Mali ainda fosse tratada com reverência. Mais que isso, o Mali, mesmo sendo uma organização política cujo centro se localizava bem longe da costa, não era desconhecido dos europeus, mormente dos ibéricos, mesmo antes do contato por vias atlânticas, como é elucidado na figura 1:

Figura 1: “Atlas Catalão” feito por Abraão Cresques, 1375.



Essa imagem é referente ao Atlas Catalão, atribuído ao maiorquino Abraão Cresques, com data de produção estimada em 1375, ou seja, oitenta e cinco anos antes das caravelas portuguesas chegarem à foz do rio Senegal, momento em que os muçulmanos ainda detinham poder político na península ibérica. Infere-se que é Mansa Musa o homem representado

sentado em um trono de ouro na região onde se localizava o centro do Mali. Justamente pelo Mali fazer parte da sobredita *Umma*, notícias sobre o local já circulavam na Península Ibérica antes mesmo do contato entre europeus e africanos por vias atlânticas.

Porém, consideramos que a inserção da região na lógica de comércio atlântico potencializou o contato entre europeus e os povos da Senegâmbia e, a partir disso, mudanças estruturais aconteceram na região, como o sobredito fortalecimento do Kaabu, a quebra da unidade da Confederação Jalofa, o surgimento de novos agentes associados ao comércio atlântico, bem como novas redes comerciais que conectaram a Senegâmbia ao comércio de longa distância por vias atlânticas.

Estas ligações com o comércio externo são constitutivas do espaço senegambiano. Contudo, em momento algum, suplantou o mercado interno. O que argumentarei nos capítulos que se seguem é que as ligações de longa distância da Senegâmbia, de fato, foram importantes e causaram transformações no contexto interno senegambiano. Porém, estas ligações comerciais existem em complementaridade ao comércio interno já movido pelos agentes senegambianos. Não houve imposição mercadológica, nem no sentido de obrigar os povos locais a se engajarem em comércio que não desejavam fazer, e nem ao menos em impor a troca de mercadorias que os agentes senegambianos não desejavam.

Grande parte das mercadorias que circulavam no comércio de longa distância na Senegâmbia já preexistiam no comércio interno e seu oferecimento por parte dos agentes saarianos e atlânticos, advinha da observação do que era relevante para os agentes senegambianos. A partir da análise destas trocas comerciais, perceberemos o cenário econômico, político, social, cultural interno à Senegâmbia. A intenção aqui não é fazer uma tese que mostrará como os agentes saarianos e atlânticos representavam a Senegâmbia e como lhes foi importante o comércio com esta região. Não é procurar o europeu ou o norte-africano e/ou saariano na Senegâmbia. Proponho o entendimento de seu contexto interno, concebendo uma concepção do espaço senegambiano a partir da História Social do Comércio.

Estado da Arte do Comércio na Senegâmbia

A historiografia sobre o comércio na Senegâmbia está em franca expansão. Importantes trabalhos que analisam as trocas comerciais na região foram produzidos nas últimas décadas.

Em trabalho seminal, Philip Curtin escreveu *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade* (1975). O historiador estudou as diásporas comerciais externas e internas ao contexto senegambiano, além de fazer um importante panorama de como ocorria o comércio interno e externo na Senegâmbia. Seu foco, porém, é centrado na escravidão e, conseqüentemente, na demanda mercadológica dos agentes externos.

Outro texto seminal e de grande importância é *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*, de Boubacar Barry (2002). Embora seja um texto extremamente importante, no sentido contextual para o entendimento das relações senegambianas, Barry foca excessivamente nas transformações ocorridas a partir do século XVIII, pelas revoluções muçulmanas que ocorreram no local e as repercussões das mesmas no comércio de pessoas escravizadas. Pretendemos, aqui, pensar para além da religião islâmica como conformadora na Senegâmbia e ver como o fazer dos agentes comerciais da Senegâmbia antes do século XVIII já permitiam pensar a região como um espaço em específico.

Em *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico* (2004), John Thornton analisou a participação dos africanos no comércio atlântico e demonstra o papel essencial dos africanos na confecção das redes comerciais atlânticas, enfatizando que não houve imposição comercial externa à África. Dessa forma, essa tese concorda com essa perspectiva, pois parte de seus objetivos é analisar a agência dos povos senegambianos em suas redes comerciais internas e externas que se conectavam com a Senegâmbia.

Toby Green é outro pesquisador que estuda questões inerentes à agência africana a partir de vários contextos políticos e culturais anteriores e posteriores ao contato entre europeus e africanos na região, na obra *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300 – 1589* (2011). Nossa proposta de pesquisa pretende, assim como Green, realçar o papel dos africanos em sua relação com o Mundo Atlântico. Mais que isso, o que também vale para o livro de Thornton, procuraremos avançar no entendimento das especificidades de como o contexto interno à Senegâmbia condiciona o comércio de longa distância.

George Brooks analisa os contextos políticos, econômicos e sociais anteriores e posteriores ao contato comercial da Senegâmbia com o Atlântico, especificamente nas obras *Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000 – 1630* (BROOKS, 1993) e *Eurafricans in Western Africa: Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century* (BROOKS, 2003). Nessas obras, Brooks analisa variados aspectos das sociedades dentro do contexto interno da África Ocidental, além de buscar o entendimento sobre a forma como se davam as interações sociais

entre agentes destas sociedades e os agentes estrangeiros, advindos do comércio Atlântico. O historiador estadunidense utiliza e operacionaliza o termo *landlord and strangers reciprocities*¹², que é de grande valia às pesquisas que se dedicam sobre as interações das redes comerciais atlânticas na Senegâmbia.

Philip Havik é outro pesquisador que analisa as interações sociais dos agentes senegambianos com agentes estrangeiros a partir do comércio atlântico, sobretudo em *Silences and Soundbytes: The gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea Bissau Region* (2004). O autor faz importante análise do papel das mulheres africanas nessas trocas comerciais, enquanto agentes individuais e, principalmente, como agentes ligadas aos luso-africanos que se estabeleciam na costa atlântica da África Ocidental. Vanicléia Silva Santos (2021) avança em relação aos estudos de Philip Curtin ao evidenciar o papel secundário dos agentes atlânticos em relação as mulheres senegambianas, estas sim detentoras do poder político, econômico, social e cultural nas relações internas à Senegâmbia.

Outros importantes autores para a análise das interações sociais na Senegâmbia são José da Silva Horta e Peter Mark, sobretudo no artigo *Judeus e Muçulmanos na Petite Côte Senegalesa do Início do Século XVIII: Iconoclastia anti-católica, aproximação religiosa, parceria comercial* (HORTA; MARK, 2005) e no livro, *The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and The Making of the Atlantic World* (HORTA; MARK, 2011). Os autores mostram uma confluência de ideais religiosos entre agentes judeus e cristãos-novos europeus e os africanos muçulmanos, pois os últimos davam aos primeiros vantagens em acordos comerciais e mesmo na vivência cotidiana no continente africano¹³.

Outras obras nos ajudam a situar o comércio transaariano e sua ligação com a Senegâmbia, como Paulo de Moraes Farias “*Sahel: a Outra Costa da África*” (BAUDOIN, 2004); os artigos de Ghislaine Lydon, “Writing Trans-Saharan History: Methods, Sources and Interpretations Across the African Divide” (LYDON, 2005) e “*Saharan Oceans and Bridges, Barriers and Divides in Africa’s Historiographical Landscape*”; (LYDON, 2015); e Ralph Austen, “*Trans-saharan africa in world History*” (AUSTEN, 2010).

¹² O conceito é utilizado nas duas obras e diz respeito sobre o costume cultural e social dos povos da África Ocidental de acolher e abrigar os estrangeiros, em função do desejo de acessar redes comerciais que ligariam a região às localidades de onde são naturais seus hóspedes, através do comércio de longa distância. Pensamos que através deste conceito, alcançaremos o entendimento sobre como as redes comerciais atlânticas conseguiram penetrar profundamente na Senegâmbia, uma vez que as fontes indiciam este tipo de relação entre senhores da terra e estrangeiros na região.

¹³ Buscaremos ampliar esta discussão para além do contato entre comunidades sefarditas afro-europeias e islâmicas africanas. As fontes indiciam a presença de agentes de múltiplas religiões realizando comércio na Senegâmbia, como escrito por Alexis de Saint Lo, padre francês, em 1635: “Eu vi em um dia nove tipos de religiões: os cristãos calvinistas, católicos, puritanos, armênios, judeus, turcos, bixirins, marabus e luteranos. E, não obstante a diversidade de todas estas crenças, eles viviam em harmonia” (BOULEGUE, 2013: 193).

Para a análise de produtos que circulavam nas rotas comerciais internas à região da Senegâmbia, dialogamos com os trabalhos que analisaram o comércio de mercadorias específicas, como cavalos, noz-de-cola, produtos agrícolas, como o arroz, e, por fim, o marfim.

James Webb, em *The Horse and Slave Trade Between the Western Sahara and Senegambia* (1993), trata do escambo de cavalos por pessoas escravizadas, tanto por via transaariana quanto por via atlântica. No período entre o século XV e XIX, o autor demonstra como a entrada de cavalos na região da Senegâmbia alterou significativamente o contexto político desta localidade, pois os Estados jalofos, que se inseriram nesta rede comercial e possuíam forte cavalaria, levavam grandes vantagens nas guerras. O trabalho de Webb possibilitou que esta investigação ampliasse a perspectiva de como o comércio atlântico foi imprescindível na reformulação do mapa político senegambiano.

Paul Lovejoy, em *Kola in History of West Africa* (1980), faz um profundo debate sobre o destacado papel que este produto possuía na história econômica da África Ocidental, analisando desde a produção da fruta na região de Serra Leoa, o papel que os agentes mandingas desempenhavam no comércio deste produto, até a busca de padrões sobre quais produtos eram trocados por noz-de-cola nas redes comerciais internas na região.

A circulação de produtos agrícolas em contexto interno à Senegâmbia também é importante para nossa tese. Assim, Judith Carney, em seu livro *“Black Rice: The African Origins of Rice Cultivation in the Americas”* (2001); Edda Fields-Black, em *“Deep Roots Rice Farmers in West Africa and the African Diaspora”* (2008); e Walter Hawthorne, em *“From Africa to Brazil Culture, Identity, and the Atlantic Slave Trade, 1600-1830”* (2010); são análises importantes por tratar sobre as plantações de arroz na Senegâmbia. Porém, estas análises estão mais centradas no transporte de tecnologia senegambiana na plantação de arroz da África para as Américas, a partir do comércio de senegambianos escravizados movidos por agentes atlânticos. Tentamos entender como as diferentes culturas agrícolas, inerentes aos diferentes domínios morfoclimáticos presentes na Senegâmbia, mobilizavam as redes de comércio local.

Os estudos que analisam a produção, o comércio e os usos internos de marfim na região da Senegâmbia, seja em forma de obra de arte, seja em estado bruto, estão em franca expansão. Nesse sentido, a produção de Peter Mark é de suma importância. Os artigos *“Towards a Reassessment of the Dating and the Geographical Origins of the Luso-African Ivories, Fifteenth to Seventeenth Centuries”* (MARK, 2007); *“African Meanings and European-African Discourse: Iconography and Semantics in Seventeenth-Century Salt*

Cellars From Serra Leoa” (MARK, 2014); e “*Bini, Vidi, Vici – On the Misuse of “Style” in the Analysis of Sixteenth Century Luso-African Ivories*” (MARK, 2015), são essenciais em nossa análise, assim como o artigo de José da Silva Horta e Luís Urbano Afonso, “*Olifantes Afro-Portugueses com Cenas de Caça*”. Esse último trabalho analisa como os artesãos descritos genericamente como sapes produziam arte em marfim, como em saleiros, colheres e olifantes, sob suposta demanda portuguesa.

Também com o foco no marfim, foi publicado recentemente sob organização de Vanicléia Silva Santos duas coletâneas, “*O Marfim no Mundo Moderno: comércio, circulação, fé e status social (Séculos XV-XIX)*” (2017) e “*O Comércio de Marfim no Mundo Atlântico: Circulação e Produção (Séculos XV ao XIX)*” (2018). Os livros trazem contribuições sobre o comércio de marfim africano no mundo atlântico, com variadas temáticas. No primeiro, publiquei um capítulo chamado “*O Comércio de Marfim e a Caça de Elefantes no Rio Gâmbia - 1580-1630*” (MALACCO, 2017), em que analisei a forma que povos que viviam às margens do rio Gâmbia extraíam marfim, a partir da caça de elefantes, e como se realizava o comércio atlântico desta matéria-prima. No segundo, publiquei o capítulo “*Novas aproximações sobre o comércio, produção e o uso de marfim Guiné do Cabo Verde (1448-1699)*” (MALACCO, 2018), em que analisei as recorrências de informações de marfim na coletânea *Monumenta Missionária Africana*. A partir desta documentação, discuti a permanência da presença de objetos lavrados em marfim na Senegâmbia, mesmo quando já não há mais indícios do comércio deste tipo de mercadoria no mercado atlântico. Além destes capítulos, nas coletâneas há importantes análises que vão desde iconografia muçulmana nos objetos de marfim, produzidos na Senegâmbia, até as transposições, traduções, associações e ressignificações de objetos de marfim produzidos em África que circulavam em Minas Gerais no século XVIII. Há ainda a importante coletânea de artigos organizada por José da Silva Horta, Carlos Almeida e Peter Mark (2021), *African Ivories in the Atlantic World, 1400-1900/Marfins Africanos no Mundo Atlântico, 1400-1900*, produzidas no mesmo contexto de análise dos usos do comércio de marfim em África, do comércio e da circulação dos marfins africanos no mundo atlântico e em como esta cultura material africana foi utilizado fora da África.

Embora haja vários trabalhos sobre produtos comerciais específicos, há poucos trabalhos na historiografia sobre as prerrogativas comerciais internas que tratam especificamente sobre comércio e redes comerciais internas a Senegâmbia. A exceção é *Trade and Trade Networks In The Greater Senegambia: An Introductory Essay* (HORTA; MARK,

2007), um artigo focado especificamente no comércio interno à Senegâmbia, para além do comércio com outras partes do mundo.

Todos os trabalhos citados acima são partes fundamentais do debate historiográfico, porém, ainda há lacunas. Assim, este trabalho busca contribuir para a ampliação dos estudos sobre a Senegâmbia, de modo a cobrir aspectos ainda não visitados pela historiografia, bem como revisitar outros que foram estudados a partir de um prisma eurocêntrico. Esta contribuição pode ser resumida em quatro pontos.

O primeiro é a necessidade de pensar o contexto interno senegambiano a partir de prerrogativas internas, não estrangeiras. Nesse sentido, podemos citar dois exemplos. Os trabalhos que se debruçam sobre os lançados¹⁴, em sua maioria, estão interessados em demonstrar como esses agentes auxiliaram na interiorização do comércio atlântico (SANTOS, 1989) ou como os padrões culturais portugueses foram mantidos por esses agentes quando inseridos em contexto africano (MARK, 2002). Poucas perguntas são feitas no sentido do contexto interno senegambiano, em como esses agentes ocupam nas sociedades que os acolhem e em como auxiliaram na expansão das rotas comerciais internas senegambianas.

Em semelhante sentido, os trabalhos que se debruçam sobre o comércio e produção de marfim lavrado na Senegâmbia tem como preocupação central mostrar a agência dos lançados enquanto intermediadores culturais entre europeus e africanos; e defendem que os artesãos sapes foram capazes de inscrever em objetos de marfim figuras produzidas em uma lógica cultural portuguesa (AFONSO; HORTA, 2015, e MARK, 2007, 2014, 2015). Por esses fatores, esses objetos entalhados em marfim podem ser classificados como “lusso-africanos”, “afro-portugueses”, etc. Ora, a matéria prima, a técnica, os objetos necessários à feitura das peças e, finalmente, os artífices, são africanos. Em relação paralela, nunca vimos grandes problematizações de artistas europeus consagrados que inscreveram em suas telas, em suas esculturas, elementos de origem cultural africana. Acreditamos que, na produção historiográfica a forma como é feita as perguntas às fontes e o resultado que se espera obter alteram substancialmente o resultado das pesquisas. Felizmente, a introdução da coletânea de produzida por José da Silva Horta, Carlos Almeida e Peter Mark, já utiliza uma nova grafia para tratar estes objetos, os chamando de *Sapi Ivories* ou marfim sapi (2021, p. 21; 52). Ainda assim, é importante ressaltar que na mesma coletânea, ainda há a mobilização da agência portuguesa nestes objetos como, por exemplo, no capítulo de Grit Jacobs e Luís Urbano

¹⁴ Agentes que, em teoria, atuavam em favor da coroa portuguesa, no sentido de estabelecer ligações comerciais com as regiões onde, voluntariamente ou não, eram inseridos. Conforme discutido por Alberto da Costa e Silva (2010, 248), estes agentes se *africanizaram*, passando a atuar em favor das soberanias africanas das terras onde se instalavam. Aprofundaremos a discussão sobre estes agentes no capítulo um.

Afonso, que chamam os objetos de “Sapi-Portugueses” (HORTA; ALMEIDA; MARK, 2021, p. 553).

Em segundo lugar – e em direta relação com o primeiro –, é fundamental analisar os produtos que foram exportados da Senegâmbia para o mundo atlântico, como o marfim, o couro ou o escravizado, mas também as mercadorias que importadas, as escolhas dos mesmos e as razões dessas entrarem na lógica comercial senegambiana. A pergunta central é: porque se compra tanto sal, roupa, ferro e cavalos? Existem possíveis padrões de mercadorias importadas pelos agentes africanos, de acordo com portos e com a temporalidade? Os produtos importados pelos senegambianos são apenas artigos de luxo¹⁵? Quais os usos que os povos senegambianos fazem dessas mercadorias estrangeiras? Há complementariedades entre as rotas comerciais da Senegâmbia e as rotas atlânticas? Os produtos comprados na costa eram transportados livremente para o interior ou havia alguma espécie de taxaço, de embargo? Apenas o comércio atlântico afetou o comércio interno à região, ou também é possível mapear as ingerências senegambianas sobre o comércio atlântico?

Esse tipo de pergunta realizada às fontes auxiliou a também encontrarmos um terceiro fator importante para a tese, a agência dos povos senegambianos como conformadores do espaço senegambiano não apenas enquanto agentes passivos, que assistiam a um inexorável destino, levado adiante pelas caravelas europeias, inseridos em um contexto “imperial”, fosse ele português, espanhol, inglês, francês ou holandês. Nesse sentido, evitamos conceitos globalizantes e, para o caso da África, irreais, que são os conceitos de impérios marítimos europeus. Assim, estudar as especificidades do contexto interno da Senegâmbia a partir da História Social do Comércio, auxiliará no rompimento com a lógica generalizante que, por décadas, “imperou” nos estudos sobre o comércio entre europeus e africanos em África. Auxiliou também a ir além de uma preponderância da agência muçulmana na região, como o que ocorreu na pioneira obra de Barry (2002), que compreende uma unidade senegambiana a partir da religião islâmica.

Por fim, ao partir destas perspectivas citadas, enquanto quarto ponto de contribuição à historiografia sobre a Senegâmbia, agregamos também os recentes desenvolvimentos historiográficos da perspectiva epistemológica da história pós-colonial. Os estudos pós-coloniais, que vêm ganhando força nos últimos anos, ressaltam a necessidade de um

¹⁵ Uma das principais assertivas de John Thornton (2004), é que os produtos que entraram nas redes comerciais africanas não eram produtos inéditos a produção comercial local, com o que concordamos. Porém, Thornton também argumenta que os principais produtos comerciais trazidos pelos europeus fariam parte de um “comércio de luxo”. Conforme buscaremos explicar no decorrer desta tese, não cremos que cavalos, sal, ferro, dentre outros, possam ser enquadrados em produtos tidos apenas como “de luxo”.

entendimento epistemológico não apenas a partir da contribuição ocidental ou europeia, mas também em uma perspectiva do chamado *sul global*, apresentado por Boaventura Sousa Santos. Segundo o autor:

Como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal¹⁶ tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral. Em todo o mundo, não só existem diversas formas de conhecimento como também critérios que podem ser usados para validá-la (SANTOS, 2009, p. 45-46).

Nesse sentido, autores como Homi Bhabha (1998) e Valentim Mudimbe (2013) nos auxiliaram na busca epistemológica de se descolonizar o pensamento. cremos que partindo da perspectiva, podemos ter algumas vantagens. A primeira é clarificar, problematizar, a dicotomia entre nós e outros. Ora, em vários dos portos comerciais que iremos analisar, havia uma convivência religiosa e comercial muito grande, a ponto de muçulmanos, judeus, cristãos e adeptos das religiões locais conviverem no mesmo ambiente. Conforme explica Homi Bhabha, “não existe verdade política ou social simples a ser aprendida, pois não há representação unitária de uma agência política, nenhuma hierarquia fixa de valores e efeitos políticos” (BHABHA, 1998, p. 54). Embora a dicotomia entre nós e outros seja uma importante ferramenta de análise das fontes, que foram produzidas nessa perspectiva etnocêntrica quando das fontes produzidas por europeus, defendo que a vida social, cultural e política senegambiana não necessariamente repetia um simples embate entre “nós” e “outros”.

No mesmo sentido, a epistemologia pós-colonial nos auxiliou a pensar o conceito de agência daqueles que aparecem como o “outro” nas fontes. Boaventura Sousa Santos chamam a atenção, que mesmo no período colonial, havia uma “copresença” e não uma pura e simples imposição do europeu e os povos ditos subalternos (SANTOS, 2009). Para o período que estudamos, essa “copresença” era ainda mais acentuada e, pensamos, cabendo o protagonismo africano nas transações comerciais, uma vez que não houve dominação política na Senegâmbia antes do século XIX.

Por fim, a história pós-colonial, chamando de ecologia de saberes ou qualquer outro termo, pensa na questão do alargamento da epistemologia, do alargamento da visão de mundo, do alargamento da alteridade. É justamente nessa perspectiva que buscamos introduzir nossa pesquisa. O objetivo é trazer ao debate outras complexas formas de organização social, política, cultural e econômica, com o fito de alargar nossa percepção de

¹⁶ Pensamento pós-abissal, para Boaventura, teria como condição o entendimento da co-presença radical, que significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários.

mundo. A filiação epistemológica com os estudos pós-coloniais nos auxiliou a romper com as perspectivas eurocentradas, para, enfim, conseguirmos atingir aquilo que consideramos fundamental na história enquanto estrutura de conhecimento, que é a busca constante pelo alargamento de nossa alteridade, que possibilitem novas formas de inteligibilidade.

Fontes e metodologia

Esta tese se baseia num aparato documental variado, de forma a ampliar as lentes sobre a problemática que se pretende discutir. Utilizamos o máximo de tipologias documentais que podemos acessar: cartas de missionários, documentação oficial de Cabo Verde¹⁷, relatos de viagens escritos entre 1580 e 1700 e tradições orais senegambianas que remetem ao século XVII.

Os “relatos de viagem” utilizados nesta tese incluem escritos de viajantes, como diários, crônicas, memoriais, que variavam de acordo com a forma e com a própria intencionalidade do autor com seus escritos. Tais relatos foram escritos por pessoas que nasceram no arquipélago de Cabo Verde, mas se auto representavam como portugueses e outros europeus das mais diversas nações. A maior parte dos agentes que produziram estas fontes eram comerciantes e, naturalmente, dão maior atenção às informações sobre as trocas mercantis entre agentes atlânticos e senegambianos. Mapeamos quarenta e quatro publicações que podem ser enquadradas nessa miscelânea de tipologias documentais.

Além dos relatos individuais, ainda buscamos informações em coletâneas de fontes. Dentre estes, o mais importante é a obra *Monumenta Missionária Africana*, coligida e anotada pelo Padre Antonio Brásio, entre 1952 e 1979. O autor selecionou documentos que ele considerou os mais relevantes sobre a ação missionária e eclesiástica em África¹⁸ e também relatos de viagens, cartas de missionários, documentação administrativa produzida em Cabo Verde e Cacheu. Dentre as coletâneas, destaco também *Os Mais antigos Roteiros da Guiné*, compilado por Damião Peres e que cobre viagens realizadas no início do século XVI; *The Hawkins Voyages* de Clements R. Markham, que trata sobre viagens inglesas entre 1530 e

¹⁷ Como por exemplo, cartas de governadores e capitães de Cabo Verde, “Regimento do Capitão de Cacheu Rio Grande e de S. Domingos”, 11/10/1625, *MMA*, V, p. 85-89 e “Regimento do Capitão da Guiné”, 04/04/1615, *MMA*, IV, p. 573-576.

¹⁸ É composta por vinte e dois volumes divididos em duas séries. A primeira, constituída por 15 volumes, diz respeito à área geográfica abrangida pela primitiva diocese de S. Tomé, do rio de André, a sul do Cabo das Palmas, até ao Cabo das Agulhas. A segunda série é composta por sete volumes referentes ao território da diocese de Cabo Verde, desde o sul do rio Senegal até ao Cabo das Palmas, compreendendo assim toda a Costa Ocidental Africana, a sul da atual República da Gâmbia, sendo esta, portanto, a seção que tem ligação com o recorte espacial proposto nesta tese.

1607; *A New General Collection of Voyages and Travels*, datada de 1745, compilada por John Green, com dezesseis relatos que dizem respeito a África Ocidental no século XVII; e *Brandenburg Sources for West African Histories*, feito pelo historiador Adam Jones, que cobre o período entre 1680 e 1700.

Quanto às fontes produzidas por agentes africanos, utilizamos as tradições orais presentes na *Chroniques du Foûta Sénégalais* (1913). Esta é uma compilação de dois manuscritos árabes e de dezessete tradições orais que dizem respeito especificamente à região da Senegâmbia. A obra foi traduzida, coligida e anotada por Maurice Delafosse com auxílio de Henri Gaden. Importante salientar que mesmo sendo feitas no continente africano, estas fontes foram escritas e recolhidas por agentes externos à região da Senegâmbia e traduzidas para línguas europeias. Isto implica que a metodologia aplicada para analisá-las é semelhante àquela que aplicamos para as fontes elaboradas por agentes europeus. Finalmente, utilizamos as tradições orais senegambianas presentes no *National Digital Archive of the Gambia*, produzidas por agentes que se auto representam como pertencentes a diferentes etnônimos e trazem elementos importantes sobre o período pré-colonial.

Para analisarmos os documentos escritos ou traduzidos por europeus, no que diz respeito à história africana, o pesquisador deve-se atentar que “temos de partir sempre do princípio que estamos perante representações, o que é dizer, perante (re)construções do real” e também que “esta representação é, aqui, a tradução mental de uma realidade exterior que se percebeu e que vai ser evocada – oralmente, por escrito, por um ícone – estando ausente.” (HORTA, J. 1995, p. 189).

Os limites culturais do observador são o que restringem a sua visão do novo. Seria como um novo código, e para entendê-lo, ele descodifica de acordo com seus conhecimentos pré-estabelecidos e recodifica para passá-los a membros de sua cultura de origem. Dessa forma, os conceitos utilizados nesse tipo de relato são europeus e não africanos. (HORTA, 1995, p. 190). Ainda, para Horta (2011, p. 411), estas representações provinham de uma “grelha cultural” de que dispunha o europeu para se representar o africano.

As formas que estes viajantes utilizam para (d)escrever o outro seria cercada pelos limites das próprias bases culturais dos narradores. Segundo François Hartog (2014, p. 48), “o que se fala do outro é produzido pela própria narrativa no processo de sua elaboração, numa relação de espelho com a cultura que o cerca”. Esta relação de sempre descrever algo com relação a uma estrutura que já lhe é familiar na cultura de origem, é o que o autor trata por injunções narrativas. O discurso produzido através dessa operação de tradução é o que ele chama de retórica da alteridade, cuja função é dar inteligibilidade ao “outro” utilizando-se de

conceitos e léxicos que são comuns na cultura de origem (HARTOG, 2014, p. 268). Desta forma, para a compreensão adequada desse tipo de fonte histórica, o pesquisador deve realizar um estudo prévio do arsenal conceitual e da cultura europeia à época da produção dos documentos que nos servem como fonte.

Ao lidar com a própria produção historiográfica como uma representação, o historiador Frank Ankersmit explica que as circunstâncias da escrita podem incluir as realidades sociais ou políticas do mundo dos historiadores. Essas realidades sociais ou políticas encontram-se com a subjetividade do historiador, cuja produção será ideologicamente condicionada (ANKERSMIT, 20011, p. 36). Esta formulação teórica é adequada para a análise das fontes, uma vez que o ideário de colonização da Senegâmbia ou de regiões dentro dessa macro unidade geográfica é verificável. A vontade de se colonizar novas terras e de descrever as novas posses fazia parte do horizonte político e cultural europeu, e por isso, representações como “nossa Guiné” são frequentemente escritas, embora nenhuma relação de posse política seja verificável.

Tendo em vista este horizonte cultural, o pesquisador deve-se atentar que “a crítica interna ao documento histórico é um requisito para a sua adequada compreensão. Dotar o texto de seu contexto também constitui uma *conditio sine qua non* para a análise histórica dos relatos de viagem” (CORREA, 2002, p. 106). Uma vez que os textos europeus são heterogêneos em relação a seus objetivos e ao público que visavam atingir (HORTA, 1995, p. 195), é primordial notar qual a intenção e o público para o qual o texto em análise era dirigido, pois estes estão diretamente relacionados à representação feita em seu conteúdo.

Porém, é importante salientar que a intenção não é fazer um estudo das representações dos europeus sobre a África. O objetivo é, a partir das representações que estão nestes relatos, buscar o entendimento de quais foram os mecanismos comerciais internos à região da Senegâmbia, evidenciando sua lógica política, social e cultural. Ou seja, o trabalho não se encerra em analisar o olhar atlântico sobre a região. Pretende-se desconstruir as representações, e no processo de descodificação e recodificação encontrar o “outro” no relato, buscando assim o entendimento das estruturas políticas, econômicas e sociais dos povos da Senegâmbia (HORTA, 1995).

Se, em parte, partimos da proposta de desconstrução das representações dos documentos europeus sobre a história da África, há de ressaltar também que, muitas vezes, os autores desses relatos deixavam transparecer em seus escritos informações além do que cada um viu com os próprios olhos. Eles também escrevem sobre informações que “ouviram dizer”. Como não houve imposição política europeia em África até o século XIX e a entrada

no interior do continente por parte dos agentes europeus era limitada pelas estruturas políticas da costa, as informações que os agentes europeus possuíam sobre o interior provinham de agentes africanos. Assim, as vozes destes africanos, ainda que indiretamente, aparecem nessas fontes¹⁹ e a identificação das mesmas auxilia o processo de desconstrução das representações presentes no documento.

Outra maneira que o pesquisador pode adotar para reduzir a subjetividade dos textos europeus em relação à África pré-colonial é fazer um estudo comparativo das fontes, razão pela qual nossa pesquisa utilizará o método comparativo, baseando-se no maior número possível de fontes que temos acesso e que o recorte temporal permite. Ainda há de se analisar a escala que conduz o estudo. De acordo com José da Silva Horta (1995, p. 196) “É verdade de quanto mais restrito for o objeto de estudo, mais africanista será a perspectiva da abordagem e, porventura maior serviço à análise das representações poderá trazer à reconstituição histórico-antropológica das sociedades”. Por tal motivo, este estudo será restrito a uma região específica da África Ocidental, a Senegâmbia.

Em conclusão, reconhecemos as dificuldades inerentes aos estudos africanistas baseados nas fontes escritas por agentes externos à região que esta pesquisa aborda. Contudo, uma vez aplicada a metodologia aqui descrita, pensamos ser possível ir além de uma história das representações externas sobre o continente africano. Com os cuidados metodológicos necessários, poderemos utilizar estas fontes como objeto de estudo para a História Social do Comércio na Senegâmbia entre 1580 e 1700.

Estrutura da Tese

A tese está organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, *A Construção da Senegâmbia*, analisamos o contexto econômico, político, social e cultural da região entre 1580 e 1700, realizando, quando oportuno, recuos temporais. Em diálogo com a historiografia e embasado nas fontes, analisei os “cimentos”²⁰ em comum, conformadores do espaço senegambiano.

¹⁹ André Almada é elucidativo no sentido de uma polifonia em seu relato. No prólogo de seus escritos ele escreveu: “Quis escrever algumas cousas dos Rios de Guiné, Cabo Verde, começando do Rio de Sanagá até a Serra Leoa, que é o limite da Ilha de Santiago, porque destas partes sei honestamente, e das cousas em que tive dúvida me informei de algumas pessoas práticas na região [...] e, sobretudo me informei bem de todas as dúvidas, assim de homens nossos, práticos nas ditas partes, como dos próprios negros, informando-me deles das cousas acontecidas nas ditas partes, dos seus juízos e costume” (ALMADA, 1871: 230).

²⁰ Este termo, que é utilizado por Manuel Bivar em sua tese de doutorado, diz respeito aos fundamentos sociais, culturais, políticos e econômicos que permitem pensar a Senegâmbia como uma unidade espacial (BIVAR, 2018).

No segundo capítulo, *Senegâmbia e a África*, analisei as mercadorias de circulação no comércio interno à Senegâmbia, buscando entender se a região era autossuficiente em um sentido econômico, bem como se davam as relações comerciais entre os povos senegambianos. O foco foi perceber também as relações comerciais entre a Senegâmbia e outras regiões da África, a partir do comércio saariano.

No terceiro capítulo, *O Destino Atlântico: Mercadorias de Exportação*, apresento as principais mercadorias que saíam da Senegâmbia, a forma de sua produção e uso interno, de acordo com a localidade e a temporalidade e, mapeei seus destinos, quando foi possível

No quarto capítulo, *A Senegâmbia Enquanto Destino: Mercadorias de Importação*, tracei o caminho oposto. Identifiquei os produtos comprados pelos habitantes da Senegâmbia, analisando quando estes ficavam na Senegâmbia e quando tinham outros destinos dentro da África, se foram produtos inovadores no mercado local e como as unidades políticas que existiam na costa e nas margens dos rios que interiorizaram o comércio se aproveitavam dessas trocas mercantis.

Por fim, no quinto capítulo, *Interior, Saara e Costa: As Rotas Comerciais Senegambianas*, identifiquei padrões de complementariedade comercial entre atlântico, costa e interior. Para isso, procuraremos construir as rotas comerciais de produtos que poderiam ligar esses três espaços, a partir do comércio realizado por agentes senegambianos, saarianos e atlânticos. Aqui evidenciei a Senegâmbia enquanto um espaço comercialmente articulado, elucidando como o contexto político, social e cultural interno era afetava e era afetado pelas redes comerciais existentes. Argumentei que o comércio, controlado, organizado e operacionalizado por agentes internos, é o “cimento” que nos permite enxergar a Senegâmbia enquanto um espaço de “convivência e conveniência” e “complementariedade e transição”.

Capítulo I

A Construção da Senegâmbia

Introdução

Este capítulo se debruçará na análise do contexto social, político e econômico em que se desenvolveu o comércio na Senegâmbia entre 1580 e 1700. A Senegâmbia possuía inúmeros povos e unidades políticas, com diferentes formas de organização política e social. Em um esforço de organização para a análise deste espaço, a historiografia especializada formulou teorias para entender este espaço: divisão entre presença ou ausência do Islã (BARRY, 2002); sociedades com ou sem Estado (HAWTHORNE, 2013); definições climáticas (CARNEY, 2001; FIELDS-BLACK, 2008); sociedade formada por um “Estado” ou “povo” específico (BOULÈGUE, 1981; LOPES, 1999; BIVAR, 2018); as ligações desta região e dos povos que a habitavam com o Mundo Atlântico (BROOKS, 1993 e 2003; MARK, 2002; HAVIK, 2004; GREEN, 2012; HORTA, MARK; 2011; MALACCO, 2017); o culto aos mortos como marcador em comum (DAYLON, 2022; SILVA-SANTOS, 2023) dentre outras possibilidades. Todas estas escolhas conceituais e contextuais para definir e pensar a Senegâmbia são válidas. Afinal, o fazer historiográfico é um exercício interpretativo e o pesquisador faz uma escolha de chave de análise.

Para entender a Senegâmbia, optei por analisar as rotas de comércio internas à região e os agentes que nela transitavam por três principais motivos: 1) é um critério que vai além das artificiais divisões étnicas e de critérios religiosos, que são fluidos; 2) não a definir por um determinismo natural, uma vez que a ação humana transforma as condições naturais; 3) pois não é um fator com direta ingerência externa, como o comércio atlântico ou saariano. Analisar as rotas internas de comércio auxilia a complexificar a região, desde suas “pontas” atlânticas e saarianas, até o funcionamento articulado de rotas de comércio entre os próprios povos da região.

Para isso, discutirei os conjuntos de agentes que se envolviam no comércio atlântico, as normas políticas e sociais internas à região que permitiam que este comércio ocorresse e, finalmente, como foi este próprio contexto que propiciou o surgimento e o fortalecimento do comércio atlântico na Senegâmbia, inclusive com a criação de enclaves comerciais por parte dos agentes atlânticos em terras senegambianas, ainda que esta forma de comércio não tenha impedido ou alterado significativamente o comércio interno e saariano.

1.1 Agentes comerciais

O conceito de agência é um conceito caro para a chamada “Nova História Social”²¹. Este conceito é chave para inúmeros trabalhos, principalmente para pesquisadores que tem como foco a análise da diáspora africana e a história de regiões que estão para além dos objetos de estudo da história Ocidental, como a Senegâmbia, em particular, e a África, como um todo. Em seu crítico artigo sobre o uso deste conceito, Walter Johnson elabora sua concepção:

O termo “agência” contrabandeia uma noção da universalidade de uma noção liberal de individualidade, com sua ênfase na independência e escolha, bem no meio de uma conversa sobre escravidão contra a qual aquilo supostamente natural (pelo menos para homens brancos) condição foi originalmente definida [...] E fora deste emaranhado enganoso das categorias de “humanidade” e “agência” (liberal) emergiu um estranho silogismo em que o simples fato (em oposição à afirmação autoconsciente) da escravidão "humanidade" passou a ser vista como "resistência" à escravidão (JOHNSON, 2003: 115).²²

“Agência”, seria, portanto, um conceito utilizado para o entendimento dos mecanismos de resistência individual de sujeitos colocados em situações de relações assimétricas de poder, dotando-os de algo “natural” que seria resistir a estas situações. Johnson (2003, p. 119-120) argumenta que esta premissa funciona como um “anúncio de boa vontade” por parte do historiador, numa relação unidirecional do presente com o passado, e que seria uma forma de “reparação histórica”, em que seria devolvido a estas pessoas sua condição de humanidade.

Este tipo de noção do conceito de agência é visível em vários trabalhos. John Thornton (2004, p. 48), por exemplo, afirma que “em geral, a conclusão da pesquisa na qual este livro se baseou apoia na ideia, de que os africanos foram participantes ativos no mundo atlântico” e que a intenção de se mostrar a agência comercial africana caminha no sentido de que “devemos ampliar nossa estimativa do papel exercido por essas sociedades na formação do Mundo Atlântico” (THORNTON, 2004, p. 80). Em sentido correlato ao atribuído por Thornton ao conceito de agência, em outro trabalho escrevi que minha intenção era “dotar de

²¹ Sobre a definição de história social, ver CASTRO, Hebe, 1997.

²² Tradução nossa: The term "agency" smuggles a notion of the universality of a liberal notion of selfhood, with its emphasis on independence and choice, right into the middle of a conversation about slavery against which that supposedly natural (at least for white men) condition was originally defined [...] And out of this misleading entanglement of the categories of "humanity" and (liberal) "agency" has emerged a strange syllogism in which the bare fact (as opposed to the self-conscious assertion) of enslaved "humanity" has come to be seen as "resistance" to slavery.

sentido a história de um continente que, até um século atrás, era marginalizado pela historiografia ocidental” (MALACCO, 2017)²³.

Nesta tese utilizaremos o termo “agentes” para falar dos diferentes agrupamentos de pessoas que se envolviam no comércio interno e atlântico na Senegâmbia, especialmente no que diz respeito aos mercadores africanos. Porém, compreendemos agência no sentido atribuído por Homi Bhabha, ou seja, para recriar “um outro lugar de enunciação que não permitirá à argumentação se expandir em uma generalidade não problemática” (BHABHA, 2013, p. 312). Ou seja, pensamos a ação destes mercadores de forma a concordar com a concepção de Frantz Fanon, que aborda a necessidade de “pôr termo à história da colonização, a história da pilhagem” (FANON, 1968, p. 38). Não é, portanto, uma busca de uma agência individual, com ênfase na liberdade de escolha, liberal e Ocidental. Queremos compreender a Senegâmbia pela ação das pessoas que ali atuavam comercialmente, através de suas vidas práticas, no contexto em que estavam inseridas. Em outras palavras, compreender a região para além de fatores externos, ocidentais e/ou generalistas.

Feita esta breve explicação do que estamos compreendendo por agência, passaremos a discutir os grupos dos agentes que mapeamos como atuantes na Senegâmbia entre 1580 e 1700. Aqui é importante ressaltar que embora compreendamos a valorosa importância de se mover discussões individuais, na perspectiva da microhistória e dos estudos de trajetória²⁴, não é nosso interesse neste trabalho, que se trata de um trabalho dentro da perspectiva da História Social do Comércio, embora em momentos específico possa realizar algum caso em específico. Nos importa mais entender como estes agentes, enquanto grupo, atuaram na conformação das redes internas senegambianas e suas ligações com redes comerciais de longa distância.

²³ Citamos estes exemplos por serem trabalhos africanistas, voltados aos estudos do continente africano em si. Porém, se trouxermos para a análise os estudos sobre escravidão nas Américas, este tipo de perspectiva de valoração da agência no sentido “liberal” e de “universalidade ocidental” sobre o conceito de agência se torna ainda mais evidente.

²⁴ Para estudos que fazem este tipo de trabalho, principalmente para mulheres que atuaram na conformação do mundo atlântico, ver: HAVIK, 2004; KRIGER, 2019; SILVA-SANTOS, 2021; CÂNDIDO, 2022.

Jaxankes e bixirins

Em primeiro lugar, citamos os jaxankes. Em seus trabalhos, Philip Curtin (1975) e Lamin Sanneh (1979; 2016) argumentaram que os jaxankes eram um grupo com ascendência “soninké”, que passaram por um processo de malinkização. Eles estavam localizados na região que compreende desde Massina (atual república do Mali) e se espalharam pela Senegâmbia entre os séculos XIII e XVII (SANNEH, 1979, p. 1). Ambos os autores concordam que este grupo foi um dos principais responsáveis pela expansão pacífica do islã na Senegâmbia. Os autores também afirmam que entre os Jaxanke havia a perspectiva da criação de escolas corânicas para formação e disseminação da religião (CURTIN, 1975, p. 93; SANNEH, 2016, p. 101).

Dentro desta perspectiva, Curtin (1975, p. 79) e Sanneh (1979, p. 48) argumentam que para o sustento material daqueles que se especializavam em ensinar a lei muçulmana, os Jaxankes dependiam do trabalho de escravizados nas lavouras. A grande divergência entre os autores era o impacto da ação deles. Para Sanneh, o envolvimento dos Jaxanke no comércio era um aspecto marginal (SANNEH, 1979, p. 18-19), enquanto Curtin argumenta que a atividade comercial caminhava em conjunto com a atividade religiosa (CURTIN, 1975, p. 79-81). Pelas fontes que consultamos²⁵, tendemos a concordar com a perspectiva de Philip Curtin. Francisco Lemos Coelho, mercador que escreveu que escreveu relatos na segunda metade do século XVII, argumentou:

No outro braço do rio [Pongo, na região de Serra Leoa] está a aldeia Depomga, que é do mesmo trato e negócio, nela houve também sempre aldeia de brancos, com uma Igreja de Santo Antônio, de que são muito devotos como já tenho dito; há grande negócio de marfim, e roupa branca, que chamam catés. Também há algum ouro que trazem os Jagamcazes [Jaxanke], que vem a buscar sal, porque aqui é a maior feira que tem os brancos deste gênero, e sempre o muito é pouco, estes jagamcazes dizem que quando partem da sua terra, partem três cáfilas, uma para o rio Senegal, outra para o rio Gambia e outra para aqui (COELHO, 1953, p. 61).

Como se percebe, o comerciante, que afirma que os jaxankes vinham “da terra do Mandimansa” (COELHO, 1953, p. 8), em três diferentes cáfilas para comercializar nos rios Gâmbia, Senegal e Pongo, este último na região de Serra Leoa. Através destas redes de

²⁵ É importante ressaltar, porém, que a maior parte das fontes que utilizei para escrever este trabalho foi produzida por comerciantes. Assim, é esperado que a maior parte das informações seja de relações comerciais.

comércio internas que iam das rotas terrestres até os portos fluviais, os jaxanke tinham contato direto com as redes comerciais atlânticas, o que elucidava, assim, seu papel comercial.

O aspecto religioso também era essencial para os jaxankes. Nas tradições orais coletadas em 1972 na Gâmbia é recorrente a informação de que os mandingas tinham como fonte de seu próprio processo de islamização a precedência de uma ancestralidade jaxanke²⁶. A permanência e a forma como foi preservada esta tradição oral sobre a ascendência mandinga dos jaxankes evidencia o papel religioso destes agentes. Somado aos indícios de seu ativo papel comercial, percebemos que estes agentes estavam envolvidos em ambos os aspectos na Senegâmbia.

A relação do islã com o comércio foi alvo de estudos anteriores. Segundo Philip Curtin (1975, p. 66), “o Islã foi amigável com o comércio desde o início na Arábia”.²⁷ Nahemia Levtzion demonstra como circuitos comerciais muçulmanos de longa distância eram úteis a mandatários africanos e de interesse dos mercadores muçulmanos (LEVTZION, 1994, p. 214). Tal afirmação é corroborada por Thiago Mota, que afirma que a expansão do islã na África Ocidental é mediada pela expansão comercial muçulmana. O autor defende ainda a tese de que o islã não era restrito aos mandatários locais, mas se propagou também ao conjunto da população senegambiana (MOTA, 2018, p. 112).

Embora os jaxankes tenham ativo papel religioso e comercial, nem todos os agentes muçulmanos que se envolviam no comércio atlântico eram necessariamente jaxankes, a exemplo dos bixirins. De fato, salta aos olhos outros agentes descritos como muçulmanos, ativos no processo de expansão da fé na Senegâmbia, e que estão envolvidos diretamente no comércio.

Outro agrupamento de agentes comerciais na região eram os bixirins. Vanicléia Silva Santos, em *Bexerins e Jesuítas: Religião e Comércio na Costa da Guiné*, explica que o termo bixirins tem sua etimologia no árabe, mabachirim, e serviria para designar os “sacerdotes predadores do islã” (SILVA-SANTOS, 2011, p. 190) e que estes agentes possuíam inúmeras vantagens comerciais perante os católicos. Isso em muito diz respeito à lógica de funcionamento das redes comerciais muçulmanas. Em outro trabalho, demonstrei que era

²⁶ NCAC, Department of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 132/A. Informante: Laa Sankung Jaabi; Tópico: History of the Senegambian Marabouts; Date: April 5, 1972; Local da entrevista: Libras[?], p.7; NCAC, Department of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 275/B. Informante: Não informado; Tópico: Mandinka History - Kaabu; Date: 1967; Local da entrevista: Não informado, p.7.

²⁷ Tradução nossa: Islam was friendly to commerce from the beginning in Arabia.

prática dos bixirins abrigar pessoas, geralmente correligionárias, que iam comercializar na região onde viviam (MALACCO, 2017, p. 93).

A associação destes bixirins com o comércio é recorrente nas fontes. André Almada (1594, 275-276) explicita que havia abundância de bixirins no rio Gâmbia e que estes, além de gerirem escolas corânicas no local, comercializavam inúmeras mercadorias com comerciantes atlânticos. A realização deste comércio pelos bixirins também está registrada em André Donelha (1625, p. 130). Lemos Coelho afirma que estes eram “letrados da lei muçulmana”; e que alguns moradores de Caur, na unidade política do Combo no rio Gâmbia eram “mercadores bixirins” (COELHO, 1953, 119).

Bixirins e jaxankes coexistiram na Senegâmbia. Estes agentes tinham diferentes funções, em termos religiosos e comerciais. Segundo Thiago Mota, os jaxankes estavam diretamente ligados ao processo de instrução muçulmana. Eles percorriam a Senegâmbia para pregar dogmas religiosos e fazer o comércio interno de longa distância. Uma prova disso é que o local ao qual as tradições orais atribuem a origem dos jaxankes, chamava-se Jakha, cidade no Médio Níger, que foi um importante centro comercial de longa distância no passado. Por sua vez, os bixirins eram agentes locais que aderiram ao islã e o adequou ao contexto e necessidades locais. Estes agentes se letavam nas leis muçulmanas em centros de formação específicos, como Sutuco no rio Gâmbia, e se mudavam para outros locais, por vezes montando suas próprias escolas (MOTA, 2019)

Assim, é essencial fazer a diferenciação da agência dos jaxanke e dos bixirins para analisar o comércio na Senegâmbia. De acordo com a nossa análise das fontes e da historiografia, os jaxanke eram mercadores envolvidos com o comércio interno de longa distância. Por outro lado, os bixirins eram agentes estabelecidos nas cidades e portos em que moravam ou perto destas. Isto explica por que nas fontes abundam encontros comerciais entre agentes atlânticos e bixirins em vários portos costeiros da Senegâmbia; enquanto os relatos de encontros com os jaxanke ocorreram em momentos específicos, geralmente em locais que eram portos atlânticos de chegada de caravanas interioranas.

Juula, Dyula ou Diula

Outro agrupamento de agentes na região são os chamados juula, dyula ou diula, que só aparecem na historiografia a partir da primeira metade do século XX. A palavra juula na Senegâmbia pode significar três coisas diferentes: um comerciante profissional, um muçulmano ou ainda um falante da língua mandinga (MARK; HORTA, 2011, p. 52). Além disso, esta palavra se tornou um etnônimo:

Em algumas partes da África Ocidental, a palavra dyula também pode ser usada para se referir especificamente à associação à categoria étnica. Esse segundo significado de dyula é muito mais localizado; aproximadamente, estendeu-se por áreas a leste dos rios Bandama e Bagoue em partes das nações modernas de Mali, Alto Volta e Costa do Marfim (LAUNAY, 1982, p. 2)²⁸.

Os trabalhos que trataram especificamente sobre os juula enquanto conjunto de agentes comerciais na Senegâmbia, utilizaram poucas fontes produzidas no período em que esta tese se concentra (CURTIN, 1975; LAUNAY, 1982; WILKS, 2000). Nas fontes produzidas neste intervalo temporal, apenas Launay citou o relato de Richard Jobson, de 1621, quando evidencia que na relação entre o comerciante senegambiano Buckor Sano com o inglês, o agente local se referiu a ambos como “julietto” (LAUNAY, 1982, p. 2). Ou seja, uma corruptela da palavra juula (dyula) foi utilizada no período entre 1580 e 1700 para designar comerciantes em geral, internos e externos. De fato, nas fontes que analisei, não encontrei outras menções diretas a esta palavra ou a algum agrupamento de agentes sendo tratados como juulas ou dyulas. Assim, concordamos com Peter Mark, que essa identidade dyula foi uma criação do período colonial (MARK, 1995, p. 323). Levando em consideração estas particularidades, não tratarei os juula ou dyula enquanto agrupamento de agentes, pois, no período de 1580 a 1700 esta palavra servia para designar comerciantes em geral.

²⁸ Tradução nossa: in some parts of West Africa, the word dyula could also be used to refer specifically to ethnic category membership. This second meaning to dyula was far more localized; roughly, it extended over areas east of the Bandama and Bagoue Rivers in parts of the modern nations of Mali, Upper Volta and Ivory Coast

Bachares

Outro agrupamento de agentes para o qual farei opção semelhante são os bachares²⁹. Nas fontes analisadas, os bachares aparecem apenas no relato de Francisco Lemos Coelho, em 1669. Por falta de evidências em outras fontes, que corroborem a ação comercial dos bachares como um agrupamento de agentes, optei por não trabalhar com estes.

Lançados

Dentre os agrupamentos de agentes comerciais listados aqui, os lançados ou tangomaus são os mais vastamente analisado. Estes agentes exercem certo fascínio na historiografia, pelo seu aspecto de intermediários sociais, culturais, sociais e comerciais entre agentes atlânticos, mormente portugueses, e os diversos povos da Senegâmbia entre os séculos XVI e XVII.

Lançados ou tangomaus eram agentes estrangeiros que se instalavam na Senegâmbia com a anuência dos mandatários locais. Geralmente portugueses, muitos destes agentes possuíam ascendência judia que fugiam para a Senegâmbia no intuito de fugir da Inquisição Ibérica (HORTA; MARK, 2011). Em outro trabalho de minha autoria, tratei sobre os agentes que atuavam no comércio fluvial e marítimo às margens do rio Gâmbia e o comércio Atlântico, e analisei o papel dos lançados. Conclui que, naquele contexto geográfico, estes agentes funcionavam como intermediadores “culturais” entre agentes atlânticos e povos da Senegâmbia, conforme foi largamente estudado pela historiografia (MALACCO, 2017).

Porém, existem exageros consideráveis nas análises historiográficas sobre o protagonismo mercantil dos lançados. Antes de tudo, é necessário pontuar que estes agentes não eram “autônomos” em relação às redes de poder, sociabilidade e comércio locais. Boa parte historiografia assume esta perspectiva de dependência dos lançados em relação aos poderes políticos e econômicos locais. Contudo, ao focar suas análises especificamente na

²⁹ Segundo Philip Curtin, bachares seria um cognato do povo bajar, provavelmente usado na época para designar todo o grupo étnico da Tanda, inclusive junto com os Bajaraaanke e Koñagi, Basari e Bedik ou Tadanke. Eles habitavam o norte da atual Guiné-Conacri e faziam comércio em toda região da Senegâmbia (CURTIN, 1975, p. 177-178).

ação mercantil dos lançados, muitos autores deram tamanho enfoque ao papel destes agentes que, conseqüentemente, acabaram por diminuir ou apagar a relevância do conjunto de agentes comerciais internos.

As concepções da historiografia sobre os lançados são problemáticas em, no mínimo, três sentidos. O primeiro seria na sobrevalorização do papel comercial destes agentes. Maria Emília Madeira dos Santos, por exemplo, afirmou: “os lançados exerciam um papel de intermediários entre os estrangeiros e africanos, aumentavam o montante das transações que sem sua interferência seriam de muito menor vulto e não atingiriam o sertão em tão grande profundidade” (SANTOS, 1989, p. 77). Pela análise que fizemos das fontes, a entrada dos lançados no interior do continente, entre 1580 e 1700, não era uma regra, mas uma exceção.

Richard Rainolds e Thomas Dassel, em relato de 1591, registraram a presença de lançados em Porto D’Ale e Joola nas margens entre o rio Senegal e Gâmbia e nos portos de Cantos e Cação no rio Gâmbia. Eles afirmaram que os lançados vivem nessas localidades com permissão dos mandatários negros e que tinham várias limitações impostas pelos poderes locais:

Eles [os lançados] têm um lugar limitado até onde devem ir para o comércio dentro do rio de Gambia; e, além disso, não podem ir à pena de confisco de seus bens e perder a vida, pois os próprios donos da terra enviam em certos momentos suas próprias embarcações dentro do rio para tais lugares, onde eles têm grande reserva de ouro (RAINOLDS; DASSEL, 1591, p. 6)³⁰.

Neste excerto, Rainolds e Dassel notaram que os lançados possuíam limites com relação as suas possibilidades de adentrar ao interior do continente, limites estes impostos pelos mandatários locais que, inclusive, possuíam mecanismos de coerção. Outros indícios desta limitação do alcance dos lançados no rio Gâmbia aparecem no relato do inglês, Richard Jobson, em 1621: “para aquelas pessoas negras que moram acima no rio [Gâmbia], estes portugueses nunca tiveram uma habitação, apenas, como eu disse, um comércio em seus barcos em algumas partes do rio (JOBSON, 1621)”. Por fim, Jobson exemplifica que em alguns locais no alto curso do rio Gâmbia os lançados apenas faziam comércio costeiro e não entravam por terra ao interior.

³⁰ Tradução nossa: they haue a place limited how farre they must go to trade within the riuer of Gambra; and further they may not go vpon paine of confiscation of their goods, and losse of life. for that the Renters themselues send at certaine times their owne barkes within the riuer to such places, where as they haue great store of golde.

No período entre 1580 e 1700, a ação dos lançados era limitada aos portos costeiros e fluviais, portanto, sem poder no interior. Os lançados faziam negócios com comerciantes que vinham de rotas interiorana nos portos fluviais. O francês Vincent Le Blanc afirma que os lançados viviam comerciando nas margens do rio Grande, tendo por base a povoação de Balola (LE BLANC, 1592, p. 502). O flamengo Pieter de Marees é bem específico quanto a falta de poder de mando dos portugueses que moravam na Senegâmbia: “os portugueses estão aqui também, e há grandes tráfegos com outras nações, com as quais eles [os africanos] podem traficar levemente e francamente, porque eles não estão sob mando do rei da Espanha, por outro lado eles [portugueses] não são mestres do país, ou não tem mandamento senão acima de seus escravos” (DE MAREES, 1605, p. 3).

Agentes comerciais portugueses ou cabo-verdianos também registraram a falta de poder dos lançados. Francisco Lemos Coelho é esclarecedor neste sentido, ao afirmar que morou no porto de Cação, no rio Gâmbia e fez comércio com os mandingas que moravam no local. Contudo, Coelho não disse uma palavra sobre o fato dele mesmo ter viajado ao interior do continente. Ao contrário, afirma que:

De Samé ou Cantor para Baracúnda que o derradeiro porto donde vão os brancos há doze léguas como tenho dito, é muito ruim caminho, e não pode ir lá navio que demande mais que sete palmos de água, aqui é que vêm hoje as cáfilas, a mais grandiosa é a de uma casta de negros que chamam Jagancazes, em a qual vem mais de três mil pessoas (COELHO, 1669, 23).

Essa citação de Coelho explicita o exagero de Maria Emília Madeira dos Santos, que afirma que os lançados que interiorizaram o comércio atlântico. Cantor e Baracúnda eram portos fluviais do rio Gâmbia e, o segundo, de acordo com Lemos Coelho, era “o último aonde iam os brancos”. As caravanas jaxanke que iam até os portos, e não os agentes atlânticos que iam até o local de onde afluíam as caravanas. Além disso, o excerto reforça o nosso argumento de que os lançados eram intermediários que residiam em portos fluviais e marítimos sem acessar as rotas interioranas

O segundo ponto problemático nas análises sobre estes agentes é a própria concepção dos lançados como intermediadores culturais. George Brooks, um dos principais autores que tratam sobre as relações interculturais entre agentes atlânticos e africanos afirmou que: “crescendo em comunidades africanas e tendo alguma familiaridade com os europeus, os luso-africanos tinham um potencial único para exercer a função de intermediários comerciais e culturais” (BROOKS, 1993, 189). Para Brooks os lançados mediavam as relações entre os comerciantes atlânticos e os poderes políticos africanos. Inclusive, a conformação de uma

língua que incorporava as línguas europeias às estruturas morfológicas africanas, o Crioulo, é tratado como prova essencial desse papel de intermediador exercido pelos lançados. Segundo Peter Mark (1999, p. 15), o Crioulo enfatizaria o aspecto híbrido da comunidade dos lançados e caracterizava a natureza assimilativa da cultura a qual estavam associados.

Os lançados, porém, não eram os únicos que realizavam este papel de intermediadores. Entre 1580 e 1700, agentes dos próprios povos senegambianos tinham condições de fazer a intermediação linguística entre europeus e povos da Senegâmbia. Pieter de Marees, em 1605, escreveu: “no continente vivem vários negros, que negociam com todas as nações, e porque frequentam e habitam com muitas nações estrangeiras, falam línguas diferentes, como espanhol, inglês, francês e flamengo” (DE MAREES, 1605, p. 3).

Outros viajantes também registraram a presença de agentes senegambianos como pessoas que dominavam várias línguas e atuavam como intermediadores linguísticos. Em 1635, Alexis de Saint Lo (1635, p. 15-17), explicou que dentre os jalofos, existiam “línguas” que eram tradutores e o “grande língua do rei”, que era o responsável por fazer as trocas comerciais diretamente para o mandatário. No seu relato também aparece a evidência de que os agentes atlânticos contratavam pessoas livres em terra para fazer a intermediação linguística: “nós lhes agradecemos [ao grande língua do rei], através do nosso intermediário, que era um pequeno negro de Rufisque de apenas 12 ou 13 anos, que falava francês muito bem e era muito perspicaz (SAINT-LÔ, 16365, p. 18).

Em 1669, Francisco Lemos Coelho (1669, p. 100), notou que os jalofos, além do francês, falavam português e a língua flamenga. Nicholas Villaut (1669, p.51-53), acrescentou que o “grande língua” do mandatário do Kaajor, além de todas as línguas citadas por Coelho, também falava inglês. O francês Michel de La Courbe também escreveu sobre o “mestre língua” no Kaajor, e sua capacidade de falar francês (LA COURBE, 1685, p. 35). O autor ainda escreveu a impressionante informação sobre Belinguere, filha do rei do Kajoor que intermediou as relações entre o rei do Kaajor e os franceses e que “tinha um ar nobre e falava bem português, inglês e francês, uma marca muito confiante do grande comércio que ela teve com todas essas nações” (LA COURBE, 196).

Concordo que os lançados exerceram função de intermediadores culturais e o desenvolvimento do crioulo é uma prova neste sentido. Porém, a historiografia enfoca especificamente nos lançados como responsáveis por este papel de intermediação, ainda que se atentando às limitações políticas que os soberanos senegambianos impunham a este

agrupamento de agentes. Conforme evidenciei, agentes locais também faziam essa intermediação das relações políticas, comerciais e culturais e este fato é relegado ao segundo plano ou ao ostracismo.

Por fim, o terceiro ponto problemático nas análises dos lançados é a diminuição do papel das mulheres e dos grumetes no comércio na Senegâmbia, agentes que trataremos aqui como agentes comerciais locais e que são, por vezes, associados aos lançados.

As mulheres

A maioria dos trabalhos associam as mulheres da Senegâmbia diretamente aos lançados. George Brooks afirmou que um dos principais “privilégios” que os mandatários locais na Senegâmbia davam aos estrangeiros, era permitir e promover casamento de mulheres locais com forasteiros, como forma de vincular estes estrangeiros à família e comunidades locais (BROOKS, 1993, p. 38-39). Para Brooks, então, as mulheres em Senegâmbia cumpriam uma função de articuladoras políticas. Contudo, ele não explica se isto ocorria por vontade própria delas.

Alberto da Costa faz análise semelhante: “ao desposarem as africanas, os portugueses lançados na costa passaram a ter nelas as melhores mestras e as melhores sócias. Por meio delas, estabeleceram vínculos com as estruturas de mando locais” (SILVA, 2011, p. 238). O africanista brasileiro ainda afirmou: “em muitos casos, ao se associarem intimamente com os africanos, os lançados não só mudaram a maneira de comer, de vestir-se e de morar, mas adotaram as divindades da terra, e se deixaram escarificar, e se submeteram aos rituais sagrados” (SILVA, 2011, p. 240). Como se percebe, para Silva, a mulher então seria uma parceira, uma sócia, mera coadjuvante, dos lançados que serviria para inseri-los nas redes de comércio e sociabilidade locais.

Philip Havik foi outro pesquisador que analisou a presença das mulheres na Senegâmbia. Penso que Havik foi além dos outros pesquisadores aqui citados sobre a agência das mulheres senegambianas *per si*. O autor realizou uma série de estudos de caso de mulheres senegambianas, como Crispina Peres, Bibiana Vaz e Rosa Carvalho de Alvarenga, que possuíam relações com agentes portugueses e conseguiram, a partir de redes de

sociabilidade e comércio internas e externas à Senegâmbia, adquirir grande poder econômico e político (HAVIK, 2004). Embora tenha focado seu estudo em mulheres locais, a chave de análise do autor se baseia principalmente nas relações que elas construíram com estrangeiros.

Assim como Havik, Colleen Kriger (2019) analisou uma mulher senegambiana a partir de sua relação com um estrangeiro. Kriger fez um estudo de caso sobre a “Madame Esperança”, uma mulher de grande prestígio político e comercial no século XVI no Gâmbia, e seu casamento com o inglês William Heath. Porém, a chave leitura de Kriger é diferente. Ela não foi interpretada a madame como sócia, parceira, e nem “concubina”³¹, mas como a parceira amorosa de William Heath, que “expressou publicamente seu amor por sua esposa, bebeu para sua saúde e ficou muito feliz quando soube do nascimento de sua filha” (KRIGER, 2019, p. 181). A análise de Kriger humaniza Madame Esperança, destaca a agência dela, mostra que o relacionamento com Heath não era um simples acordo comercial, uma vez que a união dos dois que foi realizada de acordo com os costumes locais.

Em “*Women, Land & Power in the Lower Gambia River Region*” Assan Sarr demonstra a centralidade da terra na produção agrícola, tanto para o comércio quanto para a subsistência na região entre o rio Senegal e o rio Gâmbia. Sarr argumenta sobre o fato de que, dentre os jolas e os mandingas as mulheres eram cruciais na produção de grãos, enquanto entre os fulas e jalofos, elas também possuíam gado, escravos e terras. Nesta contribuição do autor, fica evidente como é possível estudar as mulheres na Senegâmbia sem necessariamente associá-las a um europeu, bem como a importância que este agrupamento de agentes feminino possuía na Senegâmbia (SARR, 2019).

Vanicléia Silva Santos, ao estudar a trajetória de Crispina Perez, uma comerciante que vivia no enclave comercial de Cacheu, evidenciou o poder comercial e político desta mulher. Ela se casou por duas vezes com agentes atlânticos. Os dois parceiros faleceram. Perez, pelas normas locais, teve direito às suas posses e se apropriou das redes comerciais estabelecidas pelos seus falecidos maridos. Conforme evidenciou Silva-Santos, o sucesso comercial de Crispina após sua viuvez foi tamanho, que seus inimigos e concorrentes comerciais à

³¹ Segundo o dicionário de Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez & Latino*, de 1728, concubina seria “a mulher com a qual habita e cohabita um homem, como se fosse sua própria mulher”. Seria, portanto, uma parceira amorosa com quem não se seria legalmente casado às normas jurídicas e religiosas da época. Tratar estas mulheres como concubinas, tal qual feito por Philip Havik (1999), seria considerar que elas não são companheiras legítimas dos lançados. Porém, como no caso de madame Esperança, estas uniões ocorriam de acordo com os costumes locais. Considerá-las ilegítimas é um equívoco, pois se não havia ingerência política europeia na Senegâmbia entre 1580 a 1700, é seguro afirmar que não era relevante se esses casamentos ocorriam de acordo com a égide europeia.

denunciaram, sob falsos pretextos, ao Tribunal do Santo Ofício, de modo a eliminar a adversária (SILVA-SANTOS, 2021). O caso de Crispina Perez evidencia que as agentes locais não eram apenas “concubinas”, e sim que, na verdade, essas mulheres podiam inverter a lógica e se apropriar das redes de seus companheiros.

As mulheres, de fato, foram responsáveis pelo fato de alguns lançados, tal qual Ganagoga – exceção, e não regra – conseguirem se interiorizar nas redes comerciais e políticas no continente. Mesmo em locais em que portugueses não frequentavam, como no rio Senegal, o casamento permitiu que o lançado de nome Ganagoga prosperasse: “No rio Senegal, nenhum espanhol ou português costuma comercializar: o apenas um português, chamado Ganagoga, mora no interior, ao longo do rio, por ter casado com uma das filhas do rei” (RAINOLDS; DASSEL, 1591, p. 6)³². A relação entre este português habitar no interior, ao longo do rio, e seu casamento com a filha do rei, é de causa e consequência: é o casamento com uma das filhas do “rei” que permite que ele habite a região do Senegal. Alberto da Costa e Silva, George Brooks, Philip Havik, Colleen Kriger estão, portanto, corretos ao afirmar que o casamento com mulheres locais era um fator fundamental ao sucesso dos lançados.

A relação com os lançados é apenas uma das análises possíveis das mulheres enquanto agrupamento de agentes. O comerciante inglês Richard Jobson, em 1621, afirmou que no rio Gâmbia, dentre os fulas, as mulheres eram suas “principais clientes”:

As mulheres sendo nossas principais clientes, que na maior parte dos lugares, sendo no fluxo ou no refluxo do rio, onde nós paramos para comerciar, nós tínhamos certeza de ter suas mercadorias todos os dias, como o leite, coalhada, dois tipos de manteiga, uma nova e branca, a qual chamávamos de manteiga refinada, que sem nenhuma dúvida era fresca e tão boa quanto as que temos em casa: tudo que eles trouxeram para nós foi em grandes e pequenas cabaças como pratos, compostas muito generosamente, e uma coisa que eu não esqueça de dar-lhes o devido louvor em que, em qualquer coisa que você recebeu delas, você o terá arrumado e limpo, que em seu leite você não percebe um cisco, nem na manteiga há qualquer sujeira, nem nas cabaças ou pratos em que elas traziam, na parte de fora brilhavam nas laterais e nas partes internas, sem nada desagradável (JOBSON, 1621, 102-103).

A partir deste excerto, acrescentamos que, além de lidar com a terra e com o gado, dos quais elas extraíam suas mercadorias para vender, as mulheres fulas também eram também agentes do comércio atlântico com os europeus.

³² Tradução nossa: In the riuer of Senega no Spaniard or Portugall vse to trade: and onely one Portugall called Ganigoga dwelleth far within the river, who was married to a kings daughter.

Francisco Lemos Coelho também descreveu que dentre aos bijagós, as mulheres “que lavram as terras, fazem sementeiras, as casas que moram que, ainda que pequenas, são muito limpas e alegres, e com todo este serviço vão todos os dias ao mar buscar mariscos” (COELHO, 1669, p. 178). Temos aqui mais um indício, desta vez entre os bijagós, de uma participação das mulheres na vida econômica da sociedade, através da agricultura e extrativismo.

Michel de La Courbe, em 1685, registrou diretamente sobre a importância da participação de mulheres no comércio no rio Senegal, especificamente

Encontrei várias mulheres de Bieurt³³ e outras de outras aldeias vizinhas, que tinham couros, painço, e tangas ou estofados de algodão, porque elas são que fazem quase todo o comércio no rio Senegal; elas têm vários cativos que mandam bem longe na terra para comprar couros que trazem de mais de 15 léguas nos asnos; eles os compram a um preço baixo, e tendo acumulado um número considerável deles, eles os trazem para a habitação em canoas (LA COURBE, 1685, p. 28)³⁴.

Este excerto é luminoso: as mulheres jalofas, além de fazerem praticamente todo o comércio no rio Senegal, também possuíam escravizados que enviavam ao interior para adquirem couros para serem comercializado com agentes atlânticos nos portos fluviais. Esta informação é semelhante ao que Jacob Le Marie (1695, p. 71) escreveu seu relato em 1695, sobre o comércio em Bieurt: “os homens não se intrometem com nada, são as mulheres que fazem o tráfico.”³⁵

Em uma tradição oral sobre a história dos mandingas, encontrei um forte indício de poder político e social das mulheres:

Eu disse naquela época, eram as mulheres que deram nomes; os homens não davam nomes. Eram as mulheres que nomeavam. Se você tivesse um filho, eles perguntavam: "que sexo é?" Você diria “é este ou aquele sexo”. Se houvesse uma velha mulher Nganaa lá, ela diria, “esta criança é minha homônima”. Você, a mãe que deu à luz ao filho, se ela te ama, ela te diria: “seu filho é meu homônimo”. Então você daria o nome dela à criança³⁶.

³³ Localidade próxima a foz do rio Senegal, que Boubarc Barry afirma ser um dos principais pontos de comércio da unidade política de Waloo (BARRY, 1972, p. 121).

³⁴ Tradução nossa: j'y trouvay plusieurs femmes de Bieurt et des autres villages circonvoisins, qui avoient apporté des cuirs, du mil, et des pagnes, ou estoffes de cotton, car ce sont elles qui font presque tout le commerce du Sénégal; elles ont plusieurs captives qu'elles envoient bien loing dans les terres pour acheter des cuirs qu'elles apportent de plus de 15 lieues sur leurs testes ou sur des asnes; elles les achètent a vil prix, et en ayant amassé un nombre considérable, elles les apportent a l'habitation dans des canots

³⁵ Tradução nossa: les hommes ne se mêloient de rien, ce sont les femmes qui y sont le Trafic.

³⁶ NCAC, Department o of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 490A-1. Informante: Não informado; Tópico: Mandinka History. Date: 1983; Local da entrevista: Não informado, p.5-6.

Concordando com Pierre Bourdieu, que afirmou: “compreende-se que uma das formas elementares do poder político tenha consistido no poder quase mágico de nomear e de fazer existir pela virtude da nomeação (BOURDIEU, 1989, p. 142)”, creio que este poder de nomear as novas crianças pertencer a mulher mais velha, Nganaa, é uma mostra de poder político e social das mulheres dentre os mandingas.

Porém, dentre as fontes citadas, o mais flagrante indício deste poder político das mulheres na Senegâmbia, é o caso da “grande mulher de Brac” citada por Michel de La Courbe em 1685:

Em dez de abril, a grande mulher de Brac, que é como a sultã do reino, me visitou [...] Ela me contou que, tendo ouvido falar de mim, tivera a curiosidade de vir me ver e que trouxera algum ouro do qual me apresentou; era como um pequeno relicário, uma obra de Mouros, muito bem trabalhada, com cinco ou seis douguerés, ou pérolas de ouro; o todo valia bem duas pistolas [...] Então, elas me fizeram entender que era hora deles recuarem; significava que tinha que pagar o presente que me deram. Eu lhes disse, portanto, que, como eles haviam me trazido algo, que eu ficaria muito feliz em não mandá-los embora com suas mãos vazias, que implorei a eles que me dissessem o que desejavam. Depois de uma pequena oração, eles me pediram espelhos, corais e seixos; e especialmente cravo, que eles gostam muito; Depois de ter feito o meu presente, eles permaneceram por algum tempo para me agradecer (LA COURBE, 1685, p. 159-162).

La Courbe, navegante francês, evidenciou que foi uma mulher, que ele chamou “grande mulher de Brac”, que foi fazer o ritual político-diplomático de troca de presentes com ele. Como ficará evidente no próximo tópico, esta é uma das principais práticas políticas de relações entre diferentes povos na Senegâmbia.

Demonstrei nas últimas linhas que as mulheres eram parte importante no sentido de inserir os lançados nas redes comerciais senegambianas e, a partir da união delas com estes agentes, elas se inseriam também nas redes atlânticas. Mas estas mulheres também eram importantes agentes no sentido econômico, político e social da Senegâmbia. Elas existiram para além dos lançados. Para perceber tal fato, basta ter atenção aos “silêncios e ruídos”.

Grumetes

Os grumetes, por sua vez, são agentes com raros estudos historiográficos, *per si*. O trabalho que encontramos especificamente sobre os grumetes é de Jean Claude-Nardin, de

1966. Trata-se de um estudo datado, repleto de equívocos conceituais e de uma retórica colonialista europeia. Ainda assim, o autor realizou um importante trabalho de etimologia da palavra “grumete” e o correlacionou ao termo “laptop”, comum nas fontes francesas escritas no final do século XVII. De acordo com Nardin, o termo grumete servia para designar marinheiros nativos que prestavam auxílio de navegação fluvial aos agentes atlânticos; sugere que a categoria identitária deles pertencia a diferentes povos habitantes da região, ocidentalizados em relação aos costumes e nominalmente praticantes da religião cristã; por fim, defende que, em geral, os grumetes eram relacionados a pessoas livres e que não necessariamente eram de origem servil, mas também que filhos de chefes políticos locais por vezes passavam anos junto a comerciantes atlânticos para aprender as formas de negociação dos brancos (NARDIN, 1966).

Os principais estudos sobre comércio atlântico na Senegâmbia sempre associam os grumetes aos lançados ou aos agentes envolvidos no comércio atlântico. Isto é parte do processo que chamarei aqui de hifenização, exemplificado por termos como luso-africanos, afro-portugueses e euro-africanos. Em artigo que analisa a concepção de objetos de marfim na Senegâmbia, Thiago Mota explica:

Vale mencionar a formação de um procedimento investigativo que busca o hibridismo, considerado como princípio e não como conclusão. O surgimento do campo de estudos evidencia esse paradigma, pois é indicado por uma nomenclatura africana hifenizada. Esta abordagem da cultura material africana, produção artística e / ou intelectual segue um padrão há muito desenvolvido na imaginação ocidental, como demonstrado por Valentin Mudimbe (MOTA, 2019, 3)³⁷.

Este “hibridismo como princípio e não como conclusão” abundam nas análises historiográficas não apenas sobre a cultura material africana, mas também sobre os agentes comerciais na Senegâmbia. Tanto para as mulheres quanto para os grumetes, os estudos dão pouca atenção às suas funções comerciais, políticas e sociais internas à Senegâmbia, buscando majoritariamente o entendimento de como estes agentes se envolviam no comércio atlântico e sua ligação com a Europa e com as Américas. Existe uma associação automática dos agentes internos com os agentes atlânticos, e pouca atenção é dada a estes agentes especificamente em contexto interno à Senegâmbia.

³⁷ Tradução nossa: it is worth mentioning the formation of an investigative procedure that seeks hybridity, considered as a principle and not as a conclusion. The emergence of the field of studies shows this paradigm, as it is indicated by an African-hyphenized nomenclature. This approach to African material culture, artistic, and/or intellectual production follows a pattern long developed in Western imagination, as demonstrated by Valentin Mudimbe.

Não estamos afirmando que não houvesse uma associação dos grumetes com os lançados, pois em alguns casos eles trabalhavam juntos. Por exemplo, André Almada (1841: 97-98), registrou em 1594, que “entre estes negros andam muitos que sabem falar a nossa língua portuguesa, e andam vestidos ao nosso modo [...]. E estes negros vão com eles [lançados] de uns Rios para os outros e à ilha de Santiago [arquipélago de Cabo Verde], e a outras partes”. Para incrementar esse argumento, o historiador David Wheat (2016), analisou o caso do grumete Marçal, que navegou enquanto tripulante livre do porto de Cacheu à América Espanhola em 1628.

Por vezes, era a associação aos grumetes que permitia que os lançados pudessem comerciar em determinadas localidades da Senegâmbia. Michel de La Courbe escreveu, em 1685, duas informações que corroboram esta informação. Sobre o rio Gâmbia, o comerciante francês escreveu: “há alguns portugueses que enviam negros para as aldeias com suas fazendas, para comprar o que podem encontrar, e quando eles têm muitas mercadorias, eles compram e vendem para os ingleses ou para os franceses” (LA COURBE, 1685, p. 205). Com relação ao arquipélago dos bijagós, La Courbe foi ainda mais explícito com relação a esta dependência que os lançados tinham em relação aos grumetes para comercializar em determinadas localidades:

Esta ilha, assim como dez ou doze outras que estão na foz do Rio Grande quase se escondendo uma da outra, são habitadas por povos muito bárbaros chamados bijagós que são todos idolátricos. Não há segurança em lidar com eles, exceto com um ou dois reis que são um pouco sociáveis; falam uma língua diferente dos outros negros e quase sempre fazem guerra uns aos outros; eles têm canoas muito grandes com as quais podem tirar de seus vizinhos para vendê-las; há vários cristãos negros que são dessas ilhas, criados entre os portugueses por meio dos quais vamos negociar com eles; mas quando os brancos vão sozinhos, eles sempre são roubados (LA COURBE, 219-220)³⁸.

Para comercializar com os bijagós os lançados tinham que utilizar os grumetes como intermediários. Isto era uma condição necessária. Considero que na análise destes agentes, deve-se levar em consideração o pertencimento dos grumetes aos âmbitos sociais, econômicos e culturais da Senegâmbia, onde a presença de agentes locais era imperativo para que agentes estrangeiros pudesse se inserir. Além disso, temos o importante indício da atuação dos

³⁸ Tradução nossa: Cette isle, aussi bien que dix ou douze autres qui sont a l'emboucheure de la rivière de Riogrande presque a la veüe l'une de l'autre, sont habitées par des peuples fort barbares qu'on nomme Bisagots qui sont tous ydolâtres. Il n'y a point de seureté de commercer avec eux a la reserve de celle cy et d'une ou deux autres dont les rois sont un peu sociables ; ils parlent une langue différente des autres nègres et se font presque toujours la guerre les uns aux autres ; ils ont de fort grands canots avec lesquels ils vont enlever de leurs voisins pour les vendre ; il y a plusieurs chrétiens noirs qui sont de ces isles, élevés parmi les Portugais par le moyen desquels on va négocier avec eux ; mais lorsque les blancs vont seuls, ils sont toujours volés.

grumetes sem a necessidade e intermediação dos lançados. Jacob Le Marie, mercador francês que comerciou na Senegâmbia em fins do século XVII revelou que no rio Cacheu, à época nomeado São Domingos, havia ilhas ocupadas apenas pelos grumetes, atuando independentemente:

Na saída do Rio de Santo Domingo, indo para o sul, encontramos várias ilhas. O primeiro é chamado As Três Ilhas, que na verdade é efetivamente ocupada pelos grumetes, que se retiraram da escravidão dos portugueses, a maioria deles tendo recebido o batismo, mas que renunciaram à fé Católica. Eles cultivam nesta ilha, que produz algodão suficiente, com o qual eles fazem panos. Eles têm canoas, que eles usam para negociar com os negros do continente (MARIE, 1695, p. 203)³⁹.

Ou seja, ao fim do século XVII, os grumetes ocupavam três ilhas no rio Cacheu, sem relações diretas com os portugueses, cultivando e comercializando algodão e tecidos, produtos que, como veremos, eram extremamente importantes nas rotas comerciais senegambianas. Assim como as mulheres, os grumetes existiam e agiam em conjunto com os lançados, mas também em separados dos estrangeiros.

As mulheres e os grumetes, portanto, são agentes que devem ser pensados em sua relação com os portugueses, mas também para além da hifenização, para além desta função de “intermediadores entre culturas”. Conforme explicitado por Alec Ichiro Ito, o perigo de estudos que minimizam as diferenças entre as sociedades:

reside na substituição do olhar minucioso pelas generalizações simplistas, respaldadas nos denominadores do hibridismo cultural, da miscigenação sanguínea, das identidades múltiplas, do sincretismo religioso e da fusão social pacífica entre as sociedades em contato. Em último caso, o abrandamento do ambiente conflituoso e o enfoque na conciliação entre os povos diminui a importância da discordância entre eles, como se a concordância suplantasse a divergência. É isso o que acontece quando os luso-africanos e “integrados” figuram como temática central das investigações: a luta entre os homens perde relevância e a desigualdade é mitigada (ITO, 2019, 126).

Entender a agência das mulheres e os grumetes para além de suas relações diretas com os lançados caminha justamente nesse sentido, abrindo espaço para a agência destes agrupamentos de agentes e diminuindo os riscos da sobrevalorização dos hifenizados.

³⁹ Tradução nossa: A la sortie de la Rivière de Saint Domingue, allant au Sud, on rencontre plusieurs Iles. Le premiere se nomme Les trois Iles, qui en a effectivement la figure, occupée pas les Gourmets, ou Nègres, qui se sont retirez de l’esclavage des Portugais, la plûpart ayant même receu le Baptême, ont renoncé la Foy Catholique. Ils cultivent cette Ile, qui produit assez de coton, avec lequel ils font des paignes. Ils ont des Canots, dont ils se servent pour negotier avec les Nègres de la grande Terre

Agentes Saarianos

Por fim, resta dissertar sobre os agentes do comércio externo à Senegâmbia, nomeadamente aqueles que se comercializavam nos “portos” nas bordas do Deserto do Saara e nos portos atlânticos, sejam fluviais ou marítimos.

O comércio saariano é anterior ao comércio atlântico. A viagem de Mansa Musa, mandatário mandinga do Mali, à Meca em meados do século XIII, prova que estas ligações se davam em campo comercial e político. Conforme argumentei em outro trabalho, esta viagem do Mansa simboliza a entrada da Senegâmbia no Dar al-Islam, ou seja, no território onde a religião islâmica tem grande número de adeptos. Ali, o Mali passou a fazer parte do Mundo Islâmico e, conseqüentemente, das rotas comerciais que existiam neste espaço (MALACCO, 2017, p. 47). Além disso, é necessário pontuar que o advento do comércio atlântico não significou o fim do comércio saariano. Com a abertura para o comércio atlântico, o comércio transaariano, embora marginalizado, chegou a prosperar, de uma forma geral, em relação à escala local.⁴⁰ (BA, 2020, p. 335).

O objetivo deste tópico é dissertar sobre os agentes que percorriam as rotas de comércio do deserto e chegavam nos “portos” saarianos na Senegâmbia, tal qual Timbuktu, Walata, Awdaghust e Gao. O problema que encontrei, tanto na historiografia quanto nas fontes sobre os caravaneiros, é que não há consenso sobre quem eram eles, em geral, chamados de “mouros” ou “árabes”⁴¹, palavras generalistas e que carregam consigo sentido pejorativo. Estes agentes serão analisados a seguir.

Segundo Edward Bovill (1958, 52-3), a rota entre Sijulmasa e Walata era controlada por tuaregues e “árabes” berberizados. Porém, esta afirmação não é corroborada por outros autores, que acabam por fazer o uso generalista para tratar sobre estes agentes. Este é o caso de Philip Curtin (1975, p. 273), que descreve que os “mouros” carregavam sal da Mauritânia para Gajaaga. John Wright (2007, 36) afirma que estes agentes eram, a princípio, Berberes Ibadi que foram depois substituídos por judeus magrebinos, “árabes” muçulmanos e europeus judeus e cristãos. A dificuldade de inferir quem eram os agentes das caravanas saarianas pode

⁴⁰ Tradução nossa: Avec l’ouverture et le commerce atlantique, le commerce transsaharien bien que marginalise, d’une maniere generale, arrive, avec adresse, a l’echelle locale, a prosperer.

⁴¹ Justamente pelo fato das fontes que mobilizamos não permitir uma definição mais concreta de quem eram estes agentes e dessas palavras carregarem consigo um sentido pejorativo, utilizarei aspas quando elas aparecem ao longo do texto.

ser explicitada por esta análise de John Wright, em sua análise sobre o comércio saariano de pessoas escravizadas:

Na verdade, o comércio de escravos transaariano operava em grande parte fora do controle de qualquer Estado reconhecido. Em vez disso, ocorreu sob o patrocínio e "proteção" de organizações descentralizadas, instáveis e sem centralização de assentamento ou de organizações tribais nômades, ou ainda de entidades políticas vagas, nos limites ou além dos limites da autoridade do corpo político de Trípoli ou marroquino (WRIGHT, 2007, 47)⁴².

Ao contrário, portanto, dos agentes do comércio atlântico, que é relativamente simples de saber de onde era a ascendência pelo patrocínio e filiação a um Estado-nação europeu, no deserto este entendimento se torna mais nebuloso.

Nas fontes consultadas, os agentes que aparecem citados como caravaneiros saarianos são “azenegues, árabes ou mouros”. A primeira referência aparece em Alvise Cadamosto (1455, p. 46-47), em 1455, que afirma sobre o comércio movido por “árabes” e azenegues, que trocavam cavalos por escravizados. No recorte desta tese, nas fontes consultadas, André Almada trata sobre o comércio entre “mouros Alarves” e jalofos (ALMADA, 1594, 244). Richard Jobson (1621, p. 52), em 1621, afirma que os “mouros bárbaros” do Marrocos iam comercializar ouro na Senegâmbia. Por sua vez, André Donelha (1625, p. 118) afirma que ao norte do rio Senegal, habitavam os azenegues. Por fim, no final do século, Cornelius Hodges (1690, p. 92) afirma que o comércio movido pelos “mouros”, que trocavam pessoas escravizadas por roupas e sal eram um inconveniente para os interesses dos agentes atlânticos.

Nas fontes francesas do final do século XVII, há uma relação direta entre o comércio saariano e o oferecimento, por parte dos agentes que percorriam suas rotas, de goma arábica para o comércio nos portos atlânticos e nos portos do Deserto. Michel de La Courbe (1685, p. 145-152), em 1685, afirmou que viajou cerca de 120 quilômetros acima do rio Senegal, para a localidade chamada Terra Vermelha, para comprar goma arábica dos “mouros”, que vinham em caravanas de dez, vinte ou trinta camelos para oferecer a mercadoria. Esta informação se repete em Jacob Le Marie (1695, p. 54), que acrescenta que “azenegues, árabes e mouros”, trocavam goma arábica, marfim e penas de avestruz com portugueses na ilha de Arguim, e que também trocavam cavalos por pessoas escravizadas com os povos da Senegâmbia.

⁴² Tradução nossa: Indeed, the trans-Saharan slave trade operated largely beyond the control of any recognised state. It came instead under the patronage and ‘protection’ of unruly, unreliable and independently minded settled or nomadic tribespeople, or vague political entities, at or beyond the limits of the authority of the Tripoline or Moroccan body politic (WRIGHT, 2007, 47).

Finalmente, François Froger, em 1697, repete essas mesmas informações de Jacob Le Marie (FROGER, 1697, p. 17).

Novos estudos como o de Francisco Manoel Freire explicam que o termo Azenegue se refere aos atuais Iznagen ou Narzigas, que comerciavam entre o rio Senegal e a costa marroquina, e mantinham ligações comerciais diversificadas com múltiplos interlocutores (FREIRE, 2009, p. 59). Os “mouros ou árabes”, seriam Banu Hassan ou “árabes” ludeua, que também realizavam comércio nessa região (FREIRE, 2009, p. 54). O comércio saariano e os agentes que nele atuavam será considerado nesta tese como mais uma via de comércio de longa distância na Senegâmbia. Dado as dificuldades de mapear a exata ascendência destes comerciantes e nosso objetivo ser analisar as rotas comerciais internas à Senegâmbia, chamaremos este agrupamento de agentes saarianos.

Agentes Atlânticos

Os agentes do comércio atlântico eram homens nascidos na Europa e em Cabo Verde. Os europeus eram de diversas nações: portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, flamengos, prussianos, etc. Não explicitarei as diferenças e semelhanças entes estes agentes, já que a intenção desta tese é estudar as redes de comércio internas à Senegâmbia e mostrar como estas foram influenciadas e influenciavam os contextos políticos, culturais e sociais senegambianos. Estes agentes atlânticos não adentravam nestas redes internas, pois eram apenas parte das pontas das rotas que desembocavam nos portos fluviais e marítimos da região. A principal relevância deste agrupamento para esta tese foi a produção de boa parte das fontes analisadas nesta tese. Estes agentes foram beneficiados, no sentido de sua inserção nas pontas atlânticas destas redes comércio e conseguiram constituir alguns enclaves comerciais na Senegâmbia.

Em suma, analisarei nesta tese o conjunto de agentes apresentados neste tópico: jaxankes, bixirins, juulas, bachares, lançados, mulheres, grumetes, mulheres, agentes saarianos e agentes atlânticos. Optei por trabalhar com estes conceitos porque estão ligados diretamente ao contexto interno à Senegâmbia. Além disso, etnias não são conceitos externos aplicados à realidade local. Também evitei incorrer na fluidez da chave étnica, que “procedem apenas da ação do colonizador que, em sua vontade de territorializar o continente africano,

recortou identidades étnicas que acabaram sendo reapropriadas pelas populações” (AMSELLE, 2017, p. 38). Por fim, a intenção de trabalhar com conceitos locais busca compreender a Senegâmbia pela ação das pessoas que nela atuavam comercialmente, suas vidas cotidianas, no contexto em que estavam inseridas é evitar os fatores externos, ocidentais e/ou generalistas,

1.2 Ordenamento político, social e comercial senegambiano

Considerando o significativo contingente de agentes que comercializavam na Senegâmbia entre 1580 e 1700, este tópico tem uma questão central: quais eram os arranjos sociais que permitiam que estes mercadores existissem e coexistissem na Senegâmbia? Para responder a esta questão argumento que a prática social nomeada *Landlord and Strangers Reciprocities* aplicada no território senegambiano é essencial para entender os arranjos entre estrangeiros e donos da terra. Por fim, examino as práticas diplomáticas, a troca de presentes e a cobrança de impostos por parte de mandatários senegambianos em relação aos mercadores atlânticos.

Em trabalho seminal, Walter Rodney (1966, p.163) argumentou que “cada comerciante que residia na Senegâmbia, de fato, colocou-se sob a proteção de um governante africano; e entre os dois, havia um entendimento sobre direitos e obrigações mútuos”.⁴³ O historiador guianês escreveu esta premissa na intenção de explicar como os agentes atlânticos se assentavam na Senegâmbia. Segundo Rodney, os europeus, mormente os não portugueses, eram tratados como estrangeiros, que faziam uma espécie de contrato com senhorios africanos para a proteção de sua vida e propriedade. Em troca, os agentes atlânticos mantinham certos pagamentos. Walter Rodney foi o primeiro autor, dentre a historiografia consultada, que utilizou os termos “*landlord and strangers*” para definir este tipo de relação, em que cada comerciante estrangeiro residente se colocava sobre a proteção de um mandatário africano e, dentre eles, havia um entendimento de direitos e obrigação mútua (RODNEY, 1966, 163-164).

Philip Curtin, ao tratar do que chama de diásporas comerciais internas à Senegâmbia, afirma que o comércio de longa distância já era prática recorrente na Senegâmbia antes da chegada europeia. Essas práticas precedentes aos europeus permitiram que os agentes atlânticos reproduzissem o padrão de se instalar em terras Senegambianas nos séculos XVI e XVII (CURTIN, 1975, 61). Assim as relações dos mercadores europeus com os poderes locais tinham duas possibilidades. Uma delas, seria a completa submissão dos comerciantes europeus aos mandatários, que os mantinham sob condição de dependência, A fim de obter lucros sobre as atividades comerciais. A outra possibilidade diz respeito à conformação de

⁴³ Tradução nossa: Each resident trader in fact placed himself under the and protection of an African ruler; and between the two, there was an understanding on mutual rights and obligations.

enclaves comerciais que se baseavam em religião, nacionalidade ou profissão comuns (CURTIN, 1975, p. 62-63).

O primeiro autor a fazer desta prática objeto específico de sua pesquisa foi George Brooks. Utilizando o termo formulado por Rodney (1966, p. 163), o autor publicou duas obras, uma em 1993, e a outra em 2003, que tratam mais profundamente do conceito de *Landlord and Strangers Reciprocities*. Para Brooks, a definição do conceito é a seguinte:

As origens do *Landlord-Strangers Reciprocities* são perdidas na antiguidade, mas seus princípios estão embutidos nos fundamentos das sociedades da África Ocidental. A hospitalidade e o comportamento apropriado em relação aos estrangeiros são assegurados pelas responsabilidades de afiliações de parentesco (reais e imaginárias), pela lei consuetudinária que se acredita ser apoiada por sanções divinas e reforçada pelo uso prolongado, pela socialização de crianças e por ditos frequentemente repetidos, provérbios e histórias heurísticas. Da mesma forma, o comportamento dos estrangeiros é condicionado por fatores precedentes e pelo pavor de acampar à noite, pela dependência de hospedeiros por comida, abrigo, terra, acesso a redes comerciais e outros recursos, e pelo respeito pelos poderes espirituais considerados empunhados pelos hospedeiros, através de sua afiliação com os espíritos de uma determinada área, mediada por ancestrais⁴⁴ (BROOKS, 1993, p. 38).

Como se percebe, Brooks define a prática pela sua antiguidade e por estar nos fundamentos da conformação do tecido social senegambiano. Ao hóspede, os donos da terra garantiam alimentação, abrigo e proteção. Essa proteção e boa acolhida dada ao hóspede era uma via de mão dupla. Em contrapartida, os hospedeiros recebiam presentes, impostos, faziam alianças comerciais e políticas com as estruturas de mando e comerciais do local deles e compartilhavam os lucros do comércio (BROOKS, 1993, p. 38). Este tipo de prática é tão forte na Senegâmbia, que Manuel Bivar (2018, p. 12) explicou que “na bibliografia senegambiana as relações entre o estrangeiro e os donos da terra têm sido chamadas de ‘landlord-strangers’. Se há cimentos senegambianos este parece ser um deles”. Mais que isso, conforme ficará explicitado ao longo de todo este trabalho, penso que são as relações comerciais internas à Senegâmbia, movidas por agentes senegambianos, que conseguem dar um sentido de unidade à macrorregião.

⁴⁴ Tradução nossa: “The origins of landlord-strangers reciprocities are lost in antiquity, but their tenets are embedded in the fundaments of the societies of western Africa. Travelers are provided with food and lodging, and their possessions are secured. Hospitality and appropriate behavior toward strangers are ensured by the responsibilities of kinship affiliations (real and imaginary), by customary law believed to be supported by divine sanctions and reinforced by long usage, by the socialization of children, and by oft-repeated sayings, proverbs, and heuristic stories. Similarly the behavior of strangers is conditioned by foregoing factors and by dread of camping out at night, by a dependence on hosts for food, shelter, land, access to commercial networks, and other resources, and by respect for spiritual powers thought to be wielded by landlords through their affiliation with the spirits of a given area, mediated through ancestors”.

A motivação que levava os mandatários senegambianos a abrigarem os comerciantes estrangeiros é evidente em uma tradição oral sobre a história do Wuli. Segundo o informante,

O mansa de Banjul pegava os papéis. Ele lhes diria que o navio estava se aproximando por esta hora. Se essa hora chegasse, se chegasse, se o navio viesse, esses comerciantes conheceriam pessoas. Se os comerciantes chegarem lá, ele diria aos comerciantes para se assentar. Se os comerciantes se assentarem, e se eles se estabelecerem, eles produziram riqueza. Se a riqueza acabasse, ele chamava novamente os comerciantes⁴⁵.

A motivação para o Mansa abrigar os comerciantes e os convidar para se assentar é evidente: produzir riqueza, que era produzida através de troca de presentes, impostos e pelo comércio. Por isso a hospitalidade era prática corrente. As fontes escritas por agentes atlânticos também explicitam esta prática baseada na hospitalidade ao estrangeiro. Alvise Cadamosto, um dos primeiros agentes atlânticos a chegar a Senegâmbia por vias atlânticas, escreveu seu relato entre 1463 e 1465, no qual reforça essa proposição da hospitalidade os povos da Senegâmbia: “são caritativos, porque dão de comer, e beber a qualquer forasteiro que chega à sua casa por um jantar, ou uma noite; e isto sem estipêndio algum” (CADAMOSTO, 1465, 31-32).

O mercador francês Claude Jannequin, por sua vez, afirmou: “mas enquanto esses homens são extremamente miseráveis, por causa de infertilidade da terra, eles não deixam de exercer a hospitalidade aos viajantes, ações de todos eles, a mais civil e razoável”⁴⁶ (JANNEQUIN, 1643, p. 78). O francês Jean-Baptiste Gaby também faz uma descrição deste hábito: “se partem de suas casas, eles saem sem qualquer provisões. O que os permite a não fazê-lo é que eles saibam que a hospitalidade reina entre eles, e isso é tão verdadeiro, que aqueles que passam, seja para viagens ou negócios, são sempre bem recebidos”⁴⁷ (GABY, 1687, p. 47).

Essa hospitalidade é abrangente aos mercadores e religiosos em contexto interno. Ao descrever os marabutos (palavra que utilizou de maneira como sinônimo de bixirins

⁴⁵ NCAC, Department of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 163/A. Informante: Não informado; Tópico: Mandinka History/ Music Wuli. National Troupe; Date: S/D; Local da entrevista: Não informado, p. 11. Tradução nossa: The mansa of Banjul took the papers, He would tell them the ship will be roaming by this time, If that time came, if it came, If the ship came, Those traders will know people If they arrive there, they will tell the traders to settle They traders will settle The traders will settle, if they settle down, they would produce wealth, If they produce wealth, if the wealth finished they call the traders

⁴⁶ Tradução nossa: “Mais combien que ces hommes foient extrêmement miserables, à cause de l’infertilité de leur terre, si est ce qu’ils ne laissent pas pourtant d’exercer l’hospitalité aupres des voyageurs, action de toutes les leurs, la plus civile & raissonable”.

⁴⁷ Tradução nossa: “Si partant de leurs cazes, ils saisoient quelques provision. Ce qui les en engage à n’en point faire, c’est qu’ils sçavent que l’hospitalité regne parmy eux : Et cela est si vray, que ceux qui passent, soit pour voyage, soit pour affaire, sont toujour bien receus”.

mandingas), Richard Jobson afirmou a gentileza e acolhimento de Mahome para com os estranhos que chegavam na casa dele:

O lugar onde construimos nossas casas e cercamos com palha para nosso próprio uso, era à margem do rio [...] a algumas centenas de passos além da nossa, existia uma pequena cidade destas pessoas religiosas, onde vivia um Marabout ancião, chamado Mahome, de quem nós recebemos muitas informações sobre o que existia acima, sobre a abundância de ouro ali, que ele mesmo viajou e viu, como é a sua profissão por fazer [...] Este Mahome, por diversas vezes entreteve e abrigou estranhos, principalmente de sua própria profissão, de forma que ele abrigou por uma noite em sua casa um marabout que, pela manhã, veio através da margem do rio até próximo a nossa cidade⁴⁸ (JOBSON, 1621, p. 127-128).

Esta lógica de hospitalidade independe da filiação religiosa. Os bixirins se aproveitavam também da aproximação com a fé de seus hospedeiros, mas há evidências de praticantes das mais diversas religiões se hospedando em cidades senegambianas. Neste sentido, o excerto abaixo do capuchinho francês Alexis de Saint Lô é elucidativo:

Há neste porto de Rufisque uma coleção de todo tipo de pessoa. Em um só dia, eu vi nove tipos de religião: cristãos católicos, cristãos calvinistas, puritanos, armênios, judeus, turcos, (seguidores de) Bucherius⁴⁹, *Marabouts* e luteranos. Apesar da diversidade de crenças, todos se tratavam de maneira convivial e nos mostravam muita afeição e respeito, pois admitiam que nossa religião era muito boa (SAINT-LÔ, 1637, p. 28).

Embora afastamentos e aproximações religiosas entre agentes estrangeiros e senegambianos fossem mobilizadas em busca de melhorar a convivência e o comércio⁵⁰, tudo indica que, ao contrário do que ocorria na Europa no início da Idade Moderna, a convivência religiosa não era um tabu na Senegâmbia.

Uns dos principais agrupamentos de agentes comerciais beneficiados por essa lógica da hospitalidade foram os lançados. Ao escrever sobre estes agentes, Alberto da Costa e Silva argumentou:

Os reis e os aristocratas recebiam o forasteiro como hóspede e, como hóspede, o protegiam. Dele esperavam, contudo, não só que lhe mostrasse reconhecimento e fidelidade, mas também que obedecesse às leis da terra e, de certa forma, lhes retribuísse a acolhida, pagando com presentes os tributos

⁴⁸ Tradução nossa: Tradução nossa: “The place where we had houses built, and walled with straw for our own uses, was seated by the River side, upon the top of the banke [...] some hundred paces within us, from the river, was a small towne of these religious people, wherein lived an ancient Mary-bucke, called Mahome, from whom we receiver much relation concerning the contrey abovem, and of the abundance of gold there, which himselfe had travelled and seene, as it is their profession to doe [...] The Mahome did diverse times lodge and entertaine strangers, that came, especially of his owe profession, amongst which there had laine one night at his house, a Mary-Bucke who in the morning coming downe to the River side, close without our wall.”

⁴⁹ Jesuíta francês.

⁵⁰ Para mais ver HORTA; MARK, 2005.

de vassalagem e, sobretudo, fazendo com que para seus portos afluíssem o comércio (SILVA, 2010, p.248).

Conforme argumenta o historiador brasileiro, a hospitalidade cedida aos lançados e, acrescento, aos outros estrangeiros, tinham como objetivo conectar a Senegâmbia às redes comerciais de longa distância. Essa aceitação do estrangeiro não era apenas uma questão de amabilidade ou generosidade. Algumas nações permitiram que agentes externos se estabelecessem em seu território para, desta forma, abrir um novo nicho comercial que poderia fornecer mercadorias desejáveis. Os lançados foram também beneficiados por uma das características das relações de *Landlord and Strangers Reciprocities*, que era o privilégio concedido a alguns estrangeiros de se casar com uma mulher local. O inglês Richard Jobson possui uma descrição significativa desta prática. Ao se encontrar com o lançado Jasper Gonçalves no rio Gâmbia, o inglês notou que ele era casado com mulheres locais: “estávamos a chegar a uma cidade chamada Pompeton [no rio Gâmbia], onde habitava um português, chamado Jasper Gonçalves, que tinha um jovem parente com ele, chamado Marko, mas nenhuma mulher além de negras”⁵¹ (JOBSON, 1621, p. 159). Esta descrição de Jobson mostra duas possibilidades de análise. A primeira é que, considerando que Jasper Gonçalves era um lançado, ele possuía ligações maritais com mulheres locais.

Para os agentes estrangeiros, se instalar na Senegâmbia era sumamente importante para obter proteção política. Não sendo donos da terra, sem jurisdição e com um poder limitado, os agentes externos precisavam ter quem lhes assegurasse o uso da terra, moradia e, por vezes, a vida. Em alguns casos, mandatários locais davam pareceres jurídicos favorável aos estrangeiros em detrimento de pessoas locais. O comerciante cabo-verdiano André Donelha escreveu um destes exemplos:

Andavam os brancos tão seguros como em suas mesmas casas; a outra sentença, foi que havia em Casamance um tangomau de poucas carnes, e tão miserável de sua condição que se ia algum branco ou negro a sua casa nem uma cola lhe dava, pera sobre ela beber um pouco d’água, e por sua miséria lhe chamavam assim os brancos como os negros, Triste Vida; Determinou um negro de lhe armar um golpe [...] Aconselhou-se esse negro com sua mulher, que fosse a casa de triste vida e lhe pedisse alguma coisa, e se não desse gritasse; e dissesse que triste vida a estuprara ; é lei em Casamance que o negro que estupra uma mulher casada morra pelo caso, e se for branco, o faz pagar o valor de um escravo; A mulher era moça e bem disposta, foi a casa de Triste Vide, e se assentou na sua cama, depois de falar e outras coisas, lhe pediu umas bandas de pano e que lhe desse o que beber; o Triste Vida, como não tinha condição de dar nada, não lhe deu, mas antes lhe disse que se fosse; Começou a boa da mulher a dar brados, aos quais acudiu o

⁵¹ Tradução nossa: “We were to come to a towne called Pompetane, at which place dwelt a Portingall, called Jasper Consalvos [Gonçalves], who had a young kinsman with him, called Marko, but no women but blacks.”

marido; ela lhe disse que Triste Vida a tinha estuprado; o negro fazendo grande espanto amarrou a Triste Vida as mão e o levou ao Rei amarrado dizendo que estuprara sua mulher, e lhe fizesse justiça; Perguntou o rei a Triste Vida se era verdade; o pobre negava e se conjurava; o rei por galantear com ele, que lhe sabia a condição, lhe disse que seus olhos diziam ter ele feito esse delito e adultério, que dissesse a verdade, que não havia de morrer senão pagar a pena; o pobre não fazia se não negar; perguntou o rei a mulher, disse que ele a estuprara quando ela ia à sua casa vender fruta, o marido dizia que o achara apegado à sua mulher; Perguntou o rei se tinham testemunhas; disse o marido que os que acudiram aos brados de sua mulher, e não tinha outras de vistas; o rei depois de estar um pouco cuidando, chamou a um negro seu criado mancebo, e lhe disse com pena de morte, vos mando que logo diante de mim estuprar essa mulher; como o que mandava se cumpria à risca, o mancebo aferrou logo dela e a derrubou; **estavam a ver alguns brancos que Masatamba tinha por hóspedes**, e mais de trezentas pessoas negros e negras; a negra por se não ver cavalgada diante do rei, e de tantos se defendeu; o mancebo punha toda sua força, para cumprir o mandado do rei, e ela por se defender de maneira que já o mancebo estava cansado, e lhe corria suor do rosto. Vendo Masatamba isso, mandou que o mancebo estivesse quieto, e disse a boa mulher: “velhaca, se este negro com ser mancebo e bem disposto, e com eu mandar com pena de morte, não pode ter parte contigo, como Triste Vida, tão fraco e desprezível, havia de vos estuprar, sendo vós uma moça tão bem disposta, e rica como temos visto, vos havia de estuprar; se dormiu convosco, vós lhe destes por vossa vontade, e para que me não tragam outro caso semelhante diante de mim, vós e vosso marido sereis de Triste Vida; mandou desamarar a Triste Vida e amarrar a ela e o marido, e os deu a Triste Vida, dizendo-lhe, vende-los e comei com o seu valor, já que vos queriam comer o vosso; o bom de Triste Vida os passou a Cacheu e os vendeu (DONELHA, 1625, p. 140-141, grifo nosso).

Desta longa citação, percebemos que Masatamba, mandatário de Casamance julgou o caso favoravelmente a Triste Vida. Por outro lado, os falsos acusadores foram escravizados e dados ao português. Além disso, nas partes que grifamos, percebemos que existia, na unidade política de Casamance, a possibilidade de estrangeiros se instalarem em terra, com segurança e que o próprio mandatário podia fazer estrangeiros de hóspedes, fatores que corroboram com o conceito de *Landlord and Strangers Reciprocities*.

As relações entre lançados e donos da terra não eram livres de animosidades. Com relação aos próprios lançados, há exemplos opostos ao relato sobre Triste Vida. André Almada, em 1594, narrando acontecimentos que remontam a década de 1580, descreveu sobre as relações dos lançados com os papéis no rio Cacheu, informou que: “antigamente habitavam os nossos com estes negros na mesma aldeia, debaixo da palavra e guarda de seus hóspedes. E eram mui avexados deles, como de outros da mesma nação que desciam do sertão. E houve já muitas mortes e roubos importantes que cada dia recebiam” (ALMADA, 1594, 299).

A prática da hospitalidade de europeus levava a conflitos com as unidades políticas europeias. Em uma carta datada de 1641, o autor João Pereira afirmou que: “no ano de 1629

me mandou V. Magestade passar à Guiné desalojar os Holandeses da fortaleza de Berzeguiche, castigar os Portugueses Judeus que viviam com Sinagoga no Arrecife, visitar os Reis vizinhos e corroborá-los de nossa amizade”⁵². Arrecife é a grafia portuguesa para a cidade de Rufisque. Por mais que a coroa portuguesa tivesse dado essa ordem a João Pereira, anos mais tarde Alexis de Saint Lô (SAINT-LO, 1637, p. 28) e La Courbe (LA COURBE, 1685, p. 208) notaram a permanência de judeus no local. Isso significa que os mandatários de Rufisque não se dobraram as demandas da coroa portuguesa, mantendo a prática da hospitalidade de acordo com seu próprio interesse.

Essas descrições dissonantes, em que os estrangeiros poderiam ou não contar com a hospitalidade, demonstram que a prática de *Landlord and Strangers Reciprocities* dependia única e exclusivamente da vontade dos mandatários e habitantes da Senegâmbia. A não ingerência das coroas europeias nesta prática fica evidente no fato de que os mandatários jalofos de Rufisque não entregaram os judeus que ali habitavam à Inquisição Ibérica. Estes casos em que a prática de hospitalidade não era mantida e que poderiam causar conflitos políticos, demonstram como o ambiente senegambiano não era ausente de conflitos e que as relações de poder político, social e econômico eram bem demarcadas, pendendo a favor dos senegambianos.

As relações diplomáticas e a taxaço

Outro fator importante para evidenciar que o poder na Senegâmbia estava nas mãos dos mandatários locais pode ser mostrado por meio da forma como se davam as relações diplomáticas, a troca de presentes, e a cobrança de impostos na Senegâmbia. Nas fontes documentais atlânticas, é comum a descrição da prática de se presentear os mandatários e comerciantes senegambianos com alguns produtos no momento das trocas comerciais. É interessante notar que na longa duração, desde os relatos de Alvise Cadamosto, de 1444, até o de Jacob Le Marie, de 1695, essa prática é contínua.

Para compreender a atenção dos relatos europeus sobre a diplomacia na costa oeste africanas, é preciso perceber o significado da diplomacia na Europa no século XVI e XVII. Em um esforço de teorizar o que é um presente, a historiadora Irma Thoen, que estuda

⁵² BRÁSIO, A. Monumenta Missionária Africa. *Presença dos Judeus na Guiné, 3/12/1641*, 2011, s. II, v. 5, p. 355.

relações diplomáticas na Holanda, afirma que podem ser presentes materiais, como objetos, comida, bebida, dinheiro, presentes artísticos ou intelectuais, assim como presentes imateriais, como hospitalidade ou apoio. Para diferenciar a troca de presentes de trocas comerciais, Thoen afirma que é necessário observar o princípio da reciprocidade, as datas e relações sociais que envolvem a transação. Afirma ainda que:

A última visão de que a troca de presentes é um sistema com um papel contínuo dentro da história da sociedade humana, parece ser a mais convincente. Aqui, a troca de presentes é considerada um dado antropológico. Como se afirma na Enciclopédia das Emoções Humanas, “dar e receber é uma prática comum a todas as culturas do mundo”. É um fenômeno que existe em qualquer época e lugar, independentemente do nível de desenvolvimento econômico da sociedade sob escrutínio. O sistema de presentes existe paralelamente ao sistema econômico e não é uma substituição dele, nem uma contradição a ele. Os dois sistemas podem interferir e influenciar uns aos outros em certos casos, mas, em geral, o sistema de presentes é um sistema com sua função específica dentro da sociedade humana⁵³ (THOEN, 2016, p. 19).

Thoen pondera que é difícil sustentar que os presentes são sempre oferecidos espontaneamente e baseados no livre-arbítrio, pois, por vezes, fazem parte da necessidade de redes de sociabilidade e de convenções sociais. No Natal, por exemplo, Thoen presentear tem quase um caráter obrigatório (THOEN, 2016, p. 22). Além disso, presentes podem ser usados para iniciar contatos sociais ou para reafirmar a conexão de contatos previamente estabelecidos (THOEN, 2016, p. 223).

Na mesma lógica, a historiadora Diana Carrió-Invernizzi, que estuda troca de presentes na Itália, afirma que a troca de presentes “mantinha um sentimento de obrigação vivo na pessoa que o recebia. A história das práticas de presentear no início do período moderno é complexa, com obrigações e expectativas de registros extremamente variados. Um presente permitiu iniciar ou fortalecer uma relação de fidelidade, cultivando um sentimento de dependência⁵⁴” (INVERNIZZI, 2008, p. 882). A autora também destaca o fato dos presentes podem ser trocados tanto por amigos quanto por inimigos, a fim de alcançar objetivos

⁵³ Tradução nossa: The latter view that gift exchange is a system with a continuous role within the history of human society, seems to be the most convincing. Here gift exchange is considered an anthropological given. As is stated in the Encyclopaedia of Human Emotions “giving and receiving is a practice common to all cultures in the world”. It is a phenomenon that exists in any time and place, irrespective of the level of economic development of the society under scrutiny. The gift system exists parallel to the economic system and is not a replacement of it, nor a contradiction to it. The two systems may interfere and influence each other in certain instances, but, in general, the gift system is a system with its own specific function within human society.

⁵⁴ Tradução nossa: kept a feeling of obligation alive in the person receiving it. The history of gift-making practices in the early modern period is a complex one of obligations and expectations of extremely varied registers. A gift enabled one to start or strengthen a relationship of fidelity, by cultivating a feeling of dependence.

político, sendo empregado em determinados contextos a fim de complicar ou facilitar relações diplomáticas (INVERNIZZI, 2008, p. 891). Acrescentamos que, na Senegâmbia dos séculos XV-XVII a troca de presentes tinha a finalidade de alcançar objetivos comerciais.

São semelhantes as conclusões de ambas as autoras sobre trocas de presentes e objetivos diplomáticos, sociais e políticos. Os próprios títulos de suas obras são elucidativos nesse sentido. Enquanto a de Irma Thoen chama “Afeição Estratégica? Troca de Presentes na Holanda do Século XVII”, o de Diana Carrió-Invernizzi chama “Presentes e Diplomacia na Itália Hispânica no Século XVII”. Como se percebe, as autoras procuraram entender o que estava por trás do costume social de se presentear durante a modernidade europeia.

No contexto senegambiano, entre 1580 e 1700, a troca de presentes era uma via de mão dupla de inteligibilidade local. Michel de La Courbe, ao descrever seu encontro com a companheira do Brac do Ualo, que chama de “sultã do reino” (LA COURBE, 1685, p. 159), narrou como se deu a troca de presentes entre eles:

Ela me contou que, tendo ouvido falar de mim, tivera a curiosidade de vir me ver e que trouxera algum ouro do qual me presenteia; era como um pequeno relicário, uma obra dos Mouros, muito bem trabalhada, com cinco ou seis douguerés [sic], ou pérolas de ouro; o todo valia bem duas pistolas [...] Então, elas me fizeram entender que era hora deles recuarem; significava que eu tinha que pagar o presente que me deram. Eu lhes disse, portanto, que, como eles haviam me trazido algo, eu fiquei muito feliz em não mandá-los embora com suas mãos vazias, que implorêi a eles que me dissessem o que desejavam. Depois de uma pequena oração, elas me pediram espelhos, corais e seixos; (Estes são grandes grãos de vidro vermelho colocados em um ornamento para a noite, porque eles colocam sete ou oito linhas ao redor das casas); e especialmente cravo, que eles gostam muito; Depois de ter feito o meu presente, eles permaneceram por algum tempo para me agradecer, e então me disseram “tago”, isto é, para Deus⁵⁵ (LA COURBE, 1685, p. 160; 162-3).

A situação descrita é visivelmente uma troca de presentes e uma relação de reciprocidade. A mulher do Brac do Ualo deu ouro para o francês e, em troca, recebeu espelhos, corais, seixos e cravo. La Courbe descreve a relação como troca de presentes, e não

⁵⁵ Tradução nossa: “Elle me fit dire qu'ayant ouy parler de moy, elle avoit eu la curiosité de me venir voir et qu'elle avoit apporté de l'or dont elle me faisoit présent ; c'estoit comme un petit reliquaire de filigranne, ouvrage de Maure, fort bien travaillé, avec cinq ou six douguerés, ou perles d'or ; le tout valoit bien deux pistoles [...] Ensuite, elles me firent entendre qu'il estoit tems qu'elles se retirassent ; cela vouloit dire qu'il falloit leur payer le présent qu'elles m'avoient fait. Je leur fis donc dire que, comme elles m'avoient apporté quelque chose, j'estois bien aise aussy de ne pas les renvoyer les mains vuides, que je les priois de me dire ce qu'elles souhaitoient. Apres s'estre fait un peu prier, elles me demandèrent des miroirs, du corail et du galet ; (ce sont des gros grains de verre rouge enfilez qui st un ornement pour la nuit ; car elles s'en mettent sept ou huit rangs autour des reins) ; et surtout du clou de girofle qu'elles aiment beaucoup ; après leur avoir fait mon présent, elles demeurèrent encore quelque tems pour me remercier, puis elles me dirent tago, c'est a dire a Dieu”.

como relação comercial, tal qual faz em outros momentos. Para o francês, então, existe uma diferenciação entre a troca de presente e a transação comercial.

Essa troca de presentes na Senegâmbia envolvia bens materiais e também, por vezes, algumas formalidades que a princípio podia gerar estranhamento nos agentes atlânticos. O consumo de carne de elefante, por exemplo, aparece citada em fontes, como Zurara (1448), Diogo Gomes (1456) e Richard Jobson (1621), em momento de encontros políticos e comerciais.

A troca de presentes enquanto elemento da diplomacia não ocorre apenas entre mandatários senegambianos e europeus. Ocorria também entre mandatários africanos, como fica evidenciado em um relato anônimo chamado por Antônio Brásio de “*Relacion y Breue Suma delas Cosas del Reyno Del Gran Fulo, Y Succeso del Rey Lamba, Que Oy Es Cristiano, por La Misericordia de Dios, Cuias Noticias Carecem de Toda Duda*” (1600). Nesta fonte, há a descrição de disputas por sucessão na unidade política do Gran Fulo, o Futa Tooro. Segundo o autor, as disputas envolviam também alianças entre os jalofos e a chefatura do Marrocos. O ápice do conflito ocorreu entre dois homens : “Galayo” e “Thomas Lamba”. Thomas Lamba era o sucessor ao trono. Mas, quando o antigo mandatário morreu, Lamba não pôde assumir porque estava em Meca há sete anos para “aprender ler, escrever e outras curiosidades que ali se ensina” (BRÁSIO, 2004, p. 617). Assim, quem assumiu o trono foi Galayo, seu primo.

Quando Lamba retornou de Meca, se iniciou um conflito entre os dois. Auxiliado por chefaturas jalofas, Galayo venceu o combate. Logo, Lamba refugiou-se no Marrocos, sob a proteção do mandatário Muley Baca. Conforme as regras sociais de *landlord and strangers reciprocities*, no Marrocos, Muley Baca “o recebeu com muita honra, o hospedou e agasalhou como seu igual e logo deu a ordem para socorrê-lo e para ele deu sua provisão e carta para que de lá gente de guarnição que ele tinha em Gao, lhe dessem 30 mouros escopeteiros e 500 mosqueteiros, que com estes facilmente poderia tomar os ditos seus reinos” (BRÁSIO, 2004, p. 618). Sabendo que seu inimigo estava em Marrocos, Galayo, por sua vez, enviou muitos presentes a Muley Baca, no intuito de se retirar o apoio a Lamba. Nas palavras do autor anônimo:

Estando já para partir-se este príncipe e tomar a gente, agradecido do socorro e capitulado o que havia de dar a Muley Baca, supôs seu contrário que ele levaria este socorro, e pretendendo estourar o dano que o aguardava, fez a Muley um rico presente de 30 cavalos, mil negros e 40 camelos carregados de marfim, âmbar, almíscar e ouro, pedindo-lhe que não desse socorro à Lamba, rei de Fulo, que estava em sua corte, mas que o fizesse prender e o enviasse, que fazendo assim, lhe daria de pensão e tributo em

cada um ano outro tanto mais do que agora o enviava. Muley Baca, movido com o rico presente e codicioso da promessa desses presentes se renovarem anualmente, não só resolveu não cumprir a palavra que havia dado e que sua provisão não tivesse efeito, e chamando um alcaide de quem ele confiava, lhe disse que logo que o príncipe Lamba chegasse a Gao e pedisse a gente que lhe havia mandado dar por sua provisão, por ela mesma lhe prendesse e tivesse a bom recado, até que ele enviasse outra ordem (BRÁSIO, 2004, 618).

No fim, não foi o que ocorreu. O alcaide de Gao, que havia se aproximado de Lamba, o avisou com antecedência sobre o conluio entre seu primo e o governante Muley Baca e a armadilha que estava sendo preparada. Assim, o aspirante ao trono Fulo pôde escapar. O que nos interessa nesta história política do Gran-Fulo é como a diplomacia era mobilizada, por meio do envio de presentes de um mandatário para outro. Este episódio revela a prática de se presentear com a finalidade de receber algum apoio político em troca. Neste caso discutido, a troca ritual ocorreu pela correlação de forças políticas internas à Senegâmbia em que o apoio marroquino era crucial e Muley Baca foi convencido não apenas pelos presentes ofertados naquele momento, como também pela promessa da renovação dos presentes anualmente. Os presentes eram utilizados como parte dessa diplomacia e seu oferecimento era uma carta na manga dos mandatários senegambianos para costurar acordos políticos. Assim, podemos afirmar que quando os senegambianos davam esses “presentes” como parte de seus jogos diplomáticos.

Para entendermos essas relações sociais e culturais que vinham junto com as trocas comerciais na Senegâmbia, consideramos ser importante a diferenciação entre essas trocas de presentes e a taxação aplicada por mandatários senegambianos sob comerciantes atlânticos, para que estes pudessem comerciar em suas terras. Essa taxação independe de onde de onde advinha o comerciante estrangeiro. O cabo-verdiano André Donelha afirma que: “detendo-se aqui dois dias [no porto de Jagra no rio Gâmbia para comerciar, deixando alguma pessoa do navio com fazenda para resgatar, pagando ao rei a dádiva que é os direitos ordinários, que é uma peruleira de vinho ou sua valia” (DONELHA, 1625, p. 142). Em seu relato sobre uma viagem aos rios Senegal e Gâmbia, os ingleses Richard Rainolds e Thomas Dassel fazem uma descrição semelhante: “eu fui para a via de Rufisque: onde eu enviei aos alcaides intérpretes, que vieram abordo, e receberam de mim os impostos do rei para ter tráfico livre com os negros”⁵⁶ (RAINOLDS; DASSEL. 1591, p. 3).

⁵⁶ Tradução nossa: “I went to the road of Refisca: where I sent for the alcaides interpreters, who came thither aboard, and received of me the kings duties for to haue free traffike with the Negros”.

O flamengo Pieter de Marees escreveu sobre o pagamento de impostos para a ancoragem aos mandingas no rio Gâmbia “quando qualquer navio vem ao continente, vem um superior à bordo de uma canoa, para ter o pagamento de ancoragem, o que fazemos comumente com três barras de ferro”⁵⁷ (DE MAREES, 1605, p. 3). O francês Claude Jannequin também teve que pagar os impostos ao Damel do Kaajor: as “condições acordadas, ele [o capitão da embarcação] reenviou esses embaixadores aos seus mestres, dando ao Damel os costumes ordinários que ele lhe dá”⁵⁸ (JANNEQUIN, 1643, p. 61).

Este aspecto da cobrança de impostos por parte dos mandatários senegambianos era tão premente que é recorrente também nas tradições orais. Em um relato que narra sobre a história da unidade política de Wuli, no rio Gâmbia, especificamente sobre o comércio dos diula, há a informação de que o mandatário local coletava impostos em roupas, dinheiro, armas e vinho. Na mesma tradição, o informante diz que quando as vendas acabavam, os navios concediam ferro ao Mansa de Wuli e era assim que o mandatário obtinha riqueza⁵⁹. A informação de que o Mansa de Wuli obtinha riqueza coletando impostos se repete em outra tradição oral, acrescentando-se que se obtinha impostos dos comerciantes marítimos e dos comerciantes locais que vinham por terra⁶⁰.

Esses pagamentos de direitos por parte dos agentes atlânticos aos mandatários senegambianos, assim como a troca de presentes, não são descritos como trocas comerciais. Isso serve também para entendermos a soberania política e comercial dos mandatários africanos. Não existem imposições europeias para a realização do comércio, que era feito de comum acordo e sujeito ao pagamento dos direitos por parte dos comerciantes atlânticos. Esta troca de presentes e a taxação era parte da diplomacia interna para a realização do comércio na Senegâmbia.

A diplomacia entre europeus e mandatários e comerciantes senegambianos não era restrita aos limites geográficos da Senegâmbia. Mandatários senegambianos também foram à Europa para fazer acordos com seus congêneres europeus. Nesse sentido, talvez o caso mais

⁵⁷ Tradução nossa: “quand quelques navires abordat viennent incontinent telz superieurs a bord avec une canoe, pour avoir l’argent d’anraige, on donne comunement troix barres de fer”.

⁵⁸ Tradução nossa: “Conditions accordées, il renvoya ces Ambassadeus, vers leurs maistres, donnant à celuy de Damel, les coustumes ordinaires qu’il souloit luy donner”.

⁵⁹ NCAC, Department o of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 163/A. Informante: Não informado; Tópico: Mandinka History/ Music Wuli. National Troupe; Date: S/D; Local da entrevista: Não informado, p. 9 e 35.

⁶⁰ NCAC, Department o of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 163/A. Informante: S. Jaata. Tópico: Mandinka History/ Famous Invididuals/ Berendinfç family; Date: S/D; Local da entrevista: Não informado, p. 8.

elucidativo⁶¹ é o do jalofa Bemoim Jelem. Segundo João de Barros, em 1488, Bemoim Jelem e alguns “homens nobres da província” jalofa foram para Portugal em um castelo que partiu da ilha de Arguim. Lá foi muito bem recebido pelo rei D. João II e por vários outros elementos da nobreza portuguesa no castelo da vila de Palmela. O cronista português argumenta que o motivo para Bemoim Jelem estar em Portugal era uma crise de sucessão à estrutura de mando jalofa:

No princípio quando o comércio de Guiné começou correr entre os nossos e os povos da região de Jalofa, a qual jaz entre estes dois notáveis rios Senegal e Gâmbia, havia um rei muito poderoso naquelas partes chamado Hór Byram: o qual posto que fosse do sangue gentio dos príncipes de Guiné, era já feito mouro pela comunicação que tinha com os mouros chamados Azenégues. E entre os filhos que deixou per sua morte de mulheres diferentes (segundo seu uso) foram Cybitah e Camba, que eram de uma mulher, e Biram de outra, que já fora casada com outro marido: do qual marido ela tinha havido este Bemoim de que falamos. [...] os dois irmão, Cybitah e Camba a traição mataram o rei Hór Byram intitulando-se por rei Cybitah que era mais velho, o qual cruamente começou fazer guerra a Bemoim [...] este príncipe Bemoim ficou desbaratado e desamparado dos seus em uma batalha que lhe deram: que tomou por amparo de sua vida vir ao longo do mar per espaço de mais de setenta léguas buscar a nossa fortaleza de Arguim, onde embarcou com aqueles poucos que o seguiram, posto na esperança da grandeza e liberalidade do rei [D. João] (BRÁSIO, 1958, p. 530-534).

Trocando em miúdos, segundo João de Barros, o mandatário jalofa Hor Byram tinha duas esposas. Cybitah e Camba eram filhos de Byram com a primeira esposa e assassinaram o pai para assumirem o trono. Biram era filho de uma segunda esposa, que na ocasião em que se casou com Hor Byram, já era mãe de Bemoim Jelem, filho de outro pai. Biram, contudo, não tinha apreço popular o bastante, de forma que quem ameaçava o poder de Cybitah era Bemoim. Após perder uma batalha, Bemoim se viu obrigado a ir ao mar aberto, até o castelo de Arguim, para tentar angariar apoio de D. João II em sua empreitada para conseguir tomar o poder.

A convicção de conseguir apoio português advinha do fato que nos tempos de prosperidade, Bemoim havia sido um grande parceiro comercial do rei de Portugal, com quem trocava, sobretudo, cavalos por humanos (BRÁSIO, 1958, p. 534). Ele não se decepcionou: o rei português D. João II o recebeu com todas as honras e pompas de um encontro diplomático (BRÁSIO, 1958, p. 538). A partir daí, foi feito um acordo:

⁶¹ Dizemos ser o mais elucidativo por ser o que está melhor documentado nas fontes consultadas até então. Não é o único, porém. Os ingleses Richard Rainolds e Thomas Dassel afirmaram sobre a possibilidade de jalofos do Porto D’Ale irem à França e retornaram (RAINOLDS; DASSEL, 1591, p. 2).

Acordou o Rei [D. João II] de lhe dar e deu de socorro e ajuda, vinte caravelas armadas: e por capitão mor delas Pero Vaz da Cunha: que levava por mandado de fazer na entrada do Rio Senegal, uma fortaleza que não fosse dada ao dito Bemoim: mas estivesse sempre por el Rei: para o que logo fora muitas pedras e madeiras lavradas. E assim grande ordenança de clérigos, e coisas para igrejas e fazer cristãos: de que ia por pessoa mais principal mestre Álvaro, pregador del Rey da ordem de são Domingos. E uma das causas mais principais que movera a el Rey para esta armada: e principalmente para a edificação da fortaleza na entrada deste Rio: foi a certidão que tinha de o dito Rio bem metido no sertão vir pera a cidade de Timbuctu, e per Mõbare: em que são os mais ricos tratos e feiras douro que há no mundo: de que toda a Berbéria de levante e poente, até Jerusalém se prove e abastece: crendo que a dita fortaleza para a segurança do trato seria em tal lugar pera os seus e para as mercadorias [uma] grande segurança (BRÁSIO, 1958, p. 534).

Dessa longa citação, se extrai qual era o acordo. Bemoim iria permitir e garantir a construção de uma fortaleza portuguesa na foz do rio Senegal, em troca do auxílio militar de vinte caravelas armadas oferecido pelo rei de Portugal. Por outro lado, a coroa portuguesa ofereceu o auxílio em troca de proteção e apoio para obter acesso ao comércio de ouro, que se acreditava vir de Timbuctu.

Segundo João de Barros a tentativa portuguesa, a princípio, estava dando certo. Com o poder de fogo das 20 caravelas e das pessoas e armas que nelas viajaram, os portugueses conseguiram afugentar os habitantes do local onde seria construída a fortaleza. Porém, já estando construindo a edificação, o capitão da expedição, Pero Vaz da Cunha, assassinou Bemoim a punhaladas, dizendo que o jalofô estava tramando uma traição aos portugueses. João de Barros argumentou que o real motivo para tal ato foi o fato de “alguma gente adoecer por seu lugar doentio”⁶². Com a morte de Bemoim, Pero Vaz da Cunha retornou a Portugal sem concluir a construção da fortaleza, motivo pelo qual “el rei [D. João] ficou muito descontente” (BRÁSIO, 1958, p. 559).

Embora este caso tenha tido um fim trágico, com o assassinato de Bemoim por Pero Vaz da Cunha, abre duas interpretações. A primeira diz respeito a que, de fato, senegambianos podiam ir à Europa para realizar encontros diplomáticos com mandatários europeus. A segunda, é a prerrogativa que os mandatários (ou, no caso, de aspirante a mandatário) senegambianos tinham para autorizar que estrangeiros se instalassem em suas terras.

⁶² De fato, uma das principais dificuldades europeias no contato com a África foi uma espécie de barreira biológica. Não tendo contato com enfermidades tropicais comuns à África Ocidental, como a malária e a doença do sono, os europeus não possuíam resistência biológica e acabavam padecendo. Para mais ver KIPPLE, Kenneth F. *The Caribbean Slave: a Biological History*. Cambridge University Press: New York, 1984.

O que permitiu a instalação de agentes estrangeiros na Senegâmbia entre 1580 e 1700 foi uma prática social anterior à presença europeia na região, a *Landlord and Strangers Reciprocities*. Adicionalmente, tais estrangeiros se adaptavam a tais práticas, estabeleciam relações diplomáticas com os agentes senegambianos, se envolviam na troca diplomática de presentes que era um dos costumes local e pagavam impostos aos mandatários locais. Esses fatores indicam que as normativas sociais, políticas e econômicas eram ditadas pelos senegambianos.

Por fim, a pergunta deste tópico foi quais eram os arranjos sociais que permitiam que estes mercadores existissem e coexistissem na Senegâmbia? Estes arranjos eram justamente a prática de *Landlord and Strangers Reciprocities* que permitiu e impulsionou a presença de comerciantes estrangeiros em território senegambiano. Esta presença evoluiu para a criação de enclaves comerciais, objeto de análise do próximo tópico.

1.3 Criação e fortalecimento dos enclaves comerciais atlânticos

O foco deste tópico são os enclaves comerciais atlânticos na Senegâmbia entre 1580 e 1700. No decorrer deste período, a presença europeia na região se acentuou, o comércio atlântico foi se tornando ainda mais importante para a região e vários enclaves foram construídos. Defendo que vários “enclaves” da Senegâmbia, como Cacheu, Gorée, Saint James e Saint Louis só existiram por causa da prática social de *Landlord and Strangers Reciprocities*. Para tal argumento que estes enclaves se tornaram importante ponta atlântica para as rotas comerciais senegambianas e ofereço o termo enclave para explicar a especificidade destes espaços comerciais.

Uma crítica ao conceito de império

A historiografia, por muito tempo, romantizou o processo de expansão marítima dos europeus, os conferindo um protagonismo político e econômico sobre qualquer lugar que aportaram na Era Moderna e constituíram algum tipo de presença fixa. Refiro-me à historiografia dos chamados “Impérios Marítimos”. Dentro da historiografia consultada, dentre as possibilidades de “impérios” europeus, o que mais se destaca é o chamado Império Marítimo Português.

No prefácio do livro de Charles Boxer “O Império Colonial Português (1415-1825)”, John Plumb, afirmou que “em meados do século XVI, os Portugueses dominavam uma porção do mundo e do comércio superior a qualquer outro país: a África, com as cadeias de postos comerciais e de fortes que chegavam ao Oriente e para o Sul, às costas ocidentais, o domínio de grandes portos em Ormuz e Goa” (BOXER, 1969, p. 17). Esta afirmação não se sustenta porque é equivocado inferir sobre o domínio de portugueses ou de qualquer outra nação europeia na Senegâmbia entre 1580 e 1700. A historiografia especializada corrobora esta análise. John Thornton é taxativo neste aspecto: “os europeus não possuíam o poderio militar para forçar os africanos a participarem de nenhum tipo de comércio no qual seus líderes não desejassem se engajar. Portanto, todo comércio da África com o Atlântico tinha de ser voluntário” (THORNTON, 2004, p. 48). Ainda mais direto é Toby Green, quando afirma

que “comerciantes europeus sabiam perfeitamente que eles não poderiam ter vivido, trabalhado e comercializado ali [na Senegâmbia] sem reconhecer o poder africano” (GREEN, 2011 p. 84)⁶³.

Talvez por ser tão evidente que os agentes atlânticos deveriam se dobrar ao poder local em espaços como o africano, que os historiadores que ainda utilizam o conceito de impérios marítimos o incrementaram como novas nomenclaturas. Em lugar de se falar que um país ou um conjunto de países europeus “dominavam uma porção do mundo e do comércio superior a qualquer outro país”, a historiografia que se utiliza do conceito de Império Marítimo Português, para manter o seu uso, o atrelou a outros conceitos como “monarquia pluricontinental” ou pensar este “império” enquanto um conjunto de redes comerciais e sociais.

O conceito “monarquia pluricontinental” considera que indivíduos espalhados pelo globo, onde Portugal possuía alguma presença, não atuavam de maneira passiva perante as regras da coroa portuguesa, embora vivessem sob alguma égide política portuguesa. Estas pessoas eram conectadas por mecanismos “conhecidos por todos”, como os canais de comunicação política mobilizados por câmaras, oficiais de justiça do rei no Ultramar, que interligavam os indivíduos dos mais diversos “rincões do império” (FRAGOSO; GOUVÊA, 2010, p. 16).

O conceito de “monarquia pluricontinental” não se aplica para a Senegâmbia por causa dos poderes locais. Um dos mecanismos “reconhecidos por todos”, a jurisdição da inquisição ibérica, não possuiu nenhuma efetividade em relação aos judeus protegidos pelo mandatário do Kaajor, por mais que fosse enviada uma solicitação do intitulado representante de Vossa Majestade e que visava pressionar um “oficial de justiça do rei no Ultramar”, que era o capitão de Cacheu, Gonçalo de Gamboa, para tomar as medidas demandas pelo rei português, no sentido de prender os agentes judeus e cristãos-novos⁶⁴. Isto mostra que os mecanismos poderiam ser reconhecidos “por todos”, desde que, de alguma forma, esses “todos” estivessem ligados à jurisdição portuguesa. Em alguns espaços, como Kaajor, o poder português era simplesmente irrelevante ou insuficiente.

⁶³ Tradução nossa: European traders knew perfectly well that they could not have lived, worked and traded there without acknowledging African power.

⁶⁴ BRÁSIO, A. Monumenta Missionária Africa. *Presença dos Judeus na Guiné*, 3/12/1641, 2011, s. II, v. 5, 2011, p. 355.

O conceito de “império em redes”, é problemático por causa da descontinuidade espacial e a heterogeneidade das suas instituições e imprecisão dos seus limites, tanto geográficos quanto jurídicos. Segundo os articuladores deste conceito, os espaços periféricos que estariam ligados ao centro político funcionariam essencialmente como uma rede, isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços. Alguns destes espaços vieram posteriormente se consolidar como soberania portuguesa. Em estabelecimentos em que não havia poder soberano português, este estaria presente como empresa mercantil e gozava do princípio da extraterritorialidade, ou seja, isento da jurisdição local. Esse princípio se aplicaria as feitorias localizadas principalmente em territórios de reis amigos ou aliados (THOMAZ, 1994, p. 208 e 231-232).

Discordo que o princípio da extraterritorialidade possa ser aplicado a todos locais de presença portuguesa. Cacheu, seria um exemplo que poderia ser ligado a essa definição de “império em redes”. O espaço era uma “praça” de funcionamento político-jurídica com um capitão-mor, nos moldes burocráticos portugueses. Porém, conforme atesta um documento de 1662, escrito por Antônio Fonseca Ornelas, Cacheu era cotidianamente ameaçado pela chefatura papel que vivia próximo dali. Ele ameaçava cortar o acesso à água para os habitantes de Cacheu e botar fogo na “praça”. A situação era contornada quando se pagava os tributos devidos ao mandatário papel⁶⁵. Não é possível, portanto, aplicar o conceito de extraterritorialidade neste espaço.

Assim, muito me intriga definir os pequenos espaços de presença fixa europeia na Senegâmbia como parte de um império. Kathleen Morrison, em um esforço em definir o que é império, explicou que a palavra deriva do romano *imperium*, que tem sua etimologia nas noções de ordem e comando. Traçando sua noção semântica, a autora explica três entendimentos europeus para a palavra que atravessou os últimos três séculos. O primeiro sentido invoca uma noção de autoridade ou regras, com a noção de soberania sendo seu sentido básico. O segundo seria parte da noção aristotélica de comunidade perfeita, ou seja, a noção de Estado, que oscilaria entre o domínio político interno e externo. E o terceiro, que a autora define como noção mais comum ao entendimento contemporâneo, seria a de uma unidade política que se expande, incorporando múltiplos Estados (MORRISON, 2001, 2-3).

⁶⁵ BRÁSIO, A. Monumenta Missionária Africa. *Presença dos Judeus na Guiné*, 20/02/16662, 2011, s. II, v. 6, 2011, p. 154-155.

Em todas estas noções, explícita ou implicitamente, podemos perceber uma relação assimétrica de poder, que leva a dominação de um território por outro.

Corroborando com esta interpretação, Edward Said, ao definir império, utilizou-se da interpretação de Michel Doyle, que afirma que “o império é uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política” (SAID, 1993, p. 26). O dicionário de Raphael Bluteau, escrito no início do século XVIII, define império como “monarquia ou região muito ampla, dominada por um príncipe” (BLUTEAU, 1728, p. 68).

O termo Império implica posse e imposição de poder político de um território sobre outro. Contudo, não ocorreu este tipo de relação entre agentes atlânticos e povos da Senegâmbia entre 1580 e 1700. É equivocado definir este espaço como parte de qualquer império marítimo europeu. Considero que nomear e fazer existir pela virtude da nomeação, é uma das formas de explicitar poder político (BOURDIEU, 1989, p. 142). Se não este, qual seria o motivo de tratar uma região que não possui subordinação política à outra como parte de império? Por que se metamorfosear o conceito ao ponto de retirar dele a sua parte constitutiva que são as relações assimétricas de poder? Frank Ankersmit explica que as circunstâncias da escrita podem incluir as realidades sociais ou políticas do mundo dos historiadores e que essas realidades sociais ou políticas se encontram com a subjetividade do historiador, cuja produção será ideologicamente condicionada (ANKERSMIT, 20011).

Nas fontes de época, a vontade de colonizar novas terras e de descrever as novas posses fazia parte do horizonte político e cultural europeu. Por isso, representações como “nossa Guiné” são frequentemente escritas, mesmo que nenhuma relação de posse política seja verificável, até o século XIX⁶⁶, quando a Senegâmbia foi efetivamente colonizada por diversos países europeus. Assim, tratar a Senegâmbia, em particular, e a África, como um todo, como posse europeia desde os primeiros contatos faz parte fez parte da lógica historiográfica europeia ou europeizada que projeta a história da dominação colonial política e econômica dos séculos XIX e XX para o período pré-colonial.

⁶⁶ E, acrescento: sofrendo hoje com o processo de neocolonialismo em que mesmo que não esteja dominada politicamente por alguma metrópole europeia, ainda é dominada economicamente.

Como nomear estes espaços?

A maior parte da historiografia africanista não trata os espaços de presença fixa europeia em África como parte de um império marítimo. Parte significativa destes trabalhos tratam sobre as misturas sociais e culturais ocorridas nestes espaços. Robin Law e Kristin Mann, ao tratarem sobre a região conhecida na historiografia como “Costa dos Escravos”, afirmam:

Do outro lado do Atlântico, as ligações comerciais estabelecidas pelo comércio de escravos entre os portos da África Ocidental, América e Europa são bem conhecidas, mas o comércio também gerou conexões sociais e culturais transatlânticas cuja importância tem sido comumente subestimada. A escala e a intensidade desses vínculos foram tais que as comunidades costeiras da Costa dos Escravos, ou pelo menos suas elites comerciais e governantes, podem ser consideradas como participantes do que se pode razoavelmente chamar de “comunidade atlântica”⁶⁷ (LAW, MANN, 1999, p. 307).

Concordamos que o comércio atlântico, de fato, gerou conexões culturais e sociais transatlânticas. Porém, ao tratarmos a presença fixa dos europeus na costa senegambiana e considerarmos estes espaços como “comunidades atlânticas”, incorremos no risco de sobrevalorizarmos as “trocas culturais” entre europeus e africanos, sobrevalorizando a agência dos hifenizados. Além disso, deve-se problematizar os fatores políticos de dependência que essa presença europeia tinha em relação aos mandatários locais, desconsiderando as relações assimétricas de poder existentes.

Roquinaldo Ferreira também analisou espaços de presença europeia fixa na costa africana. Trata-se de um estudo da região de Angola, que trata das misturas culturais entre agentes internos e externos à região. Ferreira ressalta o lugar dos chamados mestiços ou mulatos como parte importante da elite econômica em Angola no século XVIII e chama a atenção: “do ponto de vista da cultura, a força motriz era claramente africana [...] a maior parte da administração – e com efeito a maior parte da população – adotava a língua Kimbundo no cotidiano” (FERREIRA, 2006, p. 33). É um avanço significativo notar como a

⁶⁷ Tradução nossa: Across the Atlantic, the commercial links established by the slave trade among ports in West Africa, America, and Europe are well known, but the trade also generated transatlantic social and cultural connections whose importance has been commonly underestimated. The scale and intensity of these bonds were such that the coastal communities of the Slave Coast, or at least their commercial and ruling elites, may be considered as participating in what can reasonably be termed an "Atlantic community."

administração do espaço de presença fixa europeia em África, a administração local se adequava as normas locais.

Mariana Cândido, ao pesquisar os agentes não europeus na comunidade mercantil de Benguela entre 1760 e 1820, evidenciando o papel de protagonista desempenhado por mulheres mercadoras que habitava a localidade, como o caso de dona Joana Gomes Moutinho. Cândido evidencia que Joana possuía ligações com Estados e chefaturas no interior, o que era de suma importância para seu poder político e econômico. Com relação a Benguela em si, a historiadora demonstrou o caráter cosmopolita e multicultural deste espaço que chama de comunidade atlântica (CANDIDO, 2013).

Vanicléia Silva Santos, em estudo sobre cultura material, ancestralidade e conexões globais em Cacheu no século XVII, evidenciou o papel das tradições cosmológicas dos moradores originais do local – buramos, papeis, mancanhas, felupes, banhuns e sapes – é impar para o entendimento do funcionamento deste local. Silva-Santos, ao tratar do espaço de Cacheu, o nomeou cidade, sem hifenizá-lo e enfatizou o papel dos elementos locais na constituição deste espaço (SILVA-SANTOS, 2023).

Estas formas de entender estes espaços superam o eurocentrismo inerente ao conceito de Impérios Marítimos e são válidas. Porém, penso que é necessário pensar este espaço para além de suas ligações econômicas, sociais e culturais com o mundo atlântico e com os agentes atlânticos. Considero necessário ainda sublinhar a força política que os mandatários africanos possuíam e que independia da administração estrangeira destes locais de presença fixa europeia. Um exemplo disso é quando os mandatários africanos faziam com que os comerciantes atlânticos, mesmo aqueles assentados nos espaços de presença fixa estrangeira, tivessem que pagar impostos para comerciar.

O conceito de enclave

Em texto especializado, o economista russo Evgeny Vinokurov definiu criteriosamente o que são os enclaves, em sentido histórico e contemporâneo: “um enclave é uma parte do território de um Estado que está contido no território de outro Estado” (VINOKUROV, 2007, p. 10). Dicionários atuais, como o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, definem enclave como “terreno ou território encravado noutro” (FERREIRA, 2009, p. 747). Sua

origem etimológica vem do vocábulo francês *enclave*, que significa: “terra, território completamente dentro de outro território” (MORVAN, 2011, p. 243). Trocando em miúdos, seria um território que estaria no interior de outro, e que é dependente de uma unidade política distinta.

Nesta tese, utilizo o conceito de “enclave” para designar as fortificações que europeus, em nome de suas coroas, construíram na Senegâmbia⁶⁸. Meu conceito de “enclave” se deve ao fato de que, como explicado acima, a palavra premedita a existência de outro Estado com o qual se mantêm relações de dependência. Com autorização de mandatários senegambianos, europeus se instalaram em ilhas localizadas nos rios ou próximas à costa – com a exceção de Cacheu – e fizeram destes pontos, bases para comercializar com comerciantes locais. O enclave envolvia densas relações sociais, políticas e culturais com as unidades políticas senegambianos em seu entorno. Preferimos também utilizar *enclave* em lugar de “colônia”, que é uma das palavras que mais aparece nas fontes, porque não houve dominação política ou econômica europeia na Senegâmbia antes do século XIX.

Quem utilizou mais largamente o termo “enclave” para nomear estes locais de presença fixa europeia na Senegâmbia foi Philip Curtin. Ele explica que os agentes atlânticos não criaram redes comerciais de longa distância que percorriam a Senegâmbia, e sim se aproveitaram já existentes, se estabelecendo em locais costeiros ou fluviais em que estas redes chegavam perto. Para Curtin, estes espaços de presença fixa europeia eram mantidos em uma posição dependente dos estados anfitriões, que ficavam com parte do lucro comercial dos enclaves. Curtin ainda explicita que os enclaves não tinham laços políticos formais com qualquer outro enclave, ou, no máximo, laços fracos que poderiam ser transmitidos por um senso de solidariedade baseado na religião, nacionalidade ou profissão comuns (CURTIN, 1975, p. 61-63).

Philip Havik, no texto “Comerciantes e Concubinas: Sócios Estratégicos no Comércio Atlântico na Costa da Guiné”, ao tratar das relações amorosas e comerciais mantidas por mulheres senegambianas e homens europeus, principalmente nas “praças” e “presídios” de Cacheu, Bissau e Ziguinchor, utilizou, uma vez o termo “enclave” para designar estes espaços (HAVIK, 1999, p. 165).

⁶⁸ Na região da Senegâmbia, a exceção a esta lógica que chamamos aqui de *enclave comercial* é Cabo Verde. As 10 ilhas do arquipélago de Cabo Verde eram desabitadas e quando os portugueses chegaram em 1456. Ali, foi construído uma administração colonial portuguesa que, inclusive, serviu de base para futuras experiências coloniais lusitanas.

A intencionalidade europeia da construção destas fortificações em ilhas era assegurar alguma espécie de monopólio comercial. Em uma relação feita para se tentar convencer a coroa Ibérica da necessidade de se construir uma fortificação no rio Senegal, escreveu João Batista Lavanha, em 1600:

Além deste dano presente [europeus não-portugueses fazendo comércio na Senegâmbia] pode-se temer outro muito maior, que fazendo neste Rio os inimigos uma fortaleza, trazendo ao mar dela navios, impeçam todas as navegações deste Reino para Guiné, Mina, S. Thomé, Angola, Brasil, e Índia, porque todas estas partes é forçado passar por um canal, que fica entre este Cabo Verde, e as ilhas, que por razão dele, se chamam do Cabo Verde. Para deitar os inimigos deste Rio, tolher-lhes o Comércio de Guiné, defender nossos navios, assegurar nossas navegações e crescer a fazenda de S. Majestade com o trato livre daquelas partes, parece que convêm, que prevenindo com brevidade os desenhos dos inimigos, se faça uma fortaleza, com a qual navios, que de continuo corram aquelas costas, tudo se conseguiria (LAVANHA, 1600, p. 366).

Como se percebe, para Lavanha, que fora cosmógrafo e cronista mor da Coroa Ibérica, a construção de uma fortificação no rio Senegal seria uma forma de se impedir tanto que outras nações fizessem comércio na Senegâmbia, bem como de se proteger os navios portugueses da atividade corsária de outros agentes. Percebe-se também uma lógica de antecipação: pede para que se construa a fortaleza antes que outros europeus o façam. Como veremos, foi exatamente o que aconteceu.

Em contexto interno à Senegâmbia, a construção destes enclaves comerciais são um desdobramento da prática de *Landlord and Strangers Reciprocities*. A condição para instalação dos enclaves era o consentimento e o pagamento de tributos aos mandatários locais.

As características que apontei para os enclaves não se aplicam igualmente a todos os casos estudados. Porém, o aspecto central, que é a existência de um território completamente encravado em outro, do qual depende em sentido político e econômico, perpassa a todos os casos citados aqui, como veremos. O sentido da análise aqui será cronológico, considerando a data de fundação dos seguintes enclaves: Cacheu, Gorée, Saint James e Saint Louis. Estes não são os únicos territórios que poderiam se encaixar na minha definição de enclaves que aparecem nas fontes. Porém, estes enclaves são os mais representativos em critérios de recorrência nas fontes consultadas e, conseqüentemente, em volume de trocas comerciais realizadas para o período entre 1580 e 1700 na Senegâmbia.

Cacheu

O enclave comercial português de Cacheu é situado no rio homônimo. A região onde fica Cacheu provavelmente era habitada por papéis, manjacos e brames, e era tutelada por um poder central do Kaabu. A partir daí, “se iniciou uma negociação de Manuel Lopes Cardoso, agente português e o chefe militar local Chapala, para a construção de uma fortaleza para a proteção militar da localidade dos ataques de barcos de partes terceiras do acordo. Esta etapa vai se estender até 1878” (LOPES, 1988, p. 14-15). Maria Emília Madeira dos Santos (1988, p. 71), citando André Álvares de Almada, faz análise semelhante: “cerca de 1590 os portugueses que vivem numa aldeia com os negros ‘debaixo da palavra e guarda dos seus hóspedes passaram a viver em uma aldeia separada dos negros.” Estas citações corroboram a minha argumentação de que a prática social de abrigar bem o estrangeiro e protegê-lo que fez com que Cacheu tivesse condições materiais de existir.

Peter Mendy corrobora o argumento de anuência do mandatário local, demonstrando que Manuel Lopes Cardos convenceu Chapala, mandatário de Cacheu, que a construção de um forte deveria ocorrer para proteger o porto e o assentamento de piratas ingleses e franceses. Chapala teria sido convencido que esta fortificação seria necessária. Além disso, Mendy afirma que todos os custos seriam financiados pelos lançados. O autor discute como durante todo o século XVII os esforços caminharam em manter Cacheu fortificada e que mesmo com a elevação do local à categoria de vila em 1670, “Portugal não tinha nem soberania nem controle naquelas partes do mundo – os reais senhores da terra sendo os então chamados gentio” (MENDY, 1993, 142).

De fato, não há soberania portuguesa em Cacheu, o que pode ser evidenciado em dois pontos. O primeiro é que não eram só portugueses ou agentes cabo-verdianos que comercializavam em Cacheu vindos do Atlântico. Sebastião Fernandes Cação, em 1607, afirmou sobre o enclave comercial: “há muita cera e muito marfim, em grande quantidade, e de todos eles gozam os inimigos, francês, flamengos, ingleses e judeus” (BRÁSIO, 1968, p. 250). Na carta ao rei escrita pelo governador de Cabo Verde, Antônio da Fonseca de Ornelas, de 1662, afirma-se “estamos hoje com toda esta costa cercada de todas as nações do norte” (BRÁSIO, 1992, p. 156). Francisco Lemos Coelho, em 1669, afirmou a presença de holandeses comerciando em Cacheu: “aqui vinham todos os anos de Holanda, duas e três naus

grandes a carregar gêneros que levavam para a cidade de Amsterdam donde tinha o assento da Companhia da África que assim lhe chamavam” (COELHO, 1684, p. 97).

Na Consulta do Conselho Ultramarino, sobre o capitão de Cacheu, de 1686, afirma-se “porem o comercio perdido e arruinado com os Franceses e Ingleses, sendo os Franceses os que mais dano nos fazem hoje, pelos muitos navios que tinham metido naqueles portos, fazendo-se senhores de toda aquela costa até o Cabo de Boa Esperança” (BRÁSIO, 2004, p. 62).

A carta do feitor de Cacheu, Antônio de Azevedo Fontoura, de 1687, é ainda mais preocupante para as perspectivas de exploração portuguesas:

Em a Ilha de Bissau, que eram cinquenta léguas desta praça, estão navios franceses fazendo negócio para toda esta Costa e dizem vem fazer uma fortaleza em hum Ilhéu que está pegado á Ilha de Bissau; e tirando informação sobre este negócio, me disseram que um capitão de uma das naus francesas mandara cortar ao dito Ilhéu uma pouca de lenha para gasto do navio, e que daí se levantaram que queriam fazer fortaleza (BRÁSIO, 2004, p. 80).

Como se percebe, além de comercializar no rio São Domingos, quando não mesmo em Cacheu, outras nações europeias tinham interesses de se construir outros enclaves na mesma região. A ausência de poder português é mais explícita ainda no documento Carta de Diogo Ramires Esquível Sobre o Estado da Guiné, título dado por Antônio Brásio, e 1690: “sem conquista se não tira o comércio e riqueza de Guiné e estão os Franceses já tão senhores que morrendo-lhes agora muitos com a doença da terra, nem por isso falta quantidade de navios seus por aqueles portos, e a alfandega de Cacheu não tem coisa alguma” (BRÁSIO, 2004, p. 168).

A grande justificativa do oficialato português que se remete ao rei ou ao conselho ultramarino para esta fraqueza de controle lusitano em Cacheu é o fato de passarem 100 anos pedindo uma fortaleza e ela nunca estar suficiente equipada para a defesa da costa.⁶⁹

⁶⁹ Fazem esta constatação os documentos de Sebastião Cação de 1607 (BRÁSIO, 1968, p. 248-250); na carta do Capitão de Cacheu a El-Rei de 1616 (BRÁSIO, 1968, p. 593-598); o Memorial do Visitador da Guiné a El Rei D. João IV de 1647 (BRÁSIO, 1979, p. 454-458); a Carta de Manuel de Paços Figueroa a Sua Majestade El-Rei de 1655 (BRÁSIO, 1992, p. 55-56); a Carta de João Homem de Meneses a Sua Majestade El-Rei de 1656 (BRÁSIO, 1992, p. 68); a Carta do Governador de Cabo Verde a Sua Majestade El-Rei de 1662 (BRÁSIO, 1992, p. 156-158); o relato de Francisco Lemos Coelho em 1669 (COELHO, 1669, p. 32) a Consulta do Conselho Ultramarino, sobre o capitão de Cacheu, de 1686 (BRÁSIO, 2004, p. 62-64); e a Consulta do Conselho Ultramarino sobre o Rei de Bissau de 1694 (BRÁSIO, 2004, p. 264-267).

O segundo ponto que prova a não soberania portuguesa em Cacheu é que a relação com os povos locais não era sempre pacífica e isto poderia levar a sérios problemas para os habitantes do enclave comercial. Fernão Sebastião de Cação, de 1607, afirma que os portugueses eram atacados pelos bijagós em Cacheu (BRÁSIO, 1968, p. 243-244). Na carta do Capitão de Cacheu a El-Rei de 1616, ele reitera o medo dos portugueses de serem atacados em Cacheu :

Nesta povoação [Cacheu] haverá vinte até trinta vizinhos, dos quais os dez ou doze são muito poderosos, com força de escravos flecheiros que para isso soltam, contra os quais seria arriscada a execução da justiça, sendo necessária que os contemporizado suavemente, para não lhes dar motivo para alguma desobediência (BRÁSIO, 1968, p. 594)

Ou seja, o indicativo do capitão de Cacheu é para se contemporizar a “execução da justiça”, pois os vizinhos são fortes. No documento intitulado por Brásio Carta dos Habitantes de Cacheu a sua Real Majestade, de 1641, pede-se a construção da fortaleza para que os habitantes pudessem sustentar e defender o enclave comercial dos ataques dos povos locais e dos ataques de outros europeus que não portugueses (BRÁSIO, 1979, p. 358) Fica evidente nessa carta que os cuidados dos portugueses para com os povos que viviam próximos ao enclave não o atacassem eram os mesmos dispensados as frustradas tentativas de se impedir comércio de “estrangeiros” na região.

No documento “Certificados Acerca de Cacheu”, de Antônio Fonseca Ornelas, datado de 1662, a descrição é ainda mais dramática:

Outrossim que a dita praça estavam os moradores dela com as armas na mão de contínuo, ameaçados do rei vizinho, que queria meter fogo na povoação e com a chegada do dito capitão maior ficarão os ditos moradores contentes e quietos, porque com a chegada do dito capitão maior fica o rei negro mais quieto. // Certifico mais que no dito dia em que o capitão maior entrou nesta praça, chamou os moradores dela e com eles obrigou a cercar a dita povoação toda de estacadas, metendo-lhe água da banda de dentro, coisa que nunca houve, coisa digo que o respeito por donde os negros molestam os moradores da dita praça (BRÁSIO, 1992, p. 154).

Na resposta, do Governador de Cabo Verde que visitara Cacheu ainda em 1662, há a seguinte afirmação:

Constrangido das cartas dos moradores e frades [da] Piedade que me escreveram à ilha do Fogo manifestando-me o aperto em que estavam dos reis vizinhos desta povoação de Cacheu e como estavam por lhes por fogo, me determinei por falta de navio a embarcar-me em uma sumágua com todo o risco da minha vida à esta praça. E cheguei a ela em 19 de fevereiro, onde fui muito bem recebido de toda a gente desta povoação, esse não chegasse tão breve se perderia a praça por estar cercada de gentios e de terem tomado

a água que está a um tiro de espingarda desta povoação e como cheguei logo se retirarão os reis com o recado que lhe mandei e mimos e hoje tenho tudo posto em paz e quietação (BRÁSIO, 1992, p. 156).

Como se percebe, povos locais tinham ameaçado colocar fogo na cidade, cortado a água. A situação só se acalmou quando receberam “mimos”. Leia-se: os mimos eram mercadorias, cobradas de qualquer comerciante na Senegâmbia, que pagavam tributos às estruturas de mando locais para poderem comerciar. No relato do Frei André de Faro, de 1664, Os balantas, especificamente, aparecem como um entrave para os portugueses e habitantes de Cacheu conseguirem caminhar na Senegâmbia por terra:

E estando juntos na povoação de Cacheu em o nosso hospício: e visto serem tempos das águas, em que se não podem fazer entradas pela terra a dentro me tornei a embarcar no mês de junho em uma varina para a ilha do Bissau; pera dela passar a terra e Reino de uma nação a que chamam balantas, cuja terra é a melhor deste Guiné: mas são tão maus que não querem consentir brancos nenhuns em suas terras (BRÁSIO, 1992, p. 256).

Mesmo com os mimos de 1662, no documento Consulta do Conselho Ultramarino de 1670, aparentemente não estavam contornados os problemas com os vizinhos:

Todas as vezes que os negros querem obrigar ao Capitão e moradores de Cacheu fação o que está bem aos mesmos negros, ocupam os dois lugares da água, com tanta multidão, que não é possível serem desalojados deles, com que a Praça parece á sede, ou o Capitão obedece á ordem do Rei negro. E ultimamente são ameaçados aqueles moradores pelos mesmos negros, para lhes serem queimadas suas casas, o que pode ser facilmente (BRÁSIO, 1992, p. 292).

No mesmo documento, afirma-se a necessidade de pagamentos de direitos a um mandatário local por parte dos moradores de Cacheu:

E ultimamente V.A. se intitula Senhor de Guiné, não tendo em toda aquela Costa mais que uma pequena parte de terra, e o pior é que a conserva V.A. á custa de sua reputação, vendo-se alvoradas as bandeiras de V.A., porque paga hum tributo ou feudo ao Rey negro, por mão do Capitão de Cacheu, que em espécie são quarenta quintais de algodão, cento e sessenta peruleiras de vinho, e cento e oitenta cruzados em moeda, e a dinheiro importa tudo quinhentos e setenta e nove mil reis (BRÁSIO, 1992, p. 293).

Na consulta ao Conselho de Ultramarino, de 1686, existe a afirmação da criação de uma fortaleza para proteger os habitantes de Cacheu dos povos locais. Porém, era tarde demais. O comércio já “estava perdido e arruinado” pela ação de franceses e ingleses:

O Capitão Mor de Cacheu Antônio de Barros Bezerra por carta de 24 de Junho deste ano, dá conta a V. Majestade que por varias vezes tinha feito aviso do estado em que se achava aquela praça e de novo fazia presente a V. Majestade que a tinha fortificado, e o gentio vizinho muito humilde e quieto,

e os moradores livres das vexações, que lhes costumavam fazer, porém o comércio perdido e arruinado com os franceses e ingleses (BRÁSIO, 2004, p. 62).

Como se percebe, a situação dos moradores de Cacheu no século XVII não era uma situação em que se possuía poder político sobre a região em que se estava inserido. Talvez por isso, não é coincidência que nos Regimentos do Capitão de Cacheu de 1625 e 1650 houvesse a seguinte ordem de estabelecer uma relação amistosa com os moradores: “Bom tratamento dos gentios vos é por muito recomendado, e que se lhes não fação vexações, e se guarde igualmente justiça a todos, tratando de os compor amigavelmente nas duvidas que tiveram, de maneira que desculpando-as quanto for possível aja cada hum o seu” (BRÁSIO, 1979, p. 86 e 571).

Em suma, três fatores que me levam a incluir Cacheu como um enclave comercial: 1) a ausência de força política e militar portuguesa para evitar que outros europeus fizessem comércio nas proximidades de Cacheu; 2) as relações assimétricas políticas dos portugueses com os povos no entorno da localidade; 3) e a relação de dependência dos portugueses diante dos poderes políticos dos governantes senegambianos.

A ilha Gorée

Gorée foi o segundo espaço criado, em sentido cronológico, que podemos definir enquanto enclave comercial. Gorée é uma ilha no atlântico, bem próxima à costa senegambiana, situada a 3 léguas de Rufisque (LA COURBE, 1685, p. 189). Além disso, a posse do espaço foi intensamente disputada por nações europeias ao longo dos séculos XV ao XVII (SILVA, 2014, p. 554). O português Denis Dias foi o primeiro europeu a desembarcar em Gorée no ano de 1444. Em 1481, membros da expedição de Diogo de Azembuja, que se dirigia para construir o forte de São Jorge da Mina, construíram em Gorée a primeira igreja da África Ocidental e o local aparece nas fontes como ilha de Bezeguiche (MORAES, 1969, p. 989).

No século XVII, a ilha passou pela administração de vários Estados europeus ou empresas patrocinadas por estes Estados. A Holanda foi o primeiro Estado a se estabelecer na

ilha, disputando a posse de Gorée com os portugueses. Nize Izabel de Moraes assim explicita a primeira do século XVII na ilha:

Um pequeno forte foi edificado pelos Holandeses na ilha de Gorée numa data indeterminada, pouco antes de 1628. Em 1629, João Pereira Côte-Real, governador português de Cabo Verde, apoderou-se da ilha, destruindo o estabelecimento neerlandês [...] no ano seguinte, os Holandeses reconquistaram a ilha de Gorée. Em 1645, os portugueses, auxiliados por marinheiros franceses, aniquilaram novamente o estabelecimento neerlandês, permitindo aos portugueses a afirmação de sua posição comercial na Guiné Superior, no alvorecer da Restauração. Mas em 1647, os Neerlandeses já haviam restabelecido a situação em seu favor (MORAES, 1969, p. 1012).

A historiadora, à sequência desta retomada da ilha por parte dos holandeses, afirma que “os holandeses (exceto por uma breve ocupação inglesa em 1664) permaneceram na posse da ilha até que ela foi capturada pelos franceses em 1677” (MORAES, 1969, p. 989). Francisco Lemos Coelho, em seu relato de 1684, dá embasamento para esta que Nize de Moraes tenha feito essa informação:

O general [holandês de Gooré] era superintendente assim na guerra como da paz, e para o negócio tinha sempre ferro e fazendas do norte com muita abundância, e ordinariamente, três a quatro navios pequenos que lhe serviam para a condução dos couros que faziam na terra firme entre os portos dela, donde tiravam mais de sessenta mil couros. Também aqui vinham os navios de Cacheu, ou ele mandava lá os seus a comerciar, e de lá tiravam todos os anos novecentos e mil quintais de cera e marfim; e aqui vinham todos os anos de Holanda, duas e três naus grandes a carregar dos ditos gêneros que levavam para a cidade de Amsterdam donde tinha o assento da Companhia da África que assim lhe chamavam; e tiravam tanto interesse desta ilheta que tomando-lhe o inglês em meu tempo, no ano de 1663, não repararam em andarem as guerras muito acesas entre essas duas nações, para que logo no ano seguinte não mandassem o seu general Rut com uma esquadra de quatorze naus de guerra a restaurá-la. Assim que por aqui se verá os lucros que tiravam dos negócios que aqui fariam. Hoje tem tomado os franceses dito senhor de todo o negócio desta costa de Jalofo, e não é muito bom vizinho para esta ilha como já se experimentou (COELHO, 1684, p. 97).

Como se percebe, Gorée foi um espaço muito disputado pelos Estados europeus ao longo do século XVII. Filipa Ribeiro da Silva esclarece a razão da imensa disputa pela ilha de Gorée:

A ilha de Gorée praticamente não tinha produção local. A sua posição perto do continente, mais precisamente da Península de Cabo Verde, e as suas ligações estreitas aos centros comerciais ao longo da Petite Côte do Senegal e as suas redes comerciais alargadas no interior cobrindo uma parte

substancial da região da Senegâmbia, conferiu à ilha um papel significativo na economia atlântica (SILVA, 2014, p. 554)⁷⁰.

Gorée foi, portanto, um pequeno espaço muito próximo à costa da Senegâmbia, de grande valia comercial e alvo de disputa por parte dos Estados europeus. Assim como Cacheu, classificamos Gorée como enclave comercial. Em primeiro lugar, porque até o século XVIII Gorée dependia e se assemelhava mais ao continente africano do que a quem, em teoria, tinha posse da ilha (THIAW, 2008, p. 54).

Em segundo lugar porque, para a realização do comércio em Gorée, prevaleciam as regras locais, assim como em outros enclaves na costa e nos rios senegambianos. Guillaume Aubert, que escreveu sobre as relações de raça e gênero em Gorée analisou como prevaleciam os poderes da elite local:

Os habitantes africanos e euro-africanos de Gorée formaram uma elite econômica e social com poderes políticos e judiciais significativos. Atores, mas também atrizes essenciais no estabelecimento de boas relações diplomáticas e comerciais entre os representantes dos interesses metropolitanos e os mercadores e governantes dos reinos da Senegâmbia, esses homens e mulheres de cor eram donos da maior parte das terras e casas da ilha francesa (AUBERT, 2014, p. 125-126)⁷¹.

Interessante notar que mesmo essa “elite econômica e social com poderes políticos e judiciais significativos” precisavam estabelecer boas relações diplomáticas com os mercadores e mandatários senegambianos. Felipa Ribeiro da Silva mostra que essas relações envolviam o pagamento de tributos:

Na ilha de Gorée os navios podiam ser ancorados e os mercadores podiam desembarcar e fazer comércio. Um agente fiscal do governante africano local viria a bordo para cobrar os direitos. Após o pagamento, o chefe e os marinheiros subalternos podiam desembarcar e despachar os navios menores para Porto D’Ale, Rufisque e Jola. No entanto, em cada novo porto, eles tinham que pagar taxas locais (SILVA, 2011, p. 199)⁷².

⁷⁰ Tradução nossa: The island of Gorée had virtually no local production. Its position close to the continent, more precisely the Peninsula of Cape Verde, and its close links to the trading centers along the Petite Côte of Senegal and their extended commercial networks inland covering a substantial part of the Senegambia region, afforded the island a significant role in the Atlantic economy.

⁷¹ Tradução nossa: Les habitants africains et euro-africains de Gorée et de Saint-Louis formaient une élite économique et sociale exerçant d’importants pouvoirs politiques et judiciaires. Acteurs mais aussi actrices indispensables de l’établissement de bonnes relations diplomatiques et commerciales entre les représentants des intérêts métropolitains et les marchands et dirigeants des royaumes de Sénégalie, ces hommes et ces femmes de couleur possédaient la plupart des terrains et maisons dans les deux îles « françaises »

⁷² Tradução nossa: In the island of Gorée and the Petite Côte ships could be anchored and the merchants could go ashore and trade. A fiscal agent of the local African ruler would come on board to collect duties. After payment, the chief and junior factors could go ashore and dispatch the smaller ships to Portudal, Rufisque and Joal. However, at each new port they had to pay local duties.

Vemos aqui, que pela descrição da historiadora, Gorée era um local onde mercadores simplesmente ancoravam. A partir daí, agentes dos povos locais vinham até o navio cobrar impostos e só depois os comerciantes estrangeiros podiam ir aos portos senegambianos. Essa prática se repetia em cada porto. Este argumento de Filipa Ribeiro da Silva se confirma nas fontes que eu também analisei, principalmente nas fontes francesas do fim do século XVII.

Ao descrever sua partida de Gorée para a terra firme, La Courbe afirmou:

Tendo navegado da ilha de Gorée, zarpamos para o sudeste do leste, sendo o vento o norte. Saímos da aldeia de Rufisque, a três léguas da ilha de Gorée, que é a principal parada do rei Damel; Um lugar além é Bargny, onde há um córrego entre duas aldeias do mesmo nome que separam o reino de Kaajor do de Baol. Continuando nossa jornada, nos deparamos com o Cabo de Mas, a seis léguas de distância de Gorée; Tendo passado por ela, nos encontramos, a duas léguas mais distantes, Porto D’Ale, que é o principal porto de escala do rei de Baol, que se chama Teeny; passando além, a quatro léguas de lá, encontramos um pequeno ponto que separa o reino de Baol do de Siin, cujo rei é chamado de Bourchin, e da corrupção de Barbasin. Continuando nossa jornada, passamos pelo rio Saalum, no qual há um reino do mesmo nome⁷³ (LA COURBE, 1985, p. 189-190).

A partir da descrição acima, percebemos que mesmo com o domínio francês de Gorée, na costa, as relações são bem diferentes. La Courbe demonstra que a posse da terra é do Damel do Kaajor, é do Teeny do Baol e do Buur do Siin. Ou seja, existiam relações políticas anteriores e exteriores ao forte de Gorée, as quais devem ser compreendidas e levadas em consideração na análise dessa região.

Jacob Le Marie é ainda mais direto no sentido da necessidade deste entendimento. Falando diretamente pelo responsável pela ilha, o comerciante francês afirmou: “Monsieur Dancourt (Captaine de Goree) primeiro teve o cuidado de facilitar o comércio, visitar os balcões estabelecidos ao longo da costa, e dar as suas ordens aos funcionários, e depois procurar a amizade dos reis negros e principais chefes” (MARIE, 1695, p. 62-63)⁷⁴.

⁷³ Tradução nossa: Ayant appareillé de l'isle de Gorée, nous mîmes le cap au Sud Est quart d'Est, le vent estant Nord. Nous laissâmes a bas bord le village de Rufisque, a trois lieues de l'Isle de Gorée, qui est la principale escale du roy Damel ; une lieuë par delà est Brégny, où il y a un córrego entre deux villages de même nom qui séparent le royaume de Cayors d'avec celui de Baule. Continuant nôtre route, nous arrivâmes par le travers du Cap de Mas, distant de six lieues de Gorée ; l'ayant dépassé, on rencontre, a deux lieues plus loing, Portudal, qui est la principale escale du roy de Baule, qu'on appelle Theim ; passant plus avant, a quatre lieues de la, nous rencontrâmes un petit córrego qui sépare le royaume de Baule d'avec celui de Chin, dont le roy s'appelle Bourchin et par corruption Barbechin. Continuant nostre route, nous passâmes par devant la rivière de Saalum dans laquelle il y a un royaume de mesme nom.

⁷⁴ Tradução nossa : Monsieur Dancourt (captaine de Gorée) s'occupa d'abord à faciliter le Commerce, à visiter les comptoirs établis le long de la Côte, & à donner ses ordres aux Commis, & ensuite à rechercher l'amitié des Roys Nègres, & principaux Chefs (62-3).

Gorée é diferente de Cacheu. Trata-se de uma ilha, muito próxima a costa Atlântica, mas não de um espaço cercado por unidades políticas africanas. Ainda assim, o europeu que ocupasse aquele espaço ainda estava inserido em relações assimétricas de poder com os povos da costa próxima ao Cacheu e dependiam de agentes senegambianos para sua existência, nomeadamente em sua dependência da cultura material, das organizações políticas e dos laços mercantis com a Senegâmbia. Por isso, conceituamos o espaço também como enclave comercial.

Saint James

Considero a ilhota chamada Saint James, onde os ingleses mantiveram um forte, com um enclave. Localizada a 30 quilômetros da foz do Rio Gâmbia, no baixo curso do rio, foi um espaço disputado por diferentes Estados europeus. Em tom de lamento, João Carreiro Fidalgo, capitão de Cacheu, descreveu assim a criação de Saint James:

Em novembro passado fiz o penúltimo aviso a V. Magestade sobre os intentos do inimigo alemão, e das fortificações do Rio Gâmbia; de novo chegarão ao dito Rio duas naus grandes com petrechos e com duzentos infantes estão fazendo uma fortaleza de consideração na barra do dito Rio, pela parte do Norte, e por força tomarão o sítio ao gentio da terra, e se diz tomarão sete léguas para cultivarem, que é o intento que trazem, e que por todo este verão terão acabado a dita fortaleza, porque trabalham nela com muito cuidado e dizem esperar por mais gente e naus (BRÁSIO, 1992, p. 48).

O dito “inimigo alemão” citado por João Fidalgo dizia respeito a pessoas provenientes do ducado da Curlândia, pois em 1651, o duque James de Courland comprou do régulo local (isto é, pagou-lhe as taxas e impostos que lhe permitiam ocupar e usar temporariamente a terra) esta pequena ilha na entrada do rio Gâmbia, onde ergueu o forte Saint James, mesmo nome dado a ilhota. (SILVA, 2011, p. 347; CURTIN, 1975, p. 102).

No relato da viagem Cabo Verde e à fortaleza do rio Gâmbia feita pelo Príncipe Rupert⁷⁵, datado de 1652, é evidente o auxílio cabo-verdiano, em teoria posse de Portugal, na empreitada de Rupert. O vice-governador de Santiago, assegurou ao tal príncipe toda a assistência possível (WARBURTON, 1849, p. 355). Embora os enclaves comerciais tenham sido motivos de disputas entre os agentes atlânticos, eles também poderiam gerar alianças

⁷⁵ Príncipe Rupert do Reno, duque da Curlândia. Era o filho mais novo de Frederico V, príncipe germânico e também sobrinho do rei Carlos I, rei da Inglaterra. Lutou nas guerras civis inglesas e também se envolveu em campanhas navais em nome da coroa inglesa. Em uma delas, explorou o rio Gâmbia por mais de 150 milhas.

estratégicas: em sua viagem, Rupert interceptou e tomou duas embarcações espanholas, o que interessava à coroa portuguesa naquele momento⁷⁶ (WARBURTON, 1849, p. 359).

Após a construção do forte por parte dos curlandeses e frustradas tentativas de construção de outras fortificações em outras ilhas do Rio Gâmbia, em 1661, com a formação de uma companhia de comércio inglesa, a *Royal Adventurers of England*, ocorreu uma expedição capitaneada por Robert Holmes que tomou a fortificação curlandesa e passou a tomar posse do Forte de Saint James, embora tenha lidado com periódicas ocupações deste espaço por parte dos franceses (WOOD, 1967, p. 53-54).

Além dos inimigos europeus que atrapalhavam as pretensões comerciais inglesas, havia também desentendimentos com os governantes da região. O comerciante francês Michel de La Courbe mostrou como era perigoso aos agentes atlânticos um mal relacionamento com mandatários senegambianos, a partir de um exemplo de violência causada pelos ingleses instalados no forte de Saint James:

Ficamos sabendo que o rei de Barra tinha uma grande disputa com os ingleses sobre as mulheres negras. Um certo português, chamado Maguimar, tendo ido ao forte dos ingleses com várias outras mulheres de virtude medíocre, e eles se deleitaram esplendidamente; mas depois de beber bem, uma delas brigou com os ingleses, aparentemente por alguma bravura, que foi tão longe que um deles chamou o capitão Agis aparentemente tendo mais vinho na cabeça do que era necessário. Ele a esfaqueou; mas as outras se retiraram para sua casa. O rei de Barra tendo ouvido isto, prendeu o funcionário inglês que tinha casa em Julufre com todos os seus bens, alegando grandes compensações para essa ação o que, na verdade, havia sido um pouco extravagante. O governador do forte, cujo nome era Clif, tendo vindo indiscretamente a terra para conferenciar com o rei sobre este assunto, também foi preso e obrigado a pagar pela soltura e entrega dos seus bens, 200 barras de ferro que o governador lhe entregou em nome do capitão Agis.. Isso causou uma grande guerra entre eles, e Capitão Agis, homem imprudente e violento, fez muito mal aos negros, e como qualquer comércio foi-lhes parado entre eles, a empresa francesa aproveitou sua disputa e tratar este ano muitos negros, marfim e ouro⁷⁷ (LA COURBE, 1685, p. 270-271)

⁷⁶ No documento “Carta do Governador de Cabo Verde a sua Majestade El-Rei”, presente na Monumenta Missionária Africana, o governador Jorge de Mesquita de Castelo Branco presta contas da presença de Rupert em Cabo Verde e no Gâmbia, afirmando a tomada das embarcações espanholas como algo positivo aos interesses do reino português. Para mais ver: BRÁSIO, A. Monumenta Missionária Africa. *Carta do Governador de Cabo Verde a sua Majestade El-Rei, 19/6/1652*, 2011, s. II, v. 6, 2011, p. 6-7.

⁷⁷ Tradução nossa: “Ayant mis pied a terre, nous apprismes que le roy de Barre avoit un grand différend avec les Anglois au sujet des femmes négresses. Une certaine portugaise, nommée Maguimar, étant allée au fort des Anglois avec plusieurs autres femmes de médiocre vertu, on les y regala splendidement ; mais après avoir bien bu, une d'elles prit querelle avec les Anglois, apparemment pour quelque galanterie, laquelle fut poussée si loin qu'un d'entre eux nommé le capitaine Agis ayant apparemment plus de vin dans la teste qu'il ne falloit, luy donna un coup de couteau ; mais les autres ayant mit le holla, elles se retirèrent chez elles. Le roy de Barre ayant appris cela, arresta le commis anglois qui tenoit case a Gilfroid avec toutes ses marchandises, prétendant de grand dedommagemens pour cette action qui, a la vérité, estoit un peu extravagante. Le gouverneur du fort, qui se

O mandatário de Barra não hesitou em prender o inglês que esfaqueou uma das mulheres e também o capitão de Saint James, quando este foi tentar mediar a situação. O resultado foi o conflito entre os mandingas de Barra e os ingleses, que beneficiou aos franceses, que aprofundaram seu comércio na barra do Gâmbia.

As sucessivas invasões francesas e o risco de se indispor com mandatários locais, indicam que o poder político dos ingleses era bastante limitado em Saint James para fazer qualquer tipo de imposição comercial. Esses fatores indicam que Saint James era enclave comercial.

Saint Louis

O forte de Saint Louis, localizava na foz do rio Senegal foi erguido em 1659. (BARRY, 2011, p. 321). Em um plano de competição europeia, este forte diz respeito a um processo em que os portugueses foram perdendo espaço no comércio com os habitantes das margens do rio Senegal e outros europeus. Assim, os franceses, passaram a priorizar este espaço. André Almada, confirma esse processo de perda dos portugueses do forte de Saint Louis no final século XVI: “tem este Reino de Budumel [Damel do Kaajor] muitos portos do mar, afora os do Rio de Sanagá [...] morada contínua dos Ingleses, e Franceses” (ALMADA, 1594, p. 249). Conforme o cosmógrafo João Lavanha tinha alertado em 1600, se a coroa portuguesa não se apressasse em construir alguma fortificação a fim de fortalecer os laços políticos e comerciais no rio Senegal, alguma outra nação certamente o faria (LAVANHA, 1600).

Aos mandatários senegambianos, interessava as relações políticas com forte de Saint Louis. Conforme a lógica de *Landlord and Strangers Reciprocities*, ao permitir a presença estrangeira, os mandatários recolheriam impostos e se conectavam a redes comerciais potencialmente lucrativas. A diplomacia era a norma. La Courbe descreveu a visita do Petit

nommoit Clif, estant venu indiscretement a terre pour conférer avec le roy au sujet de cette affaire, il le fit aussi arrester et luy fit payer pour la délivrance et pour la main levée de ses marchandises, 200 barres de fer que le gouverneur luy fit délivrer sur le compte du capitaine Agis. Cela causa une grande guerre entre eux, et le capitaine Agis, homme téméraire et violent, fit beaucoup de mal aux nègres, et comme tout commerce etoit cessé entre eux, la compagnie françoise profita de leur différend et traitta cette année beaucoup de nègres, d'yvoire et d'or”.

Brac⁷⁸ ao forte de Saint Louis, em 1685, no tempo de sua estadia. Petit Brac levou uma comitiva de uma dezena de servos, dentre eles, griôs. Depois de jantarem com as canções dos griôs sendo entoadas, Petit Brac recebeu seus presentes e se retirou (LA COURBE, 1685, p. 40-46).

O forte de Saint Louis era um local com claras relações de dependência com os poderes locais. A construção do forte de Saint Louis foi um elemento facilitador para que os franceses acessassem diferentes escalas das rotas comerciais saarianas, como Coq e Terrier Rouge (BARRY, 2011, p. 321). La Courbe evidenciou isso ao descrever quando saiu do forte de Saint Louis e foi a até Terrier Rouge acessar os pontos de comércio de goma arábica. La Courbe ressaltou que além de ir até essas escalas para fazer o comércio, era necessário pagar taxas: “eu recebi uma carta do Sr. De Ronsy, a que eu mandei descer da Terrier Rouge, onde eu fazia o trato de goma, para estar presente no momento do pagamento das taxas”⁷⁹ (LA COURBE, 1685, p. 136). Este relato traz uma evidência crucial para o meu argumento. Os agentes atlânticos tinham que pagar impostos aos mandatários locais para partir de Saint Louis e comerciar em algum ponto no interior da Senegâmbia.

Em Suma, Saint Louis, como os outros espaços citados, era um enclave comercial. Apesar de ser uma ilha desabitada quando os franceses ergueram o primeiro forte, eles não eram os donos do lugar. Os franceses eram obrigados a pagar taxas aos mandatários locais para ter acesso à alimentação e mão de obra e para se deslocarem a outros locais ao longo das margens do rio Senegal, para realizar comércio.

⁷⁸ Em nota da versão que temos do relato de Michel La Courbe, este posto existia e também foi chamado Brioux ou Brio, governador do segundo lugar do reino de Ualo, que geralmente sucedeu ao rei Brak. Residia em Maka, 8 léguas a montante de St. Louis, na margem esquerda do rio (LA COURBE, 1685, p. 40).

⁷⁹ Tradução nossa: “Je reçeus là une lettre du Sr de Ronsy a qui j'avois mandé de descendre du Terrier rouge, ou il faisoit la traite de gomme, pour être présent au payement des coutumes”.

Conclusão

Ao longo deste capítulo dissertamos sobre os agentes envolvidos no comércio interno à Senegâmbia, bem como aqueles que estavam diretamente envolvidos em suas “pontas” atlânticas e saarianas. Demonstramos que as unidades políticas senegambianas detinham o poder político e econômico, bem como o ordenamento social, econômico e cultural que ditaria o comércio realizado no local. Discutimos também que mesmo a presença externa, inclusive o que definimos por enclaves comerciais, existiram com a permissão das lógicas internas. Foi o *landlord and strangers reciprocities* que deu o embasamento para que Cacheu, Gorée, Saint Louis e Saint James existissem.

Capítulo II

Senegâmbia e a África

Introdução

Neste capítulo trataremos do comércio realizado na Senegâmbia, em sentido interno ao continente africano, incluindo aí a prática do arrendamento de terras. Para isso, dividimos o capítulo em dois tópicos. O primeiro discorre sobre o comércio interno na Senegâmbia. O segundo trata de uma das vias de comércio de longa distância que existiam na Senegâmbia, o comércio saariano, em que agentes do norte da África, povos nômades do deserto e da própria Senegâmbia se encontravam nos chamados portos saarianos para realizar transações comerciais. Embora existam trabalhos que tratem do comércio saariano na Senegâmbia, não existem trabalhos que tratem isoladamente do comércio interno à região e como os agentes que moviam este comércio interno se conectavam, a partir de suas próprias demandas e critérios com o comércio saariano.

Estudar o comércio interno e de longa distância no continente africano foi uma tarefa duplamente complexa. Em primeiro lugar, a maioria das fontes que utilizamos nesta tese foram produzidas no contexto atlântico. O interesse dos mercadores, viajantes e cronistas era informar seus destinatários sobre as mercadorias e os *exotismos* existentes naquele espaço. Logo, as informações sobre a relação intra povos senegambianos ou destes com os agentes saarianos são marginais no corpo do texto. Por isso, no segundo tópico fizemos um recuo temporal para utilizar fonte produzida no contexto de comércio saariano. Em segundo lugar, os agentes atlânticos tinham pouco acesso às informações sobre o comércio interno: eles estavam contexto de alteridade e precisavam traduzir mentalmente as informações que recebiam. Portanto, eles escreviam sobre as relações internas de acordo com seu *stock* cultural. Assim, nos cabe a tarefa de comparar e fazer o embate de fontes para encontrar as representações mais próximas ao “real” (HORTA, 1995).

O eixo central de nossa discussão são as mercadorias que eram comercializadas nestas redes. Procuramos entender o que era vendido e comprado dentro dos diferentes espaços da Senegâmbia, bem como as mercadorias exportadas e importadas através das rotas saarianas. O nosso argumento é que a Senegâmbia era uma região comercialmente articulada e autossuficiente, e que os produtos do Saara eram complementares a este espaço. Por fim, argumento que o deserto era uma ponte para a circulação de ideias e práticas culturais, que interligava a região a redes de comércio intercontinental.

2.1 Comércio Regional

A definição geográfica da Senegâmbia engloba o Oceano Atlântico, ao leste; o Futa Toro e o Futa Djalon, à oeste; e a *antiga* Serra Leoa, ao sul; e o rio Senegal, ao norte. Este espaço está encravado em diferentes domínios morfoclimáticos, tendo o rio Gâmbia como um divisor desses domínios. Conforme argumentei em outro trabalho o rio é uma zona de limites morfoclimáticos. Ao norte, a vegetação e o clima são de savana. Ao sul, estende-se uma zona de florestas. Por causas naturais, cada região era propensa a produzir produtos diferentes, que oportunizou a complementaridade comercial. O excedente de produtos era trocados por mercadorias que vinham do norte (MALACCO, 2017, p. 28).

Por motivos naturais, o que se produzia ao norte do rio Gâmbia se diferia do que se produzia ao sul. Além disso, rotas comerciais que partiam do limite leste senegambiano chegavam aos portos atlânticos, para comprar mercadorias produzidas na costa e levar itens produzidos no Futa Toro e Futa Djalon. Conforme argumentado por Walter Hawthorne, neste sentido leste-oeste, “a faixa costeira, de onde provinha a maioria dos escravos [sic] enviados à Amazônia, era caracterizada por uma vegetação densa, rios e riachos sinuosos e manguezais. A região do interior, de onde vinha um número menor de escravos enviados à Amazônia, era caracterizada por bosques, savanas e terras altas e frescas” (HAWTHORNE, 2010, p. 65).

A Senegâmbia era uma região comercialmente articulada pelo trabalho dos comerciantes que levavam os produtos de um domínio morfoclimático à outro. Segundo Hawthorne, “as diferenças na geografia e no clima afetaram os padrões agrícolas e comerciais, as formações sociais e as instituições políticas, e as estratégias que as pessoas adotaram para a guerra e para a defesa contra os inimigos ameaçadores” (HAWTHORNE, 2010, p. 65). Concordamos com este argumento. As “diferenças na geografia e no clima” afetaram as instituições políticas, sociais e comerciais na Senegâmbia, assim como afetaram no sociedades no mundo inteiro. Os períodos de secas e chuvas na Senegâmbia, bem como suas zonas ecológicas eram essenciais para as características econômicas e políticas da região (BROOKS, 2003, p. 102). Porém, ressalto que a ação humana, em seus aspectos sociais, culturais e políticos, representou um papel tão importante quanto os fatores naturais para o espaço senegambiano no período moderno.

Arroz e Milheto

O meu argumento considera que a ação humana em diferentes domínios morfoclimáticos, produziu mercadorias que, por motivos naturais, eram diferentes ao norte, ao sul, ao oeste e ao leste do território senegambiano. Portanto isto levou a conformação de diferentes rotas comerciais, em que os mercadores transportavam diferentes produtos para serem trocados. Um exemplo era a troca de arroz por milheto. O arroz era produzido nas porções costeiras, ao sul da Senegâmbia; e o milheto era cultivado nas regiões interioranas, ao norte. Desde as primeiras navegações europeias na Senegâmbia, é evidente esta divisão geográfica das duas culturas agrícolas. Segundo Judith Carney,

Dependentes dos excedentes produzidos e comercializados pelas sociedades africanas, as caravelas portuguesas em viagem ao longo da costa subsaariana tomaram conhecimento dos sistemas agrícolas que encontraram. Os cereais indígenas africanos, milheto e sorgo, estiveram entre as primeiras culturas descritas na região entre os rios Senegal e Gâmbia. Quando os marinheiros seguiram para as áreas mais úmidas da Alta Costa da Guiné, ao sul da embocadura do rio Gâmbia, seus relatos mencionam o cultivo de arroz. Assim, arroz, milheto e sorgo eram os três cereais cultivados ao longo da Costa dos Grãos ou do Arroz relatados nos primeiros relatos europeus (CARNEY, p. 2001, p. 11)⁸⁰.

O milheto e o arroz representam parte da base da produção agrícola senegambiana. Contudo, o interesse dos acadêmicos estão mais voltados aos produtos atlânticos. Assim, há uma abundante produção historiográfica relativa à plantação e produção de arroz, nas regiões abaixo do rio Gâmbia, mas há pouco interesse pela produção de milheto. Este interesse deve-se, sobretudo, pelo fato de que o conhecimento senegambiano sobre como plantar o arroz em diferentes cenários agrícolas foi transportado para diferentes regiões das Américas, como o Maranhão brasileiro e a Carolina do Sul estadunidense.

O impressionante desenvolvimento técnico da rizicultura na Senegâmbia permitiu a domesticação do arroz e o seu plantio em diferentes ecossistemas. Judith Carney demonstrou que existia uma espécie de arroz, *Oryza glaberrima* que:

⁸⁰ Tradução nossa: Dependent upon the surpluses produced and marketed by African societies, Portuguese caravels voyaging along the sub-Saharan coast took note of the agricultural systems they encountered. The indigenous African cereals, millet and sorghum, were among the first crops described in the region between the Senegal and Gambia Rivers. When mariners proceeded to the wetter areas of the Upper Guinea Coast south of the embouchure of the Gambia River, their accounts mention the cultivation of rice. Thus rice, millet, and sorghum were the three cereals grown along the Grain or Rice Coast reported in the earliest European accounts (CARNEY, p. 11).

foi originalmente domesticado nas zonas húmidas de água doce do delta interior do meio do rio Níger, no Mali, uma área onde o arroz é cultivado quase às margens do Deserto do Saara. A diversidade genética da *glaberrima* também sugere dois centros secundários de inovação e desenvolvimento do arroz africano. Um emergiu em zonas húmidas na área norte e sul do rio Gâmbia entre os rios Sine e Casamance no Senegal, onde a água salgada das marés marinhas flui sobre planícies aluviais cobertas por manguezais. O outro centro secundário de diversificação da *glaberrima* desenvolveu-se nas terras altas da Guiné, entre Serra Leoa, Guiné Conacri e Libéria, em uma região de chuvas abundantes (CARNEY, 2001, p. 38).⁸¹

A autora estadunidense argumenta que o arroz era plantado em “planícies aluviais de maré, como em manguezais; pântanos em terra firme usando lençóis freáticos, córregos subterrâneos ou solos retentores de umidade; e terras altas alimentadas pela chuva”⁸² (CARNEY, 2001, p. 57). Carney disserta que dentre estas formas de plantio do arroz, aquele produzido em áreas de mangue é o de maior sofisticação tecnológica e mais produtivo da África Ocidental, cultivado, sobretudo, ao sul do rio Gâmbia (CARNEY, 2001, p. 63).

Como se desenvolveu uma cultura agrícola em solo com o grau de salinidade tão elevado quanto o manguezal? De acordo com estudo encabeçado pelo agrônomo Nildo Dias (et. Al, 2016, p. 151), a salinidade causa problemas aos cultivos “o uso de águas salinas para a irrigação constitui um sério problema para a agricultura, pois limita a produção agrícola e reduz a produtividade das culturas a níveis antieconômicos”. Porém, essa resistência à salinidade é uma característica particular do *Oryza glaberrima*. De acordo com Edda Fields-Black, esta espécie de arroz “evoluiu para suportar uma certa porcentagem de salinidade em solos costeiros. *O. glaberrima* cresce nos ambientes mais marginais, onde altas porcentagens de salinidade, ferro e ácido, e baixas quantidades de fósforo, são encontradas nos solos” (FIELDS-BLACK, 2008, p. 29).

As mulheres eram essenciais para o plantio e o beneficiamento do arroz. Vários autores trataram desse tema na historiografia. Dentre estes, Judith Carney é a mais explícita nesta argumentação, evidenciando que havia uma divisão de gênero no trabalho em grande parte da África Ocidental, em que as mulheres eram as principais responsáveis por cultivar

⁸¹ Tradução nossa: was originally domesticated in the freshwater wetlands of the inland delta of the middle Niger River in Mali, an area where rice is grown almost within reach of the Sahara Desert. Genetic diversity in *glaberrima* also suggests two secondary centers of African rice innovation and development. One emerged on wetlands in the area north and south of the Gambia River between the rivers Sine and Casamance in Senegal, where salt water from marine tides flows over mangrove-covered floodplains. The other secondary center of *glaberrima* diversification developed in the Guinean highlands between Sierra Leone, Guinea Conakry, and Liberia in a region of abundant rainfall.

⁸² Tradução nossa: tidal floodplains; inland swamps using either high groundwater tables, subterranean streams, or moisture-holding soils; and rain-fed uplands

arroz. Carney argumenta que elas eram responsáveis por todo o plantio, desde o reconhecimento da fertilidade do solo, até a seleção de sementes, semeadura, capina e processamento do arroz (CARNEY, 2001, p. 107).

Fields Black também atribui este protagonismo feminino no plantio de arroz, principalmente na importante questão da seleção de sementes (FIELD-BLACK, 2008, p. 171). Walther Hawthorne, por sua vez, demonstra a importância das mulheres na colheita, beneficiamento e preparo do arroz enquanto alimento, tanto na região da Guiné quanto no Maranhão (HAWTHORNE, 2010, p. 170).

O beneficiamento e preparo do arroz não era uma tarefa menor ou simples. O inglês Richard Jobson, em 1621, descreveu o trabalho pesado das mulheres mandingas no beneficiamento do arroz da seguinte maneira: “estou certo de que não há nenhuma mulher que possa estar mais sob servidão; elas trabalham com pilões, com esses grandes bastões, batendo e limpando tanto o arroz e toda sorte de outros grãos que comem, o que só é o trabalho das mulheres, e muito doloroso” (JOBSON, 1621, p. 116)⁸³.

O milheto produzido majoritariamente em áreas interioranas e ao norte do rio Gâmbia possui vários nomes: “na literatura árabe medieval, e nas primeiras fontes portuguesas, e mais tarde nos relatos de viajantes e estudiosos dos séculos XIX e XX, o milheto aparece sob vários nomes, muitas vezes difíceis de identificar, se não totalmente indistinguíveis com as variedades definidas pelos botânicos” (LEWICKI; JOHNSON, 1974, p. 24). Este tipo de dificuldade é comum em fontes produzidas em contexto de alteridade. “Árabes” e europeus tendiam a nomear o que viam na Senegâmbia de acordo com as limitações impostas pelo próprio horizonte cultural que possuíam (HORTA, 1995). Assim, o milheto aparece, para além da grafia atual, como painço, milho, milho pequeno, milheto africano, dentre outras grafias. O milheto produzido na Senegâmbia era das espécies *Pennisetum perrottetti* e *Pennisetum violaceum* (KRISHNASWAMY, 1938, p. 356).

A cultura do milheto produzido principalmente ao norte do rio Gâmbia precisa suportar condições com menor oferta hídrica. Os biomas deste espaço são o Sahel e a Savana que são regiões de menor precipitação (BROOKS, 1993, p. 11-12). Segundo artigo veiculado no site da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, estatal brasileira responsável pelo

⁸³ Tradução nossa: I am sure there is no woman can be under more servitude: they doe in morters, with such great staves, beate and cleanse both the rice, and all manner of other graine they eate, which is onely womens worke, and very painfull,

desenvolvimento de conhecimento, tecnologia e informações técnico-científicas voltadas especificamente para a agricultura e para a pecuária, o milheto tem capacidade de se adaptar a este tipo de ambiente:

O milheto é uma planta que se adapta bem a vários tipos de solos, tendo boa persistência em solo de baixa fertilidade e déficit hídrico. As principais características agronômicas da cultura são: baixa exigência hídrica, apresentando vantagem no gasto com água em relação ao milho e ao sorgo; seu cultivo demanda a aplicação de poucos insumos, o que pode reduzir o custo de produção; alta capacidade de ciclagem de nutrientes; crescimento rápido e elevada produção de biomassa⁸⁴.

O milheto era consumido de diversas formas na Senegâmbia, tais como alimentos, bebidas e ração para o gado. Os principais se davam na forma de farinha (ALMADA, 1594, p. 240; SAINT-LÔ, 1637, p. 33; LA COURBE, 1685, p. 126), bolo ou cuscuz (ALMADA, 1594, p. 333; JOBSON, 1621, p. 163; LA COURBE, 1685, p. 197) e bebida alcoólica, após passar por processo de fermentação (ALMADA, 1594, p. 258; JOBSON, 1621, p. 107),

Além de ser uma das bases alimentares na Senegâmbia, também era e é utilizado como alimentação para o gado vacum. Ainda de acordo com o artigo veiculado no site da Embrapa, o milheto “possui boa qualidade nutricional quando usada como ração para aves, suínos e ruminantes”⁸⁵. Isto, em partes, explica a procura por parte do povo fula pelo cereal, uma vez que eles são notadamente reconhecidos por serem nômades pastoris, com criações de gado bovino, principalmente. Conforme explicitado por Philip Curtin (1975, p. 218), os fulas consumiam muito mais milheto do que produziam e o autor associa esse consumo justamente pela criação de gado.

A importância do milheto para os fulas está explicitado em uma tradição oral, que afirma que Koli Tengela, líder fula que realizou incursões militares na Senegâmbia em fins do século XIV e início do século XV, tomou a decisão de invadir o Futa Djalón por causa de um periquito que apareceu com um grão de milheto no bico. Após avistar o pássaro, Tengela teria mandado pessoas seguirem o pássaro para averiguarem de onde ele trazia aquele grão, logo, os pássaros o levaram até as plantações de milheto ao sul do Futa Toro (DELAFOSSÉ, 1913, p. 121).

⁸⁴ MILHETO é cultura alternativa para cobertura de solo. Embrapa. 2012. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1460918/milheto-e-cultura--alternativa-para-cobertura-de-solo->

⁸⁵ Ibidem.

Plantados e colhidos em locais diferentes, o milho e o arroz são dois produtos que são base alimentar e encontrados em toda Senegâmbia. Podemos, assim, pensar, que estas mercadorias eram levadas por mercadores nas rotas comerciais internas à Senegâmbia.

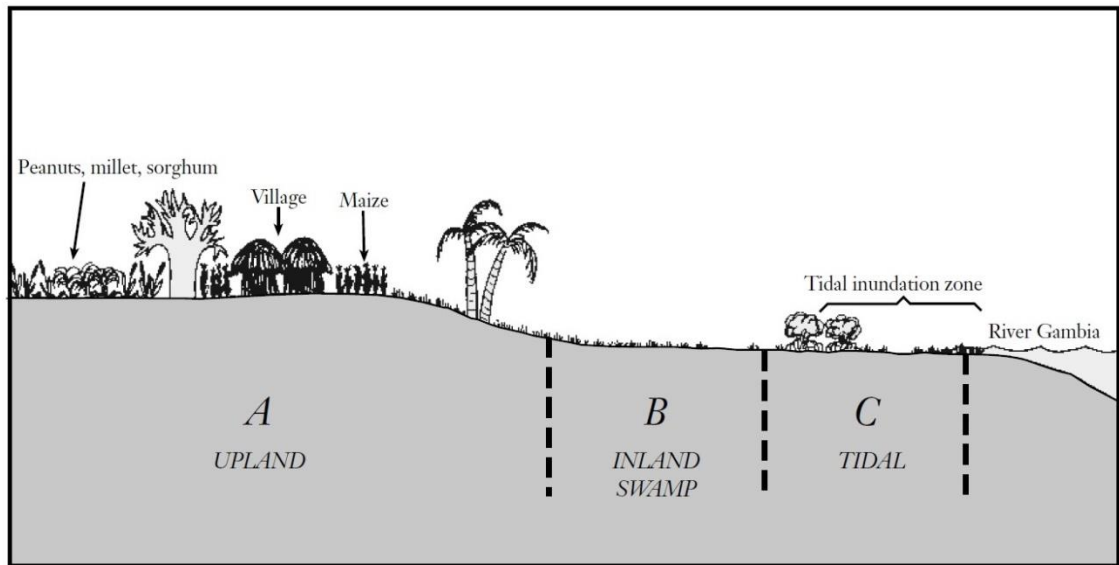
Afirmado sobre a região de Serra Leoa, o padre Manuel Álvares afirma sobre a produção de diferentes tipos de arroz, incluindo um que afirma ser o que nascia e crescia mais rapidamente, chamado “arroz de sete semanas”. Afirma também que se consumia milho, até mais do que o arroz, principalmente em forma de pão (ALVARES, 1615, p. 115-6). Sendo o arroz produzido em larga escala na Serra Leoa, de onde vinha este milho? Embora as fontes que utilizamos sejam bem indiciárias e espaçadas neste sentido, em Michel de La Courbe, de 1685, há uma informação importante sobre este local de compra:

Eles [agrupamento de comerciantes que La Courbe chama de mouros Sargantes] não alimentam [o gado] com o milho presente em todo este país, mas com certa semente chamada gernote que vem de em lugares pantanosos e é semelhante ao milho. Neste lugar eles fazem as maiores canoas no rio, que eles usam para obter sal em Bieurt ou Maca, e depois trocá-lo por milho no país Fula (LA COURBE, 1685, 132)⁸⁶.

Não encontramos, na historiografia especializada e em outros textos, a diferenciação entre milho e o que La Courbe chamou de gernote. Por escreverem, muitas vezes, da mesma maneira que escutavam as palavras, é comum que palavras que não tenham nenhuma correlação atual apareçam nas fontes produzidas em contexto de alteridade euro-africana na Era Moderna. Deste excerto, nos importa, porém, a correlação entre os fulas e o milho, e o fato de um agrupamento de agentes se dirigirem ao “país fula” para comprá-lo. A unidade política fula, que aparece nas fontes portuguesas como reino do Gran-Fulo, se localiza nos contrafortes do Futa Toro, no alto curso do rio Senegal (BOULÈGUE, 1981). É uma menção significativa: dentre as fontes que consultamos, esta menção de Michel de La Courbe é a única que afirma abertamente sobre a produção de milho por um agrupamento específico de agentes e, mais que isto, sobre outro agrupamento de agentes que organizavam caravanas para ir comprar o produto. Não afirmamos que apenas os fulas do Futa Toro plantavam milho e os povos de Serra Leoa que plantavam arroz. Mas, havia diferenças regionais. Esta imagem, produzida por Judith Carney (Figura 2), facilita nosso entendimento sobre essas diferenças:

⁸⁶ Tradução nossa : On ne cueille point de mil en toute cette contrée, mais on s'y nourrit d'une certaine graine nommée gernote qui vient d'elle même dans les lieux marécageux et qui est semblable a du mil. On fait en ce lieu les plus grands canots qui sont dans la rivière, dont ils se servent pour aller quérir du sel a Bieurt ou a Maca, et le vont ensuite échanger contre du mil dans le pays Foule.

Figura 2 - Cultivo de arroz ao longo de um gradiente de paisagem: Gâmbia central



CARNEY, 2001, p. 57

De acordo com Carney, o milho era produzido em terras altas (A), o arroz era produzido principalmente nos pântanos alagadiços e nos manguezais que eram alagados pela maré (C). Os outros plantios apontados por ela (amendoim, sorgo e milho) não aparecem com frequência nas fontes que consultei. Estes produtos eram consumidos comercializados pelos diferentes agentes desta região.

La Courbe afirmou sobre a troca de sal por milho, dentre o que chamou de “mouros sargantes” e os fulas. O sal, de fato, foi uma mercadoria sumamente importante na Senegâmbia entre 1580 e 1700. Tão importante que entrou também no circuito atlântico, sendo trazido pelos europeus pelas rotas atlânticas para ser trocado com mercadores senegambianos por produtos locais. Trataremos sobre esta mercadoria no capítulo cinco.

Produtos alimentícios são parte importante desta rede de comércio interna. Apesar da escassez das informações sobre o que é vendido e comprado entre os próprios senegambianos nas fontes, conseguimos perceber que para além do arroz e do milho, o peixe era outro alimento que fazia parte destas redes.

Peixes

A Senegâmbia era (e ainda é) uma região muito piscosa, devido a enorme quantidade de rios. Na maioria das fontes por todo o período que estamos analisando, entre 1580 e 1700, há referências sobre a abundância de peixes na região. Em 1594, Vincent Le Blanc afirmou que o rio Senegal era abundante em crocodilos e peixes (LE BLANC, 1592, p. 2). Em 1594, André Almada afirma que há muito pescado por toda a costa (ALMADA, 1594, p. 254). Em 1685, La Courbe (1685, p. 14) afirma que os peixes da Senegâmbia eram em grandes quantidades e diferentes dos que tem na Europa. Em 1695, Jacob Le Marie (1695, p. 165) descreve a maneira de se pescar entre os mandingas do rio Gâmbia.

Os peixes eram, naturalmente, uma das principais fontes de alimentação. Mas também tinham outros usos, como nas armas hervadas. André Almada descreve um destes usos para os buramos: “já os buramos numa feira que se aí faz em certo dia; estes negros andam nus, não trazem mais armas que facas e frechas, as quais não são hervadas, e em lugar de ferro trazem nelas metidas espinhas de um peixe chamado bagre” (ALMADA, 1594, p. 290)

Os buramos usavam o esporão do peixe bagre como arma. O bagre é um peixe reconhecido pelas suas grandes espinhas que, quando manuseado incorretamente, pode gerar graves ferimentos ao pescador. O bagre tem esporões em suas laterais; e na parte de cima do seu corpo há os espinhos mais temidos, que, se entram na pele e pode gerar dor intensa que pode durar até 24 horas. A efetividade de se utilizar este espinho como ponta de flecha é tamanha, que os indígenas brasileiros, de origem Karajá e Javaé (povo Inã), habitantes do rio Araguaia no Tocantins, que tem na pesca a principal atividade extrativista, ainda hoje utilizam o espinho de bagre nesta função (PRYSTHON; UMMUS, 2017). pela descrição de Almada, os buramos, para aumentar a efetividade das flechas, ainda colocavam veneno nos espinhos. Saber manusear estes espinhos enquanto armas era extremamente útil a estes agentes.

Pelos escassos indícios das fontes, cujos escritores estavam muito mais interessados nas relações comerciais entre agentes atlânticos e senegambianos, tudo indica que o peixe era uma das mercadorias vendida entre os povos senegambianos. André Almada (1594, 307-311) escreveu neste sentido:

Neste Rio de São Domingos [...] há muito trato de arroz e outros mantimentos, e muita cera; abastado de todos os mantimentos, bons

pescados, muitas galinhas, que continuamente andam os negros vendendo a troco de algodão e outras cousas. Tem feiras aonde acodem em cada semana e se faz todos os dias da semana uma vez (...)

Francisco Lemos Coelho registrou que ao longo do rio Gâmbia os peixes eram secados e salgados para serem vendidos como peixe seco: “tem o rio grande quantidade de peixes, e desde a boca dele até Cação com abundância; e em Cantor infinito de rios que tem, pela terra dentro, muito bom, e em tanta quantidade que se traz muito, seco, para baixo” (COELHO, 1684, p. 136). Coelho também anotou que no rio Casamansa se consumia ovas secas do peixe bicuda, que eram, além disso, utilizadas como presentes (COELHO, 1684, p. 143). Por fim, encontramos em Jacob le Marie, indícios deste comércio nas proximidades do rio Senegal, quando o autor afirma:

Vendem peixes a quem está longe do mar, e lá teriam muito lucro, se quisessem dar-se ao trabalho de carregá-lo nas Aldeias. Mas estes sendo tão preguiçosos para vir buscá-lo quanto os outros para trazê-lo, sua preguiça acaba por estragar e torna-se inútil para eles (LE MARIE, 1695, p. 166).⁸⁷

Esta citação do mercador francês é interessante: parece bastante improvável que os pescadores não saíssem vendendo peixes nas aldeias por motivo de preguiça. Ficariam os pescadores esperando as caravanas que vinham do interior para a costa para vender o pescado para quem “está longe do mar”, e em caso de atraso ou sazonalidade das caravanas, o produto acabasse se perdendo? É uma hipótese mais plausível, e que caminha mais próxima às dinâmicas internas das rotas comerciais senegambianas.

Arrendamento de terras

Para finalizar este tópico, observamos que o pagamento para o uso da terra era uma importante dinâmica político-econômica na Senegâmbia. Em termos teóricos, a discussão sobre o conceito de arrendamento ou aluguel de terras e imóveis como comércio é profunda e não se enquadra nos propósitos desta tese. O foco é mostrar que havia uma troca da possibilidade de usufruir de um espaço em troca de mercadorias. Como veremos, isso fazia

⁸⁷ Tradução nossa : Ils vendent ce poisson à ceux qui sont éloignés de la mer, & ils y feroient de grands profits, s'ils se vouloient donner la peine de le porter eux-mêmes dans les Villages. Mais ceux-ci étant aussi paresseux à le venir chercher, que les autres à l'apporter, leur paresse est cause qu'il se gâte enfin, & leur devient inutile.

parte da lógica de *Landlord and Strangers Reciprocities* e também era um tipo mecanismo de taxaço utilizado pelos mandatários locais.

Este tipo de relação político-econômica é frequente em inúmeras fontes escritas entre 1580 e 1700. André Alvares Almada, em 1594, escreveu sobre “capitães” e “governadores” que eram subservientes ao Gran-Jalofo: “estes dão conta aos seus maiores de tudo o que passa e entra nas suas terras e estes maiores o dão ao Rei, e por esta ordem e maneira sabe o Rei tudo o que passa no seu Reino, e quanta gente tem de guerra”. (ALMADA, 1594, p. 261).

Embora este excerto não seja direto em relação ao pagamento pelo uso da terra, é explícito que, dentro da unidade política do Gran-Jalofo, o mandatário possuía poder político, militar e econômico sobre o território que estava sob seu poder político. O mesmo autor, André Almada, sobre a unidade político dos Beafares, afirmou:

As terras são de alguns fidalgos, a quem pagam alguns direitos dos mantimentos que hão, como entre nós o dízimo; mas quanto à gente comum, não tem terras nem herdades; é comum a todos; cada um faz suas searas segundo a posse, e no tempo das novidades dos frutos agrestes que dão as árvores, não [os] pode[m] apanhar senão todos juntos, por mandado do senhor da terra, principalmente um fruto chamado manganaxo; apanhando-[o] alguma pessoa antes do mandado geral, por tal caso fica escravo e se vende (ALMADA, 1594, p. 332).

Este excerto é direto. Os “fidalgos” dentre os Beafares, recebiam pagamentos pelos usos da terra. Além disso, o comerciante cabo-verdiano explicita que “pessoas comuns” não tem posses e vivem de “terras comuns”. Em mais um indício de usufruto privado da terra, o autor afirma que mesmo dentre as terras comuns, se um indivíduo se apropria do fruto chamado “manganaxo”, a pessoa descumpre uma normativa local e corre o risco de se tornar escravizada e ser vendida nesta condição.

O inglês Richard Jobson, descreveu relação muito parecida nas margens do rio Gâmbia:

Essas pessoas [fulas] vivem em grande sujeição aos Mandingas, sobre o quais eles parecem se lamentar, por não poderem matar um boi sem eles saberem, nem mesmo vender ou trocar com a gente qualquer mercadoria que eles tenham, mas se nos conhecerem serão nossos parceiros, em tanto como quando os homens vierem a nós, eles vão sentir a ausência dos negros, ou escondendo suas mercadorias para nos atrair secretamente para vê-las para que tenham o seu retorno privado (JOBSON, 1621, p. 101)⁸⁸.

⁸⁸ Tradução nossa: These people live in great subjection to the Maudingo, under they seeme to groane, for he cannot at any time kill a beefe but if they know it, the blackmen will have the greatest share, neither can hee sell or barter with us for any commodity hee hath, but if it be knowne the other will be his partner, in so much as

Conforme se percebe, Jobson demonstra que mesmo sobre as mercadorias que eram vendidas pelos fulas para os agentes atlânticos, em território mandinga, havia cobrança de uma espécie de imposto. Claude Jannequin, por sua vez, descreveu sobre prática de cobrança de direitos para o exercício da pesca por parte das autoridades jalofas: “há os Alcati, que são governadores e senhores de algumas terras, os senhores dos rios, que são aqueles que dão permissão a todos os habitantes, um após o outro, para pescar” (JANNEQUIN, 1643, p. 81)⁸⁹.

Ainda dentre as fontes escritas, Francisco Lemos Coelho, em 1684 escreveu sobre os jalofos: “sem embargo que os judeus portugueses que aqui vivem eram assás vituperados dos mais moradores e negros da terra, e pagavam mais tributos que os mais brancos; e tudo sofriam por viverem com liberdade em sua lei” (COELHO, 1684, p. 102). Como se vê, cobranças econômicas sobre aqueles que não possuíam posse da terra mas utilizavam seus frutos, não incorria apenas sobre os povos locais, mas também sobre agentes atlânticos que iam residir na Senegâmbia.

Por fim, a descrição mais elucidativa é uma tradição oral, com informante não nomeado e sem data definida, sobre a história do Kaabu:

O povo Kaabu reuniu-se sob a liderança de Kelemankoto Baa Saane. Kelemankoto Baa Saane disse ao Fula: "Já que a terra é nossa e seus animais domésticos comem o que cresce na terra, você deve nos dar algo que possamos considerar como compensação. Mesmo que seja apenas um touro, você deve dá-lo a nós, porque a erva que os vossos animais comem cresce na nossa terra. Os Fula disseram “Tudo bem, estamos de acordo” Esse foi este imposto”. Os Mandingas chamam-no Kabanko, uns dizem nome, outros dizem nyetitanke.⁹⁰

Por mais que a tradição se refira ao mandato de um governante específico, Kelemankoto Baa Saane, remete ao fato descrito anteriormente explicitado pelas fontes escritas: os mandingas do Kaabu cobravam os fulas pelo uso de suas terras e tinham um nome específico para esta cobrança, Kabanko. Os fulas concordavam com o pagamento desta taxa.

when the men come unto us, they will watch the blackemans absence, or hiding their commodities, draw us covertly to see it, that they may have their returne private.

⁸⁹ Tradução nossa: il y a des Alcati, qui sont gouverneurs & maistres de quelques terres, les maistres des rivieres, qui sont ceux qui donnent premission à tous les habitants, les uns aprrés les autres d’aller pescher.

⁹⁰ NCAC, Department o of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 0019/A. Informante: Não informado; Tópico: Kaabu / History of Kaabu; Date: S/D; Local da entrevista: Não informado, p. 1. Tradução nossa: The Kaabu people assembled under the leadership of Kelemankoto Baa Saane. Kelemankoto Baa Saane said to the Fula, "Since the grounds is ours and your domestic animals eat what grows in the ground, you must give us something which we can regard as compensation. Even if it is just one bull, you must give it to us, since the grass which your animals eat, grows on our land. The Fula said “All right, we agree" That was this tax". The Mandinka call it Kabanko, some say naame, others say nyetitanke. That is how it originated .

Dentro da realidade das dificuldades de se analisar o comércio interno à Senegâmbia que explicitarei no início deste capítulo, percebi que o arroz, o milheto e o peixe foram as principais mercadorias de produção e circulação interna no comércio regional. A prática de se arrendar terras e cobrar pelo seu uso também foi uma importante dinâmica comercial senegambiana no período analisado.

2.2 Comércio de Longa Distância – O Saara

Neste tópico, discutimos as ligações comerciais que interligavam a Senegâmbia com o norte da África, Oriente Médio e mesmo com a Europa Ocidental. Esta ligação se dava pelas caravanas que atravessavam o deserto do Saara. Conforme salientado por John Wright, embora a travessia pelo deserto apresentasse significativas dificuldades, não impediu o trânsito de pessoas, ideias e comerciantes (WRIGHT, 2007, p. 9).

O comércio saariano foi de grande importância para a África Ocidental. Antes do comércio atlântico, era a principal via de comércio de longa distância. A emergência de grandes unidades políticas na região tem direta relação com a ascensão de importantes unidades políticas na África Ocidental entre os anos 1000 e 1500: Gana, Mali e Songhai. Essas unidades políticas, frequentemente tratadas na historiografia pela alcunha de “Império”, foram importantes centros políticos e econômicos interligados ao comércio Saariano.

As ligações comerciais com o mundo ao norte do Saara foram intensificadas pela viagens de *Mansas* do Mali à Meca, performando a *hajj*, a peregrinação ritual muçulmana para a cidade sagrada. A viagem mais célebre foi a de *Mansa Musa*, em 1324. Contudo, Eric Ross explicitou que outros dois *mansas*, Mansa Sakura e Mansa Kankan Musa, realizaram esta viagem (ROSS, 2011, p. 20). Além da função religiosa, estas viagens serviam para atrair mercadores norte-africanos e caravaneiros para o Mali, uma vez que os *mansas* e suas comitivas levavam produtos de interesse destes mercadores, como o ouro (BOVILL, 1958, p. 89; WRIGHT, 2007, p. 31).

As ligações comerciais saarianas são evidenciadas por viajantes muçulmanos que viajaram por diferentes regiões da *Umma*, como Ibn Batuta em 1351. Foi na companhia de nômades do deserto que Ibn Batuta (2010, p. 972) percorreu o caminho entre de Sijilmāsa, Taghāza e Walāta. Ele seguia as normas, pois as caravanas só viajavam sob a proteção de tribos berberes que também eram os responsáveis por oferecer água para os viajantes comprarem (BATUTA, 949-950).

Ao chegar no Mali, Batuta discorre que seu povo tinha como importante e boa prática a proteção garantida:

Entre suas boas práticas estão evitar a injustiça; não há povo mais avesso a ela, e seu sultão não permite que ninguém a pratique em nenhuma medida; a

segurança universal em seu país, pois nem o viajante nem o residente devem temer ladrões ou bandidos: eles não interferem na propriedade de homens brancos que morrem em seu país, mesmo que seja de grandes somas; apenas a deixam nas mãos de um branco de confiança até que quem tem direito a ela tome posse (BATUTA, 2010, p. 965)⁹¹.

É interessante notar que em seu relato, Batuta elucida que as normas de hospitalidade e proteção ao estrangeiro, a *Landlord and Strangers Reciprocities*, como a listada acima, era presente em outros aspectos:

Na recepção nos foi servido grãos moídos grosseiramente misturado com um pouco de mel e leite coalhado. Isso foi colocado em uma meia cabaça que eles fizeram como uma tigela grande. Os presentes beberam e depois foram embora. Eu disse a eles: 'É para isso que os Pretos nos convidaram?' Eles disseram: 'Sim. Para eles é a maior hospitalidade.'⁹² (BATUTA, 2010, p. 950-951)

Como se percebe, o mercador árabe não gostou da recepção que obteve, esperando algo mais luxuoso e pomposo por parte do Mansa Sulaiman, que era o mandatário do Mali em sua estadia. Batuta passou grande parte de sua estadia no local se tratando de uma doença. Seu primeiro contato com o Mansa foi ao presenciar uma refeição de luto para o líder da caravana em que ele viajou, chamado mestre Abu'l-tfasa e que faleceu no caminho, e teceu elogios à forma que a cerimônia foi realizada (BATUTA, 2010, p. 957).

Após este momento, o Mansa enviou ao viajante presentes, que embora ele esperasse que se trataria de dinheiro ou vestes de honra, era pão, leite coalhado e outros alimentos, pelo que Batuta novamente se ressentiu (BATUTA, 2010, p. 957). Depois destes presentes, passou mais dois meses sem receber outros. No mês do Ramadã, conseguiu, finalmente, uma audiência com o Mansa, que narrou da seguinte maneira:

O mês do Ramadã começou e, enquanto isso, eu ia repetidamente à sala de audiências, cumprimentando-o e sentando-me com o cádi e o pregador. Conversei com Dugha, o dragomano⁹³, que disse: 'Fale na presença dele. Vou explicar em seu nome o que é necessário. Ele realizou uma audiência nos primeiros dias do Ramadã. Eu estava diante dele e disse: 'Eu viajei pelos países do mundo e encontrei seus reis. Estou em seu país há quatro meses, mas você não me tratou como um hóspede e não me deu nada. O que devo

⁹¹ Tradução nossa: Among their good practices are their avoidance of injustice; there is no people more averse to it, and their Sultan does not allow anyone to practise it in any measure; the universal security in their country, for neither the traveller nor the resident there has to fear thieves or bandits: they do not interfere with the property of white men who die in their country, even if it amounts to vast sums; they just leave it in the hands of a trustworthy white man until whoever is entitled to it takes possession of it (BATUTA, 2010, p. 965).

⁹² Tradução nossa: At the reception coarsely ground anti was served mixed with a little honey and curdled milk. This was put in a half gourd which they had made like a large bowl. Those present drank and then left. I said to them: 'Is it for this that the Blacks invited us?' They said: 'Yes. For them it is the greatest hospitality.' (BATUTA, 950-951)

⁹³ Interprete nos portos e consulados "árabes".

dizer sobre você diante dos (outros) sultões?' Ele disse: 'Eu não o vi e não sei nada sobre você.' O qadi e Ibn al-Faqlh se levantaram e responderam a ele, dizendo: 'Ele o cumprimentou e você enviou comida para ele.' Então ele ordenou que uma casa fosse providenciada para minha hospedagem e minhas despesas correntes. Na noite do dia 27 do Ramadã ele distribuiu dinheiro para o qādi, para os pregadores e para os juristas, que eles chamam de zakat e ele me deu ao mesmo tempo trinta e três e um terço de mithqals⁹⁴. Quando saí ele me deu cem mithqals de ouro (BATUTA, 2010, 958)⁹⁵.

A partir daí Batuta se demonstrou satisfeito com a recepção realizada pelo Mansa. Outra informação que saltou aos olhos foi que durante a audiência, o mercador notou a utilização de trombetas feitas em presas de elefante, algo que é recorrente nos encontros diplomáticos entre agentes atlânticos e povos senegambianos na costa Atlântica séculos mais tarde (BATUTA, 2010, p. 959).

O ouro era uma das principais mercadorias que eram compradas no mercado senegambiano para serem levadas para o norte de África. Metal raro no mundo mediterrânico desde a antiguidade, possuía alto valor nas trocas realizadas. A viagem de Mansa Musa para o norte da África e o oferecimento de grandes quantidades de ouro no mercado norte-africano e no Oriente Médio tinha por intenção justamente atrair comerciantes destas regiões. Ibn Batuta afirmou que no Mali o ouro era trocado principalmente em pó e a medida era o mithqal (BATUTA, 2010, p. 946-947). Alvise Cadamosto faz coro ao oferecimento de ouro por parte dos povos senegambianos aos comerciantes saarianos em seu relato de viagem (CADAMOSTO, 1455, p. 18). O mercador veneziano, aliás, explicita a forma que o ouro era levado por diferentes rotas de comércio da região da Senegâmbia para o norte da África:

O ouro que chega de Mali, reparte-se em três quinhões: o primeiro vai com a Caravana, que segue o caminho de Mali a um lugar, que se chama Cochia, que fica na caminho que se dirige para Síria e Cairo: a segunda e terceira porção vem em uma Caravana de Mali a Tombuctu, onde se reparte em dois quinhões; hum vai para Toet, e daí se estende para Tunes de Barbaria, e por toda a costa de cima, e o outro vai para Guaden, lugar supranomeado, e daí se espalha por Oran e One, lugares também da Barbaria dentro do Estreito de Gibraltar, e para Fez, Marrocos, Arzilla, Çafim e Messa, lugares de Barbaria

⁹⁴ Unidade de massa igual a 4,25 gramas, utilizada principalmente para medir metais preciosos.

⁹⁵ Tradução nossa: The month of Ramadan began and in the meantime I had been going repeatedly to | the audience hall, greeting him, and sitting with the qadī and the preacher. I talked to Dugha the dragoman, who said: 'Speak in his presence. I shall explain on your behalf what is necessary.' He held an audience in the first days of Ramadan. I stood before him and said: 'I have travelled through the countries of the world and I have met their kings. I have been in your country for four months, but you have not treated me as a guest, and you have not given me anything. What am I to say about you before (other) Sultans?' He said: 'I have not seen you and I know nothing about you.' The qādī and Ibn al-Faqlh stood up and answered him, saying: 'He greeted you and you sent food to him.' Thereupon he ordered that a house should be provided for my lodging, and my current expenses. On the night of the twenty-seventh of Ramadan he distributed money to the qādi the preacher and the jurists, which they call zakat and he gave me at the same time thirty-three and a third mithqals. When I left he gave me a hundred mithqals of gold.

fora do Estreito; e neste lugar o compramos nós os Italianos e Cristãos aos Mouros, por diversas mercadorias, que lhes damos (CADAMOSTO, 1455, p. 25).

O ouro advindo do Mali já afluía à Europa antes mesmo da chegada dos agentes atlânticos nos portos senegambianos por vias atlânticas, através da agência dos mercadores que atravessavam o Saara. Até aqui apresentamos uma contextualização do comércio de longa distância praticados no Saara no período anterior ao período que está em análise nesta tese (1580-1700). A seguir mostramos como aquelas práticas comerciais continuaram a ocorrer nos séculos XVI e XVII.

A prática do comércio “mudo” de ouro.

Em 1594, André Almada atestou que as cáfilas dos “mouros”, de mais de mil flecheiros, buscavam ouro “na terra de Tombuctu” e ainda afluíam ao Porto de Sutuco, no Gâmbia, para realizar comércio com os europeus. O segredo comercial, porém, era mantido por parte dos “mouros”:

Falando com Anhadelen, capitão daquela cáfila, perguntando-lhe miudamente donde ia[m] e donde levavam as manilhas, me disse que aos Cafres, nomeando-os por este próprio nome, Perguntando-lhe para que as queriam, disse que para trazerem nas pernas e nos braços. Perguntando-lhe quanto lhe davam por cada manilha, respondeu que isso me não diria, porque não eram eles tão pecos mercadores, que se não ganhassem muito nelas que as levassem tão longe, porque punham muitos dias no caminho e passavam por muitas terras, com muito risco de suas pessoas (ALMADA, 1594, p. 277-8).

Embora explicitasse o risco de sua viagem, Anhadelen não explicitou para Almada quanto pagava por cada manilha de ouro, por não ser tão “pecos mercadores”. O comerciante cabo-verdiano, inclusive, afirma que não teve mercadoria o suficiente para comprar o ouro que a Anhadelen dispunha à venda, e que este resgate estaria “perdido”. Afirma ainda que “neste resgate vão ter alguns mouros, e levam ouro, e o resgatam a troco de pano vermelho e de outras cousas” (ALMADA, 1594, p. 278-9). Percebemos, aqui, que o comércio atlântico, não suplantou o comércio saariano. Nas palavras do historiador Idrissa Bah: “com a abertura e o comércio atlântico, o comércio transaariano embora marginalizado, de uma forma geral, chega, com endereço, à escala local, a prosperar” (BA, 2020, p. 335).

A continuidade do comércio saariano de ouro senegambiano é explicitada em outras fontes ao longo do século XVII. O inglês Richard Jobson, cujo relato dá mais atenção às possibilidades de comércio de ouro do que outros, atribui o protagonismo e o pioneirismo neste comércio, feito em escala de longa distância, aos “mouros” e afirma que a troca comercial era realizada na troca de sal pelo metal precioso (JOBSON, 1621)⁹⁶. Além disso, Jobson afirma que sua viagem ao rio Gâmbia em busca de ouro, se deu a partir de informações que comerciantes londrinos haviam adquirido no Marrocos, que davam embasamento à crença de que seria possível e lucrativo comerciar ouro com boa margem de lucro abaixo do deserto do Saara (JOBSON, 1621).

Jobson também deixou fortes indícios de que os comerciantes saarianos promoviam maneiras de manter algum segredo comercial no comércio de ouro realizado com agentes senegambianos:

Para isso, deixe-me agora estabelecer, embora não capaz de citar autores particulares, o que está no relatório geral para os Mouros Bárbaros e seu comércio. Isso é certo, neste país é onde eles têm seu principal comércio; eles observam um tempo e dias definidos para estar em um determinado lugar pessoa. Neste local eles fazem o desembarque de suas mercadorias; e colocam o sal em vários montes, e também colocam as suas contas, pulseiras, e quaisquer outras mercadorias em parcelas juntas, eles partem e mantêm-se longe por um dia inteiro, vindo o povo para o comércio, além disto, a cada mercadoria estabelecem um proporção de ouro, como eles os avaliam, e deixando tanto a mercadoria quanto o ouro às suas formas: o mercador voltar novamente, e se ele aceita a barganha, tirar o ouro e deixa a mercadoria, ou se ele achar que há muito pouco para deixar, divide a sua mercadoria para outra parte para a qual ele exige mais; quando os povos desconhecidos retornam eles tomam para si onde eles veem que o ouro se foi, e se quiserem colocar mais ouro ou tirar o que foi colocado antes, permanecem esperando: aí o mercador vem pela terceira vez, se o seu negócio for concluído, ele encontra mais ouro, se não retira suas mercadoria, e, portanto, diz-se que eles têm uma forma justa de comércio sem nunca ver um ao outro (JOBSON, p. 85, 1621)

Esta prática é nomeada como comércio silencioso pela historiografia. Escritos mais antigos, de autores como Edward Bovill, corroboram a existência desta forma de comércio em que as duas partes não trocavam palavras (BOVILL, 1929). Paulo de Moraes Farias “a maioria dos historiadores continuou a não demonstrar qualquer hesitação em tratar o comércio mudo como uma realidade histórica e, possivelmente, como o mais antigo estágio evolucionário na

⁹⁶ Este relato deixa certo que aqueles Mouros Bárbaros eram os descobridores deste comércio e tráfico, por terra eles indo tão longe quanto fomos pelo rio: nos perguntamos quão perto estas pessoas poderiam chegar em relação ao lugar que agora estamos, ele disse que há cerca de seis dias de jornada existe uma cidade chamada Mumbarre, onde na próxima lua estes Árabes chegariam: nos perguntamos de novo quais mercadorias eles trariam, ele respondeu que seria muito sal e diversas outras coisas, nós desejamos saber o que eles queriam em troca: ele disse que nada além de ouro

história do comércio de longa distância” (FARIAS, 2020, p. 330). Em seu denso e bem documentado artigo sobre o tema, Farias explicita que, na verdade,

o alegado comércio “mudo” não teria resultado de uma inevitável impossibilidade de comunicação verbal determinada por barreiras linguísticas e pela ausência de intérpretes. Antes, corresponderia a um padrão de contato caracterizado pela interposição entre os dois principais parceiros comerciais de intermediários que funcionavam como intérpretes e corretores (FARIAS, 2020, p. 335).

Farias afirma que ao incentivar que se espalhassem as histórias acerca do comércio mudo, os intermediários malineses mantinham seu lucrativo papel de intermediário comercial entre os comerciantes saarianos e, posteriormente, atlânticos (FARIAS, 2020, p. 343). Seria, portanto, mais uma forma de protecionismo comercial. Por outro lado, o termo comércio “mudo” é, portanto, a reprodução exata das palavras das fontes por parte da historiografia Ocidental e mais uma visão descuidada por motivos de etnocentrismo.

Os relatos sobre o comércio saariano de ouro continuam recorrentes ao longo do século XVII. Ainda em Richard Jobson (1621, p. 112), há a informação que os “mouros bárbaros” vinham em caravana da “Barbaria” negociar ouro em Mumbar, às margens do rio Gâmbia, em uma caravana que durava seis dias. Nicolas Villault (1669, p. 11), em 1669, afirma que comerciantes do norte da África comercializavam imensas somas de ouro em pó na Senegâmbia. Por fim, Jacob Le Marie (1695, p. 52) afirma que portugueses comercializavam ouro com “azenegues, árabes e mouros” na costa próximo a ilha de Arguin.

Marfim

Outras mercadorias merecem destaque como sendo exportadas da Senegâmbia para o norte da África, como o marfim. Este produto foi comercializado desde a antiguidade do Saara para o norte e nordeste da África e, a partir do século XVI, também foi uma mercadoria sumamente importante no comércio atlântico. O comércio saariano de marfim remonta a antiguidade: “em Roma havia uma grande procura de marfim e, surpreendentemente, a cartilagem da tromba do elefante era, segundo Plínio, uma das iguarias servidas nas cozinhas romanas” (BOVILL, 1958, p. 7). O autor também afirma que o produto era extremamente valorizado e importado pela região do Marrocos durante a “Idade Média” (BOVILL, 1958, p. 183), informação corroborada por John Wright (WRIGHT, 2007, p. 12). Ralph Austen afirma

sobre a continuidade deste comércio durante a “Idade Moderna” (AUSTEN, 2010, p. 27), embora afirme que este comércio era mais latente e evidente para a África Oriental em contraponto a África Ocidental (AUSTEN, 2010, p. 33).

Nas fontes produzidas em contexto atlântico que consultamos, as informações diretas sobre comércio de marfim por vias saarianas no período entre 1580 e 1700 são escassas. Atribuímos isto ao fato de ser uma mercadoria de grande demanda por parte dos agentes atlânticos e vastidão de oferta por parte dos mercadores senegambianos. Não era incomum se encontrar grandes remessas de marfim nos portos atlânticos para se comercializar, conforme discutiremos no próximo capítulo.

Michel de La Courbe, escreveu seu relato no fim do século XVII, porém, nos deixa importante pista para argumentar que o comércio saariano de marfim não foi encerrado pelo comércio atlântico. O comerciante teve contato com outro mercador francês, que não teve sucesso quando chegou a Terrier Rouge, localidade interiorana próxima ao curso do rio Senegal, para fazer comércio com caravanas saarianas de goma arábica. Segundo o mercador, que La Courbe chama de “Sr. Ragot”, os “mouros” haviam levado toda sua carga de goma e marfim para Portandic, localidade na costa Atlântica do Saara, na atual Mauritânia, e comercializado as mercadorias com holandeses neste local (LA COURBE, 1685, p. 175). Este relato revela que caravanas continuavam atravessando o deserto com cargas de marfim, mesmo que parassem em portos atlânticos ao longo do Saara para comercializar a mercadoria.

Comércio de seres humanos

O comércio de pessoas também foi prática corrente ao longo da história do comércio saariano. Assim como o ouro ou o marfim, este tipo de comércio teve especial impulso ao longo da “Idade Média” e continuou existindo após a abertura do comércio atlântico na Senegâmbia. Nas fontes que consultamos, aparece uma relação direta entre a troca de pessoas (vendidas nos “portos” saarianos na Senegâmbia) por cavalos trazidos por comerciantes advindos do norte da África.

Para os agentes senegambianos, havia um problema eminentemente biológico na compra dos animais: os cavalos não possuíam imunidade biológica contra a chamada doença

do sono, a tripanossomíase. Mesmo os cruzamentos com cavalos autóctones da região da Senegâmbia, que eram bem menores em tamanho e menos úteis para se formar uma forte cavalaria, a mortalidade dos animais era extremamente elevada. Por isso, a compra de cavalos por parte dos agentes senegambianos tinha que ocorrer de maneira contínua (WEBB, 1993, p. 221-222).

Apensar da alta mortalidade, os cavalos possuíam alto valor agregado na Senegâmbia. Ainda em 1353, Batuta descreve que era melhor andar à camelo, pois os cavalos eram muito caros: “saí no dia vinte e dois de Muharram no ano cinquenta e quatro [29/06/1353]. Fui acompanhado por um comerciante chamado Abu Bakr b. Ya'qub. Pegamos a estrada de Mima. Andei de camelo, pois os cavalos são muito caros, um custa cem mithqals” (BATUTA, 2010, 967)⁹⁷. Nas fontes produzidas em contexto atlântico, existe uma lógica de se converter diretamente o número de escravizados pela unidade do cavalo. John Wright escreveu que Leão Africano, no início do século XVI, afirmou que cavalos berberes importados eram trocados à taxa de 15 a 20 escravos. (WRIGHT, 2007, p. 38). Alvise Cadamosto, em 1455, afirma que “tem estes Árabes muitos cavalos silvestres, com os quais traficam; e os conduzem as terras dos negros, que lhes dão em troco escravos, e vendem os ditos cavalos por dez até vinte cabeças de escravos cada um, segundo a sua qualidade”. (CADAMOSTO, 1455, p. 18).

Mais de dois séculos depois, o francês La Courbe faz associação semelhante, afirmando que em consulta a um “grande marabu negro que vive na costa da Barbaria”, foi informado que um bom cavalo valia até 25 pessoas escravizadas (LA COURBE, 1685, p. 125-6). Já Le Marie, em 1695, afirma que o comércio de “azenegues árabes ou mouros” na Senegâmbia consistia em cavalos e camelos, sendo que “eles recebem entre dois, oito, até dez escravos para um cavalo; mas para camelo, um, dois e às vezes apenas três” (LE MARIE, 1695, p. 54).

A importância dos cavalos para os povos senegambianos era, eminentemente, militar. Utilizamos, a título de exemplo, a descrição de François Froger, em 1695, sobre a força militar do Damel do Kaajor.

Este rei [Damel] permanece 30 léguas da costa em uma cidade chamada Kaajor, onde ele tem o seu palácio e suas mulheres, e sempre alguns estrangeiros, a maioria portugueses. Seus estados se estendem para o interior do país [...] O norte é habitado por mouros, que vêm dos desertos do Saara

⁹⁷ Tradução nossa: I left on the twenty-second of Muharram in the year fifty-four [29/06/1353]. I was accompanied by a merchant named Abu Bakr b. Ya'qub. We took the Mima road. I rode a camel, for horses are ver dear, one costing a hundred mithqals (BATUTA, 967).

por caravanas, e que são responsáveis pelo comércio da goma que carregam seus camelos; eles também trazem Cavalos da Barbaria que os Negros trocarão para o fundo da Guiné. O Rei d'Houmel tem 400 ou 500 para sua guarda, e quando ele quer fazer a guerra, ele pode colocar até 6.000 a pé (FROGER, 1695, p. 16-7)⁹⁸.

E, a principal forma de se escravizar pessoas na Senegâmbia era a partir de incursões militares. Assim, James Webb argumenta, convincentemente, de que essa relação entre troca de pessoas escravizadas por cavalos era direta, explicando essa conversão do número de pessoas possíveis de se obter em troca de cavalos:

Os cavalos importados eram geralmente trocados por escravos, e a ligação entre cavalos importados e escravos exportados era direta. Os cavalos foram usados na guerra estatal que produziu grande número de prisioneiros de guerra que foram vendidos nos mercados do Atlântico, Saara e Norte da África, bem como para pilhagem predatória que também produziu escravos para exportação (WEBB, 1993, p. 222).

A escravidão saariana é objeto de estudo de importantes trabalhos historiográficos. Além de levar ouro em sua viagem, Mansa Musa, em sua peregrinação para Meca em 1324, também levou consigo cerca de 500 pessoas escravizadas, tanto para servi-lo quanto para vender alguns em rota, para ajudar com as despesas da viagem, além de atrair mercadores do norte da África para a região do Mali com a possibilidade de se comprar escravizados (WRIGHT, 2007, 31). John Wright também argumenta que era prática comum das unidades políticas da África Ocidental enviar pessoas escravizadas como tributos ou presentes para o soberano do Marrocos (WRIGHT, 2007, p. 32).

Ralph Austen defende que muitos dos escravizados por razias realizadas por agentes do deserto e do norte da África Ocidental ficavam na região e eram utilizados de diferentes maneiras, desde em trabalhos agrícolas em torno das cidades sudanesas até nas forças militares locais (AUSTEN, 2010, 40).

Com o advento do comércio atlântico, no século XV, rotas saarianas foram desviadas para atender embarcações europeias ao longo da costa do deserto. Aqui cabe o adendo que as fontes atlânticas explicitam este desvio. Cadamosto (1455, p. 17), ainda em 1455, afirma que à direita do Cabo Branco, seis dias de viagem adentro do continente, se encontrava Guaden, que era uma escala para as caravanas que vinham de Tombuctu. Como não há indícios que o

⁹⁸ Tradução nossa: Ce Roi demeure à 30 lieues de la Côte dans une Ville nommée Cayot, où il a fon Palais & ces Femmes, & toûjours quelques Etrangres, & sur tout des Portugais. Ses Etats s'étendent fort avant dans le Pais [...] Le Septentrional est habité par des Maures, qui y viennent des Deserts du Zaara par Caravanes, & qui sont tout le Commerce de la Gomme dont ils chargent leurs Chameaux ; ils amenet aussi des Chevaux de Barbarie que les Negres vont ensuite trafiques jusqu'au fond de la Guinée. Le Rou d'Houmel en a 4 ou 500 pur sa Garde, & lorsqu'il veut faire la Guerre, il en peut mettre jusqu'a 6000 sur pied.

mercador veneziano tenha adentrado no continente, ele certamente teve acesso a esta informação a partir da costa, por mercadores “árabes”.

Nos fins do século XVII esta prática de desviar rotas saarianas para atender embarcações europeias ao longo da costa continuou recorrente. Michel de La Courbe (1685, 148-9) elucida que ao comerciar com “mouros” no rio Senegal, não conseguiu chegar a um consenso no preço dos bois que queria comprar. O mercador francês associa este fato ao comércio que estes agentes tinham com holandeses na proximidade de Arguin, o que ele infere ao perceber a existência de rifles que os holandeses haviam comercializado com estes “mouros”. Posteriormente, ao tratar com Shamsy, o líder do que ele chama de “marabutos mouros que comercializavam no deserto”, La Courbe deixou ainda mais evidente a sua tentativa para desviar caravanas que se dirigiam para Arguim:

Nós falamos [com o Líder dos marabutos mouros que comerciavam no deserto, chamado Shamsy] que embora os holandeses tivessem um forte seguro, me dizendo que quando todas outras nações iam a Arguin, não tratavam com ela; ele me contou em detalhes o que eles deram-lhe cem fuzis, mais de cem pistolas, uma peça de 58 a cada quintal, quatro barris de pólvora, quatro barris de bagas, pão, mel, ameixas, belos espelhos, cavalos, e muitas outras coisas, que quando ele foi para o navio, se ele viu o capitão algo que ele gostou, ele pegou; Eu disse a ele o que eu poderia fazer para persuadi-lo de que era melhor fazer amizade conosco, que eram os legítimos proprietários desse comércio. Depois que ele jantou, veio me dizer a Deus; Eu o fiz o presente carregado pelos costumes, dos quais ele ficou tão satisfeito que jurou a mim que eu não sairia do porto de escala, sem que ele me desse testemunhos de sua amizade, e que ele nunca tratasse com outros com os holandeses, se não comigo, porque ele me deu a mão e ficou satisfeito com a boa recepção que eu lhe fizera (LA COURBE, 1685, p. 156)⁹⁹.

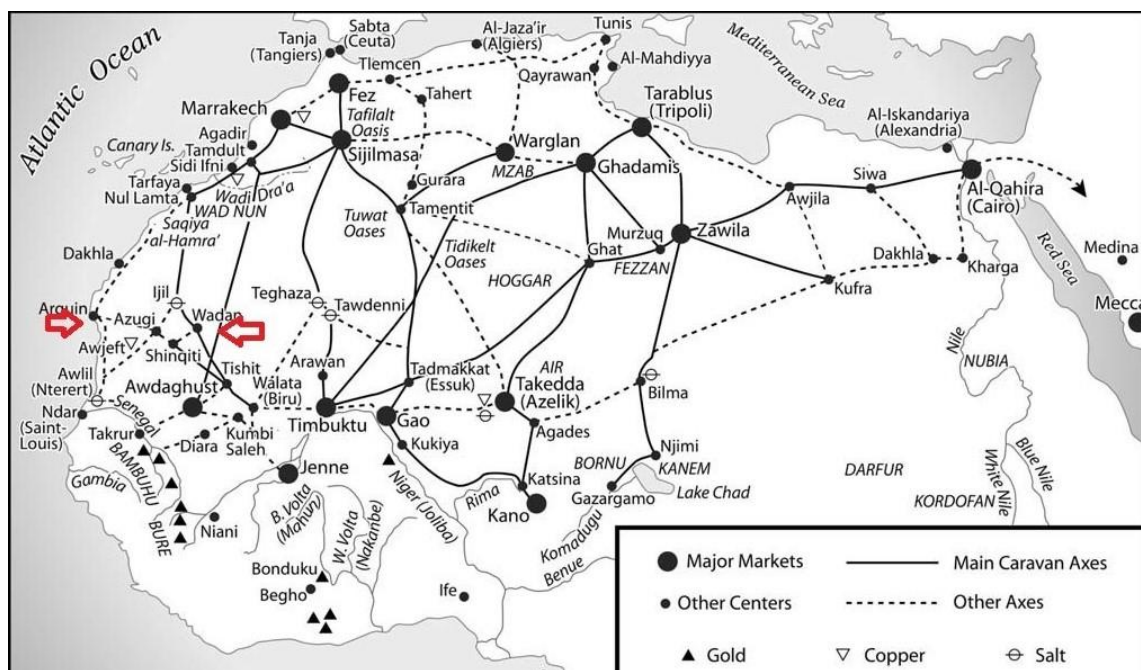
Mais do que simples pontuar o desvio das rotas saarianas para comercializar com os holandeses, La Courbe evidencia a disputa pelo contato com estes comerciantes de Arguim por parte dos agentes atlânticos, ao prometer melhores condições de comércio a Shamsy. Não há evidência, porém, do sucesso imediato desta tentativa de La Courbe. Jean-Baptiste

⁹⁹ Tradução nossa: Nous parlâmes (com o líder dos marabutos "mouros" que comerciavam no deserto, Chamchy) ensuite des Hollandois, dont il se louoit fort, me disant que, quand toute autre nation iroit a Arguin, il ne traitteroit point avec elle ; il me dit en détail ce qu'ils luy donnoient, cent fusils, cent pistolets, une pièce de 58, chaque quintal, quatre barils de poudre, quatre barils de baies, du pain, du miel, des prunes, de beaux miroirs, des chevaux, et plusieurs autres choses, que, quand il alloit au navire, s'il voyoit au capitaine quelque chose qu'il luy plût, il le prenoit ; je luy dis ce que je pus pour luy persuader qu'il valoit bien mieux faire amitié avec nous qui estions les légitimes possesseurs de ce commerce. Apres qu'il eut diné, il me vint dire a Dieu ; je luy fis le présent porté par les coutumes, dont il fut si satisfait qu'il me jura que je ne partirois point de l'escale, sans qu'il me donnât des témoignages de son amitié, et qu'il ne traitteroit jamais avec d'autres qu'avec les Hollandois, si ce n'estoit avec moy, parcequ'il m'avoit donné la main, et qu'il estoit satisfait de la bonne réception que je luy avois faite.

Gaby, que escreve dois anos após La Courbe, noticiou que “mouros” continuavam fazendo comércio com holandeses na proximidade de Arguin (GABY, 1687, p. 18-19).

Estas mudanças de rotas não passam despercebidas pela historiografia que trata sobre o comércio de pessoas escravizadas nas rotas saarianas. Segundo John Wright, este comércio com cristãos na costa provavelmente diminuiu o fluxo de escravizados no mercado marroquino, embora nunca tenha o interrompido (WRIGHT, 2007, p. 44-5). Idrissa Ba faz argumentação semelhante, afirmando a criação do entreposto de Wadan, na atual Mauritânia, próximo à Arguin, em conjunto com a demanda ibérica por escravizados, fez com que afluísse aumentasse a venda de pessoas número escravizadas para a Península Ibérica, em geral, e Lisboa, em particular, desde, no mínimo, 1450.

Mapa 2 - Trans-Saharan trade in the longue dure'e until the 1700s.



LYDON, Ghislaine. *On Trans-Saharan Trails. Islamic Law, Trade Networks, and Cross-Cultural Exchange in Nineteenth-Century Western Africa*. Los Angeles: Cambridge University Press, 2009, p. XXV. Destaques nosso.

Por fim, existem divergências nas análises com relação ao número, a violência e o sofrimento das pessoas escravizadas que eram exportadas por vias saarianas e por vias atlânticas. Na introdução de seu livro, John Wrigth afirma que:

Comparado com o monstruoso tráfico atlântico, o tráfico de escravos através do Saara nunca foi um grande negócio, ano após ano. Em sua fase mais ativa, provavelmente em meados do século XIX, pode ter transportado 8.000 escravos/ano para os mercados do norte da África. O comércio atlântico na década de 1780, em contraste, transportava mais de dez vezes (quase 90.000) mais escravos negros todos os anos para as plantações americanas e caribenhas. foi notavelmente duradouro. Desde seus primórdios como um negócio regular no século VII até o século XX, o comércio do deserto consignou muitos milhões de escravos negros à servidão no Magrebe ou a outros destinos do Mediterrâneo (WRIGHT, 2007, p. 167) ¹⁰⁰.

Ralph Austen afirma que “é uma convenção fixa, ao contrastar a escravidão islâmica com a escravidão europeia no Novo Mundo, apontar que o antigo sistema carecia de demandas de trabalho intensivas comparáveis à economia de plantação do Atlântico”¹⁰¹. Idrissa Ba, por sua vez, afirma “que o escravo transaariano concorria com o tráfico transatlântico de escravos, mesmo que seja verdade pela longa duração do primeiro, é em grande parte suplantada pelo sangramento demográfico induzido pelo segundo: pelo menos 12 milhões contra oito milhões de escravos”. (BA, 2020, p. 355)¹⁰².

Percebemos que enquanto John Wright e Idrissa Ba defendem que o tráfico atlântico foi mais intenso e escravizou mais pessoas, Ralph Austen afirma que as duas rotas de exportação de pessoas foram comparáveis. Considero este debate pouco profícuo e até mesmo perigoso. A título de exemplo, essa discussão está ocupando importante lugar na cena pública no Brasil. Setores conservadores no espectro político brasileiro¹⁰³ justificavam sua contraposição às ações afirmativas como as cotas raciais, afirmando que a escravidão saariana foi tão ou mais numerosa que a escravidão atlântica.

Este tipo de revisionismo – interpretação livre do passado, sem necessariamente negar fatos, mas os instrumentalizando para justificar combates políticos do presente, legitimando dominações e atenuando violências (ROCHA, 2021, p. 5) – não pode ter lugar em trabalhos

¹⁰⁰ Tradução nossa: Compared with the monstrous Atlantic traffic, the slave trade across the Sahara was never a large business, on a year-by-year basis. At its most active, probably in the mid-nineteenth century, it might have carried 8,000 slaves/year to North African markets. The Atlantic trade in the 1780s, by contrast, was shipping more than ten times (nearly 90,000) as many black slaves every year to the American and Caribbean plantations.1 But the Saharan trade, a mainstay of Maghrebi economies for over a thousand years, was remarkably enduring. From its beginnings as a regular business in the seventh century up to the twentieth, the desert trade consigned many millions of black slaves to servitude in the Maghreb, or to other Mediterranean destinations.

¹⁰¹ Tradução nossa: It is a fixed convention, in contrasting Islamic with European New World slavery, to point out that the former system lacked intensive labour demands comparable to the Atlantic plantation economy.

¹⁰² Tradução nossa: que la traite transsaharienne ait concurrencé la traite transatlantique, même s’il est vrai que la longue durée de la première est largement supplantée par la saignée démographique induite par la seconde: au moins 12 millions contre huit millions d’esclaves.

¹⁰³ Como por exemplo o posicionamento do astrólogo Olavo de Carvalho, que ocupou importante lugar na cena política brasileira, como pode ser observado em uma de suas vídeo aulas: <https://www.youtube.com/watch?v=wS4tVN8Nwfg>

historiográficos. A escravidão negra, seja ela saariana, continental, atlântica, é um trauma coletivo da humanidade, e seus perversos efeitos são sentidos em todo o mundo ainda hoje, inclusive na geopolítica global, com o continente africano como um todo ainda sendo considerado uma ponta periférica, em sentido político e econômico, do sistema capitalista. Ademais, parafraseando o título do artigo da historiadora Juliana Barreto Farias, “não há cativo que não queira ser livre” (FARIAS, 2020). Portanto, neste trabalho, não entrarei neste debate de em qual das duas vias de comércio - saariana ou atlântica - se escravizou e vendeu mais ou menos pessoas. Ao contrário, cito aqui a hemorragia demográfica sofrida na Senegâmbia pelo comércio de pessoas como uma das características comerciais conformadoras dessa região.

Ouro, marfim e pessoas escravizadas são, portanto, mercadorias de alta procura por parte de comerciantes da África do Norte e do deserto na Senegâmbia. Por parte dos povos senegambianos, observamos que a compra os cavalos que vinham do norte da África e do deserto eram mercadorias desejadas.

Objetos religiosos

Outra mercadoria que também salta aos olhos na análise de fontes são objetos de cunho religioso que eram vendidos nas redes de comércio internas a Senegâmbia. De acordo com Thiago Mota, estes objetos fazem parte do “capital religioso muçulmano”. Este capital teria dimensões objetivada, incorporada e institucional. A que nos interessa é a dimensão objetivada, “expressa pela ordem material, como livros corânicos, de jurisprudência e literatura, além de objetos que remetem à textualidade islâmica, como esculturas ou amuletos que carregam trechos escritos ou fazem referência a eles” (MOTA, 2018, p. 140).

Dentre estes objetos, destacam a os gri-gris, que, de acordo com Vanicléia Silva Santos, eram amuletos protetores de uso disseminado na África Ocidental e Centro Ocidental (SILVA-SANTOS, 2008, p. 15). Tratava-se de bolsas de couro, cornos de animais com algum tipo de conteúdo religioso dentro, que auxiliaria o fiel a se proteger das intempéries mundanas. Utilizados pelos povos que praticavam as religiões locais, foram apropriados também pelos muçulmanos, que vendiam estes materiais com conteúdo islâmico dentro, como pedaços do Alcorão.

A produção e comercialização destes objetos de capital religioso na Senegâmbia foram extraordinários na disseminação e consolidação do islã em toda a região e passaram a ser produzidos localmente, nas escolas corânicas da Senegâmbia, como as três que o autor identifica no rio Gâmbia, em Barra, Malor e Sutuco (MOTA, 2019, p. 7). Dentre as fontes que consultamos, o primeiro a identificar a comercialização de amuletos “mouriscos” na costa Oeste foi Alvise Cadamosto:

Os cavalos neste país dos Negros, são muito estimados; porque os alcançam com muita dificuldade, sendo conduzidos por terra desta nossa Barbaria, pelos Árabes, e Azenegues [...] Vende-se um cavalo bom por nove até quatorze escravos, segundo a bondade e beleza dos cavalos: e quando um Magnate compra algum Cavalo, faz vir os seus encantadores de cavalos, os quais mandam fazer um grande fogo de certos ramos de ervas a seu modo, e fazendo um grande fumo, sobre ele seguram o cavalo pela rédea, dizendo entre tanto algumas palavras; e depois o fazem untar todo com um unto sutil, e o tem dezoito ou vinte dias, sem que alguém o veja, e lhe penduram ao pescoço algumas restes de figurinhas pintadas mouriscas, que parecem a modo de breves, dobrados em pequeno volume, com dobras quadradas, e cobertas de couro grosso; e eles mesmos se persuadem que por trazer estas fantasias ao pescoço, vão mais seguros a guerra (CADAMOSTO, 1455, p. 46-47).

Como se percebe pela descrição do mercador veneziano, ao comprar cavalos, os mandatários religiosos locais, além de queimarem certas ervas e untarem os cavalos, penduravam em seu pescoço “bolsas de couro com papéis dobrados com escritas a mourisca”, o que lhes evitaria danos em guerra. Sendo os cavalos uma mercadoria proporcionalmente muito cara, faz sentido procurar uma proteção adicional ao enviá-los para guerras.

Dentro do escopo temporal desta tese (1580-1700), a venda de Amuletos aparece na maioria das fontes consultadas. André Almada, em 1594, afirma que os jalofos e os mandingas muito confiavam nos bixirins, que “metem em cabeça aos outros muitas cousas, e dizem muitas mentiras; há alguns Bixirins destes [...] nos quais tem o povo grande devoção e dão muito crédito ao que eles dizem. E fazem muitas nóminas, que dão aos do povo, nas quais têm muita confiança e esperança (ALMADA, 1594, p. 249). Assim como em outras religiões, como no cristianismo, os amuletos vendidos pelos agentes muçulmanos tinham mais ou menos valor a depender do poder espiritual atribuído ao agente que a produziu.

André Donelha, em 1625, também tece reclamações sobre a suposta facilidade dos bixirins em divulgar sua fé, “correndo todo o sertão da Guiné e todos os portos do mar”. Afirma ainda diretamente sobre o comércio de gris-gris, ao escrever “o que levam para vender são feitiços em cornos de carneiros e nôminas, e papeis escritos que vendem por relíquias; e

com vender tudo isso, semeiam a seita de Mafamede por muitas partes, e vão em romaria a casa de Meca e correm todo o sertão da Etiópia” (DONELHA, 1625, p. 90).

O comerciante Michel de La Courbe, em 1685, ao comercializar com agentes caravaneiros do deserto, afirma ter vendido papel para estes caravaneiros para que ele fizesse os amuletos que revenderiam posteriormente (LA COURBE, 1685, p. 169)¹⁰⁴. Acrescento outra informação de La Courbe, desta vez sobre marabus, que usa de forma sinonímica a bixirins, nativos da Senegâmbia: “os Marabus ganham a vida mostrando para ler, como eu disse, para escrever Alcorões e fazer gris-gris para desviar todos os acidentes que podem acontecer aos homens” (LA COURBE, 1685, p. 191)¹⁰⁵. As duas informações, tratadas em conjunto, explicitam uma importante característica do comércio de amuletos: ao fim do século XVII, bixirins que caminhavam com comerciantes caravaneiros pelo deserto e que tinham poder político e econômico o suficiente para peregrinar até Meca, produziam e vendiam os amuletos, assim como bixirins que atuavam fixamente na Senegâmbia. Este comércio do capital religioso muçulmano, portanto, era realizado tanto através das rotas saarianas quanto no comércio interno à Senegâmbia.

O francês Jean-Baptiste Gaby, em 1687, afirma que os marabus seriam homens que desde jovens eram treinados por anciões muçulmanos, onde aprendiam árabe e a fazer gris-gris, além de serem instruídos nas altas ciências, o que ele associa ao que era feito nas universidades europeias. Afirma ainda que os gris-gris eram utilizados com inúmeras funções, desde a proteção em guerras quanto para cura de enfermidades (GABY, 1687, p. 73-4). Por fim, Jacob Le Marie, repete as informações de venda de gris-gris, com papeis com escritos em árabe (LE MARIE, 1695, p. 146) e, dentre as fontes consultadas, é o único a falar sobre o valor destes objetos, ao afirmar que alguns poderiam chegar ao valor de três pessoas

¹⁰⁴ Tradução nossa: Quelque tems après, il m'amena un marabou qui avoit esté a la Mecque et a Alexandrie, qu'il nommoit Scanderia. Il me dit qu'il avoit fait le voyage par terre et qu'il avoit esté six lunes dans son voyage, qu'il avoit passé par de grands déserts avec des caravanes, et luy ayant demandé s'il estoit vray que le tombeau do Mahomet fut suspendu on l'air dans la mosquée, il m'assura qu'ouy, et qu'il l'avoit veu de ses propres yeux, ce que j'eus peine a croire ; luy ayant fait donner a souper, il se retira a la case. Tous les autres Maures eurent tant de joye de sa venue, ayant un respect pour luy tout particulier, qu'après avoir fait sala avec luy en grande cérémonie, ils firent folgar toute la nuit ; c'estoit un plaisir de les entendre chanter, tant qu'elle dura, des versets de l'Alcoran d'un ton lugubre et lamentable, ce qui leur estoit assez ordinaire ; mais, a cause de luy, ils redoublèrent leur musique. Lo lendemain, il me vint dire a Dieu ; il me montra son Alcoran qu'il avoit écrit luy mosme et qui, selon la propriété de la langue arabesque et des autres langues orientales, commençoit par la fin du livre allant de droit a gauche ; je luy fis present d'une main de papier pour transcrire son Alcoran et faire ses gris gris, dont il fut fort content.

¹⁰⁵ Tradução nossa: Les marabous gagnent leur vie a montrer a lire, comme j'ay dit, a escrire des Alcorans et a faire des gris gris pour détourner tous les accidens qui peuvent arriver aux hommes.

escravizadas ou quatro a cinco bois, a se depender da virtude que os compradores atribuem aos objetos (LE MARIE, 1695, p. 149).

Os gris-gris, enquanto amuletos protetores de uso disseminado na Senegâmbia, portanto, enquanto parte constitutiva do caráter objetivado do capital religioso muçulmano, era uma das mercadorias vendidas pelos bixirins na região, seja por parte de agentes que já estavam assentados na Senegâmbia, sejam por parte de agentes religiosos que percorriam as rotas saarianas. Pela incidência e recorrência nas fontes, podemos concluir que este capital religioso muçulmano foi uma das principais mercadorias que eram compradas na Senegâmbia a partir do comércio saariano, tanto em sentido literal, quanto em sentido de ter sido apropriado por povos da região.

Outros produtos

Outros dois produtos que eram trocados a partir das rotas saarianas eram o sal e a goma arábica, configurando-se como produtos de primeira ordem tanto no comércio interno na Senegâmbia quanto como mercadorias de troca nos portos atlânticos. Porém, de acordo com a proposta desta tese, serão temas de assunto do quinto capítulo, quando procuraremos, através de quatro mercadorias – sal, ouro, goma arábica e noz de cola – construir as rotas comerciais que conformavam o espaço senegambiano.

Além destes produtos que consideramos centrais para o comércio saariano, há uma série de outras mercadorias que eram comercializadas nas rotas saarianas. Michael Tuck, ao estudar o comércio de cera de abelha nos rios da Guiné, percebe a importância de outras mercadorias, que chama de “mercadorias do dia a dia”, que não necessariamente são aquelas mais evidentes na análise das fontes, como as pessoas escravizadas:

Embora não negue a importância ou o impacto da escravização e do transporte forçado de milhões de africanos, defendo que a pesquisa sobre outros aspectos das conexões comerciais também é necessária. O foco no comércio de escravos obscurece o fato de que os cativos foram o esteio de apenas 150 dos cerca de 500 anos de comércio atlântico. Maior em termos de valor econômico foi o comércio de mercadorias não-escravas e, portanto, precisamos de estudos também para obter uma imagem mais completa da

criação, operação e impacto dos sistemas de comércio em todos os lados do Atlântico (TUCK, 2012, 285-286)¹⁰⁶.

Concordo com Tuck sobre a necessidade de entender a complexidade inerentes as redes comerciais atlânticas e, acrescento, também das rotas saarianas, no sentido das mercadorias que nela circulavam. A dificuldade de se encontrar este tipo de informação advém do fato de que as próprias fontes, em geral, se dedicam mais as formas de se obter as mercadorias centrais.

Porém, existem alguns indícios importantes. Para além das mercadorias centrais de circulação saariana na Senegâmbia – ouro, marfim, pessoas escravizadas, cavalos, capital religioso muçulmano, sal e goma arábica – dentre as “mercadorias do dia a dia” podemos citar os produtos alimentícios. Ibn Batuta afirma ter comprado arroz, coalhada, frango, peixe e melões na cidade de Gao (BATUTA, 2010, p. 971).

Michel de La Courbe é outro autor que deixa importantes informações neste sentido, ao descrever uma paisagem que encontrou em um afluente do rio Senegal:

Este córrego não tinha, neste momento, mais de vinte braçadas de largura, mas era muito profundo; ele separa o reino de Brac, rei das Galofias, do de Siratique, rei dos Fulas, de quem falaremos adiante, sendo que a aldeia onde estávamos dependia do último. No dia seguinte, ao nascer do sol, chegaram mais de 500 comerciantes, negros e mouros, que trouxeram milho e feijão, e peles de bois, de modo que toda a costa dos dois costados estava coberta de homens e animais (LA COURBE, 1685, p. 98)¹⁰⁷.

Deste excerto, é importante perceber o cenário narrado por La Courbe (1685, p. 147): fulas, jalofos e “mouros” se encontrando, num afluente do rio Senegal, para comercializar. Isto evidencia que, em 1685, mais de duzentos anos após o advento do comércio atlântico na Senegâmbia, o comércio saariano continuava super ativo. A citação também revela outras mercadorias de circulação saariana, como milho, feijão, animais e couro. Este couro, além de ser de boi, leões e leopardos caçados ao longo de suas rotas caravaneiras. Além disso, vendiam também penas de avestruzes. La Courbe (1685, p. 173) registrou que recebeu de

¹⁰⁶Tradução nossa: While not denying the importance or impact of the enslavement and forced transport of millions of Africans, I argue that research on other aspects of trade connections is needed as well. Focus on the slave trade obscures the fact that captives were the mainstay for only 150 of the 500 or so years of Atlantic trade. Greater in terms of economic value was the trade in non-slave commodities, and therefore we need studies of these too to gain a fuller picture a fuller picture of the creation, operation and impact of trading systems on all sides of the Atlantic.

¹⁰⁷ Tradução nossa: Ce marigot n'avoit pas a cet endroit plus de vingt brasses de largeur, mais il estoit fort profond ; il 'sépare le royaume de Brac, roy des Galofies d'avec celuy de Siratique, roy des Foules, dont nous parlerons dans la suite, et le village ou nous estions dépend du dernier. Le lendemain, a soleil levant, il arriva plus de 500 marchands, tant nègres que maures, qui apportèrent du mil et des fèves, ou peaux de boeufs, en sorte que tout le rivage des deux costés estoit couvert d'hommes et d'animaux

presente de um “mouro” duas sacolas com penas e ovos de avestruzes. Por fim, o já citado líder caravaneiro Shamsy ofertou a venda de cera ao comerciante francês (LA COURBE, 1685, p. 127).

Alguns outros produtos que podem ser encaixados nesta categoria de “mercadorias do dia a dia”. Além do que analisamos, exportados da Senegâmbia, John Wright nomeia ingredientes para fabricação de perfume (WRIGHT, 2007, p. 12) e nozes de cola (WRIGHT, 2007, 33). Dentre os importados, haviam têxteis, cobre para cunhagem, armas e armaduras, vidro e miçangas, equipamento de equitação, utensílios domésticos de cerâmica e metal e papel tâmaras, produtos manufaturados em cobre vindo do Norte por peixes, grãos de cereais, cebola, algodão e couro do Sul (AUSTEN, 2010, p. 40).

Argumentamos aqui que o comércio saariano era uma via de comércio de longa distância utilizada por agentes senegambianos e caravaneiros desde a antiguidade. Estes agentes faziam circular neste espaço uma infinidade de mercadorias, e tornavam o Saara a principal via de comércio de longa distância da Senegâmbia, ao menos até o advento do comércio atlântico. Mostramos que mesmo após a abertura desta nova via de comércio externa, o Saara não deixou de ser uma das pontas do comércio de longa distância senegambiano. Este comércio permitia o trânsito de mercadorias e o trânsito de ideias, tal como explicitado no processo aqui descrito de expansão do capital religioso muçulmano na Senegâmbia.

Conclusão

A localização geográfica da Senegâmbia, por razões naturais, garantia que o fossem produzidas mercadorias diferentes em seus diversos domínios morfoclimáticos. Arroz, plantado na costa e ao sul do Senegâmbia, sendo trocado por milho, plantado no Norte e ao interior da região, constituíam a base alimentar local. Os peixes dessa piscosa região eram comprados por agentes interioranos nas margens dos rios e do Oceano Atlântico. Os mandatários das diferentes regiões condicionavam o usufruto da terra e dos centros de comércio ao pagamento de impostos em forma de mercadorias e de parte da produção. Embora os indícios sejam escassos, podemos perceber a existência de feiras em localidades específicas, onde essas transações eram realizadas.

O comércio de longa distância realizado pelo Saara fazia com que a Senegâmbia fosse uma região exportadora de ouro, marfim e pessoas escravizadas para a África e Europa mediterrânea e para o Oriente Médio. Afluía para a região, por meio dessas mesmas rotas do deserto, cavalos, capital religioso muçulmano, sal e goma arábica, além de uma infinidade de “mercadorias do dia a dia”. Notamos que nem o comércio interno nem o comércio de longa distância por vias saarianas foram interrompidos pelo comércio atlântico.

Percebemos, principalmente a partir da análise da fonte produzida por Ibn Batuta ainda no século XIV, que as práticas sociais senegambianas que foram prementes no comércio atlântico, como a *Landlord and Strangers Reciprocities* já existiam em contexto de comércio saariano. O Mansa do Mali o recebeu de acordo com as normas de hospitalidade local, realizou pomposa cerimônia fúnebre para o líder da caravana que levou Batuta até a Senegâmbia e trocou presentes com o mercador árabe. Até mesmo o uso de trombetas de marfim em encontros diplomáticos foi realizado, prática que se repete em inúmeras descrições dos encontros atlânticos.

Além de não condicionar as normativas sociais senegambianas, o comércio atlântico não trouxe grandes novidades no sentido de mercadorias importadas e exportadas na Senegâmbia. Conforme explicitado por Ralph Austen, “os bens de exportação procurados pelos europeus eram essencialmente os mesmos que fluíam através do Saara, principalmente ouro e escravos, mas eles também buscavam outros bens como marfim, madeira tropical e

goma arábica”¹⁰⁸ (AUSTEN, 2010, p. 43). Como discuti no segundo tópico deste capítulo, o marfim também era um produto de exportação saariana para os povos senegambianos. Os bens procurados e vendidos por agentes atlânticos eram os mesmos que já eram exportados e importados pelos senegambianos por parte do Saara.

John Thornton, em seu livro “A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico”, afirma que a navegação europeia para a África foi um empreendimento de longa duração e só se realizava uma segunda viagem mais ao sul do continente africano partindo da Europa, a partir do momento que uma primeira, ao longo da costa, já dava garantia de lucro (THORNTON, 2010, p. 66-70). Fazendo a navegação de cabotagem ao longo da costa, os mercadores atlânticos conseguiam informações através de razias ou comércio realizado com povos da África do Norte e do deserto. Assim, os agentes atlânticos chegaram à Senegâmbia já com uma noção de quais mercadorias deveriam levar que tinham demanda nesta região, além do que seria possível ser obtido.

Os agentes atlânticos não tinham poder político na Senegâmbia, possuíam menos poder de negociação e mesmo menor entrada física no espaço senegambiano em relação aos agentes que realizavam o comércio interno e o comércio de longa distância por vias saarianas, como fica evidenciado quando pontuamos as reclamações que os agentes atlânticos fazem em relação a facilidade de circulação dos bixirins nos diferentes espaços da Senegâmbia. Isto, em conjunto com o maior interesse em discutir acerca do comércio atlântico por parte da maior parte dos autores das fontes que utilizamos nesta tese, torna tão complexo e indiciário o entendimento das rotas internas de comércio.

Ainda assim, fizemos aqui um estado da arte sobre as mercadorias que circulavam na Senegâmbia independente do comércio atlântico. Nos dois próximos capítulos faremos a análise das mercadorias que exportadas e importadas nesta região por vias atlânticas.

¹⁰⁸ Tradução nossa: The export goods sought by Europeans were essentially the same as those that flowed across the Sahara, primarily gold and slaves, but they also sought such other goods as ivory, tropical hardwood, and gum arabic.

Capítulo III

O Destino Atlântico: Mercadorias de Exportação

Introdução

Este capítulo analisará os produtos exportados da Senegâmbia, as formas de produção destas mercadorias na região, e o uso interno delas. Partindo do pressuposto da relevância do funcionamento da lógica de produção internamente à região, investigamos as redes de produção interligadas a questões econômicas, mas também sociais, políticas e culturais, que são elementos de uma mesma lógica senegambiana. No contexto em que pesquisamos, comércio pressupõe uma relação de mão dupla, entre comprador e vendedor, assim, analisamos os motivos pelos quais os agentes atlânticos compravam essas mercadorias.

As mercadorias que analisamos foram mapeadas através do estudo empírico das fontes. São aquelas que mais aparecem como procuradas pelos agentes atlânticos: couro, marfim e pessoas escravizadas. No tópico 3.1, Couro, procuramos entender a motivação da demanda europeia sobre os produtos; de quais animais os senegambianos retiravam o couro; se o produto vendido nos portos fluviais e marítimos da região advinham das proximidades da costa e dos rios ou se mobilizavam rotas de comércio interioranas; os usos internos do couro por parte dos agentes senegambianos; e quais povos senegambianos se destacavam pela venda de couro.

No tópico 3.2, Marfim, analisamos a venda de marfim por parte dos senegambianos. Iniciamos a discussão com a venda de objetos em marfim manufaturado por parte dos chamados sapes e usos internos de instrumentos de marfim por parte de povos senegambianos. Analisamos também a venda de marfim *in natura* e como os senegambianos obtinham a matéria prima, ou seja, a caça de elefantes e hipopótamos. Discutimos também o valor de troca que o marfim tinha para os senegambianos e para os agentes atlânticos e analisamos possíveis destinos para onde a matéria prima era levada.

No tópico 3.3, Comércio de Pessoas, discutimos o infame comércio de pessoas na Senegâmbia. Pontuamos a precedência deste tipo de comércio nas rotas comerciais saarianas e passamos à discussão do tráfico atlântico de pessoas. A partir da base de dados montada por David Eltis e Martin Halbert, analisamos os números de pessoas escravizadas que foram vendidas no comércio atlântico na Senegâmbia entre 1580 e 1700, as formas de escravização que eram comuns na Senegâmbia, nomeadamente as guerras e o julgamento. Mapeamos os locais de desembarque de pessoas e as possibilidades de resistência à escravidão na própria Senegâmbia.

Por fim, no tópico 3.4, discutimos sobre outros produtos menos frequentes, embora bem vendidos nos portos senegambianos, como cera, panos, penas de avestruz, âmbar cinzento, comida, água, madeira. Procuramos mapear origem, forma de produção e usos internos destes produtos.

Por uma escolha metodológica, no capítulo cinco, serão abordadas outras mercadorias que conectavam o comércio interno e externo, como goma arábica, noz de cola e ouro, as quais eram compradas nos portos fluviais e marítimos da Senegâmbia e que, portanto, escapariam ao recorte desse capítulo. Vale a ressalva que embora as pessoas escravizadas e alguns produtos apresentados aqui, como o marfim, possam ser vistos na ótica voltada para um espaço além do que definimos por Senegâmbia, também há uma “produção” no interior do espaço senegambiano.

3.1 Couro

Porque o couro se configura como uma das principais mercadorias de exportação de alguma Senegâmbia? Entre 1580 e 1700, os materiais sintéticos, como o plástico, ainda não existiam. O couro era uma das matérias primas que faziam o papel destes materiais sintéticos, que presente na maioria dos objetos que utilizamos hoje em dia.

Na Europa, por exemplo, o couro foi essencial na organização da indústria de couro inglesa nos séculos XVI e XVII, devido aos mais variados usos feitos do couro na vida cotidiana e na indústria. O couro era usado para roupas, botas e sapatos, selas, selas de carroça, cabrestos de cavalo e outros usos na criação. Por fim, o couro também era empregado na indústria para confecção de correias, baldes e foles usados para fornecer a explosão em fornos de ferro (CLARCKSON, 1960, p. 245). Além do uso no vestuário, calçados, indústria e setor rural, havia também o uso do couro, por exemplo em encadernação de livros e em recipientes para líquidos.

Na Senegâmbia, a demanda por couro por parte dos agentes atlânticos encontrou oferta por parte dos povos do local. O couro advinha de diferentes tipos de animais e aves. Segundo Claude Jannequin (1643, p. 66-7), no rio Senegal, “nós tratamos todas as mercadorias que encontramos, como couros de bois, cervos, leões e leopardos.”¹⁰⁹ Lemos Coelho (1669, p. 13), por sua vez, afirmou que no forte de Saint James no rio Gâmbia, a principal mercadoria comprada pelos ingleses era “couros de vaca, e de bicho, e é melhor a de bicho que consta de antas, sinsins, tancois, gimguicamgas”. La Courbe (1685, p. 147), por sua vez, ao descrever seu comércio com caravaneiros que vinham do Sahel, afirmou que “todos estes mouros vão recolher a goma e trazê-la mais de cem léguas sobre camelos, e grandes bois carregando como cavalos; eles também matam tigres, onças e avestruzes, cujas peles e penas vendem.”¹¹⁰ Como se percebe, o couro advinha da criação de gado e da caça de animais selvagens.

O comércio de couro mobilizava tanto a produção interna na Senegâmbia quanto nas rotas de comércio de longa distância, como mostram os registros contemporâneos. La Courbe (1685, p. 147) comprava couro dos caravaneiros sahelianos. O capuchinho Alexis de Saint Lô

¹⁰⁹ Tradução nossa: “Nous traitames toutesles marchandises que nous rencontrions, comme cuirs de boeufs, serfs, lyons & leopards”.

¹¹⁰ Tradução nossa: “Tous ces Maures vont recueillir la gomme et l'apportent de plus de cent lieues sur des chameaux et de grands boeufs qui portent comme des chevaux ; ils tuent aussi des tigres, des onces, et des autruches dont ils vendent les peaux et les plumes”

(1637, p. 15) escreveu sobre a tentativa do mandatário de Rufisque em intermediar o comércio entre interior e costa: “estes línguas são os intermediários que recebem o couro dos negros do interior das terras e que comerciam com os mestres das barcas”. Estes registros evidenciam a tentativa de poderes locais costeiros em intermediar os contatos mercantis entre atlântico e o interior. Assim, os agentes senegambianos exerciam um lucrativo papel de intermediários comerciais. Fortalece esse argumento o fato de que, embora Michel de La Courbe tenha comprado couro diretamente de caravaneiros, ele também afirma que: “elas [mulheres comerciantes no rio Senegal, que viviam nas proximidades da ilha de Saint Louis] têm vários cativos que mandam bem longe na terra para comprar couros que trazem de mais de 15 léguas nos asnos; eles os compram a um preço baixo, e tendo acumulado um número considerável deles, eles os trazem para a habitação” (LA COURBE, 1685, p. 28).

Os couros também eram usados extensamente para as necessidades locais, como na confecção de armaduras na região de Serra Leoa: “o rei de Guinala macha com grande pompa, fortes arqueiros de guarda, com cinquenta grandes e fortes mastins¹¹¹, todos com armaduras de peles de hipopótamos”¹¹² (LE BLANC, 1592, p. 502). No mesmo sentido militar, os couros eram usados para a confecção de armas entre os jalofofos: “usam adargas, as quais são de couros de búfalos, e de touros, e de elefantes, muito bem-feitas e fortes, porque curtem muito bem os couros” (ALMADA, 1594, p. 242)”.

O couro também era utilizado para o vestuário. Comerciantes caravaneiros utilizavam peles para cobrir parte do corpo: “eles são feitos como criaturas selvagens com cabelo espetado, e tendo, na maior parte, apenas a pele de um bode que cobre as costas”¹¹³ (LA COURBE, 1685, p. 151). As roupas de couro também garantiam distinção social: “o mais importante deles tem um tipo de casaco feito de pele com bainha, que se parece muito com o echarpe dos nossos cantores. Os outros têm apenas um pedaço desagradável de couro que esconde sua nudez”¹¹⁴ (LE MARIE, 1695, p. 73).

O couro também era usado para produzir acessórios para carregar bebês recém-nascidos. O registro deste uso foi feito entre as mulheres Bijagós: “as paridas trazem os filhos

¹¹¹ Espécie de cachorro.

¹¹² Tradução nossa: “Le roy de Guinalle marche avec grande pompe, force arches de garde, avec cinquante dogues grandes & forts, tous bardez de peaux de boeufs marins”.

¹¹³ Tradução nossa: “ils sont faits comme des sauvages les cheveux hérissés et n'ayant, la plus part, qu'une peau de chèvre qui leur couvre le derrière”

¹¹⁴ Tradução nossa: “Le plus considerábels d'entr'eux ont une espece de Manteau fait de peau fourée, qui ressemble assez a la Chappe de nos Chantres. Les autres n'ont qu'une méchante piece de cuir qui cache leur nudité ”

nos braços, atados numas correias de couro cru, que trazem ao pescoço, com que sustentam e têm as crianças” (ALMADA, 1594, p. 318).

O material aparece ainda utilizado para confeccionar instrumentos musicais: “então eles fizeram o griot cantar; ela segurava uma espécie de harpa, cujo corpo feito de uma cabaça coberta de couro tinha dez ou doze cordas, que ela tocava agradavelmente”¹¹⁵ (LA COURBE, 1685, p. 172). Tudo indica que o viajante estava se referindo a uma kora, instrumento musical bastante popular no oeste africano, também chamada de harpa alaúde.

Por fim, cabe ressaltar outro uso de couro, que ocasiona o comércio indireto do produto. Para fazer o comércio de comércio de goma arábica com Michel de La Courbe, caravaneiros sahelianos usavam o couro como mercadoria e também como saco para vender as nozes de colas: “sua goma em sacos de couro de vaca sem costura, e essa é a causa que eles nos vendem alguns couros, com o que fazemos sapatos e cordas”¹¹⁶ (LA COURBE, 1685, p. 152). Como se percebe, ao trazerem a goma em sacos de couro, os caravaneiros se aproveitam para comercializar também os sacos. Este exemplo une as prerrogativas comerciais e utilitárias do produto.

Essa demanda interna tão vasta e variada, em conjunto com uma demanda atlântica crescente, evidenciam o extraordinário papel desempenhado pelos povos que faziam da criação da gado uma de suas principais atividades. Este é o caso dos fulas, um povo nômade pastoril, cujas transações comerciais no rio Gâmbia eram pautadas principalmente pelos produtos derivados da criação do gado bovino, como manteiga, leite e carne, além do próprio couro (JOBSON, 1621, p. 103). A ligação entre os fulas e a criação de gado também foi escrita por Francisco Lemos Coelho: “negoceiam [os franceses] ao longo deste rio [Senegal] com os fulas, os quais não sabemos que tenham porto algum de mar se não nele [...]o trato dos quais é gado de que tem grande quantidade, assim de vacas como de carneiros” (COELHO, 1669, p. 8). Nize Izabel de Moraes corrobora a exportação de couro por parte dos fulas, ao afirmar que “a maioria destes [couro] veio obviamente do interior e, no que diz respeito a esses bois, devem ter tido os pastores fulas como seus primeiros vendedores (MORAES, 1972, p. 113)¹¹⁷.

¹¹⁵ Tradução nossa: “Ensuite, eles firent chanter le'ur guiriote ; elle tenoit une espèce de harpe dont le corps fait d'une calbace couverte de cuir avoit dix ou douze cordes qu'elle touchoit assez agréablement”

¹¹⁶ Tradução nossa: “Ils apportent, comme j'ay dit, leur gomme dans des sacs de cuir de boeuf sans couture, cela est cause qu'ils nous vendent peu de cuirs, outre qu'ils en font des souliers et des cordes”.

¹¹⁷ Tradução nossa : La majorite de ceux-ci provenait manifestement de l'interieur et, en ce qui concerne ceux boeufs, devait avoir pour premiers vendeurs les pasteurs peuls

Os fulas davam imensa importância para a criação de gado. Nas expedições militares feitas entre 1460 e 1510, sob a liderança de Dulo Demba e Koli Tengela, os fulas fizeram um movimento de ida e volta do Futa Toro ao Futa Djalón. Estas expedições conforme o trabalho baseado em tradições orais de Maurice Delafosse, *Chroniques du Foûta Sénégalaise*, foram fundamentadas na busca de pastagens por parte dos fulas: “em sua juventude, Koli era um pastor, e sua busca por pastagens levou-o a viajar para longe, dentro das mata. Seus companheiros, pastores como ele, o tornaram líder, enquanto levavam vida nômade com os seus rebanhos”¹¹⁸ (DELAFOSSÉ, 1913, p. 120).

Essa hipótese das expedições fulas tendo como fundamento a busca de pastagens para o gado é corroborada pela tradição oral, que afirma que Koli Tengela tomou a decisão de invadir o Futa Djalón por causa de um periquito que apareceu com um grão de milho no bico. Após avistar o pássaro, Tengela teria mandado pessoas seguirem o pássaro para verem de onde viria aquele grão, levando-os até as plantações de milho ao sul do Futa Toro (DELAFOSSÉ, 1913, p. 121). O milho foi uma importante planta forrageira, usada tanto para o pastejo imediato do gado quanto na forma de silagem, além de ser uma das bases da alimentação local (LA COURBE, 1685, p. 133).

A invasão fula do Futa Djalón ocorreu na virada do século XV para XVI. Contudo, os fulas não persistiram controlando a região entre 1580 e 1700. Ao invés disso, permaneceram criando gado de maneira nômade, por toda a Senegâmbia, como atesta o testemunho de André Almada,

Entram estes fulas por toda aquela terra da costa dos jalofos, barbacins e mandingas, com suas criações e gados; e no inverno se achegam à beira-mar, e no verão se tornam a meter pelo sertão devagar, trazendo o gado ao longo de alguns charcos de água e alagoas que faz o inverno. E muitos destes criadores andam ao longo destes dois formosos Rios, o de Sanagá [Senegal] e o de Cantor, que é o de Gâmbia, pascentando o gado ao longo deles (ALMADA, 1841, p. 245).

A criação nômade de gado abria a possibilidade de cobrança de taxas por parte de diferentes mandatários locais para que o gado pudesse utilizar as áreas de pastagem. O testemunho de Michel de La Courbe (1685, p. 131) confirma essa cobrança: “os mouros chamados Sargantes que alimentam muitos camelos, muitos bovinos, vêm aqui e pagam

¹¹⁸ Tradução nossa: “dans sa jeunesse, Koli était berger, et la recherche des pâturages l’amenait à voyager loin dans la brousse. Ses camarades, bergers comme lui, le prirent pour chef et il marchait à leur tête lorsqu’ils nomadisaient avec leur bétail.”

alguns costumes aos senhores do país, para deixarem o gado pastar.” Além da cobrança para a pastagem em si, havia também alguma forma de taxaço para se comercializar os animais, como aquela aplicada pelos mandingas aos fulas para manejo de gado. Adicionalmente os fulas não podiam matar um boi, nem vender qualquer mercadoria, sem o consentimento dos mandatários mandingas (JOBSON, 1621, p. 101).

A importância do gado como fonte de riqueza aos povos senegambianos não passa despercebida para os mercadores atlânticos. Segundo Pieter de Marees (1605, p. 3), na costa jalofa entre o rio Senegal e o rio Gâmbia: “para ganhar a vida a principal ocupação é na agricultura, para plantar arroz e fomentar a maior riqueza que eles têm que são as vacas, que aqui são muito pequenas e muito caras”¹¹⁹.

Dentre outros usos sociais do gado como fonte de riqueza estava o seu uso como parte dos dotes ofertado pelo noivo para a noiva. Claude Jannequin afirmou que, dentre os jalofos, para se casar, o homem “deve comprar a mulher, ao preço de tudo o que pôde adquirir, por seu trabalho durante a juventude, tirando-a casa de seus pais, dando-lhes a quantidade de bois e de cabritos que teriam acordado”¹²⁰ (JANNEQUIN, 1643, p. 128).

Devido à grande produção de bovinocultura na região, a oferta de couro era intensa. Não por acaso, Jean Boulègue escreveu que “o comércio os couros bovinos [...] sob o qual a procura era tal que o couro pode ser considerado como o principal comércio da economia dos reinos Jalofos (e senegâmbianos em geral)”¹²¹ (BOULÈGUE, 2013, p. 199). Richard Rainolds e Thomas Dassel, por sua vez, notaram que era possível comercializar couro em absolutamente todos os portos que eles mapearam:

Os principais lugares de tráfico naquela costa entre esses rios são: 1 Rio Senegal: As mercadorias são **peles**, goma, dentes de elefantes, alguns grãos, penas de avestruz, âmbar cinzento e ouro. 2 Bezeguiche, uma cidade de Cabo Verde há poucas léguas do rio Senegal: as mercadorias são pequenas **peles** e alguns dentes. 3 Rufisque, uma cidade a 4 léguas de Bezeguiche: As mercadorias são **pequenas peles** e alguns dentes de vez em quando. 4 Palmerin, uma cidade a 2 léguas de Rufisque: As mercadorias são **pequenas peles** e alguns dentes de elefantes de vez em quando. 5 Porto D’Ale, uma cidade a 5 léguas de Palmerin: As mercadorias são **pequenas peles**, dentes, âmbar e um pouco de ouro: e muitos portugueses estão lá. 6 Candimal, uma vila a um quarto de légua do Porto D’Ale: as mercadorias são **pequenas**

¹¹⁹ Tradução nossa: “pour ganigner la vie, principale occupation est en agriculture, pour femer du Riz & fourment la plus grande richesse quilz ont en vaches, lesquelles font icy bien peu & fort cheres”.

¹²⁰ Tradução nossa: “Il faut qu’un negre achepte la femme, au prix de tout ce qu’il à pu acquerir, par son travail pendant sa jeunesse, l’emmeine du logis de ses parens toute nue, leur donnant la quantité de boeufs, & de caprits qui aura esté convenue dans les accords”.

¹²¹ Tradução nossa: “la traite de peaux de bovins [...] fut telle qu’on peut la considères comme le trait principal de l’économie des royaumes wolof (ét senemgambiens en général)”.

peles e alguns dentes de vez em quando. 7 Palmerin, uma cidade há 3 léguas de Candimal: as mercadorias são **pequenas peles** e alguns dentes de vez em quando. 8 Joola, uma cidade a 6 léguas de Palmerin: as mercadorias são **peles**, cera, dentes de elefantes, arroz e ouro: e muitos espanhóis e portugueses estão lá. 9 Rio Gâmbia: As mercadorias são arroz, cera, **peles**, dentes de elefantes e ouro¹²² (RAINOLDS; DASSEL, 1591, p. 1).

Os comerciantes acima mostraram que havia couro em todos os portos, mas não tratam do volume do comércio. Os números, porém, são vultuosos. Enquanto Lemos Coelho afirmou que da costa do Kaajor saíam, anualmente, mais de cinco mil couros além de “roupa jalofa” (COELHO, 1669, p. 6-7), La Courbe escreveu que em determinado momento era possível comerciar de vinte e cinco a trinta mil couros no rio Senegal, a partir do forte de Saint Louis.

Os agentes atlânticos atribuíam imensa importância as regras locais de que envolviam o comércio de couro. Na história contada por Alexis Saint Lo (1637, p. 38-39), o líder da embarcação em que ele estava, Emery de Caen foi a Porto D’Ale comercializar e pagou as taxas ao mandatário local. Pediu a este mandatário também para poder deixar seus navios ancorados no porto Rufisque. O mandatário aceitou os tributos mas negou o direito de ancoragem, afirmando que as embarcações que estavam ali eram pequenas e faziam pouco comércio, e em outros locais da costa dos jalofos iam navios muito maiores. Não restou muita opção para Emery de Caen. Conforme salientou Saint Lô “ele e sua tripulação tiveram que obedecer à sua vontade, pois esta região fornece mais couros que qualquer outra”. Como se percebe, os agentes atlânticos não ousaram desobedecer as ordens do mandatário de Porto D’Ale, temendo perder o acesso ao vultuoso comércio de couro que acontecia na região.

Por fim, trato das regras envolvidas para o abate dos animais vendidos aos estrangeiros. O abate de bois era condicionado por rituais religiosos. Além disso, problemas políticos internos poderiam diminuir o volume de couro comercializado:

Neste lugar [Boucsart; no interior, às margens do rio Senegal] eles fazem as maiores canoas no rio, que eles usam para obter sal em Bieurt ou Maca [localidades no rio Senegal], e depois trocá-lo por milho no país Fula [...] não há muitos couros a serem tratados em todo este país, especialmente

¹²² Tradução nossa: The chiefest places of traffique on that coast betweene these riuers, are these: 1 Senega riuer: The commodities be hides, gumme, elephants teeth, a few graines, ostrich feathers, amber-griece, and some golde. 2 Beseguiache, a towne by Capo Verde leagues from Senega riuer: The commodities be small hides, and a few teeth. 3 Refisca Vieio, a towne 4 leagues from Beseguiache: The commodities be small hides, and a few teeth now and then. 4 Palmerin, a towne 2 leagues from Refisca: The commodities be small hides, and a few elephants teeth now and then. 5 Porto d’Ally, a towne 5 leagues from Palmerin: The commodities be small hides, teeth, amber-griece, and a little golde: and many Portugals are there. 6 Candimal, a towne halfe a league from Porto d’Ally: The commodities be small hides, and a few teeth now and then. 7 Palmerin, a towne 3 eagues from Candimal: The commodities be small hides, and a few teeth now and then. 8 Ioala, a towne 6 leagues from Palmerin: The commodities be hides, waxe, elephants teeth, rice, and some golde: and many Spaniards and Portugals are there. 9 Gambra riuer: The commodities are rice, waxe, hides, elephants teeth, and golde.

porque é proibido matar bois, se não o dia de Tabasquet, e outros dias de cerimônias, e a maioria daqueles nós compramos são de bois mortos de doença ou acidente. No passado, vinte a cinco mil e trinta mil peles eram tratadas neste rio, e é difícil tratar doze mil atualmente: vem do fato de que os negros tiveram grandes guerras contra os mouros que arruinaram o país inteiro [...] Desde que todas essas guerras terminaram, eles tentam se recuperar de suas perdas anteriores defendendo, como eu disse, de matar bois e comer bezerras, de modo que há razão para esperar que quanto mais avançarmos [no tempo], mais o número de couros vai aumentar¹²³ (LA COURBE, 1685, p. 132-133).

Este excerto explicita que no período que La Courbe esteve no local, não se podia matar os bois, a não ser em dia de rituais religiosos. Porém, pela descrição, é perceptível que a motivação para essa regra foram guerras que ocorreram antes do período em que La Courbe esteve no local, afetaram o tamanho do rebanho, que estava em estágio de recuperação do número de reses. A expectativa é que o volume de couros que podiam ser comprados voltasse a aumentar com o tempo.

O comércio de couro também é visto como provocador de guerras no Futa Djalon. A demanda atlântica pelos couros bovinos levou ao crescimento do rebanho dos fulas, no século XVII. Esta procura por couros teria enriquecido os fulas e, assim, dado força econômica e, conseqüentemente, política e militar para as jihads que este povo empreendeu no Futa Djalon, durante o final do século XVII e decorrer do século XVIII (SILVA, 2010, p.8-10).

Em suma esse tópico abordou a importância tanto interna quanto externa da produção e comércio de couro na Senegâmbia. Mostramos que esta mercadoria poderia ser comprada em quase todos os portos senegambianos. O marfim, próximo produto que analisaremos, podia, inclusive, ser comprado pelos agentes atlânticos também em conjunto com o couro de elefante.

¹²³ Tradução nossa : “en ce lieu les plus grands canots qui sont dans la rivière, dont ils se servent pour aller quérir du sel a Bieurt ou a Maca, et le vont ensuite échanger contre du mil dans le pays Foule [...] On ne trouve pas beaucoup de cuirs a traiter dans tout ce pays la, d'autant qu'il est deffendu de tuer des boeufs, si ce n'est le jour du Tabasquet, et autres jours de cérémonies, et la plus part de ceux qu'on nous vend sont des bestes mortes de maladie ou par accident. Autrefois, on traitoit dans cette rivière vingt-cinq a trente mille cuirs et, présentement, on a peine a en traiter douze mille : cela vient de ce que les nègres ont eu de grandes guerres contre les Maures qui ont ruiné tout ce pays [...] Depuis que toutes ces guerres sont finies, ils tachent de se remettre de leurs pertes précédentes en deffendant, comme jay dit, de tuer des boeufs et de manger des veaux en sorte qu'il y a lieu d'esperer que plus on ira en avant plus le nombre de cuirs augmentera”

3.2 Marfim

O marfim é um produto que aparece como possibilidade de comércio por vias atlânticas em toda a costa e margem dos rios senegambianos. Marfim é matéria que forma as presas dos elefantes. O termo também é usado para as defesas de outros animais, como o hipopótamo e o narval. O foco deste tópico é a produção interna de marfim, os usos internos da mercadoria, enquanto objetos lavrados e a venda de marfim *in natura* pelos senegambianos.

Produção interna de Marfim

A caça ao elefante era a principal forma de produção de marfim na Senegâmbia. Ela era complexa e demandava experiências. Agentes atlânticos fizeram tentativas frustradas de caçar o animal com auxílio de armas de fogo. Em diário de uma viagem à costa da Guiné e Castelo da Mina em 1556, o capitão William Towrson (1556, p. 3). escreveu: “nós levamos trezes homens conosco para procurar elefantes, nossos homens bem armados mosquetes, lanças, arcos longos, espadas longas e espadas. Nós achamos dois elefantes que atingimos diversas vezes com tiros e flechas longas, mas eles foram embora.”¹²⁴ Richard Jobson (1623, p. 174) tentou abater um elefante, atirando com arma de fogo por três vezes, mas o animal era muito rápido e conseguiu fugir.

A dificuldade de se caçar o animal e também o fascínio pelas técnicas locais fez com que os agentes atlânticos dedicassem tantas páginas sobre caçadas a elefantes pelos senegambianos. Sobre os mandingas do rio Gâmbia, Almada escreveu as técnicas aplicadas pelos caçadores, “em toda a Costa e Rio de Gâmbia os matam pelejando com eles às azagaiadas, deles à pé, deles à cavalo, como pode (...); achando-me no Rio de Gâmbia em um porto, em obra de um mês matou o Rei daquele lugar mais de doze elefantes” (ALMADA, 1594, p. 305).

Richard Jobson, por sua vez, escreveu também sobre as técnicas aplicadas por caçadores de elefantes dentre os mandingas do rio Gâmbia:

¹²⁴ Tradução nossa: “Wee tooke thirtie men with vs and went to seeke Elephants, our men being all well armed with harquebusses, pikes, long bowes, long swordes, and swordes: wee found two Elephants which wee stroke diuers times with harquebusses and long bowes, but they went away”.

Eu desejei saber como eles matavam os elefantes; e eles me mostraram um dos negros e disseram, não há nenhum que o faça, além dele sozinho; e pegando uma lança, que estava na casa, ele a arremessou a dez pés de distância. O aço da ponta era enrolado com roupa, que eles abriram e me mostraram, e era todo coberto de veneno. Ele disse que sua maneira era, quando ele via o elefante comendo junco, ele ficava próximo, arrastando, se escondendo atrás deles, ficava próximo o bastante, e acertava sua lança no corpo da fera, e deixando ali, acertava outras lanças enquanto o elefante foge. O sangue quente dissolvia o veneno da lança, e começava a se espalhar, para a cruel tortura da besta, e a extremidade da lança acaba os matando. (JOBSON, 1621, p. 174).¹²⁵

Claude Jannequin também descreveu a caça de elefantes por parte dos jalofos que habitavam às margens do rio Senegal:

Caçando o elefante, eles vão em sessenta ou oitenta da mesma aldeia, cada um levando cerca de meia dúzia de pequenas azagaias, e uma grande, e indo para o lugar onde eles notaram o covil deste animal, aguardam que eles possam ouvir o barulho de sua passagem, pelo horrível estrondo que ele faz nas florestas, quebrando as árvores que podem impedir a passagem, e vão sempre atrás, com contínuo lançamento das azagaias, até que eles o feriram em muitos lugares, dos quais ele pode encontrar o fim de sua vida, pela perda de seu sangue ¹²⁶ (JANNEQUIN, 1643, 144-145).

Pelas descrições de Jobson e Jannequin, jalofos e mandingas caçavam o elefante de maneiras diferentes. Os primeiros iam em grupo e todos os participantes lançam a azagaia; dentre os segundos havia um certo grau de especialização, pois um único caçador lançava a azagaia. Certamente, o uso do veneno na ponta de ferro facilitava aos mandingas a caça ao animal.

Em suma, a recorrência desse tipo de relatos sobre a caça de elefantes mostra que havia um certo fascínio por parte dos europeus sobre as formas que os senegambianos

¹²⁵ Tradução nossa: I desired to know how he killed them; And he shewed me one of his blacke people, and sayd, That was none but hee alone durst doe it; and taking downe a Iavelin, which hung in the house, the staffe some ten foote long; the Iron or head whereof was bound up in a cloth, which he opened and shewed me, and it was laid with poyson all over; he sayd, his manner was, when hee saw the Elephants feeding in the high sedge, he would steale in amongst them, & by creeping, still keeping himselfe behinde them, he would recover so neare, as to strike his Iavelin into the body of the beast, and leaving it there, take to his heeles, and through the long reeds scape away: and the warme bloud dissolving the poyson uppon the Iavelin, it presently spreads it selfe, to the cruell torture of the beast, the extremitie whereof killes him;

¹²⁶ Tradução nossa: “Chasse de l’Elephant il’s s’assemblent donc soixante ou quatre-vingt d’un même village, chacun portant quant & foy demie douzaine de petites sagayes, & une grosse, & s’en allans au lieu où ils ont remarqué le repaire de cette tout vivante, attendent qu’ils puissent entendre le bruit, de le passée, par l’horrible fracas qu’il fait dans les forests, rompant les arbres qui luy peuvent empescher le passage, & le fuivans toujours en derriere, luy lancent continuellement des sagayes, jusques à ce qu’ils l’ayen blessé en beaucoup d’endroits, desquelles blessures il puisse treuver le terme de sa vie, par la perte de son sang”.

utilizavam para caçar os grandes animais; e uma certa preocupação porque as armas poderiam ser usadas pelos senegambianos contra eles¹²⁷.

O marfim lavrado: comércio e usos internos

Na Senegâmbia, o marfim era comercializado em forma de obra de arte e em estado bruto. Com relação ao marfim lavrado, a historiografia tem avançado no estudo dos objetos manufaturados em marfim produzidos na região de Serra Leoa, que é abarcada pela macrorregião da Guiné do Cabo Verde. No trabalho *Africa and the Renaissance: Art in Ivory*, Ezzio Bassani e William Fagg enumeraram a sobrevivência de 56 saleiros, três pixides, oito colheres, três garfos, duas empunhaduras de facas e 33 olifantes que sobreviveram ao tempo e hoje estão presentes em museus espalhados pela Europa e Estados Unidos (BASSANI; FAGG, 1989, p. 61).

Bassani e Fagg atribuem parte dessas obras aos sapes, etnônimo utilizado por Valentim Fernandes. Essa é uma terminologia também utilizada pelos portugueses para nomear um grupo supra étnico, que habitavam a região que compreende o norte de Serra Leoa até o sudeste da atual Guiné Bissau. Sapes compreendiam os bagas, nalus, temnes, landumans e bolões. A partir de 1530, essa região passou a ser local de constantes migrações do povo mande, havendo a partir daí uma mistura cultural entre os sapes e os manes.

Conforme escreveu Valentim Fernandes no início do século XVI, os sapes podiam esculpir em marfim a partir de imagens estrangeiras levadas para eles para servirem como modelos. Luís Afonso e José da Silva Horta atribuem aos lançados ou tangomaus a função de intermediadores culturais que levavam esses modelos aos artífices sapes (HORTA, AFONSO, 2013). Por isso em alguns objetos deste período, principalmente nos olifantes, apareçam elementos recorrentes na iconografia europeia, como brasões, heráldicas, elementos da fauna, flora, armas e roupas. Bassani e Fagg encontraram incunábulo europeus que aparentemente

¹²⁷ Os registros sobre os armamentos que os agentes mandingas utilizavam para caça de elefante poderiam, também, ser útil em outros momentos. A título de exemplo, o relato de André Almada, o mais rico em relação à descrição dos armamentos usados pelos povos do continente africano, tinha como intenção argumentar junto ao rei que a colonização era lucrativamente viável, além de que, estando em terras continentais, seria mais fácil a manutenção de um monopólio comercial com os africanos. Dessa forma, inferimos que a descrição das armas seria uma forma de mapear uma possível resistência dos africanos perante um projeto colonial.

foram os modelos usados para a feitura das peças em marfim, sobretudo na representação de cenas de caça (BASSANI, FAGG, 1989, p. 99).

A historiografia tem um debate acalorado sobre a datação dos objetos sapes exportados. O consenso atual da historiografia é que os sapes deixaram de produzir esculturas de marfim a partir de 1540. Esta teoria se concentra em dois aspectos. Primeiro, a iconografia europeia usada pelos sapes para a produção de objetos lavrados em marfim, permitiu que Bassani e Fagg (1989, p. 147) identificassem o período em que foram lavrados, entre 1490 e 1530. Segundo, fontes portuguesas indicam que a importação para a Europa dos marfins sapes, aparentemente esculpidos apenas para o consumo europeu, foi interrompida em meados do século XVI (LAMP, 1983, p. 231). Discordo deste consenso da historiografia porque a interrupção das exportações de objetos em marfim para a Europa, não significa que a produção para consumo local foi interrompida.

Dessa forma, concordamos com Peter Mark, que defende a tese que não houve interrupção em 1550 da produção de obras em marfim pelos sapes. Segundo Mark,

Embora não haja evidência documental para essa data de corte da produção artística, é argumentado que a sociedade “sape” foi destruída pela invasão da região costal de Serra Leoa por um povo chamado “manes”. Por exemplo, [Kathy] Curnow escreve “a indústria [de esculturas de marfim] parece ter desaparecido no meio do século XVI, quando povos de língua mande invadiram a região”. Os escritos de 1970 do historiador Walter Rodney são citados como fonte para as invasões manes¹²⁸ (MARK, 2007, p. 197).

Peter Mark lança mão da análise de fontes do século XVI e XVII, como os escritos do Padre Manuel Alvares, produzidos entre 1607 e 1616, para argumentar sobre a continuidade da produção de objetos manufaturados em marfim pelos sapes que viviam próximos ao entreposto comercial português de Mitombo, na região de Serra Leoa (MARK, 2007, p. 202-204). Acrescentamos a esse indício apontado por Peter Mark as evidências de uso de trombetas de marfim por povos da região de Serra Leoa em 1578, 1594, 1625 e 1669.

As fontes que consultei mostram que, entre 1580 e 1700, não houve comércio entre agentes atlânticos e senegambianos de saleiros, colheres, píxides ou olifantes produzidas por artífices sapes. Contudo, registros do século XVI mostram que instrumentos musicais de marfim, com o olifante, estavam sendo usados por povos locais, como os cassangas:

¹²⁸ Tradução nossa: Although no documentary evidence for this artistic cut-off date exists, it is argued that local “Sapes” society was destroyed and ivory production ended by the invasion of coastal Sierra Leone by a people called the “Manes.” For example, Curnow writes: “the [ivory carving] industry appears to have ceased by the mid-sixteenth century when the Mandespeaking Mane people invaded the region.” The 1970 writing of the historian Walter Rodney is often cited as a source for the Mane invasions.

Nesta terra destes cassangas há uma lei posta pelo[s] Reis para terem de que[m] haver rendas. E é que quando morre algum, antes de o enterrarem, depois de posto em uns paus que servem de tumba, cobertos com panos negros, em ombros de negros, andam estes com o morto escaramuçando de uma parte para a outra, ao som de muitos instrumentos de atambores, trombetas de marfim e businas. E os que escaramuçam andam com tanta fúria e ímpeto, que parece que andam os demónios metidos neles (ALMADA, 1594, p. 294).

Esta fonte de 1594, evidencia que apesar da ausência do comércio de marfim lavrado entre os sapes e os portugueses após a segunda metade do século XVI, artistas sapes continuavam esculpindo instrumentos musicais entalhados em marfim em cerimônias fúnebres. Instrumentos musicais de marfim, como o olifante tinham importância fundamental para as cerimônias rituais dos povos da Guiné do Cabo Verde, portanto continuaram sendo produzidos. Além dos cassangas que habitavam as margens do rio Casamansa, outros povos usavam o olifante em cerimônias fúnebres, como os beafares do rio Grande (ALMADA, 1594, p. 294; 326) e os lirigos de Serra Leoa (DONELHA, 1625, p. 107), povos que viviam as margens do rio Grande (TINOCO, 1578, p. 597). Em outras palavras, olifantes em marfim não eram esculpidas apenas para o consumo europeu, mas para atender as demandas locais.

Além dos olifantes, outros objetos eram feitos de marfim para atender os cultos aos espíritos. Os bagas em Serra Leoa faziam sacrifícios a objetos entalhados em madeira ou em marfim (COELHO, 1669, p. 236-237). Trata-se das Chinas, objetos ligados a religião local, que serviam de habitações temporárias para espíritos naturais e ancestrais (FREITAS, 2016, p. 81).

O uso local desses instrumentos musicais, em um período muito além das invasões manes (encerradas em 1550), revela que a produção desses objetos não foi interrompida. Partindo desse pressuposto e levando em consideração que após 1550 as fontes sobre o comércio desses objetos se tornam mais raras, ficam mais evidentes dois fatores: o primeiro refere-se a demanda e o uso internos desses objetos; o segundo é que os objetos lavrados em marfim não eram importantes apenas para responder à demanda e ao comércio com os agentes atlânticos, nem determinadas por eles.

Finalmente, pensar o comércio/demanda estrangeira por marfim lavrado como situação causal para a produção dessas obras de arte, retira a importância do uso desses objetos artísticos dentro do contexto interno da Senegâmbia, onde tinham ímpar importância em cerimônias rituais de alguns povos da região.

Comércio de marfim in natura

O comércio de marfim *in natura* é recorrente em praticamente todos os documentos que utilizamos como fonte para esta tese. Sendo presente em toda extensão da Senegâmbia, do rio Senegal até o sul da região de Serra Leoa, o marfim em estado bruto era encontrado em inúmeros portos ao longo da costa e das margens dos rios que compõem a região.

O marfim superava os outros produtos em relação ao seu valor. O comerciante flamengo Pieter Van den Broecke, que produziu seu relato em 1606, escreveu sobre suas trocas comerciais na costa senegambiana. Ao final, elaborou uma tabela onde converteu o valor de cada mercadoria para o número de barras de ferro, que equivaliam ao seu preço. O marfim superou vários outros produtos em termos de valor agregado: um quintal (cerca de 36 kg) de marfim podia ser trocado por quinze ou dezesseis barras de ferro, superando em valor o âmbar cinzento (entre quatorze e dezesseis barras), a cera (entre dez a onze barras), o arroz (entre duas e três barras) e as peles (entre duas barras e uma e meia) (BROECKE, 1606, p. 42).

Ao descrever relações comerciais realizadas em Baracunda, no rio Gâmbia, Lemos Coelho apresenta um contraponto importante em relação ao alto valor que o Broecke teve que pagar em barras de ferro para comprar marfim:

Vem outra casta de negros [para Baracunda] a que chamam conjuros, que vem buscar o mesmo que os Jaganzes; **vem logo muitas cáfilas de negros** a que chamam Bachares, estas são de oitenta, cem homens, não trazem outra coisa mais que marfim, e negros, o principal que vem buscar é sal, que compram na mão dos brancos, o modo do negócio do marfim, e este apartam os brancos o marfim grosso que o menos tenha uma arroba um dente, e daqui para cima que tenha o dente cinco, e seis arrobas logo medem a cada dente deste modo; metem um pau pelo oco, e tudo quanto leva no vão medem outra vez em cima, e dali para a ponta medem aos palmos, e tantos palmos tem, tantos dois panos, ou seu valor em sal dão por ele, e é tão geral esta mercancia, que não há nenhum modo de dúvida nela, e um pano de sal é um alqueire, e o maior dente o mais que tem são cinco palmos de maciço, que vem a custar dez panos ou dez alqueires de sal, e eu comprei já dente de marfim que pesava duas arrobas por três alqueires de sal, e esta é a razão porque se não compra ouro, porque o vendem de modo que ordinário sai uma oitava por dois panos ou dois alqueires de sal, ou quatro mão de papel, ou oitenta ramas de avelório, ou um rama de cristal nº 24, que tudo isto vale dois palmos, **e tem mais conta ao português comprar o dinheiro que tem em marfim**, ou negros, ou roupa, que em ouro, que por isso se compra tão pouco, sendo também a causa haver tanto negócio de outros gêneros que sempre falta dinheiro que vão aos navios que lá vão acima despachar (COELHO, 1669, p. 24-25).

Em primeiro lugar, Coelho evidencia que a mobilização interna para o comércio de marfim com o atlântico. Rotas caravaneiras, advindas do interior, que seguiam para os portos fluviais comercializar com os mercadores estrangeiros também levavam marfim¹²⁹. Em segundo lugar, o referido comerciante afirma que era mais lucrativo, comprar marfim em conjunto com pessoas escravizadas e outros produtos, que os portugueses comprassem marfim do que comprar o ouro.

Os agentes atlânticos foram para a Senegâmbia em busca de ouro, mas o comércio atlântico na região se diversificou ao ponto de outros produtos, inclusive o comércio infame de pessoas escravizadas, assumirem o protagonismo nas transações comerciais. Além disso, em comparação com o que escreveu Pieter Van Den Broecke, é interessante perceber que o marfim, além de possuir um maior valor agregado para os senegambianos, também era lucrativo para os agentes atlânticos. Isso nos dá indícios de um bom preço de venda no seu destino final.

Ainda não foi possível identificar o destino do alto volume de marfim in natura comercializado na Senegâmbia. Os comerciantes atlânticos relataram mais sobre como era feito o comércio na Senegâmbia, do que sobre a destinação das mercadorias. Porém, alguns registros indicam que o marfim exportado a partir enclave Saint Louis ia para a Europa:

Esta ilha (Saint Louis) situada no meio do rio, cinco léguas acima da sua foz, tem cerca de uma légua de largura. Senhores da empresa têm seus negócios, e há um oficial comandante. É aqui que os negros trazem couro, marfim, cativos e, às vezes, âmbar cinzento; porque a goma arábica, vem dos mouros, como direi. Nós damos em troca desses negros, panos, algodão, cobre, estanho, ferro, conhaque, e algumas futilidades de vidro. O lucro deste comércio é de oitocentos por cento. **Couro, marfim e goma levamos para a França, e quanto aos escravos, eles são enviados para Ilhas Francesas da América, para trabalhar em açúcar**¹³⁰ (MARIE, 1695, p. 72-73).

Salta aos olhos a diversidade de mercadorias compradas e vendidas pelos franceses de Saint Louis, assim como a margem de lucro que Le Marie fala que era possível obter –800%.

¹²⁹ Sobre o comércio interno e interligação das rotas internas e marítimas, discutimos com maior profundidade nos capítulos 2 e 5 desta tese, respectivamente.

¹³⁰ Tradução nossa: “Cette Ile (Saint Louis) située au milieu de la Riviere, cinq lieues au dessus de son embouchûre, a environ une lieue de tour. Messieurs de la cmopagnie y ont leurs Magazins, & y ont un Commandant & de Commis. C’est-là que les Nègres apportent Cuirs, Yvoire, Captis, & quelquefois de l’Ambre gris ; car pour la Gomme Arabique, elle nous vient des Maures comme je le diray. On donne en échange à ces Nègres, de la toile, du cotton, du Cuivre, de l’étain, du fer, de l’eau-de-vie, & quelques bagatelles de verre. Le profit qu’on tire de ce commerce est de huit cent pour cent. Les Cuirs, l’Yvoire & la Gomme se portent en France, & quant aux Esclaves, on les envoie aux Iles Françaises de l’Amerique, pour travailler au Sucre”.

Para os objetivos deste tópico cabe ressaltar os destinos as mercadorias mencionadas pelo viajante. De acordo com o comerciante francês, tanto o couro quanto o marfim eram enviados diretamente para a França onde, certamente, o marfim da Senegâmbia obras de arte e louças nas mãos de artífices europeus.

O marfim foi um produto muito importante de exportação atlântica na Senegâmbia. Advindo de uma caça especializada e difícil, o marfim também possuía também usos internos, quando lavrado e utilizado em rituais diplomáticos e religiosos. Se notabilizava tanto por ser um produto de alto valor agregado, que proporcionava lucros aos mercadores senegambianos e também aos agentes atlânticos, quando revendido em seus destinos finais.

3.3 Comércio de pessoas

As primeiras incursões europeias na Senegâmbia, no que diz respeito à busca por escravizados, foram baseadas em razias, ou seja, pela força se capturava pessoas que eram levadas aos navios e colocadas na condição de escravizados. Conforme argumenta Arlindo Manuel Caldeira, “os métodos usados eram os tradicionais do curso mediterrânico e os raids eram interpretados como operações militares, mesmo quando tinham por alvo aldeias indefesas ou caravanas de comércio” (CALDEIRA, 2013, p. 53). Porém, já em 1444, o chefe azenegue, Ahude Maimon fez chegar à caravela de Alvise Cadamosto a informação sobre sua predisposição em comercializar escravizados (CALDEIRA, 2013, p. 53).

Mais que isso, a demanda atlântica por pessoas escravizadas aumentava à medida que os europeus iam colonizando novas terras e demandando mão de obra. Segundo Luís Felipe de Alencastro, “percebe-se que a pilhagem das aldeias africanas por corsários e piratas europeus não daria conta, por si só, da demanda escravista se avolumando na península Ibérica, nas Canárias, em Cabo verde e São Tomé antes mesmo do descobrimento do Brasil” (ALENCASTRO, 2002, p. 45).

Mesmo antes do contato com os europeus por vias atlânticas, o comércio de pessoas escravizadas já existia junto às populações senegambianas, que faziam este tipo de troca mercantil nas rotas saarianas. Porém, não se pode relativizar o peso que teve essa nova possibilidade comercial. Conforme argumenta Toby Green, o comércio atlântico de pessoas trouxe rupturas à sociedade senegambiana, ao intensificar ciclos de violência e de instabilidade na região, colocando ainda mais ênfase no lado da demanda por esta “mercadoria” (GREEN, 2012, p. 77-78).

As razias foram se tornando cada vez mais comuns entre os povos senegambianos. Entre aqueles povos que se organizavam politicamente a partir de um Estado, como os jalofos e os Estados de sua confederação e os mandingas e o Kaabu, a escravização de outros povos se tornou uma lógica movida pelo próprio poder político. Walther Hawthorne, inclusive, chega a afirmar que o Kaabu se tornou um formidável Estado militar que sobrevivia economicamente da produção de escravizados (HAWTHORNE, 2010, p. 68). Os povos costeiros, que se organizavam politicamente de maneira mais descentralizada, como os bijagós, os banhuns e os felupos, também faziam razias, embora em uma proporção menor (HAWTHORNE, 2010, p. 74).

O aumento da violência dentre os Estados senegambianos, ocasionada pela busca de escravizados de passou a ser uma tônica ainda mais frequente na Senegâmbia. Os bijagós, por exemplo, faziam razias contra os papéis e beafares para levá-los para serem vendidos no comércio atlântico (ALMADA, 1594, p. 316). Os jalofos, por sua vez: “sobre as guerras, o principal objetivo é fazer um grande número de prisioneiros, que eles não trocam jamais, e que são distribuídos ao serviço dos oficiais ou vendidos para o lucro do rei”¹³¹ (FROGER, 1698, p. 16).

O Damel do Kaajor promoveu uma guerra contra os súditos, que estariam se rebelando contra o pagamento de impostos. Após a vitória do Damel, Alex de Saint Lo foi aplaudi-lo. Contudo, o capuchinho que sentiu uma grande compaixão “ao ver muitas mulheres e pequenas crianças levadas em cativo para outras terras. Alguns seriam vendidos e outros viveriam em uma escravidão perpétua” (SAINT LO, 1637, p. 43).

La Courbe também falou da prática de guerrear para se obter escravizados para vender: “ele [o rei] comanda dois povos diferentes: banhun e felupes. Os banhuns são civilizados, mas os felupes são na maior parte selvagens, e porque eles não o reconhecem pela realeza com restrições, o rei frequentemente faz guerra a eles, os escraviza e os vende”¹³² (LA COURBE, 1685, p. 207). De maneira ainda mais impressionante, o agente atlântico descreve as guerras movidas pelo mansa do Kaabu, que ele afirma que poderia “matar um homem como um mosquito” e que “ele faz guerra seus vizinhos sem causa, e cercou por mais de seis anos, a cidade de Cantor que estava bem fortificado com paliçadas na forma do país e, após tê-la, ele completamente arruinado, faz todos os habitantes cativos” (LA COURBE, 1685, p. 252).

A guerra não era a única maneira de uma pessoa ser colocada na condição de escravidão. Outra forma de escravidão era por julgamento. Walther Hawthorne (HAWTHORNE, 2010, p. 81) argumenta que dentre as transgressões mais sérias que poderiam levar a pena de se tornar a pessoa julgada em escravizada era a acusação de feitiçaria. André Almada (1594, p. 263) escreve que a acusação que mais gerava escravidão por julgamento era a feitiçaria e que não apenas o julgado era escravizado, mas também toda sua família. O agente atlântico afirma que a prática também era comum entre os balantas, e que mesmo homicidas e pessoas que caíam de palmeiras ao coletar frutas para fazer vinho de

¹³¹ Tradução nossa: “Sur le guerres, leur principal but est de faire un grande nombre de prisonniers, qu'ils n'échangent jamais, & qui sont distribuez au service des Officiers, ou vendus au profit du roi”

¹³² Tradução nossa: Les Baguons sont civilisés, mais les Feloupes sont la plupart sauvages, et par ce qu'ils ne le reconnoissent pour roy qu'avec contrainte, il leur fait souvent la guerre et en tire les esclaves qu'il venda

palma eram acusados de feitiçaria e eram reduzidas à escravidão (ALMADA, 1594, p. 295). Michel de La Courbe (1685, p. 194) coloca a acusação de feitiçaria como principal forma de se escravizar pessoas, em conjunto com as guerras.

Outro caso que foi citado nessa tese, o exemplo do tangomau Triste Vida, em que o mandatário de Casamance julgou o caso favoravelmente ao lançado, sendo seus acusadores sentenciados a serem escravizados por este. O tangomau logo foi vender seus acusadores em Cacheu (DONELHA, 1625, p. 140-141). Alexis de Saint Lô também escreveu sobre esta possibilidade de escravização por julgamento:

Passamos somente quinze dias neste porto de Iovalles. Nossa estada foi bastante agradável. Quase todos os negros deste vilarejo falam português. Nós achamos que, este ano, eles estavam bastante cordiais. Digo que este ano estavam cordiais por causa do seguinte acidente: O Alcaíde, acompanhado de alguns malfeitores, foram até a embarcação dos franceses, onde sem nenhuma razão justa brigou com o mestre e o apunhalou no peito. O mestre morreu na mesma hora. Um marinheiro reagiu rapidamente derrubando um barril de pedras sobre os negros e machucando muitos deles. Depois, com um facão, atacou estes miseráveis, cortando o braço de um, ferindo um outro, e matando alguns outros. Após ser informado desta desordem e como seus súditos sem justa razão, foram os agressores, o rei os puniu como eles mereciam e ordenou aos outros que nunca fossem até as embarcações dos Franceses sob pena de escravidão ou morte, exceto se Bour Marolles¹³³, de quem já vos falei, lhes acompanhasse. Também ordenou-lhes diretamente e expressamente de honrar e tratar os franceses e marinheiros como amigos. Desde então, os negros mais maliciosos moderaram suas más ações (SAINT LO, 1637, p. 36-7).

Essa coerção a ações dos súditos contra os europeus pode dizer respeito a uma ação dos mandatários locais para a boa continuidade do comércio e de suas possibilidades de lucro. Por outro lado, refere-se à prática social de *Landlord and Strangers Reciprocities* e a importância de se acolher bem o estrangeiro.

Existem relatos de resistência à prática de escravização por parte de indivíduos escravizados à condição que lhes foi imposta, ainda na Senegâmbia. Segundo Michel de La Courbe: “quando eles [Balantas] conseguem pegar negros, eles os vendem para outros, mas para os brancos eles os matam, e se, às vezes, pegamos algum deles, eles preferem se deixar morrer de fome, ou matar a si mesmo do que permanecer escravos”¹³⁴ (LA COURBE, 1685, p. 258). O aumento da oferta de escravizados na região devido ao aumento vertiginoso da

¹³³ Homem de confiança do Damel.

¹³⁴ Tradução nossa: “Lorsqu'ils [Balantas] peuvent attraper des nègres, ils les vont vendre a d'autres, mais pour les blancs ils les tuent, et si, quelquefois, on en prend quelqu'un, ils aiment mieux se laisser mourir de faim, ou se tuer eux-mêmes que de rester esclaves”

demanda atlântica, transformando as pessoas em uma das principais mercadorias de exportação da região. Não significou, porém, o aceite da condição de privação da liberdade.

Usos Internos

Existiam usos locais para pessoas escravizadas na Senegâmbia entre 1580 e 1700. As fontes que consultamos dão mais atenção para os escravizados que se era possível comprar no local, mas indícios da utilização de pessoas em diferentes tarefas é perceptível. André Almada (1594, p. 234) percebeu que na unidade política do Kaajor, pessoa escravizadas exerciam a funções político-administrativas à mando do Damel (ALMADA, 1594, p. 234). Philip Curtin identificou esse tipo de escravidão na Senegâmbia, e afirmou que estes escravizados possuíam considerável poder político. Curtin os nomeia de “escravos [sic] reais” (CURTIN, 1975, p. 34-35). Walter Hawthorne explicita que no Kaabu, escravizados também podiam exercer funções de considerável importância, desde que ligados diretamente a corte do Mansa (HAWTHORNE, 2010, p. 68).

Ainda dentre os jalofos, Almada percebeu o uso de mulheres escravizadas que serviam aos mandatários enquanto cozinheiras (ALMADA, 1594, p. 255). O agente atlântico ainda afirmou que era prática em toda a Senegâmbia que pessoas escravizadas fossem parte do dote que noivos davam a família da noiva para se casar. (ALMADA, 1594, p. 263). Michel de La Courbe, em seu encontro com a esposa do Damel, também percebeu que com ela vinham mulheres escravizadas que tinham a função de servi-la enquanto o agente atlântico e a mulher faziam suas tratativas comerciais (LA COURBE, 1685, p. 203-4).

Richard Jobson observou, em um encontro com um agente do comércio de longa distância no rio Gâmbia, provavelmente um jaxanke, que o comerciante trazia consigo escravizados que tinham como função servi-lo em tarefas básicas, como buscar água no rio para a higienização das mãos e da cabeça antes da realização de suas orações (JOBSON, 1621, p. 121). Philip Curtin afirmou que o grupo de escravizados era importante aos jaxanke. Segundo o autor, era o trabalho dos escravizados nos campos que libertou as classes mais altas para o aprendizado corânico e o comércio no exterior (CURTIN, 1975, p. 79). Pela descrição de Jobson, inferimos também que escravizados eram levados nas viagens comerciais.

Michel de La Courbe descreveu que no rio Cacheu, quando os reis morriam, escravizados eram abatidos e enterrados junto ao rei, com o intuito de servi-los no pós-vida (LA COURBE, 1685, p. 222). Nicholas Gaby percebe uma ligação direta entre o poder dos mandatários jalofos e o número de escravizados que possuem. Quanto mais poderoso o rei, maior o número de escravizados (GABY, 1687, p. 49).

Além dessas funções que encontramos nas fontes que consultamos, na historiografia especializada aparecem outros usos para pessoas escravizadas na Senegâmbia. Philip Curtin argumenta que dentre os jaxanke, o cultivo de algodão e a tecelagem eram realizados por pessoas escravizadas (CURTIN, 1975, p. 213). Por fim, Judith Carney argumenta que escravizados eram utilizados em plantações de arroz e cereais. É interessante o argumento da autora: quanto mais aumentava a exportação de pessoas escravizadas através do comércio atlântico, mais escravizados eram empregados nas plantações. O arroz e o cereal eram vendidos para os capitães dos navios negreiros, que compravam alimentos para manter os escravizados vivos ao longo da travessia atlântica (CARNEY, 2001, p. 69).

Exportação de pessoas

O uso interno do trabalho de pessoas escravizadas é ofuscado pelo volume cada vez maior de pessoas exportadas a partir do comércio atlântico. De acordo com dados disponíveis na base de dados tráfico atlântico de escravos, que reúne informações de mais de 35 mil viagens de navios negreiros, acessível pelo site <http://www.slavevoyages.org/>, entre 1580 e 1700, 144.203 pessoas foram colocadas na condição de escravizados e comercializadas a partir dos portos da Senegâmbia, como mostrado na Tabela 1:

Tabela 1: Número de escravizados exportados dos portos da Senegâmbia entre 1580 e 1700

	Senegambia and off-shore Atlantic	Totais
1581-1590	2.729	2.729
1591-1600	5.370	5.370
1601-1610	9.991	9.991
1611-1620	8.541	8.541
1621-1630	6.652	6.652
1631-1640	4.562	4.562
1641-1650	24.476	24.476
1651-1660	17.723	17.723
1661-1670	6.407	6.407
1671-1680	13.267	13.267
1681-1690	21.927	21.927
1691-1700	22.558	22.558
Totais	144.203	144.203

Fonte: Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/estimates/IG8ByMuE>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

Estes números nos dão um indicativo do volume de venda de escravizados. Porém, é importante ressaltar, que “em geral, a dependência de métodos quantitativos depende da abrangência de burocracias europeias imperfeitas”¹³⁵ (GREEN, 2012, p. 8). Ou seja, não quantifica um volume relevante de comércio que era feito às margens do controle europeu. O número de escravizados apontado pela base de dados de Eltis e Halbert, portanto, é unicamente aquele quantificado pela administração europeia, não levando em consideração o volume comércio tido como “ilegal” pelos europeus.

Pelos dados da tabela 1, embora imperfeitos, percebemos um salto do número de pessoas escravizadas que eram comercializadas a partir dos portos senegambianos a partir de 1640, momento em que subiu em mais de sete vezes os números legais. Atribuímos este fator ao fortalecimento e consolidação da presença comercial de outras nações europeias (ingleses, franceses e holandeses) comercializando na Senegâmbia, que não os pioneiros ibéricos:

¹³⁵ Tradução nossa: In general, a reliance on methods depends on the comprehensiveness of imperfect European bureaucracies.

Tabela 2: Compra de escravizados nos portos da Senegâmbia por cada nação europeia entre 1580 e 1700

	Espanha / Uruguay	Portugal / Brasil	Grã-Bretanha	Países Baixos	EUA	França	Dinamarca / Báltico	Totais
1581-1590	1.365	1.365	0	0	0	0	0	2.730
1591-1600	2.685	2.685	0	0	0	0	0	5.370
1601-1610	4.995	4.995	0	0	0	0	0	9.990
1611-1620	4.210	4.330	0	0	0	0	0	8.540
1621-1630	3.326	3.326	0	0	0	0	0	6.652
1631-1640	2.281	2.281	0	0	0	0	0	4.562
1641-1650	7.343	9.755	6.075	0	371	932	0	24.476
1651-1660	8.727	2.275	5.520	846	0	355	0	17.723
1661-1670	1.494	0	2.249	2.314	0	351	0	6.408
1671-1680	1.761	283	1.608	4.655	0	4.960	0	13.267
1681-1690	692	433	10.810	612	0	8.421	958	21.926
1691-1700	0	2.455	13.603	0	0	5.697	803	22.558
Totais	38.879	34.183	39.885	8.427	371	20.716	1.761	144.202

Fonte: Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/estimates/NeqPpBtK>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

De acordo com a Tabela 2, a partir de 1640, ingleses, holandeses e franceses passaram a se engajar de maneira mais profunda na comercialização de pessoas na Senegâmbia. O volume do tráfico atlântico de pessoas comercializadas aumento em consonância com o aprofundamento da presença europeia, sobretudo a partir da construção dos enclaves comerciais. Esta dinâmica é vista por Boubacar Barry como causa dos principais elementos para uma reformulação do mapa político senegambiano:

A reformulação da paisagem política andava de mãos dadas com o ressurgimento da violência entre os Estados e o desenvolvimento do tráfico de escravos, o que acelerou o desmembramento político da Senegâmbia. Isso coincidiu com a chegada dos holandeses, ingleses e franceses, que consolidaram sua presença no litoral senegambiano a partir da segunda metade do século XVII, rompendo o monopólio português. De fato, o comércio de escravos, que se tornou a pedra angular do mercantilismo colonial, após o desenvolvimento da indústria açucareira no Novo Mundo, acelerou a divisão da Senegâmbia em zonas de influência através da construção de postos comerciais fortificados ao longo da costa¹³⁶ (BARRY, 2002, p. 46).

Discordamos da assertiva de Barry sobre a existência de um “monopólio português”, pois outras nações europeias ainda não participavam ativamente no comércio atlântico na

¹³⁶ Tradução nossa: The reshaping of the political landscape went hand in hand with resurgent violence between states and the development of the slave trade, which accelerated the political dismemberment of Senegambia. This coincided with the arrival of the Dutch, the English, and the French, who consolidated their presence on the Senegambian coast from the second half of the seventeenth century, cracking the Portuguese monopoly. Indeed, the slave trade, which become the cornerstone of colonial mercantilism, following the development of the sugar industry in the New World, hastened the partition of Senegambia into zones of influence through the construction of fortified trading posts along the coast.

Senegâmbia. Além disso, neste de uma maior presença portuguesa, em relação a outras nações europeias, o comércio por vias atlânticas não impediu a existência de outras formas de trocas mercantis de longa distância na Senegâmbia, como o comércio saariano. Nem em escala virtual, o chamado monopólio português existiu entre 1580 e 1700. Porém, concordamos que o comércio atlântico propiciou mudanças no mapa político Senegambiano (MALACCO, 2017, p. 152-157).

Os enclaves comerciais se tornaram locais de armazenamento de pessoas que seriam comercializadas com agentes externos por vias atlânticas. Contudo, notamos que esses enclaves não eram utilizados apenas para armazenamento e posterior comercialização de outros produtos comprados e vendidos no tráfico atlântico-senegambiano. Segundo François Froger, após os franceses terem atacado e tomado o forte inglês de Saint James:

Nos aproximamos para tomar mais facilmente os bens, que tivemos que embarcar em nossos navios: eles constituíam em algumas peças de canhão, muitas armas, marfim, cera, vasilhas de pedra e cobre, folhas, panos da Índia, tela, coral, vidro, e outras coisas semelhantes, que são traficadas no país¹³⁷ (FROGER, 1698, p. 36).

Como se percebe, além do marfim e da cera, produzidos pelos senegambianos e comprados pelos europeus, produtos estrangeiros trazidos pelos europeus para comprar pessoas e mercadorias, como vidro e coral também eram armazenados nos enclaves.

Impulsionadores de uma nova demanda por escravizados, os europeus não estiveram livres de serem vítimas do processo de escravização que intensificaram. Segundo Michel de La Courbe,

Quando fomos a Maca¹³⁸, alguns negros me levaram a vender um homem branco que parecia um mouro e, como me recusei a comprá-lo, disseram-me que ele era cristão. Eles o fizeram entrar no meu barco sendo informado de quem ele era, ele me disse que era espanhol, nativo das Canárias, que, tendo chegado naqueles navios com que íamos aos córegos, tinha sido tomado pelo Mouros, e como ele era muito jovem, eles o mantiveram cuidadosamente, o circuncidaram e o criaram na lei maometana, que, desde aquela época, ele não tinha conseguido encontrar nenhuma oportunidade favorável para se salvar antes disso. Quando chegaram a uma aldeia dos negros e ele disse que ele era cristão, trouxeram-na para mim, dei-lhes o

¹³⁷ Tradução nossa: “Nous nous approachâmes pour prendre plus facilement les Marchandises, que nous devons embarquer dans nos Vaisseaux : elles constitoient en quelques pieces de Canon, beaucoup d’Armes, du Morphil, de la Cire, des Vaisseles d’Etain & de Cuivre, des Draps, de Indiennes, des Toiles, du Corail, de la Rassade, & autres choses semblables, qu’on trafique dans le pais ”

¹³⁸ Localidade no interior senegambiano, às margens do rio Senegal.

valor de dois cativos e levei-o para a casa. Fiquei sabendo depois que parti que ele morreu como um bom cristão¹³⁹ (LA COURBE, 1685, p.183-184).

Citamos este exemplo para argumentar da violência e da profundidade que a escravidão tomou após a inserção da Senegâmbia em um mercado atlântico ávido pela busca de escravizados. Além da possibilidade da escravização de cristãos brancos, La Courbe nos deixou outro registro sobre o aprofundamento da lógica escravista na Senegâmbia e como isso poderia afetar diretamente os europeus:

Poucos dias depois, vieram me falar que um prisioneiro que os alcaides de Rufisque haviam trazido para me vender, me conhecia e estava me pedindo resgate. Fui ver o que era e fiquei muito surpreso quando vi que era o manobrista de Sr. Pigniere que havíamos deixado doente em Porto D’Ale que, tendo vindo por terra, para Rufisque planejava ir à Gorée para nos dar notícias ao seu mestre, foi levado em cativo pelos alcaides do Rei Damel que descaradamente o trouxeram para vender¹⁴⁰ (LA COURBE, 1685, p. 264).

Como se percebe, o agente local que estava trabalhando como marinheiro e, possivelmente, tradutor para um francês havia sido preso e escravizado. Sabendo da presença de La Courbe em um porto próximo, este agente local pediu para vê-lo para tentar conseguir ser libertado, o que de fato ocorreu.

Outro francês, Jacob Le Maire, também escreveu sobre os problemas que os europeus poderiam passar pela sua inserção na lógica escravista que eles mesmos, com sua demanda, aprofundaram na Senegâmbia: “dois meses atrás, eles [caravaneiros do sahel que comercializavam goma arábica] levaram um marinheiro que sabia árabe, e um dos capitães da Companhia tinha enviado a Arguim, e eles pediram nada menos que cinquenta escravos em troca”¹⁴¹ (LE MARIE, 1695, p. 78). Esse excerto é muito significativo para o que estamos argumentando aqui. O marinheiro, que havia sido preso e levado como escravizado por

¹³⁹ Tradução nossa: “Lorsque nous fusmes vers Maca, quelques nègres m'amenèrent a vendre un homme blanc qui avoit la mine d'un Maure, et comme je refusois de l'acheter, ils me dirent qu'il estoit chrestien : l'ayant fait entrer dans ma barque et m'estant informé de luy qui il estoit, il me dit qu'il estoit espagnol, natif des Canaries, qu'estant venu dans ce navire que nous avons it qui avoit mit case aux Maringouïns, il avoit esté pris par les Maures et, comme il estoit fort jeune, ils le gardèrent soigneusement, le firent circonciare et relevèrent dans la loy mahometane, que, depuis ce tems la, il n'avoit pu trouver aucune occasion favorable de se sauver avant celle cy, qu'estant venu dans un village de nègre et leur ayant dit qu'il estoit chrestien, ils me l'avoient amené : je leur en donnay la valeur de deux captifs et l'enmenay a l'habitation ; j'appris depuis que j'en fus party, qu'il y estoit mort en bon chrestien.”

¹⁴⁰ Tradução nossa: “Quelques jours après, on vint avertir qu'un captif que les alquiers de Rufisque avoient amenés pour vendre me connoissoit et se reclamoit de moy. J'allay voir ce que c'estoit et fus bien surpris lorsque je vis que c'estoit le valet du Sr Pigniere que nous avions laissé malade a Portudal qui, étant venu par terre, jusqu'à Rufisque a dessein de passer a Gorée pour nous donner des nouvelles de son maitre avoit été pris captif par les alquiers du Roy Damel qui effrontément nous l'amenoié vendre”.

¹⁴¹ Tradução nossa: “Il y a deux mois qu'ils ont pris un Matelot qui sçait l'Arabe, & qu'un des Capitaines de la Compagnie avoit envoyé à Arguin, & ils ne demandent pas moins que de cinquante Esclaves en échange”

caravaneiros sahelianos, só foi libertado com o pagamento, justamente, em outros escravizados. Isso elucida as proporções que o comércio de escravizados tomou na Senegâmbia.

Ao contrário do couro e do marfim, que não conseguimos identificar o curso final, podemos verificar com maior grau de segurança o destino das pessoas comercializadas como escravizadas, graças à base de dados do Slave Voyage

Tabela 3: Grandes regiões de desembarque de escravizados comercializados na Senegâmbia por 1580 e 1700

	Europa	América Setentrional Continental	Caribe britânico	Caribe francês	Américas holandesas	Índias Ocidentais dinamarquesas	Spanish Americas	Brasil	Totais
1581-1590	0	0	0	0	0	0	2.729	0	2.729
1591-1600	0	0	0	0	0	0	5.370	0	5.370
1601-1610	0	0	0	0	0	0	9.991	0	9.991
1611-1620	120	0	0	0	0	0	8.421	0	8.541
1621-1630	0	0	0	0	0	0	6.652	0	6.652
1631-1640	0	0	0	0	0	0	4.562	0	4.562
1641-1650	0	0	6.402	0	0	0	9.266	8.808	24.476
1651-1660	0	0	5.875	0	58	0	11.790	0	17.723
1661-1670	0	2.249	0	2.063	444	0	1.652	0	6.408
1671-1680	1.250	374	990	4.087	4.112	244	1.761	450	13.268
1681-1690	0	1.830	9.808	7.743	612	1.125	692	117	21.927
1691-1700	0	2.834	10.311	4.358	0	803	1.797	2.455	22.558
Totais	1.370	7.287	33.386	18.251	5.226	2.172	64.683	11.830	144.205

Fonte: Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org/estimates/tvP3HtHf>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2019.

A maior parte dos escravizados senegambianos, entre 1580 e 1700, desembarcaram na América espanhola, Caribe britânico, Caribe francês e Brasil. Contudo, a partir de 1650, o volume de escravizados desembarcados na América espanhola caiu bastante em comparação ao Caribe britânico e francês, corroborando nossa afirmação de maior participação de, principalmente, França e Inglaterra no tráfico atlântico senegambiano. A Tabela 3 mostra que 2455 pessoas escravizadas da Senegâmbia foram desembarcadas no Brasil, na última década do século XVII.

Entre 1580 e 1700, o comércio atlântico de pessoas teve franca expansão na Senegâmbia. A insaciável sede por escravizados por parte dos agentes atlânticos, aos poucos, foi condicionando a economia senegambiana a girar em torno da escravidão. No século que se segue, o volume de pessoas escravizadas ainda se multiplica exponencialmente.

3.4 Outras mercadorias

O comércio de couro, marfim e pessoas escravizadas ocupou uma posição considerável dentre as mercadorias exportadas pelos povos senegambianos. Não era, contudo, as únicas mercadorias exportadas. O comércio atlântico na Senegâmbia era multifacetado com relação aos produtos que eram envolvidos em trocas mercantis. Nesse sentido, a intenção deste tópico é situar outros importantes produtos de exportação da Senegâmbia, nomeadamente a cera, penas de avestruz, âmbar cinza, alimentos, madeira e água, as chamadas “mercadorias do dia a dia”, por Michel Tuck (2012, 285-286).

Cera

Havia cera produzida por abelhas em abundância na Senegâmbia, como registraram os viajantes. André Almada afirma que no local há “muita cera, e posto que não façam colmeias são tantas as abelhas, e o mato tanto, que por essa causa há muito mel e cera” (ALMADA, 1594, p. 272). A importância do produto na região, aliás, era tamanha que La Courbe escreveu que a cera era a principal mercadoria comprada por ingleses que viviam no local: “os ingleses costumam manter uma cabana neste país onde se faz grande quantidade de cera, couro, marfim, cativos e um pouco de ouro; mas especialmente cera” (LA COURBE, 1685, p. 205).

La Courbe informa a possibilidade de adquirir os produtos com os felupes: “todo este país é cercado por água, e estas árvores nascem, ou as abelhas fazem o seu mel, e é por isso que este é um grande negócio de cera; os povos deste país são felupes”¹⁴² (LA COURBE, 1685, p, 204). Os povos locais tinham conhecimento da necessidade da preservação de algumas espécies de planta onde era comum que as abelhas fizessem colmeia, a exemplo de Sanare, que havia no território do Ualo:

O sanare [tipo de árvore] também está nos lugares úmidos; mas ele não tem o pé na água, ele fica alto como uma grande pereira e tem folhas como o oleandro e uma pequena flor branca que cheira muito bem. Seu tronco e galhos são tortos e a madeira é dura e limpa e pode fazer com que os barcos durem muito; mas como as abelhas fazem seu mel entre estas árvores, os

¹⁴² Tradução nossa: “Tout ce pays est entouré d'eau et de ces arbres noyez ou les abeilles font leur miel, ce qui est cause qu'on fait en ce lieu la un grand commerce de cire”.

negros não permitem que sejam facilmente cortadas¹⁴³ (LA COURBE, 1685, p. 49-50).

Conforme discutiremos adiante, a madeira também era um produto procurado na costa senegambiana, sendo utilizada principalmente para o conserto de embarcações. Porém, esta árvore em específico, os jalofos não permitiam que fosse cortada, por ser comum que abelhas a utilizassem para viver. Isso mostra a importância dada a preservação das abelhas e de um possível uso de mel e cera na Senegâmbia, além de serem produtos de exportação.

Devido a sua abundância, a cera tornou-se um dos principais produtos comercializados com as rotas atlânticas, principalmente no rio Gâmbia. A cera era utilizada, mormente, para a confecção de velas, portanto, era um produto muito procurado pelos europeus.

Penas de avestruz

As penas de avestruz aparecem bastante nas fontes francesas. Tudo indica que o interesse por este produto está relacionado ao comércio de produtos ditos “de luxo”. Dentre outros usos, penas de avestruz eram utilizadas como penas de escrever, estofamento de travesseiros e ornamentos na Europa.

Francisco Lemos Coelho faz uma relação direta entre franceses e o comércio do produto:

Também vem a este porto [Rufisque] todos os anos uma nau de França, e muitas vezes, de mil toneladas para cima, as quais fazem quando vem, e vão escala no rio Senegal, que está em obra de 30 léguas para o nordeste de Cabo Verde, as quais naus põem também feitoria em terra, e o mesmo fazem em Porto D’Ale e Joala, trazendo lanchas para a condução dos couros, que lhe fazem nos ditos portos [...] e quando se recolhem estas naus vão acabar de carregar ao dito porto de Senegal em que dizem tem o francês uma grande feitoria, digo, fortaleza, com infantaria e alguns cavalos da terra [...] e deste rio tira o principal negócio, que são muitas plumas de uma ave que chamam Ema¹⁴⁴ (COELHO, 1669, p. 8).

¹⁴³ Tradução nossa: “ Le sanare vient aussy dans les lieux humides ; mais il n'a pas le pied dans l'eau, il devient haut comme un grand poirier et a les feuilles comme le laurier-rose et une petite fleure blanche qui sent fort bon. Son tronc et ses branches sont tortues et le bois en est dur et propre a faire des membres de barque qui durent longtems ; mais, comme les abeilles font leur miel parmy ces arbres, les nègres ne permetlent pas facilement qu'on les coupe”.

¹⁴⁴ Um equívoco por parte de Donelha. Ele provavelmente dizia a respeito de avestruzes, uma vez que ema é uma ave nativa da América do Sul.

De fato, o francês Claude Jannequin afirmou a possibilidade de se comprar o produto nas terras do Kaajor (JANNEQUIN, 1643, p. 66-67) e Nicholas Villaut escreveu sobre o comércio de penas em Rufisque (VILLAUT, 1669, p. 59). Além da pena do avestruz, La Courbe escreveu sobre ter recebido de presente de um mercador “mouro” penas e ovos da ave: “um mouro chegou do lago Cayor, que me trouxe duas sacolas cheios de penas de avestruz. Elas são lindas, geralmente temos 30 brancas, cada um com seu cacho preto, pelo valor de um quintal de goma. Ele me fez de presente uma dúzia de ovos de avestruz”¹⁴⁵ (LA COURBE, 1685, p. 173).

Âmbar cinza

Outro produto advindo do extrativismo era o âmbar cinza. Trata-se de uma substância cerosa, produzida a partir do processo de digestão da baleia chamada cachalote, quando esta expele o que não consegue digerir.

André Almada, ao descrever relações com o Damel do Kaajor, de que o mandatário tinha plena noção da procura e do valor dado pelos agentes atlânticos pelo âmbar cinza:

Nesta costa se acha muito âmbar, e o Rei do sertão dela tem muita quantidade dele, porque de todo o que acham os negros lhe dão sua parte, e tem tanta quantidade, que tem dentro nos seus paços feito um modo de casa de barro, como forno de cozer pão, e o tem cheio dele e em muita estima, dizendo que é cousa que vale muito entre nós (ALMADA, 1594, p. 254).

O Damel guardava o âmbar porque sabia que era valioso para os estrangeiros, e recolhia parte do âmbar cinza que seus súditos encontravam nas praias. Isso é um indicativo de que, apesar de ser proveniente de uma lógica de extrativismo, o âmbar era de alguma forma taxado por mandatários senegambianos.

Alexis de Saint Lô afirmou que o âmbar poderia ser mobilizado como presente diplomático. Em conversa do Damel do Kaajor com Emery de Caen, capitão da embarcação na qual o capuchinho viajava, o mandatário jalfofo perguntou o que ele poderia enviar ao rei da França como presente e prova de sua boa disposição à amizade e comércio. “O senhor de Caën respondeu que o rei tinha de tudo e não lhe faltava nada, mas que, se ele quisesse

¹⁴⁵ Tradução nossa: “un Maure du lac de Cayare qui m'apporta deux toulons pleins de plumes d'autruche. Lorsqu'elles sont belles, nous en avons d'ordinaire 30 blanches, avec chacune leur paquet de noires, pour la valeur d'un quintal de gomme, qui vaut dans le pays environ 8 tranes. Il me fit aussy présent d'une douzaine d'oeufs d'autruche”

enviar-lhe alguns pedaços grandes de âmbar cinza, ele pensava que poderiam agradar-lhe” (SAINT LO, 1637, p, 44).

Na tabela em que fez a conversão de mercadorias compradas na costa senegambiana, o flamengo Pieter Van Den Broecke afirmou que o quintal de âmbar cinza poderia valer entre quatorze e dezesseis barras de ferro, sendo o único produto mapeado a ter valor que poderia se igualar ao marfim (BROECKE, 1606, p. 42). Considerado um produto de luxo, era utilizado como produto com propriedades medicinais e como odorizador para perfumes, mirra e incenso.

Madeira e água

Por fim, ressaltamos que mesmo o acesso dos europeus à madeira da região da Senegâmbia para o conserto de barcos. O relato do navegante germânico Otto Friedrich Von den Groeben é bem elucidativo neste sentido:

Quando nos ancoramos no local de abastecimento de água desta localidade [na região de Serra Leoa], com todo o despacho nós estocamos no nosso madeira e água. Depois eu fui com um número de jovens nobres no assentamento que era muito próximo do local de abastecimento de água. Ali eu conheci o Capitão Água Jan Thomas, com mais de quarenta ou trinta mulheres, e nos servimos com o conhaque que tínhamos conosco. O Capitão Água falava um pouco de germânico, consistindo principalmente nas frases curtas padrão: “Trovão [e] Sacramento! A mim, capitão Jan Thomas, deve pagar por madeira e água” [...] No terceiro dia depois de nossa chegada, o senhora acima mencionado Capitão Água Jan Thomas veio a bordo para receber o pagamento por sua água e madeira, pelo qual nós demos meio quarto de conhaque e algumas garrafas de vinho. **Para demonstrar o homem respeitável que ele era, ele nos mostrou várias notas de recomendação de diferentes barcos**¹⁴⁶ (JONES, 1980, p. 24 e 26).

Pelo excerto percebemos que para abastecer o navio de água e madeira, o germânico foi obrigado a pagar ao “capitão d’água” no “assentamento dos negros” um valor em conhaque e garrafas de vinho. Não foi um caso isolado. Na parte que deixamos destacada, Jan

¹⁴⁶ Tradução nossa: “When we anchored at the watering-place of this locality, with all dispatch we stoked our ship with wood and water. Then I went with a number of young nobleman into the negro settlement which lay very close to the watering-place. Here we met the Water-Captain Jan Thomas, with about forty man and thirty women, and we server them with the brandy we had with us. The water-captain spoke a little German, consisting mainly of the short standard phrases: “Thunder [and] Sacrament! To me, Captain Jan Thomas, must pay for wood and water!” [...] The third day after our arrival, the aforementioned Mr. Water-Captain Jan Thomas Came aboard to receive the payment for his water and wood, for which we gave half a quarter of brandy and few bottles of wine. To demonstrate how respectable man he was, he showed us various notes of recommendation from different ships.”

Thomas mostrou a “nota de recomendação” de vários outros navios que lhe pagaram também pela água e madeira. O fato dos europeus terem que pagar os direitos para o uso destes básicos itens confirma que o controle político e econômico do território senegambiano realmente pertencia aos mandatários locais.

Conclusão

Este capítulo apresentou os principais produtos vendidos pelos povos senegambianos para agentes atlânticos. Os produtos eram frutos do extrativismo, plantio, criação e organização social dos senegambianos.

Conforme argumentamos, estes produtos não eram alheios a uma lógica externa da própria região. Os produtos apresentados aqui já eram colhidos, caçados ou capturados antes da presença europeia na Senegâmbia. Porém, a partir do momento que houve uma demanda atlântica, os senegambianos se organizaram comercialmente para proporcionar esta oferta. Esta constatação evidenciou como pessoas e unidades políticas, faziam para se posicionar política, social e economicamente diante de novas possibilidades de comércio.

Ao analisar o comércio atlântico na Senegâmbia entre 1580 e 1700, é importante ir além do comércio de pessoas escravizadas. O infame comércio pode e deve ser analisado, uma vez que é um dos maiores traumas da história da humanidade e fez parte das redes comerciais na Senegâmbia. Porém, ao olharmos para o comércio atlântico-senegambiano apenas por este aspecto, incorremos no risco de pensar este espaço apenas pelo prisma da escravidão. Na era Moderna, a Senegâmbia, e a África como um todo, eram muito mais do que um repositório de pessoas escravizadas para atender os interesses de uma demanda atlântica. Era um local com dinâmica própria, com agentes próprios, que foi conformador e não mero espectador da confecção do mundo atlântico.

]

Capítulo IV

A Senegâmbia como Destino: Mercadorias de Importação

Introdução

Nas fontes constam dezenas de diferentes produtos listados como mercadorias, levadas pelos agentes atlânticos aos portos e enclaves comerciais da Senegâmbia. A meta deles era trocar tais produtos pelas mercadorias locais. Na análise empírica das fontes, algumas mercadorias se destacaram enquanto produtos de importação por parte dos agentes senegambianos. Nomeadamente, ferro, cavalo, armas brancas e de fogo, algodão e panos. Estas mercadorias são as que são mais nominalmente citadas nas fontes, ao longo do período entre 1580 e 1700. Os três objetivos deste capítulo são: identificar as mercadorias que agentes senegambianos compravam nas trocas comerciais com agentes atlânticos, perceber os interesses dos agentes senegambianos pelas mercadorias importadas e como se davam os usos internos deste produtos.

No tópico 4.1, discutimos que os povos da Senegâmbia já tinham acesso ao ferro produzido localmente antes da chegada dos europeus. O ferro não era uma novidade nas redes mercadológicas senegambianas no século XV. Além disso, a oferta da mercadoria por vias atlânticas não interrompeu a produção interna da mercadoria na Senegâmbia. As sociedades de castas eram separadas e endogâmicas dentre aqueles que sabiam manejar o material. Assim, os ferreiros tinham *status* social diferenciado do restante da sociedade. A mercadoria era utilizada para a confecção de ferramentas agrícolas e de armas, além de ser parte importante em práticas rituais locais. O ferro foi utilizado como mercadoria de lastro nas trocas entre agentes europeus e senegambianos. Argumentamos que, este produto já existia nas redes internas à região, mas a oferta atlântica aumentou consideravelmente a circulação deste produto nas redes senegambianas. A importação do ferro impulsionou o aumento da produção agrícola na região e ampliou a oferta de pessoas para a sedenta demanda atlântica.

No tópico 4.2, discutimos a importação, por parte dos agentes atlânticos, de Cavalos, Armas e Pólvora. Optamos por fazer a discussão destas mercadorias em um mesmo tópico pelo seu uso ser eminentemente militar na Senegâmbia. Argumentamos que o comércio de cavalos já era recorrente por vias saarianas na Senegâmbia, que não foi descontinuado pela oferta atlântica da categoria. Demonstramos que os cavalos foram importados, por vias atlânticas, principalmente no século XVI e a presença do arquipélago de Cabo Verde, na criação de cavalos que eram levados para serem vendidos na Senegâmbia. Evidenciamos que a importação de cavalos por povos costeiros na região foi elemento constitutivo para

mudanças que ocorreram no mapa político senegambiano entre os séculos XV e XVII. Em seguida, discutimos a importação de armas brancas, armas de fogo e de pólvora pelas vias atlânticas por parte de agentes senegambianos. Debates como este comércio era capitaneado principalmente por judeus e cristãos-novos instalados na Senegâmbia, a partir de suas ligações com agentes que mobilizavam redes de produção de armas tanto em Portugal quanto em outros lugares da Europa. Argumentamos que armas de fogo e pólvora foi crescendo ao longo do século XVII, a despeito de qualquer tentativa de proibição por parte de governos europeus. Evidenciamos, por fim, que pelo uso eminentemente militar do cavalo e das armas, sua direta ligação com o aumento da oferta de pessoas escravizadas às redes atlânticas.

No tópico 4.3, discutimos a importação, por vias atlânticas, de algodão e de panos por agentes senegambianos. Assim como nos casos anteriores, algodão e panos eram produtos já existentes na Senegâmbia antes da chegada dos europeus. Mais que isso, os agentes atlânticos compravam algodão e tecidos produzidos em locais específicos da própria Senegâmbia para vender em locais que não tinham essa produção. Evidenciamos, com base nas fontes que consultamos e na historiografia especializada, os agentes que produziam algodão e o manufaturavam internamente à região, além do fato de que estas eram mercadorias que já eram vendidas na Senegâmbia por vias atlânticas. Debates o uso interno do algodão e dos panos na Senegâmbia, majoritariamente na produção de roupas e que as indumentárias podiam denotar a posição social dos agentes que a utilizavam. Mostramos como o arquipélago de Cabo Verde, assim como no caso da criação de cavalos, foi utilizado como centro de plantação de algodão. Evidenciamos que, assim como o ferro, os tecidos tinham tamanha importância que chegaram a ser utilizados como mercadoria de lastro nas trocas comerciais na Senegâmbia. Por fim, argumentamos que embora não seja um produto que diretamente seja capaz de produzir escravizados a partir de sua utilização, a sua intensa demanda interna fez com que os agentes atlânticos se tornassem ávidos pelo acesso a regiões produtoras de algodão e de panos, para comprá-los e trocar, posteriormente, por pessoas escravizadas.

Por fim, no tópico 4.4, debatemos as outras mercadorias que eram vendidas na Senegâmbia, que conceituamos como “mercadorias do dia a dia”. Dado o fato de que, embora sejam citadas em menor proporção do que as mercadorias que debatemos nos tópicos anteriores, as contas de vidro se tornaram o fio condutor deste tópico, por serem mercadorias importantes e recorrentes em todo o período que abarca esta tese (1580-1700). Evidenciamos a infinidade de mercadorias que eram importadas pelos agentes senegambianos pelas vias

atlânticas e o uso interno que os agentes senegambianos faziam destes produtos. Argumentamos que a existência desta infinidade de mercadorias que circulavam por vias atlânticas na Senegâmbia é uma prova da inexistência de capacidade de imposição, por parte dos agentes atlânticos, de padrões comerciais aos comerciantes senegambianos. Concluimos demonstrando que não havia muitas opções aos agentes atlânticos que não fosse se adequar às demandas mercadológicas senegambianas.

Apesar deste capítulo ter buscado evidenciar quais as mercadorias eram mais recorrentes enquanto mercadoria de importação atlântica, não queremos aqui construir um padrão irreal de trocas comerciais, baseados em uma troca de mercadorias específicas por outras mercadorias específicas. O comércio atlântico na Senegâmbia é multifacetado, diverso em relação aos agentes e mercadorias que nele circulavam, e qualquer tentativa de limitação deste comércio a padrões específicos incorre no risco da generalização e no apagamento da diversidade regional senegambiana.

4.1 – Ferro

O ferro é um item essencial para a conformação das relações econômicas, políticas e sociais na Senegâmbia. O acesso ao produto não constitui, contudo, uma novidade. Além de uma mercadoria que já era comercializada por vias saarianas, também havia uma produção interna do material na África Ocidental. O minério de ferro e o carvão necessário para sua fundição, era disponível em toda a África Ocidental, onde se conhecia as técnicas para trabalhar o minério desde antes da era cristã (CURTIN, 1975, p. 207). O trabalho com o ferro era praticado no alto curso do Rio Níger do rio Níger, mas alguns autores atribuem esta *expertise* de transformar o minério em ferro aos povos do norte da África¹⁴⁷ (BROOKS, 1993, p. 51).

Algumas sociedades que sabiam manejar o ferro, possuíam castas endogâmicas de ferreiros. Nestas sociedades, os ferreiros tinham *status* social diferenciado do restante da sociedade. De um modo geral, a historiografia atribui a origem da manufatura do ferro ao Norte da África e Oeste, especialmente aos povos islamizados, organizados em castas. Dentre os mandingas, os ferreiros detinham segredos de como se trabalhar o ferro e possuíam um *status* social destacado do restante da sociedade.

Para alguns autores, a relevância dos ferreiros, foi um dos motivos para que os povos costeiros da Senegâmbia tenham assimilado elementos da cultura mandinga após a expansão deste povo, partindo do Mali até a costa atlântica da região. Segundo Green:

Embora o poder econômico e político dos mandingas deva ter constituído um fator importante nesse processo, não devemos perder de vista o poder ritual percebido dos mandingas e particularmente de seus ferreiros. Os poderes mágicos que residem nas associações de poder formadas pelos ferreiros mandingas certamente influenciaram a aceitação dos costumes mandingas (GREEN, 2012, p. 53)¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Embora queira crer que não seja o caso de George Brooks nesta passagem, é muito comum na historiografia Ocidental se atribuir que conhecimentos de técnicas e tecnologias empregadas na África subsaariana tenham sido importadas de outras regiões, num movimento que Valentim Mudimbe chama de etnocentrismo epistemológico. Segundo o autor, isso advém da prática em que nunca se crê que o “negro selvagem” tenha alguma capacidade criativa, tendo importado seus conhecimentos técnicos e tecnológicos do “maometano civil” ou mesmo que um “viajante gaulês” tenha visitado algum povo da África subsaariana para lhe levar “conhecimento” (MUDIMBE, 1988, p. 29-32)

¹⁴⁸ Tradução nossa: Although the economic and political power of the Mandinka must have constituted a major factor in this process, we must not lose sight of the perceived ritual power of the Mandinka and particularly their smiths. The magic powers held to reside with the power associations formed by Mandinka smiths would certainly have influenced the acceptance of Mandinka customs.

Era atribuído poder ritual e mágico ao ferreiro, dado a relevância ao seu trabalho. Ter pessoas que sabiam manejar o minério de ferro em uma sociedade era tão importante, que este fato foi um elemento que facilitou a aceitação e acomodação dos costumes mandingas dentre outros povos. Para Brooks (1993, p. 73-4), os ferreiros auxiliaram na preservação dos costumes sociais e culturais mandinga na expansão para a Senegâmbia e, dado seus poderes, se tornaram líderes dos núcleos de povoação mandinga. A expansão mandinga foi facilitada pelo fato de não ter evidência da existência de uma casta separada de ferreiros dentre outros povos senegambianos que viviam mais próximos à costa; e nem indícios da produção de ferro autóctone. Philip Curtin afirma que:

Um enigma da produção de ferro da Senegâmbia é o fato de que a fundição parece ter sido confinada ao interior. Muitos viajantes descreveram os altos fornos de Bambuhu, Gajaaga, Fuuta Tooro e Bundu, mas os relatos de trabalhos de ferreiros mais próximos da costa ou são omissos sobre a origem do ferro ou dizem explicitamente que foi importado. Os jalofos, sereer e mandingas do Gâmbia podem ter tido seus próprios centros de fundição, mas devem ter sido em um passado distante, se muito. No século XVI, os estados costeiros importavam ferro de seu próprio interior, além de comprá-lo dos europeus. Nenhuma das evidências sugere que a costa já produziu ferro, mas depois foi expulsa do mercado pelo produto europeu mais barato (CURTIN, 1975, p. 210)¹⁴⁹.

Ezra Fields-Black concorda com Curtin, afirmando que, nas fontes que consultou, percebeu em Serra Leoa os habitantes careciam da tecnologia de fundição de ferro e que se houvesse minério de ferro nativo daquela região, ele seria de menor qualidade (FIELDS-BLACK, 2008, p. 100-101). A autora possui argumentação semelhante para a atual Guiné Bissau, e que os sosos que teriam levado a tecnologia de fabricação de ferramentas de ferro para a região (FIELDS-BLACK, 2008, 142) pelo fato de haverem migrado de uma região possuidora de depósitos de minério de ferro (FIELDS-BLACK, 2008, p. 144).

Por outro lado, Lucas Aleixo Pires dos Reis, analisando excertos do relato de Valentim Fernandes, datados do início do século XVI, afirma “podemos perceber o uso do ferro na região do rio Grande e, além disso, temos a informação da origem do ferro de uma qualidade superior. A região de Serra Leoa então, ao contrário de uma região que não apresentava

¹⁴⁹ Tradução nossa: One puzzle of Senegambian iron production is the fact that smelting seems to have been confined to the interior. Many visitors described the high furnaces of Bambuhu, Gajaaga, Fuuta Tooro, and Bundu, but the reports of smiths' work nearer the coast are either silent about the source of the iron or say explicitly that it was imported. The Wolof, Sereer, and Gambia Malinke may once have made their own, but it must have been in the distant past, if ever. By the sixteenth century, the coastal states imported iron from their own hinterland as well as buying it from the Europeans. None of the evidence suggests that the coast once produced iron but was then driven out of business by the cheaper European product (CURTIN, 1975, p. 210).

produção em ferro, foi um lugar que possuía uma qualidade de forja superior do mesmo” (REIS, 2020, p. 167).

Nossa pesquisa revela que os indícios de regiões mineradoras que extraíam ferro na região costeira da Senegâmbia são fragmentados e insuficientes para afirmações concretas. Concordo com Fields-Black sobre a necessidade de pesquisas arqueológicas em Serra Leoa para fazer chegarmos a conclusões mais contundentes sobre a presença de espaços em que se praticava a extração de minério de ferro em Serra Leoa. Independentemente da região em que se extraía o ferro ou de qual povo o fundisse, há dois fatos centrais para essa tese: o ferro circulava no espaço senegambiano tanto antes quanto depois do comércio atlântico; e a produção de ferro na África Ocidental não foi interrompida a partir do momento em que se foi possível obter a mercadoria por vias atlânticas (CURTIN, 1975, p. 210).

Continuidade da produção de ferro na Senegâmbia e usos locais

O ferro foi uma das principais mercadorias de circulação atlântica na Senegâmbia, tanto o importado quanto o produzido localmente. A continuidade da produção do ferro na região costeira da Senegâmbia depois do século XVI foi evidenciada por vários autores. Richard Jobson registrou a troca de mercadorias entre ele e o bixirin¹⁵⁰ Buckor Sano:

Buckor Sano (...) desejou ver todas as mercadorias que tínhamos, das quais ele gostou bastante, e enquanto que achávamos que o ferro deveria ser muito desejado, nos vimos que isso não aconteceu, ele nos dizendo que o povo que era seu vizinho possuía o conhecimento de como fazê-lo, mas para algum de nosso ferro procurei arrumar melhores taxas, em seguida por um terço do que falamos antes, tentamos eliminar tudo o que tínhamos se teria aceitado em troca de couros, que pela razão que eu atualmente anunciei, foi recusado (JOBSON, 1621, p. 50).

Isto evidencia a continuidade da produção de ferro internamente à Senegâmbia e que esta produção garantia aos comerciantes locais de que não precisariam ceder a condições e valores impostos por europeus para obter a mercadoria. A troca do ferro que levado Jobson pelo couro de Buckor Sano mostra que não havia problema em não realizar a troca, afinal, um povo vizinho também produzia o ferro.

¹⁵⁰ Jobson não diferencia os agentes muçulmanos com que faz comércio, chamando todos de bixirin. Porém, é importante salientar que “Sano” é um sobrenome comum aos Jaxanke. Isto faria sentido para o agente em questão, uma vez que evidentemente se trata de um agente que faz o comércio interno de longa distância.

Curtin afirma que não há evidências da existência de centros de fundição na costa senegambiana. De fato, não encontramos relatos que evidenciem a existência de centros de fundição. Porém, trabalhar com o ferro já fundido era algo mais simples, e o inglês Richard Jobson, dissertando sobre os mandingas no rio Gâmbia em 1621, afirma:

Ferro é a principal mercadoria que eles invocam na parte inferior do rio, onde os portugueses têm mais para a troca, e acima nós fizemos um certo comércio: nós cortamos nosso ferro em doze polegadas, mas os reis e governadores vão pedir que o comprimento de oito polegadas; qualquer um destes ferreiros, de bom grado o suficiente, levando nosso ferro em barras, irão cortá-lo com a proporção que deve usar e, portanto, enviamos para eles, que vem para o lado da água, trazendo seus instrumentos com ele, **que é uma pequena bigorna, que ele coloca no chão sob uma árvore frondosa, e um tipo de madeira vermelha, da qual eles podem fazer carvão artificial que irá dar o nosso ferro o calor para ser cortado ou moldado, seu ajudante soprando o fole para atizar o fogo que fazem em um buraco no chão, e desta maneira com um martelo e outra ferramenta,** eles podem cortá-lo para nós; mas devemos pedir para cortar em nossa medição, ou ele vai usar o seu melhor entendimento para fazê-lo; o ferreiro é de grande estima entre eles: o próximo é aquele que chamam de sepatero: eles fazem todo os seus colares, que verdadeiramente é uma grande arte, eles sendo feito e formado de couro em todas as formas, tanto redondo quanto quadrado ou triangular: estes homens são igualmente eles que fazem suas selas e rédeas; de rédeas, tenho visto algumas muito bem feitas com couro, que mesmo aqui em nosso próprio país, não poderia ser reparado (JOBSON, 1621, p. 68 grifo nosso).

Jobson não indicou a presença de um forno de fundição, mas ao chegar com as barras de ferro para comercializar com os mandingas no baixo curso do rio Gâmbia, os ferreiros mandingas cortaram o material de forma a atingir as medidas corretas para a comercialização do produto. A ausência de evidências que comprove a existência de minas de minério de ferro, em conjunto com esta informação dada por Jobson, explicita que os ferreiros se espalharam pela Senegâmbia e, com eles, levaram a maneira de se trabalhar com esta importante mercadoria. Enfim, o ferro trabalhado por ferreiros locais na região costeira era usado no comércio atlântico realizado na Senegâmbia.

Não era incomum que comerciantes atlânticos comprassem mercadorias em algum lugar na Senegâmbia e levassem para outro, onde aquela mercadoria era demandada, como narrou o comerciante cabo-verdiano, André Almada em primeira pessoa. O ferro passava por diferentes fases de manufatura e venda. Primeiro era transformado em barras por ferreiros mandingas. Em seguida Almada comprava o ferro no Rio Gâmbia e o levava ao Rio Grande e ao Rio Cacheu para ser trocado por outras mercadorias.

Do ferro que há nesta terra fazem os negros uns ferros do comprimento de um palmo, de largura, no começo, de três dedos, e no cabo de dois; este ferro resgatam os nossos, e o levam ao Rio Grande e de S. Domingos; há nele prata, ao parecer boa, e os negros fazem dela manilhas e anéis, mas os nossos ourives não fazem dela boa obra, porque dizem que quebra, como cousa que tem em si alguma mistura de liga (ALMADA, 1594, p 281).

Quais eram os usos os internos do ferro na Senegâmbia? A presença de pontas de flechas, lanças e azagaias de ferro e para a confecção de facas e espadas é elemento recorrente em praticamente todas as fontes que tivemos acesso. Além disso, o mineral foi utilizado como acabamento em materiais em couro, instrumentos agrícolas, armas eficazes para caça e guerra¹⁵¹ (ZURARA, 1455, p. 32; HAWTHORNE, 2010, p. 79).

Os agentes senegambianos tinham interesse pelo ferro para confeccionar armas. Um tratado em 1600 chama a atenção das autoridades portuguesas para o perigo o comércio de ferro na região pois os moradores poderiam fazer armas para atacar os portugueses. o autor do tratado solicitou a compra de galeotas para evitar o comércio de mercadorias feitas pelos tangomaus: “com isto se evitariam que os tangomaus não comerciam com os inimigos dando-lhes ouro, Marfim, âmbar e mais Mercadorias, a troco de ferro, que levam aos negros com que fazem armas para nos ofender (LAVANHA, 1600, p. 371). Os tangomaus representavam um problema aos interesses monopolísticos portugueses na região, pois estes comercializavam o ferro com “os negros”, que poderiam fazer armas que seriam utilizadas contra os próprios agentes atlânticos. De fato, ao menos no século XVI, na esteira da perspectiva de se “combater o infiel”, tão premente no imaginário medieval ibérico, há uma tentativa de se cercear o comércio de ferro com agentes senegambianos muçulmanos.

Em sua relação sobre os portos da costa, Francisco de Andrade, em 1582, evidencia que no rio e na feitoria de Cacheu: “se gasta muita quantidade de ferro, que ninguém pode resgatar sem licença de sua Majestade” (BRÁSIO, 1964, p. 105). Estas “normativas” não eram respeitadas por ingleses e franceses. Conforme explicitado por André Almada, na costa dos jalofos, “e assim muito marfim, cera, goma, âmbar, algália e ouro, e outras cousas; tratando com ferro e outras mercadorias que trazem de Inglaterra e França” (ALMADA, 1594, 251). Mais que isso, o comerciante cabo-verdiano mostra como os lançados que viviam na região de Cacheu tratavam com franceses, ingleses e jalofos pessoas escravizadas para obter ferro:

¹⁵¹ Tradução nossa: Iron had two principal uses on the coast. It was fashioned into the digging and cutting edges of agricultural instruments and was crafted into effective weapons for hunting and warfare (HAWTHORNE, 2010, p. 79).

Os nossos que estão nesta aldeia têm tratos para os outros Rios e para a Costa, donde vão e mandam tratar em lanchas e outras embarcações, com os Ingleses e Franceses, levando-lhes couros, cera e marfim. E o pior é que levam às ditas partes escravos a vender aos Jalofos, a troco de ferro, que muitos deles podiam ser cristãos, e dessa maneira o não são. E além de o não serem se vendem alguns aos Mouros, [o] que se deve sentir (ALMADA, 1594, p. 301).

Conforme argumentado por Jean Boulègue, “o fornecimento de ferro foi, uma das razões para o sucesso Francês, Inglês e Holandês com os soberanos, no momento em estes que suplantou os portugueses” (BOULÈGUE, 2013, p. 209)¹⁵². O fornecimento de ferro por parte de franceses e ingleses não era restrito aos comerciantes senegambianos, mas também era comercializado com os lançados, o que a Coroa Ibérica se esforçava para evitar. A continuidade, ao longo de todo século XVII, do oferecimento de ferro por parte de agentes atlânticos na Senegâmbia explicita que a tentativa de coerção a este comércio foi fracassada e atribuo isto à demanda dos mercadores locais, que era quem, de fato, ditava as regras do que seria comercializado.

Além do uso em armas, o ferro era utilizado para a confecção de ferramentas para a prática agrícola e extrativista. Conforme elucidado pelo comerciante flamengo Pieter de Marees, em 1605, sobre os jalofos, “eles trabalham muito o ferro duro, que aqui é bom, principalmente as barras longas e belas, e eles colocam para fazer instrumentos de pesca e de cultivar a terra, paralelamente também para armas como arcos, flechas, arpões e azagaias” (DE MAREES, 1605, p. 3)¹⁵³. O inglês Richard Jobson, em 1621, demonstra a utilização do ferro tanto em pás quanto em arados dentre os mandingas:

Eles reservam grandes campos para semear o seu milheto em que eles levantam em sulcos, tão decentemente como nós, mas todo o seu trabalho é com as mãos, tendo nela uma vara curta, de algum comprimento, ao final do qual é colocado um ferro ampla, como as nossa pás, e o ferro é fixado no chão, um liderando o caminho e tantos outros o seguindo, com os seus vários ferros, fazendo como o condutor levantando um sulco suficiente, até o fim da terra, eles começam novamente desta maneira dolorosa e laboriosa, preparando a terra para o grão, tal qual o nosso velho provérbio diz “muitas mãos fazem trabalho leve”; caso contrário seria tipo mais demorado do trabalho (JOBSON, 1621, p. 69-70).

O ferro era usado para confecção de ferramentas agrícolas e armas (BROOKS, 1993, p. 49; HORTA; MARK, 2011, p. 116). O ofício de transformar o minério de ferro em

¹⁵² Tradução nossa: La fourniture de fer fut, l'une des raisons du succes des Français, Anglais et Néerlandais auprès des souverains, à l'époque où ils supplantèrent les Portugais.

¹⁵³ Tradução nossa: ils travaillent fort gentiment en fer, lequel est icy bien voulu, principalement des barres longues & belles & les tmettent en ocuure por faite des Instrumens a peicher & cultiver la terre, pareillement aussi pour armures comme arcqus, fleches, arpons, & assegayes

ferramentas de uso agrícola garantia a sobrevivência dos ferreiros. Nos rios Corubal, Geba e Grande, os ferreiros trocavam as manufaturas em ferro por alimentos e outras mercadorias (BROOKS, 1993, p. 67). Estas ferramentas, de uso prático, em muito facilitavam o trabalho e contribuíam para o aumento da produção agrícola senegambiana (CURTIN, 1975, p. 312). As ferramentas impulsionaram a mudança social e deu aos ferreiros grande poder nas sociedades senegambianas (GREEN, 2019, p. 89). Enfim, o ferro era usado nas esferas militar, agrícola e extrativista

O ferro era também usado na dimensão jurídica-ritual. Dissertando sobre os jalofos do Saalum, Almada descreveu:

Entre estes desta nação, como os mais de que tratámos, há juízes, os quais são determinados pelos Reis com os velhos, que são como desembargadores, ou pelos governadores dos lugares, assistindo sempre com eles os homens antigos e velhos. Põem as partes suas ações, os outros as contrariam; dão logo as provas, e se determinam entre eles. Quando o caso é duvidoso, e não há testemunhas, usam de dois juramentos horrendos, e tomam o autor e réu; a um chamam o do ferro, e o outro o da água. Tenho-os ambos por mm dificultosos. O do ferro toma-se por esta maneira: trazem ali um ferreiro ou o vão tomar a sua casa, e este põe um pedaço de ferro ao fogo, e tange os foles até que se faça o ferro tão vermelho como uma brasa. Diz a parte que há de tomar o juramento: “Deus sabe a verdade; se eu fiz tal cousa ou tal, que se impõe, este ferro me queime, e a minha língua, de maneira que jamais fale”. Acabando de dizer estas palavras, mete-lhe o ferreiro com uma tenaz o ferro na mão, lançando de si mil faíscas, e a parte que disse as palavras toma a tenaz com a mão, e com a língua lambe aquele ferro vermelho três vezes. E ficando livre, ele e seus padrinhos escaramuçam, e hão a sentença por si. E não ousando de tomar este juramento ficam condenados (ALMADA, 1594, 262).

Jeocasta Juliet de Freitas, que estudou a religião dos Barbacins, Cassangas, Banhuns e Papeis na Senegâmbia entre 1560 e 1625, elucida que esta prática era comum em vários povos, presidida por jabacouses, autoridades religiosas das religiões locais (FREITAS, 2016, p. 100) e que era tão premente aos povos da Senegâmbia que mesmo povos muçulmanos, como os jalofos e os mandingas mantinham esta prática (FREITAS, 2016, p. 103). Os que passavam por esta prova e eram considerados culpados, tinham como sentença a morte e sua família era condenada à escravidão (FREITAS, 2016, p. 102). Trata-se de uma prática imemorial, anterior à presença europeia na costa senegambiana, o que demonstra o comércio interno de ferro na Senegâmbia.

Destino das mercadorias na Senegâmbia

O ferro era mercadoria presente em todas as embarcações europeias e cabo-verdianas que iam comercializar na Senegâmbia e foi vendido em todos os portos da região. Em 1566, O inglês George Fenner coloca o ferro como uma das mercadorias que utilizou para realizar trocas na costa do Jalofos (FENNER, 1566, p. 4). Os ingleses Richard Rainolds e Thomas Dassel colocam o ferro como uma das mercadorias que levaram para Rufisque para obter couro e marfim (RAINOLDS; DASSEL, 1591, p. 3).

O ferro foi vendido em várias localidades da região. No Rio Casamansa (ALMADA, 1594, p. 297), Rio Cacheu (ALMADA, 1594, p. 301), Ilha dos Bijagós (ALMADA, 1594, p. 318) e no Rio Nuno (ALMADA, 1594, p. 343). A principal mercadoria levada por Richard Jobson (1621, p. 15) em sua viagem para o Gâmbia em 1621 foi o ferro. Claude Jannequin levou ferro para negociar na Costa dos Jalofos em 1643 (JANNEQUIN, 1643, p. 67) assim como o príncipe Rupert carregou a mercadoria ao Gâmbia em 1650 (WARBURTON, 1650, p. 360). Lemos Coelho, em 1669, afirma que barras ferro da Suécia era uma das melhores mercadorias que poder-se-ia levar para comercializar em Jola, no Salum e trocou a mercadoria com cáfilas em Baracunda, no Gâmbia (COELHO, 1669, p. 9-10; 23). Na reedição de seu relato, em 1684, Lemos Coelho afirma que o general de Gorée não permitia que faltasse ferro no enclave comercial e que isso permitia que se comercializasse mais de sessenta mil couros anualmente da Senegâmbia (COELHO, 1684, p. 97).

Michel de La Courbe, em 1685, afirma que o ferro era mercadoria essencial para se comercializar no rio Senegal (LA COURBE, 1685, p. 29), informação que é repetida por François Froger 10 anos depois (FROGER, 1695, p. 15-16) e por Jacob Le Marie no mesmo ano, com este último afirmando que os lucros esperados da viagem eram de oitocentos por cento (LE MARIE, 1695, 72-73).

Um trabalho que mostra a importância quantitativa do ferro para mercadores atlânticos é um artigo de Linda Newson, que analisou várias transações de Manoel Batista Peres entre a Senegâmbia, Europa e América no século XVII. Tendo acesso a uma documentação quantitativa, rara para este período, a historiadora estadunidense evidenciou que o ferro representava mais de 20% de todas as mercadorias que o mercador lavava à Senegâmbia, proporção que a autora afirma ser semelhante a documentação quantitativa inglesa para o Gâmbia na década de 1680 (NEWSON, 2013, p. 275).

Toby Green é ainda mais expressivo com relação a estes números. O historiador inglês argumenta que ao longo do século XVII,

As importações de barras de ferro constituíam aproximadamente metade do valor de todas as importações europeias para a Senegâmbia. Não se tratava, portanto, do comércio estereotipado de bugigangas e bebidas por escravos e marfim, mas um comércio monetizado que aumentava as trocas e a complexidade comercial. A barra padrão tinha 10 pés de comprimento, 2 polegadas de largura e 1/3 de polegada de espessura, pesando cerca de 29 libras; e essas barras eram muitas vezes cortadas para que pudessem ser subdivididas em pedaços menores (GREEN, 2019, p. 88-89)¹⁵⁴.

Concordo com Green que não se pode tratar uma mercadoria que era a base para a confecção de armas e de ferramentas agrícolas, de outra forma que não seja um item necessário à sobrevivência. O ferro era a principal mercadoria levada pelos mercadores atlânticos para a Senegâmbia. Apesar de não ter os dados quantitativos, podemos afirmar, com base nas fontes que consultamos, que o ferro foi uma das principais mercadorias de importação na Senegâmbia entre 1580 e 1700.

Ferro como moeda

Além do comércio direto, o ferro também era utilizado como mercadoria ou moeda para pagar os impostos para os soberanos senegambianos. Conforme salientado pelo comerciante flamengo Pieter de Marees, em 1605,

Os selvagens ou negros estão sob mando do Mandimansa de seus superiores, que são chamados Alcaides, que na sua língua significa, como um capitão de uma vila. Quando qualquer navio vêm ao continente, vem um superior a mando do Alcaide vem à bordo de uma canoa, para ter o pagamento de ancoragem, o que fazemos comumente com três barras de ferro, mas daqueles não conhecem a usura, além disso, tem corpos fortes e bem proporcionados, quando eles puxam o colarinho como as galinhas da Índia e falam alto, ter uma língua distante misturada com línguas diversas, mas a causa que já não há guerras agora, apenas em outros tempos (DE MAREES, 1605, p. 3-4)¹⁵⁵.

¹⁵⁴ Tradução nossa: iron-bar imports constituted roughly Half of the value off all european imports into Senegambia. This was not thus the stereotyped trade of baubles and drinks for slave and ivory, but a monetized trade that was adding to exchanges and commercial complexity. The standard bar was 10 fet long, 2 inches wide and 1/3 of an inch thick, weighing around 29 pounds; and these bars were often notched so that they could be subdivided into smaller pieces.

¹⁵⁵ Tradução nossa: Les seuvages ou Negros sont dessoutz de le Mandimansa de leurs superieurs, qui se nomment Algayer, en leur language que veult dire aultant, comme Capitaine d'ung village a son Algayer a part soy, quand quelques navires abordat viennent incontinent telz superieurs a bord avec une canoe, pour avoir l'argent d'ancraige, on donne comunement troix barres de fer, mais de ceulx qui ne scavent point l'usage, prendont ilz aultant quilz pourront avoir ilz sont fort noirs de corps & bien proportionnes, quand ilz tirent le collet comme les poules d'Inde & parlent fort vistement, ayans ung langage a part entremeslé de diver

Outra maneira indireta que os soberanos senegambianos possuíam de obter barras de ferro era a cobrança de direitos. Nichollas Villaut, em 1669, registrou que o rei de Buré usava barras de ferro como medida para cobrar os direitos reais que comerciantes pudessem negociar e ter acesso à água e madeira em Bouré, Serra Leoa,

Depois do jantar, ele pegou vinte seixos de uma pequena pilha e os jogou na mesa, pedindo o maior número de barras possível pelos direitos reais, tanto para o comércio quanto para a água e a madeira. Como essas pessoas não sabem ler ou escrever sobre elas, elas a usam esses seixos para ter seus direitos e pela grande frequência que tiveram com os portugueses; eles falam por barras, que é a palavra que eles costumam usar. As vinte barras foram pagas para ele, para saber doze barras de ferro, estimadas em doze barras, um barril de conhaque, quatro barras, um caldeirão duas barras, um chapéu, duas barras (VILLAUT, 1669, p. 71-72)¹⁵⁶.

Nesta passagem de Villaut, está evidente que o pagamento não necessariamente precisaria ser feito em barras de ferro, mas em mercadorias – barril de conhaque, caldeirão e chapéu – que tinham seu valor convertido em barras de ferro. Pelo excerto acima, percebemos que o ferro possuía importância tal, que se tornou mercadoria de lastro na Senegâmbia, ou seja, media-se o valor de outras mercadorias a partir da quantidade de barras de ferro que eram necessárias para obtê-las.

Conforme elucidado por Philip Curtin, o preço de outras mercadorias era cotado em seu valor em barras de ferro:

Quando o comércio com os europeus se tornou importante no século XVI, os preços às vezes eram cotados em escravos por cavalo. No século XVII, o ferro era o mais importante, representando cerca de metade do valor total das importações, enquanto os couros eram a exportação mais importante. Era simplesmente uma continuação da prática de longa data no comércio internacional da Senegâmbia para cotar couros por barra de ferro (CURTIN, 1975, p. 241)¹⁵⁷.

Pieter Van Den Brocke, em 1606, elabora ao fim de seu relato uma tabela que fazia a conversão de produtos que poderiam ser comprados em Porto D’Ale por um número

languages, mais a cause que ia n’ay guerres tarde icy, aultant de tamps seulement, que nostre bettelet fut mis en orfre.

¹⁵⁶ Tradução nossa: Après le diner il tira d’un petit fac vingt pierrettes qu’il jetta sur la table, demandant autant de barres pour l’acquit les droits du Roy, tant du negoce que nous que pour l’eau & le bois. Comme ces gens ne sçavent ny lire ny écrire, ils usent ainsi pour avoir leurs droits, & la grand frequentation qu’ils ont eue cec les Portugais ; fait qu’ils parlent par barres, qui est le mot dót ils se servent ordinairement. Les vingt barres luy furent payées, sçavoir douze barres de fer, estimées douze barres, un baril d’eau-de-vie, quatre barres, un chaudron deux barres, un chapeau deux barres.

¹⁵⁷ Tradução nossa: When trade with the Europeans first became important in the sixteenth century, prices were sometimes quoted in slaves-per-horse. By the seventeenth century, iron was the most important, making up roughly half the total value of imports, while hides were the most important export. It was simply a continuation of longstanding practice in Senegambian international trade to quote hides-per-bar of iron.

determinado de barras de ferro. O flamengo escreve que o âmbar cinzento de melhor qualidade poderia ser obtido em troca de 14 a 16 barras de ferro; de pior qualidade, por 10 a 11 barras; o quintal de marfim, por 15 a 16 barras; o quintal de cera por 10 a 11 barras; o quintal de arroz por 2 a 3 barras; e o quintal de couro por 1 a 2 barras (BROCKE, 1606, p. 41-42). Conforme argumentado por Jean Boulègue, “seu lugar [do ferro] nas trocas tornou-se de tal forma importante que no século XVII a barra de ferro foi geralmente adotado como moeda”¹⁵⁸ (BOULÈGUE, 2013, p. 209).

O fato de o ferro ser utilizado enquanto mercadoria de lastro em economias pré-capitalistas não deve causar estranhamento. Conforme argumentado por Philip Curtin “quando o comércio consiste em uma mercadoria principal trocada por outra mercadoria principal movendo-se na direção oposta, a maneira mais clara de expressar os termos reais da transação é cotar uma em troca da outra”¹⁵⁹. O autor argumenta que essa prática era comum na Senegâmbia desde o comércio saariano e era uma forma de facilitar o comércio de longa distância entre regiões que produziam mercadorias diferentes (CURTIN, 1975, p. 240-1).

O ferro comercializado na Senegâmbia por vias atlânticas atendia os interesses tanto dos compradores senegambianos quanto dos mercadores atlânticos, que possuíam acesso a jazidas do mineral na Europa. Embora já fosse uma mercadoria existente na Senegâmbia antes do contato pelo oceano, o alto volume do produto comercializado por agentes atlânticos e senegambianos com certeza aumentou a disponibilidade da mercadoria na Senegâmbia (GREEN, 2019, p. 89-90).

A manufatura em ferro, como dito, aumentou significativamente a produção agrícola na Senegâmbia. Aumentou, também, a produção de armas. E armas, em um momento em que há uma demanda insaciável por pessoas escravizadas para povoar e, destituídas de sua condição de humanidade, trabalhar forçadamente em um continente onde se estava, simultaneamente, ocorrendo um genocídio da população autóctone, leva a uma relação quase causal ao aumento do número de escravizados disponíveis ao mercado atlântico. Walther Hawthorne é certo em sua afirmativa:

Se o ferro obtido dos mercadores atlânticos foi o catalisador das necessárias transformações agrícolas, também provocou uma revolução nas relações

¹⁵⁸ Tradução nossa: Sa place dans les échanges devint telle qu’au XVII siècle la barre de fer fut généralement adoptée comme monnaie.

¹⁵⁹ Tradução nossa: Where trade consists of one principal commodity exchanged for another principal commodity moving in the opposite direction, the clearest way to express the real terms of the transaction is to quote one in return for the other.

intergrupais. Por meio de um processo que descrevi em outro lugar como o “ciclo ferro-escravo”, muitas comunidades costeiras foram obrigadas a produzir escravos para obter o ferro para forjar armas. Ou seja, como algumas comunidades costeiras ameaçadas obtiveram quantidades crescentes de ferro que poderiam ser transformados em armas, todas as comunidades costeiras procuraram ferro para evitar serem vitimizadas. Foi, então, a necessidade de obter ferro para forjar armas e alfaías agrícolas que obrigou os africanos do litoral da grande Guiné-Bissau a produzir e comercializar cativos. As incursões não eram muitas vezes lançadas por ganância, mas por necessidade (HAWTHORNE, 2010, p. 80)¹⁶⁰.

Muito longe de uma mercadoria de “luxo”, o ferro era um produto essencial aos senegambianos, assim como a todos os outros povos que tinham acesso a esta mercadoria na era moderna. Foi uma das principais mercadorias de importação no mercado senegambiano entre 1580 e 1700, chegando a servir de lastro para troca de outras mercadorias. Responsável, graças ao trabalho dos ferreiros, pelo aumento da produtividade agrícola na Senegâmbia, serviu também para alimentar o interminável ciclo de troca de mercadorias por pessoas escravizadas na região, auxiliando a tornar a hemorragia demográfica causada pela demanda atlântica um dos fatores constitutivos da Senegâmbia enquanto espaço físico durante a Era Moderna.

¹⁶⁰ Tradução nossa: If iron obtained from Atlantic merchants was the catalyst for necessary agricultural transformations, it also sparked a revolution in intergroup relationships. Through a process that I have described elsewhere as the “iron –slave cycle,” many coastal communities were compelled to produce slaves to obtain the iron to forge weapons. That is, as some threatening coastal communities obtained increasing quantities of iron that could be crafted into weapons, all coastal communities sought iron so as to avoid being victimized. It was, then, the need to obtain iron to forge weapons and agricultural implements that compelled Africans in the coastal reaches of the greater Guinea-Bissau area to produce and market captives. Raids were not often launched out of greed but out of need.

4.2 – Cavalos, Armas e Pólvora

Neste tópico, discorreremos sobre a importação, a partir do comércio com agentes atlânticos, de cavalos, armas e pólvora por parte de agentes senegambianos. Concentrei estas mercadorias em um mesmo tópico por causa do uso eminentemente militar. Como atestam as fontes, os cavalos eram essenciais para formar uma cavalaria forte, as armas e a pólvora aumentavam o poder de fogo as infantarias locais. Assim como o ferro, a oferta de cavalos e armas não era algo novo quando da chegada dos europeus na Senegâmbia. cavalos eram uma das mercadorias de circulação saariana (capítulo 2 desta tese) e as armas brancas eram confeccionadas pelos ferreiros que habitavam a reunião. A oferta atlântica destas mercadorias, porém, aumentavam a quantidade de cavalos e armas disponíveis na Senegâmbia.

Cavalos

A primeira mercadoria que trataremos são os cavalos. Conforme explicitamos no tópico 2.2 desta tese, o comércio de cavalos era uma das bases do comércio saariano realizado na Senegâmbia. Cavalos eram trazidos do norte da África pelos comerciantes caravaneiros, para serem trocados por ouro, marfim, pessoas escravizadas, dentre outras mercadorias. O cavalo do norte da África era uma mercadoria muito procurada e consumida pelos agentes senegambianos, que tinham que lidar com uma barreira biológica da doença do sono, causa de grande mortalidade dos equídeos e que dificultava a criação deste animal na África Ocidental. Por isso, a compra dos animais tinha que ocorrer de maneira contínua, para suprir a própria mortalidade causada pela doença.

O cavalo foi anteriormente comercializado por agentes saarianos na Senegâmbia. A partir do advento do comércio atlântico, o cavalo foi apropriado por mercadores europeus e cabo-verdianos. Conforme argumentei no tópico 2.2 desta tese, o comércio atlântico não interrompeu o comércio saariano, e isso inclui o comércio de cavalos. John Wrigth (2007, p. 72-73) corrobora o fato de que o comércio saariano não foi descontinuado pelo comércio atlântico; e que havia cavalos e suprimento de animais substitutos para aqueles que pereciam pela doença do sono era suficiente para que os agentes senegambianos pudessem fortes

cavalaria na região. Esta premissa de Wright é corroborada por Boulègue, que ainda afirma que o fato de o comércio de cavalos ter se estendido para o Atlântico, em muito se devia ao fato que os portugueses conheciam o tráfico de cavalos por escravizados dos “mouros” e dos marroquinos com os senegambianos (BOULÈGUE, 2013, p. 228).

Usos internos: Guerra

O cavalo foi usado de diferentes maneiras na Senegâmbia, como na guerra. É fartamente documentado o uso dos cavalos como instrumentos de guerra por parte dos exércitos senegambianos, conforme explicitamos no tópico 2.2 desta tese. Em Zurara, por exemplo, vimos a afirmação de que os cavalos eram máquinas de guerra por parte dos jalofos e, mais que isso, usavam “feitiços” em seu pescoço para protegê-los em combate (ZURARA, 1455, p. 46-47). Portanto, não se sustenta o argumento de Bertelina Brito DE que “(...) o facto de os africanos adquirirem cavalos, mesmo sabendo de antemão que se encontravam doentes ou que estavam prestes a falecer [...] complementa a tese de que os equídeos não eram considerados na Senegâmbia animais de guerra” (BRITO, 2013, p. 29).

O processo de se domar o cavalo para guerra por parte dos jalofos, os tornavam muito úteis nos conflitos. O cavalo era produto valioso. Além de utilizá-los na guerra, quando matavam os inimigos, tomavam os cavalos. André Almada, em 1594, Explica como era a domesticação e obtenção do cavalo por meio do butim de guerra

Os seus cavalos são mui domésticos, em tanto que podemos dizer que são mais domados por uso e razão que pelo freio; porque se um negro destes diz ao seu cavalo que se deite, deita-se, que se alevante, alevanta-se, e que faça mesuras, fá-las; deita-se o negro dele abaixo como um pássaro, sem ter a mão nele, e botando-se a correr, vai o mesmo cavalo após ele como um cão. E desta maneira jamais nas guerras os perdem seus donos, salvo se os matam, porque estão quedos sobre os senhores mortos, E desta maneira os tomam os inimigos (ALMADA, 1594, p. 241).

. Assim, concordamos com Philip Curtin, quando afirma que “a posição do cavalo na Senegâmbia era diferente da de qualquer outro animal. Cavalo não puxava arados, nem carroças, nem mesmo carregava pessoas comuns. Eram reservados estritamente para uso

militar, o que aliás os tornou um símbolo de poder e status” (CURTIN, 1975, 221)¹⁶¹. Sendo utilizado nas guerras, símbolo de poder e status e parte de uma lógica pré-existente do comércio na Senegâmbia, o cavalo foi apropriado pelos comerciantes atlânticos como mercadoria a ser levada para troca com os comerciantes senegambianos.

Conforme argumentado por Curtin: “não é de surpreender que os cavalos da Europa tenham sido importantes desde o início do contato marítimo, e continuaram como a principal importação até quase o final do século XVI” (CURTIN, 1975, p. 221-2)¹⁶². Os cavalos eram uma das principais mercadorias de importação da Senegâmbia até o final do século XVI. Para o nosso recorte temporal (1580-1700) os cavalos aparecem preponderantemente nas fontes do fim do século XVI e início do XVII.

Origem, destino interno e valor dos cavalos

Em relação ao destino interno dos cavalos, estes eram enviados para os principais portos dos rios da região. André Álvares Almada, escreveu que no Kaajor, “as mercadorias que levam os nossos a estas partes são cavalos” (ALMADA, 1594, 253). O mercador cabo-verdiano também argumenta que a mercadoria era um das mais comercializadas no rio Gâmbia (ALMADA, 1594, p. 276-277) e no Casamansa (ALMADA, 1594, p. 291). André Donelha, por sua vez, deixa uma importante informação sobre o rio Cacheu: “passaram os tangomaus a Cacheu, terra dos bramos, da outra banda do rio, que no tempo de Bugendo não hera estimado nem nomeado; fez outras muitas guerras; este rei dava por um cavalo, se era bom, até quinze negros” (DONELHA, 1625, p. 139). Este excerto reforça a tese do uso deste animal como máquina de guerra.

Outro importante debate, no que diz respeito ao comércio atlântico de cavalos, é a centralidade ocupada pela criação de cavalos em Cabo Verde neste processo. O arquipélago é uma exceção à região da África Ocidental. Ao contrário dos espaços de presença europeia em terra firme, que nomeamos no primeiro capítulo desta tese como enclaves comerciais, Cabo

¹⁶¹ Tradução nossa: The position of horse in Senegambia was different from that of any other animal. Horse pulled no plows, no carts, nor even carried ordinary people. They were reserved strictly for military use, which incidentally made them a symbol of power and status.

¹⁶² Tradução nossa: It is hardly surprising that horses from Europe were important from the beginning of maritime contact, and they continued as the principal import until nearly the end of the sixteenth Century.

Verde foi uma colônia portuguesa. Trata-se de dez ilhas desabitadas, das quais os portugueses tomaram posse. As ilhas estavam sob constante ameaça de ataques militares promovidos por agentes de outras nações europeias e que, por um longo período, não atraiu grandes interesses por parte da coroa portuguesa. De fato, em metade do período em que concentramos a análise deste trabalho (1580-1640), Portugal e Espanha estavam sob mando de uma única coroa, a espanhola, e grande parte da documentação presente na *Monumenta Missionária Africana*, produzida por agentes que estavam em Cabo Verde, era para “denunciar” um suposto abandono por parte da coroa ibérica perante os interesses dos habitantes e contratadores do arquipélago.

A despeito desta discussão sobre a centralidade ou abandono de Cabo Verde por parte da coroa ibérica, fato é que o arquipélago se tornou um centro de criação de cavalos a serem comercializados na costa. De acordo com Toby Green, “a chegada de comerciantes portugueses que ofereciam cavalos de raça às ilhas de Cabo Verde, em troca de cativos, fez com que as províncias costeiras de Jolof se afastassem do centro ao desenvolverem este novo acesso à cavalaria” (GREEN, 2019, 76-77)¹⁶³. Ou seja, Green considera que a oferta de cavalos criados em Cabo Verde na Costa Atlântica teve um papel disruptivo na conjuntura política senegambiana. Concordo com esta afirmativa. Conforme argumentei em outro trabalho, anterior a este de Green, afirmei que as mudanças políticas no rio Gâmbia inerentes ao comércio atlântico

A remodelação do mapa político é atribuída, fundamentalmente, ao fato das unidades políticas do Kajoor, Saalum e Siin terem sido beneficiados pelo fato de seus domínios territoriais se interligarem ao novo destino atlântico da Senegâmbia. Os soberanos destes estados enriqueceram e, desta forma, conseguiram desenvolver um aparato militar que possibilitou sua emancipação do Gran-Jalof. Além da contratação de exércitos com a riqueza gerada pelo comércio atlântico, a comercialização de ferro e armas e, principalmente, de cavalos, advindos das caravelas portuguesas, que aportavam na costa e nos rios que cortavam seus territórios – incluindo aí o rio Gâmbia, do qual o Siin e o Saalum possuíam uma pequena parte em sua margem norte –, possibilitou, aos soberanos, acesso ao material indispensável para desenvolverem armas e uma cavalaria forte (MALACCO, 2017, p. 138).

Cavalos de cabo verde eram comercializados na costa atlântica, como mostramos registros de comerciante da virada do século XVI para o XVII. Vincent Le Blanc, em 1592, registrou que as terras de Cabo Verde eram férteis, e que “durante todo o ano há excelentes

¹⁶³ Tradução nossa: The arrival of portuguese traders offering horses breed on the Cape Verde Islands, in Exchange for captives, led to the coastal provinces of Jolof breaking away from the centre as they developed this new acess to cavalry (GREEN, 2019, 76-77).

melões, palmas e canas de abundância em abundância, carne de todos os tipos, aves e faisões, com muitos haras e *bons cavalos*” (LE BLANC, 1592, p. 27)¹⁶⁴. André Almada confirma a criação de cavalos em Cabo Verde e acrescenta que estes animais eram comercializados com os jalofos na costa Atlântica. Para o Kaajor, “e da Ilha do Cabo Verde iam todos os anos carregados de cavalos e de outras mercadorias a este resgate”. E para o Siin “ao Reino deste saiam ir muitas armações dos moradores do Cabo Verde com cavalos, levando as mesmas mercadorias que atrás fica dito que se levava [m] à terra dos Jalofos” (ALMADA, 1594, p. 251 E 257). Enfim, o cavalo foi apropriado por comerciantes das rotas atlânticas como mercadoria essencial para negociar agentes senegambianos e Cabo Verde foi ponto estratégico na macroeconomia da região.

O cavalo ocupou, ao longo do século XV e XVI o lugar de importante mercadoria de exportação senegambiana a partir das rotas atlânticas, ao menos até meados do século XVII. Esta importância dos cavalos para os mandatários senegambianos é evidenciada no relato de Alexis de Saint-Lô, se referindo ao mandatário de Porto D’Ale, na costa dos jalofos:

Ele então se dirigiu ao senhor Emery de Caën e perguntou o que ele poderia enviar ao rei da França. O senhor de Caën respondeu que o rei tinha de tudo e não lhe faltava nada, mas que, se ele quisesse enviar-lhe alguns pedaços grandes de âmbar cinza, ele pensava que poderiam agradar-lhe. O rei, porém, disse que este não era um presente digno de um rei mas sim um presente para um mercador. Ele disse que queria enviar-lhe um cavalo, pois ele possuía vários dos mais belos que podiam existir. Quando o senhor de Caën lhe disse que este cavalo chegaria na França muito magro, o rei ofereceu enviar com o cavalo um escravo para cuidar dele e fazer todo o necessário para alimentá-lo. Finalmente, o senhor de Caën lhe disse que o navio era pequeno demais e que lhe seria impossível levar um cavalo sem que o navio não sofresse grandes perdas. “Então, diga ao rei da França, concluiu o rei de Portudal, que aqui está o meu filho que lhe oferece a mão e que eu peço que ele me envie pólvora para que eu possa matar meus inimigos”. Não era a primeira vez que ele pedia ao rei da França que lhe enviasse pólvora, pois os franceses tinham medo de vendê-la ao rei de Portudal, com medo que ele, por ter uma natureza belicosa, decidisse fazer a guerra contra eles (SAINT-LO, 1637, p. 44-45)

Deste excerto, conseguimos fazer três inferências muito importantes. A primeira é a lógica diplomática de troca de presentes que permeava os contatos atlânticos entre agentes senegambianos e atlânticos. A partir do contato com Emery de Caen, o mandatário de Porto

¹⁶⁴ Tradução nossa: A la coste du cap Verd on trouve plusieurs illes de mesme nom, & douze entr’autres, dont la principale est celle de S. Jacques, qui est possedée Portugais depuis l’an 1446 où ils ont une ville allez [assez ?] forte. L’ille a soixante mil de long & trente-six de large, le pais est montagneux, & n’y pleut ia mais qu’en septembre & octobre, que est leur hyver : les vallons y sont fertilles, & toute l’anne il y a des melons excellens, palmes & cannes de sucre en abondance, des chairs de toutes fortes, de la volaille & vanaison, avec des haras & bons chevaux.

D'Ale, tentou convencer o mercador a levar presentes ao rei da França. Aqui percebemos uma diferença importante: o âmbar cinzento não era um presente suficiente para um rei: o mandatário jalofu queria enviar um cavalo, nem que para isso fosse necessário mandar uma pessoa escravizada para cuidar do animal no traslado. Com a negativa, sugeriu enviar o próprio filho como presente para o rei a França. Esta primeira inferência, nos leva a segunda: o valor agregado que o cavalo possuía para os senegambianos. Embora a sugestão do mercador francês fosse o âmbar cinzento, mercadoria muito valorizada pelos comerciantes atlânticos, o mandatário jalofu afirmou não ser suficiente para um rei, oferecendo o cavalo. Isso nos mostra a diferença do que era considerado valioso para os agentes senegambianos e atlânticos. E, por fim, a terceira inferência: em troca do cavalo ou do próprio filho, enviado como presente ao rei da França, o mandatário jalofu solicitou pólvora, com o explícito objetivo de destruir seus inimigos. Este fato nos leva ao próximo assunto deste tópico, a procura por armas e pólvora por parte dos agentes senegambianos.

Armas

O comércio de armamentos na Senegâmbia já existia quando da chegada dos europeus, através do comércio de longa distância do Saara, conforme argumentamos no tópico 2.2 desta tese. Contudo, a oferta de armas e pólvora por vias atlânticas aumentou a circulação deste tipo de material na Senegâmbia. José da Silva Horta e Peter Mark analisaram comércio de armas de ferro na Senegâmbia, o associando diretamente as comunidades mercantis judias que habitavam a costa atlântica da região. Consultando documentos inquisitoriais, descobriram que cristãos-novos produziam armas brancas em Lisboa na virada do século XVI para o XVII e que, a partir de 1608, judeus instalados na costa dos jalofos tornaram-se protagonistas no comércio de armas brancas na Senegâmbia. Mobilizado por judeus e cristãos novos, o comércio de espadas e punhais contrariava uma bula papal que proibia cristãos de comerciar armas com não cristãos. (HORTA; MARK, 2011, p. 103).

Os autores argumentam que o oferecimento das armas na Senegâmbia, embora fosse considerado ilegal por parte da coroa portuguesa, foi crescente no fim do século XVI e ao longo do XVII, uma vez que a procura por marfim, cera e couro, dentre outras mercadorias, se tornava cada vez maior (HORTA; MARK, 2011, p. 108). Essa correta inferência de Horta e

Mark elucida algo central para esta tese: não havia imposições políticas e comerciais europeias na Senegâmbia. De nada adiantava que uma coroa, sem nenhum poder político na Senegâmbia continental, tentasse impedir algum tipo de comércio. O que ditava a oferta dos comerciantes atlânticos, portanto, era a demanda por parte dos agentes senegambianos.

Horta e Mark afirmam que essa demanda por armas brancas na Senegâmbia era tal que, em Lisboa, por volta de 1590, existia uma indústria especializada em produzir espadas curtas, comumente chamadas de terçados. Os autores afirmam que essa produção era realizada por artífices que compartilhavam de uma tradição artesanal judaica e que essa arma era ideal para o uso de exércitos que utilizavam cavalarias (HORTA; MARK, 2011, p. 109). Essa argumentação, em conjunto com o que escrevi acima, sobre o intenso comércio de cavalos na Senegâmbia e o uso eminentemente militar dos animais, se complementam.

Os autores europeus ainda argumentam que na virada do século XVI para o XVII os lançados eram os principais responsáveis por revender as armas na Senegâmbia (HORTA; MARK, 2011, p. 120), mas que:

A crescente competição comercial europeia ao longo da costa da Alta Guiné na virada do século XVII, combinada com a interrupção do comércio com Marrocos, significava que não apenas os comerciantes portugueses, mas também holandeses e ingleses, e provavelmente também franceses, comercializavam quantidades crescentes de lâminas. armas na Guiné. Essa situação, aliada à contínua importação de cavalos e a consequente demanda por armas apropriadas para a cavalaria, fez das décadas imediatamente posteriores a 1590 um período de crescimento explosivo do comércio de espadas, adagas e espadas (HORTA; MARK, 2011, p. 131)¹⁶⁵.

De fato, no fim do século XVI, diversas nações europeias, para além de Portugal, passam a se engajar no comércio atlântico na Senegâmbia. Conforme argumentado por George Brooks, a competição entre estes comerciantes atlânticos era positiva aos mercadores senegambianos, que além de recolher mais impostos, também podiam melhorar os termos das trocas comerciais (BROOKS, 1993, p. 5). Acrescento que em conjunto com a ausência de poder político português na Senegâmbia continental, aos mercadores senegambianos a competição facilitava que se exigisse em troca das mercadorias que vendiam, fosse exigido mercadorias que a coroa portuguesa tentava limitar, como as armas brancas. As armas

¹⁶⁵ Tradução nossa: Growing European commercial competition along the Upper Guinea Coast at the turn of the seventeenth century, combined with the interruption of trade to Morocco, meant that not only the Portuguese but also Dutch and English merchants, and probably French as well, traded growing quantities of blade weapons in Guinea. This situation, combined with the continued importation of horses and the consequent demand for weapons appropriate for cavalry, made the decades immediately after 1590 a time of explosive growth in sword, dagger, and espada trade.

brancas, de fato, foram mercadorias de circulação atlântica com importância significativa na Senegâmbia.

As armas de fogo também foram importadas por agentes senegambianos. Linda Newson argumenta que a importação de armas de fogo foi crescente em meados do século XVII. Sua análise sobre as mercadorias que foram levadas para a Senegâmbia pelo comerciante Manoel Batista Peres, evidenciou que espingardas, pistolas e pólvora foram levadas por este mercador para a Senegâmbia para ser trocada por outras mercadorias (NEWSON, 2013, p. 278)¹⁶⁶.

É interessante esta argumentação de Newson, principalmente a partir do fato de que, dentre as fontes que consultamos dentro do recorte temporal desta tese (1580-1700), é em Richard Rainolds e Thomas Dassel, que escrevem em 1591, que aparece a informações sobre uma eventual procura de armas de fogo por parte dos mercadores senegambianos. Os autores argumentam que em uma conferência com o soberano de Rufisque, eles atiraram com os canhões dos navios e com armas de fogo, à título de demonstração ao mandatário, que se interessou e questionou se era possível adquirir estas mercadorias (RAINOLDS; DASSEL, 1591, p. 3)

A princípio, o comércio de mercadorias que pudessem ser utilizadas em mercadorias ainda era uma preocupação para aqueles que navegavam para comercializar sob a bandeira portuguesa. André Almada, em 1594, sobre o comércio na Costa dos Jalofofos, argumentou:

Indo eu a este resgate no ano de setenta e oito, porque algumas pessoas punham em dúvida se estes mercadores vinham por ordem do Turco a resgatar esta manilha de cobre, para fundir dela artilharia, informei-me bem dos mercadores, donde iam fazer este resgate deste ouro, e para o que queriam lá as manilhas. Soube de certo que as manilhas lhes não servem para mais que para ornamento e arreo das suas pessoas, e as trazem nos braços e pernas; em tanta estima as têm e em mais do que cá temos o ouro (ALMADA, 1594, p. 277)

Deste excerto percebemos duas informações importantes: a primeira é que mesmo mercadorias que não necessariamente são imediatamente ligadas à produção de armas, como o cobre, poderiam ter este tipo de uso. O segundo é a permanência do comércio saariano à

¹⁶⁶ Tradução nossa: An increase in the importation of firearms has been linked to the expansion of the slave trade from the mid-seventeenth century. Although the causal relationship has generally been questioned, it remains the case that larger quantities of firearms were imported over time. The evidence here suggests that the most important weapons traded in the early seventeenth century were swords. Indeed, only four espingardas (shotguns) and one pistolete (pistol) are mentioned in all the accounts, all of them traded by Manoel Batista Peres. Nevertheless, the fact that he also traded over 200 pounds of gunpowder suggests that guns may have been more available than these numbers suggest, though this was still a relatively small amount.

época de Almada, que temia que os senegambianos vendessem o cobre aos “turcos” que poderiam fazer munição para a artilharia com este material.

O mesmo André Almada nos dá evidências da utilização de armas de fogo na Senegâmbia no fim do século XVI, quando afirma que dentre os sapes em Serra Leoa, após o contato com os manes, deixaram de ser pacíficos e “têm já alguns Reis das ditas partes em seus fortes artilharia; e há negro Mane muito bom bombardeiro, e há alguns escopeteiros, e quando há guerra entre eles se fortificam e assestam nos fortes artilharia, e folgam de ter gente nossa escopeteira e compra[m] escopetas” (ALMADA, 1594, p. 374). A “gente nossa escopeteira”, certamente, são os lançados, que Horta e Mark argumentaram que eram os responsáveis pela revenda das armas na Senegâmbia. E, de maneira direta, vemos já em Almada que agentes senegambianos compravam armas de fogo, especificamente escopetas. Esta compra de armas de fogo se acentua com o tempo. Lemos Coelho, em 1684, ao tratar sobre seu comércio no rio Gâmbia, afirma: “os gêneros que servem para este reino, é ferro, roupa alta, cola, cristal, alambre, conta avelório miúda, preta, branca e cor de telha; aguardante, pólvora, munição e escopetas, que os negros daqui são caçadores e prezam-se de atirar bem” (COELHO, 1684, p. 143).

Mesmo com o comércio de armas de fogo, o comércio de armas brancas não é interrompido. Richard Jobson, em 1621, afirma que os fulas no rio Gâmbia procuravam facas para comprar (JOBSON, 1621, p. 23), enquanto Otto Friedrich Von den Groeben, em 1683, afirma que vendeu facas em Serra Leoa (JONES, 1680, p. 24).

Especificamente em relação as armas, podemos assumir que eram um elemento ainda mais direto que o ferro para a utilização militar. Uma tradição oral colhida no rio Gâmbia em 1983, evidencia a relação direta entre a presença europeia, as armas, a pólvora e a escravidão:

Naquela época, os brancos davam alguns sinais que indicavam aos negros que sempre que os brancos quisessem o governo, eles o tomariam. O sinal em si era a pólvora. Quando os negros administravam a pólvora, nas chuvas ou quando fazia frio, ela não funcionava. Os negros compravam a pólvora dos europeus. Eles vinham a MacCarthy para comprar pólvora. Iam comprar pólvora em Bajeeba. Nesses dois lugares, os europeus se escondiam para emboscar o povo ¹⁶⁷.

¹⁶⁷ NCAC, Department o of Literature, Performing and Fine Arts. Tape 490A-1. Informante: Não informado; Tópico: Mandinka History. Date: 1983; Local da entrevista: Não informado, p.15. Tradução nossa: At that time, the whitemen gave some sings which indicated to the blackment ttat whenever the white men wanted rulership, they would sieze it. The sing itself was the gunpowder. When black men mede gunpowder, during the rains or when it got cold, it did not function. Blackmen bought gunpowder from the Europeans. They came to Mac

De maneira ainda mais direta que o ferro, cavalos, armas e pólvora serviram para alimentar o interminável ciclo de troca de mercadorias por pessoas escravizadas na região, que, ocorrendo no longo prazo, auxiliaram em fazer da hemorragia demográfica um dos fatores constitutivos da Senegâmbia pré-colonial.

Carthy to buy gunpowder. They would go to buy gunpowder at Bajeeba. These two pplaces, the Europeans would ley so then could ambus the people.

4.3 – Algodão e Pano

O algodão em estado bruto e manufaturado em forma de panos, roupas, e outras mercadorias é outra importante mercadoria de importante circulação atlântica na Senegâmbia entre 1580 e 1700. A mercadoria era produzida internamente na Senegâmbia, bem como era levado de forma manufaturada para a Senegâmbia por mercadores que faziam o comércio saariano. Com diversificado uso por parte das populações locais, o algodão foi um dos mais importantes de circulação atlântica na Senegâmbia sendo, inclusive, plantado no arquipélago de Cabo Verde para posteriormente ser comercializado na Costa. A importância da mercadoria era tamanha que se tornou produto de lastro para realização de trocas comerciais. Como veremos, mesmo com o comércio atlântico, a produção interna de algodão não foi interrompida.

Produção interna de algodão

Há vários registros que elucidam a produção interna de algodão na Senegâmbia. Francisco Andrade evidenciou a produção de algodão no rio Gâmbia (BRÁSIO, 1964, p. 104), enquanto Almada evidenciou essa produção no Kaajor: “nesta terra há a mesma tinta de que se faz o verdadeiro anil, mas fazem-na em toda esta costa em pelouros, amassado o mesmo bagaço. Tingem como os Jalofos; há algodão da própria terra, mas não há muita roupa, como nos Jalofos e outros Reinos vizinhos” (ALMADA, 1594, p. 258).

Informações sobre plantação de algodão se repetem nas fontes em todo nosso recorte (1580-1700), até Jacob Le Marie, que escreveu em 1695: “todas as Aldeias de Cacheu até Farim, são habitadas pelos grumetes dos portugueses, que colhem algodão, etc.” (LE MARIE, 1695, p. 202-3)¹⁶⁸. Por este excerto percebemos que além da plantação de algodão por parte dos povos locais, portugueses e lançados habitantes de Cacheu e Farim se inseriram nesta cadeia produtiva, a partir do trabalho dos grumetes. Isso demonstra que os agentes externos à Senegâmbia tiveram que se adaptar aos padrões de produção e comércio locais, de maneira a se integrar nas redes mercantis locais.

¹⁶⁸ Tradução nossa: Mandingues. Tous les Villages qui sont depuis Cacheau jusqu'à Farim, son habitez par les Gourmets des Portugais, qui ramassent du coton, etc.

Local de produção e uso de tecidos

Os tecidos também eram produzidos na Senegâmbia. Francisco de Andrade, em 1582, evidenciou a produção de algodão e roupa branca e preta no rio Gâmbia (BRÁSIO, 1964, p. 104), além de afirmar que roupa vermelha que era comprada “nos rios da Guiné” era levada para a realização de trocas nas ilhas dos bijagós (BRÁSIO, 1964, p. 106). Philip Curtin argumenta que tecidos eram produzidos na região do Futa Djalon e comerciantes mandingas traziam o produto para ser trocado por sal no rio Gâmbia e no Saalum (CURTIN, 1975, p. 212-213). Linda Newson argumenta que antes do europeus os centros de produção e tecelagem de algodão na Costa da Alta Guiné situavam-se na “zona de savana entre os rios Gâmbia e São Domingos (Cacheu), de onde o tecido de algodão era comercializado particularmente com as regiões do sul”¹⁶⁹ (NEWSON, 2013, p. 272).

Panos também eram comercializados por vias saarianas. Sobre Sutuco, no rio Gâmbia, argumenta Almada: “neste resgate vão ter alguns mouros, e levam ouro, e o resgatam a troco de pano vermelho e de outras cousas” (ALMADA, 1594, p. 278-9). Além disso, Ralph Austen, em seu livro *Trans-Saharan Africa in World History* argumenta que o algodão e produtos manufaturadas neste produto eram trazidos do Norte da África para a Senegâmbia pelos comerciantes caravaneiros (AUSTEN, 2010, p. 40).

Curtin argumenta também que a produção têxtil era uma tarefa doméstica normal para os mandingas e jalofos, e apenas os fulas tinham um grupo endógamo que fazia o serviço de fiação e tecelagem, chamado maabube, enquanto os jaxanke deixavam as tarefas de cultivo e tecelagem do algodão para a classe servil (CURTIN, 1975, p. 213).

O algodão era utilizado, majoritariamente, na produção de roupas na Senegâmbia. Almada assim descrever a indumentária dos jalofos:

Estes negros andam vestidos com umas roupetas, a que eles chamam camisas, de panos de algodão, pretos e brancos, da maneira que querem. E as roupetas são degoladas dos mantéus, e as mangas chegam até os cotovelos e as camisas compridas, que ficam dando um palmo por cima dos joelhos; e uma maneira de calças muito atufadas, digo calções muito avelutados, estreitos e justos por baixo nas pernas, os quais ficam dando por debaixo dos joelhos como os nossos (ALMADA, 1594, 239-240).

¹⁶⁹ Tradução nossa: In pre-European times the centre of cotton production and weaving on the Upper Guinea Coast was in the savanna zone between the Gambia and São Domingos (Cacheu) rivers, from whence cotton cloth was traded particularly with regions to the south.

Os panos algodão era também utilizado para a indumentária e para suporte de flechas e de azagaias: “Usam de outras armas de pouco custo, proveitosas para eles; têm uns panos de algodão compridos, os quais torcem de maneira que fiquem bem torcidos, e estes panos cingem, começando das virilhas aos peitos, muito juntos, e desta maneira armados lhes não passam as frechas nem azagaias” (ALMADA, 1594, 242).

O cultivo de algodão, a fabricação e o tingimento de têxteis é um dos principais componentes de trocas no comércio inter e intrarregional na Senegâmbia. George Brooks argumenta que, além disso, os tecidos era símbolo de distinção social: “prestígio e exibição não eram (e são) menos importantes que as preocupações utilitárias entre os africanos ocidentais, pois a qualidade, o estilo e a decoração das roupas diferenciam as posições sociais e a riqueza (BROOKS, 1993, p. 56)¹⁷⁰. Vale lembrar que esta é uma característica comum a várias outras culturas, não sendo uma particularidade senegambiana.

A utilização de roupas enquanto elemento de indicação de identidade aparece nitidamente em André Donelha, que escreveu em 1625. O cabo-verdiano descreve seu encontro com Gaspar Vaz, mandinga que havia sido escravizado, levado para Cabo Verde, se tornado livre e retornado a sua terra natal, Casão, no rio Gâmbia. Assim Donelha descreve o encontro:

Está o porto de Casão sessenta léguas da barra e do mar. Está na banda do norte; achei neste porto sete navios a resgatar, depois nós achamos nove; achei nele muitos tangomaus conhecidos; achei um negro mancebo mandinga, por nome Gaspar Vaz, que fora escravo nesta ilha de um vizinho meu em São Pedro, alfaiate, por nome Francisco Vaz; era o negro bom alfaiate e botoeiro; tanto que soube que eu estava no porto me veio a ver e visitar com grande alvoroço, abraçando-me, dizendo que não podia crer ser eu o que via, e que Deus me levara lá pera ele me fazer alguns serviços, de que lhe dei os agradecimentos, dizendo que também folgava muito de o ver, para lhe dar novas de seu senhor e senhora e conhecidos, mas que me pesava de **o ver vestido com o camisão de mandinga, e com nômimas dos seus feitiços ao pescoço; ao que ele me respondeu, eu trago, senhor este traje porque eu sou sobrinho do Sam de Gil, senhor desta aldeia**, o qual os tangomaus chamavam duque, por ser a segunda pessoa do rei; por morte do Sam de Gil meu tio, fico herdeiro de todos os seus bens, e por isso trago os vestidos que v.m. vê, mas na lei de Mafamede não creio, mas antes me aborrece, na lei de Cristo Jesus creio, e pera que v.m. saiba ser verdade o que digo, despiu o camisão, ficou e jubão e camisa, já ao nosso modo, e do pescoço tirou um rosário de Nossa Senhora, dizendo todos os dias me encomenda a Deus e à Virgem Nossa Senhora neste rosário (DONELHA, 1625, p. 130-131 grifo nosso).

¹⁷⁰ Tradução nossa: Prestige and display were (and are) no less important than utilitarian concerns among western Africans, for the quality, style, and decoration of garments differentiate social positions and wealth.

Este excerto é célebre na historiografia que se debruça sobre a história da Senegâmbia pelas inferências possíveis de se fazer a partir de sua leitura, como ao fato da mobilização de diferentes elementos do capital religioso, cristão e muçulmano e de que por mais que a ação dos tangomaus fosse “proibida” pela coroa portuguesa, agentes que navegavam sob a bandeira lusa tinham tangomaus “conhecidos” e com eles tratavam, explicitando a ausência de poder coercitivo europeu na Senegâmbia neste período. Porém, para este tópico desta tese, nos importa perceber que o uso do camisão de mandinga por parte de Gaspar Vaz, para além de sua função prática de cobrir o corpo, denotava também sua posição social. Afinal, o agente mandinga o utilizava por ser herdeiro de Sam de Gil, e passou a ser uma importante autoridade política naquele local, e Vaz justifica o uso deste camisão, em conjunto com as nóminas, por ocupar esta posição política. Isto nos permite concordar com Brooks, em sua afirmação de que as roupas denotavam posição social e riqueza.

O algodão era um produto de grande valor de uso no contexto interno da Senegâmbia. Assim produtos feitos de algodão eram dentre as mercadorias levadas para trocas nas redes atlânticas na Senegâmbia. Segundo Boulègue, “tecidos de algodão, tiras de tecido, brancos ou tingidos com índigo descrito pelos autores do período anterior estão sempre em alta demanda, e muitas vezes aparecem nos textos do século XVII” (BOULÈGUE, 2013, p. 203)¹⁷¹. Tão grande era a importância da mercadoria que Linda Newson afirma que durante o século XVII, os têxteis foram os produtos mais comercializados na costa:

Os têxteis eram de longe as mercadorias mais importantes comercializadas na costa. As contas contêm mais de 1.300 entradas para têxteis e listam mais de 60 tipos de tecidos, excluindo os de diferentes cores e tamanhos. Entre cerca de 45 e 70 por cento do tecido foi importado da Europa ou da Índia. Antes do desenvolvimento do comércio português com a Índia, as importações têxteis eram dominadas por tecidos do Norte de África. Por esta altura, no entanto, já tinham sido largamente substituídos por panos indianos, embora ainda fossem importadas pequenas quantidades de [a]lambéis (um tecido de lã do Norte de África). Em geral, a gama bastante limitada de fibras e corantes na costa africana tornava os tecidos importados particularmente atraentes (NEWSON, 2013, p. 270-71)¹⁷².

¹⁷¹ Tradução nossa: Les étoffes de coton, tissées en bandes, blanches ou teintes à l'indigo décrites par les auteurs de la période précédente, sont toujours très demandées, et apparaissent souvent dans les textes du XVII^e siècle.

¹⁷² Tradução nossa: Textiles were by far the most important commodities traded on the coast. The accounts contain over 1,300 entries for textiles and list over 60 types of cloth, excluding those of different colours and sizes. Between about 45 and 70 per cent of the cloth was imported from Europe or India. Prior to the development of Portuguese trade with India, textile imports were dominated by fabrics from North Africa. By this time, however, they had largely been replaced by Indian cloths, though small amounts of [a]lambéis (a woollen fabric from North Africa) were still imported. In general, the rather limited range of fibres and dyes on the African coast made imported cloths particularly attractive.

As fontes que consultamos comprovam esta assertiva. Alvise Cadamosto, em 1455, afirmou que levou à costa senegambiana algodão, fiados de algodão, panos de algodão, brancos, azuis e vermelhos para trocar por mercadorias locais (CADAMOSTO, 1455, p. 64). George Fenner, em 1566, também afirmou que ofereceu panos de lã e panos de linho para troca na costa senegambiana (FENNER, 1566, p. 4).

André Almada, por sua vez, em 1594, afirmou sobre o oferecimento de algodão e panos de algodão, tingidos ou brancos, em inúmeros locais. Escreveu sobre este comércio no rio Gâmbia, (ALMADA, 1594, p. 276) e no rio Casamansa (ALMADA, 1594, p. 291 e 297). Escreveu que em Cacheu havia uma diferenciação entre os tecidos que eram vendidos para os negros e para os “nossos”, ou seja, auto representados portugueses: “as mercadorias que correm nesta terra, a principal é o ferro, algodão, panos do mesmo, teadas do mesmo, que é um pano estreito como pano de treu de vela. Isto para os negros. E para os nossos, vestidos feitos, camisas, jubões, calçados, toda a roupa de vestir” (ALMADA, 1594, p. 301), o que fortalece a teoria de que as vestimentas eram utilizadas como forma de diferenciação social. O autor ainda afirma sobre a venda de pano vermelho nas ilhas dos bijagós (ALMADA, 1594, p. 318) e no rio Nuno (ALMADA, 1594, p. 343).

Os panos vermelhos aparecem como mercadoria a ser levada ao rio Senegal no relato de João Batista Lavanha, em 1600 (LAVANHA, 1600, p. 370). Em 1643, Claude Janequin mapeou os panos como mercadoria a ser levada à Costa dos Jalofos (JANNEQUIN, 1643, p. 67). Em 1669, Francisco Lemos Coelho deixa a importante evidência de que roupas produzidas na Senegâmbia não eram comercializadas apenas por portugueses e não apenas no contexto interno à região:

Também vem de Cacheu a negociar os Portugueses com eles, e lhe trazem muito marfim, e cera, que trocam a troco de ferro, e fazendas de Holanda, e levam todos anos por este caminho 1500, e 2000 quintais deste gêneros, e de couros tiram todos os anos desta costa 5000 couros, fora roupa jalofa que é sem número, e negros que levam para S. Jorge da Mina (COELHO, 1669, p. 6-7)

Como se percebe, a tecelagem senegambiana era prestigiada em outros locais da África, como em São Jorge da Mina. Coelho ainda afirma sobre a venda de pano vermelho, fio vermelho e amarelo em Jola, no Saalum (COELHO, 1669, p. 9-10) e na venda de pano vermelho e fio de lã vermelho e amarelo para mercadores que vinham em cáfilas para Baracunda, no Gâmbia (COELHO, 1669, p. 23).

Otto Friedrich Von den Groeben afirmou sobre a venda de linho colorido na Serra Leoa em 1683 (JONES, 1680, p. 24), enquanto La Courbe fala da importância dos panos no comércio no rio Senegal em 1685 (LA COURBE, 1685, p. 29). Em 1695, François Froger afirmou sobre a venda de panos vermelhos no rio Senegal (FROGER, 1695, p. 15-16), enquanto, também em 1695, Jacob Le Marie afirmou taxativamente que o pano e o algodão eram mercadorias obrigatórias para se ter no enclave comercial de Saint Louis para o comércio no rio Senegal e em toda a costa senegambiana (LE MARIE, 1695, 72-73).

A análise realizada nos permite afirmar que em toda a Senegâmbia o algodão, fios de lã e/ou algodão e produtos têxteis manufaturados eram levados para o comércio, por parte dos mercadores atlânticos. Linho e panos já tingidos tinham grande aceitação, principalmente os panos vermelhos e azuis. Dentre as fontes, fica evidente também que mercadores das mais diversas nações europeias levavam esta mercadoria para o comércio na Senegâmbia.

Produção de tecidos em Cabo Verde

Na ilha de Cabo Verde, moradores produziam algodão para a Senegâmbia. George Brooks argumenta que os panos fabricados no arquipélago tiveram grande aceitação na África Ocidental e foram exportados também para outras regiões, como a Costa do Ouro, Benin, Angola e Brasil. Afirma ainda que estes panos produzidos em Cabo Verde eram utilizados em ocasiões cerimoniais, como casamentos e em mortalhas fúnebres (BROOKS, 1993, p. 166). Linda Newson, por sua vez, afirma que a ilha de Santiago e do Fogo desenvolveram importante indústria têxtil ao longo do século XVI. Inclusive, no início do século XVII, chegavam a demandar importação de algodão produzido na costa senegambiana, para transformá-lo em panaria e exportá-lo. (NEWSON, 2013, p. 272-3).

O inglês John Hawkins, já em 1568, reconhece que Cabo Verde tinha importante local estratégico para trocas comerciais tanto na Senegâmbia quanto na Costa do Benin, e que algodão e tecidos de algodão, produzidos no local, eram importantes mercadorias de troca produzidas no local para a realização do comércio atlântico (HAWKINKS, 1568, p. 129). O capitão Francisco de Andrade, em 1582, escrevendo sobre o rio Cacheu, afirmou:

Gasta-se neste rio todo o algodão que se dá na ilha do Fogo e deste algodão fazem roupas que corre toda esta costa de Guiné, a que dão cores de preto

com as tintas que os vizinhos lhes trazem em seus navios do rio Nuno; gastam-se também muitos vinhos e toda sorte de mantimentos e pedraria, e roupas de Índia e continha de Veneza (BRÁSIO, 1964, p. 105).

Por este excerto, percebemos que o oposto ao narrado por Linda Newson, com povos da costa importando e beneficiando o algodão produzidos em Cabo Verde, também acontecia. Mais que isso, percebemos que panos e roupas de outros locais do mundo, como as “roupas da Índia” são inseridas neste mercado, bem como a existência de uma rede interna entre o rio Nuno e o rio Cacheu de corantes para tecidos. André Almada, por sua vez, ao afirmar sobre os povos que habitavam o rio Casamansa explicita o duplo papel exportador de Cabo Verde, tanto em panos quanto em cavalos:

Andam os desta nação vestidos como os Jalofos e Mandingas, e ficam cingidos estes por cima dos Mandingas. E nesta terra correm alguma roupa de algodão; usam cavalos, mas poucos, porque alguns que têm se levam da Ilha do Cabo Verde, ou da terra dos Jalofos ou Mandingas, os quais andam contínuos na corte deste Rei, principalmente daqueles religiosos, dizendo muitas mentiras aos negros, e fazendo-lhes crer muitas cousas (ALMADA, 1594, p. 291).

Produzido internamente à Senegâmbia e em Cabo Verde e importado em grande volume a partir das rotas atlânticas por mercadores senegambianos, o algodão e os panos foram mercadorias essenciais nas trocas atlânticas na Senegâmbia

Tecidos enquanto mercadoria de lastro

Os tecidos eram mercadorias tão essenciais que passaram a ser mercadorias de lastro para a troca de outras mercadorias na região. Este tipo de informação aparece nas fontes escritas por cabo-verdianos e portugueses. Francisco de Andrade afirma, em 1582, que roupas que eram compradas no rio Cacheu “corre por dinheiro em todos os mais rios de Guiné” (BRÁSIO, 1964, p. 106). André Almada, em 1594, mostrou que não só os panos eram utilizados por moedas, mas também os materiais utilizados para tingir os têxteis. Descrevendo sobre o comércio de uma matéria prima de origem vegetal da qual se tira uma tinta anil no rio Nuno, afirmou:

Esta tinta que dele se tira leva-se para o Rio de São Domingos, e nele se gasta na própria terra dos Buramos e Banhuns, e se leva a Casamansa, e é muito bom resgate, porque dela se fazem escravos e mantimentos, e todo o mais resgate. E as vendem inteiras e em pedaços, e correm como moeda entre nós, para os gastos (ALMADA, 1594, p. 342).

Devido ao seu papel como moeda, os panos passaram a ser mercadorias de lastro para a troca de outras mercadorias na região. Francisco Lemos Coelho, em 1669, trata da manufatura têxtil usada como lastro para troca por outras mercadorias no rio Gâmbia: “[resgata-se] roupa da terra, que não só se pode comprar para gastar no dito rio, se não para os resgates de toda Guiné” (COELHO, 1669, p. 26).

Philip Curtin afirmou que os tecidos eram “parte de um conjunto mais complexo de equivalentes que começava com o próprio tecido, tomando partes fracionárias de tecido inteiro como unidades fracionárias de moeda” (CURTIN, 1975, p. 238)¹⁷³. Afirmou ainda que:

Esse tipo de barganha de quantidade para permitir ajustes de preços de mercado em uma base sazonal ou diária era tão comum na África Ocidental pré-colonial que pode ser considerado o sistema dominante nos mercados locais, e naturalmente influenciou os mecanismos de troca que se desenvolveram para lidar com comércio marítimo nos séculos XV e XVI e posteriores (CURTIN, 1975, p. 240)¹⁷⁴.

Os tecidos, divididos em partes, eram mercadorias de lastro para troca de outras mercadorias no comércio atlântico na Senegâmbia. Linda Newson afirmou que entre 1616 e 1618, uma pessoa escravizada era trocada por cerca de 150 panos, apontando a similaridade com o que ocorreu ao longo do século XVII, em que as mercadorias também tinham como lastro as barras de ferro. A autora ainda afirma que “o uso do tecido como unidade de conta e, de fato, como meio de troca, tinha a vantagem de ser relativamente barato, divisível, portátil e amplamente disponível localmente” (NEWSON, 2013, p. 261)¹⁷⁵. Lumumba Shabaka explica sobre o valor de troca dos panos na Senegâmbia.

Em 1670, um rolo de panu de Cabo Verde valia 300 réis. O preço médio de um jovem escravo era de 900 réis. Um barril de vinho custava 1.200 réis; um saco de algodão custava 600 réis. Um quintal de marfim valeu 600 réis; um quintal de cera era 450 réis”. Além de usar o panu para trocar escravos e outros bens no arquipélago controlado pelos portugueses, soldados e administradores locais (filhos de folhas) servindo à coroa portuguesa às

¹⁷³ Tradução nossa: part of a more complex set of equivalentents that began with the cloth itself, taking fractional parts of whole cloth as fractional units of currency.

¹⁷⁴ Tradução nossa: This type of quantity bargaining to allow for market price adjustments on a seasonal or daily basis was so common in precolonial West Africa that it can be taken as the dominant system in local markets, and it quite naturally influenced the exchange mechanisms that developed for dealing with maritime trade in the fifteenth and sixteenth centuries and later.

¹⁷⁵ Tradução nossa: The use of cloth as a unit of account, and indeed as a medium of exchange, had the advantage that it was relatively cheap, divisible, portable, and widely available locally.

vezes recebiam pagamento em barafula, que eram três panus unidos em um (SHABAKA, 2013, p. 84)¹⁷⁶.

Os panos eram mercadoria de base para trocar as principais mercadorias eram vendidas na Senegâmbia. E tamanha era a importância desta mercadoria, que o pagamento de funcionários da Coroa portuguesa em Cabo Verde era medido em panos.

As lado das barras de ferro, os panos eram importantes formas de moeda na Senegâmbia (GREEN, 2019, p. 94). O autor inglês afirma ainda que o uso do tecido como moeda é um reflexo da demanda local, e não uma imposição externa (GREEN, 2019, p. 95). Como vimos, de fato, a demanda por tecidos era intensa e recorrente em toda a costa. Green se pergunta qual o impacto dessa monetização dos tecidos na Senegâmbia, ao que responde:

O padrão era que a produção local de tecidos andasse de mãos dadas com o aumento das importações de tecidos, pois o uso de tecidos tornou-se altamente específico e vinculado a eventos específicos do ciclo de vida ou a um festival específico. Era importante que o tecido fosse aceito como moeda em toda a Senegâmbia. A expansão dos mercados levou a um aumento da produção local de tecidos, em áreas como o Reino de Bundu, Fuuta Tooro no rio Senegal e o Mali, e também à intervenção de comerciantes europeus no comércio local de tecidos. Assim como os portugueses transportavam panos pela região e os usavam como unidade de contabilidade, no final do século XVII os ingleses tinham que comprar até 2.000 rolos de pano rio acima na Gâmbia apenas para usar como moeda em outros lugares da região, obtendo lucro de 100 por cento nessas revendas (GREEN, 2019, p. 96)¹⁷⁷.

O resumo do autor é acurado: os panos se tornam moeda por demanda interna, assim como foi o caso das barras de ferro. O uso era prático e cerimonial e condicionou a oferta da mercadoria por parte não apenas dos portugueses, mas do conjunto dos comerciantes atlânticos, independente da bandeira pela qual navegava. E, ainda mais importante, a oferta atlântica de tecidos não encerrou a produção local. Ao contrário, a produção local aumentou, envolvendo outros espaços, como o Reino de Bundu. Afinal, as roupas de produção local

¹⁷⁶ Tradução nossa: In 1670, a roll of panu from Cape Verde was worth 300 réis. The average price of one young male slave was 900 réis. A barrel of wine cost 1,200 réis; a bag of cotton cost 600 réis. A quintal of ivory fetched 600 réis; a quintal of wax was 450 réis. In addition to using panu to barter for slaves and their goods in the Portuguese-controlled archipelago, soldiers and local administrators (filhos de folhas) serving the Portuguese crown sometimes received payment in barafula, which was three panus bounded into one.

¹⁷⁷ Tradução nossa: The pattern was for local cloth production to go hand in hand increased cloth imports, as the use of cloths became highly specific and linked to particular events in the life-cycle, or to a particular festival. It was important that cloth was accepted as a currency throughout Senegambia. The expansion of markets led to an increase in local cloth production, in areas such as the Kingdom of Bundu, Fuuta Tooro on the Senegal River, and Mali, and also to the intervention of European traders in the local cloth trade. Just as the Portuguese shipped cloths around the region and used them as an accounting unit, by the end of the seventeenth Century, the English had to buy up to 2,000 rolls of cloth upriver on the Gambia just to use as currency elsewhere in the region, making profit of 100 per cento in these resales.

eram utilizadas para trocas internas na Senegâmbia, com os agentes atlânticos comprando panos produzidos em locais como o rio Gâmbia, e vendendo em outros locais.

A utilização de panos produzidos localmente que eram comprados e revendidos em outros locais é evidente nas fontes. Apenas em Almada, em 1594, vemos roupas compradas no rio Senegal e no rio Gâmbia e vendidas em outros rios (ALMADA, 1594, p. 247); especificamente nos portos atlânticos do Saalum eram compradas roupas brancas e pretas para serem vendidas em outros locais (ALMADA, 1594, p. 270); e afirma que os Sosos compravam algodões e panos dos fulas para venderem na região de Serra Leoa (ALMADA, 1594, p. 347). Aqui, nesta última citação, percebemos que não eram apenas os agentes atlânticos que se aproveitavam deste filão comercial dos panos na Senegâmbia, mas também comerciantes internos à região compravam mercadorias em locais específicos e levavam para outros.

Assim, conforme afirma Linda Newson, os tecidos importados, seja de Cabo Verde, da Europa ou da Ásia, complementavam e não competiam com a produção local (NEWSON, 2013, p. 273-274). Green afirma sobre os tecidos jalofos e mandingas como sendo utilizados como moedas de troca em toda a Senegâmbia, principalmente ao sul do rio Geba (GREEN, 2019, p. 94).

O algodão e os panos eram importantes mercadorias de importação na Senegâmbia. Produzido internamente, o produto tinha tanta importância para os comerciantes e povos senegambianos, que se tornou uma mercadoria de lastro para troca de outras mercadorias. A oferta da mercadoria por vias atlânticas não encerrou a produção local, ao contrário, a incentivou, com mercadores atlânticos fazendo navegação de cabotagem, levando roupas de um local para outro da Senegâmbia, e mesmo por agentes internos, que faziam o mesmo processo pelas rotas terrestres internas à região.

Em suma, o comércio de panos foi, paulatinamente, entrando na égide do comércio de pessoas escravizadas. Embora não seja um produto que, diretamente, seja capaz de gerar escravizados, dada sua importância, era exigido pelos agentes senegambianos para a venda de pessoas. Assim, concordamos com Green quando ele afirma que “o acesso a tecidos rapidamente se tornou uma característica central do comércio europeu na área. Os

comerciantes de escravos fizeram tudo o que podiam para ter acesso às áreas de produção de tecidos” (GREEN, 2019, p. 96)¹⁷⁸.

¹⁷⁸ Tradução nossa: Gaining access to cloths rapidly became a core feature of European trade in the area. Slave traders did everythin they could to gain access to cloth-producing areas.

4.4 – Contas e outras mercadorias

O foco deste tópico é analisar outras mercadorias vendidas na Senegâmbia, que conceituamos como “mercadorias do dia a dia”. Destacamos as mercadorias importadas pelos agentes senegambianos pelas vias atlânticas e os usos internos destes produtos. As contas de vidro se tornaram o fio condutor deste tópico, pois foram mercadorias demandadas pelos moradores da Senegâmbia em todo o período que abarca esta tese (1580-1700). Argumentamos que a variedade de mercadorias que circulavam por vias atlânticas na Senegâmbia comprova que os agentes atlânticos tinham que se adequar às demandas mercadológicas senegambianas.

O comércio de ferro, cavalo, armas, pólvora, algodão e pano foi muito importante na Senegâmbia entre 1580 e 1700. Porém, estas não foram as únicas mercadorias de importação atlântica por parte dos agentes senegambianos. Várias mercadorias eram compradas pelos comerciantes da região, assim como eram vendidas. Os tópicos 4.1, 4.2 e 4.3 que construímos neste capítulo analisaram as principais mercadorias que os agentes atlânticos levavam à região, destacando a variedade de produtos que circulavam nessas vias

As “mercadorias do dia a dia” (TUCK, 2012, p. 285-286), ou seja, as que não necessariamente são aquelas mais evidentes na análise das fontes, são importantes para não cometermos reducionismo no tráfico atlântico na África, pontuando apenas aqueles mais prementes, como o ferro e as pessoas escravizadas. Assim, temos uma imagem mais complexa e completa do comércio atlântico. Comerciantes da costa da Senegâmbia são fontes essenciais para entender a diversidade de mercadorias, como as contas, que circulavam nas redes atlânticas que se conectavam com a região. O comerciante Almada destacou dezesseis tipos de mercadorias que eram levadas para as trocas comerciais em apenas um local, o Kaajor.

As mercadorias que levam os nossos a estas partes são cavalos, vinhos, bretanhas, contaria da índia chamada fêmea, que é do tamanho e feição dos bagos de romã, limpa e boa, o cano de pata, que é a mesma contaria comprida, outra da mesma contaria redonda, do tamanho de uma avelã e maior; toda esta contaria é estimada entre eles e é o tesouro e jóias que eles têm. Vaie também reais de Deus, os quais chamam tostões, e os desfazem para fazerem anéis e cadeias de prata; estimam também o ouro; compram algumas peças feitas, vinta-quatreto vermelho, grão, margarideta, continha de Veneza, papel, coral miúdo, búzio miúdo, o qual corre como dinheiro para gastos (ALMADA, 1594, 253-254).

Este relato evidencia a variedade de produtos neste comércio, como vinhos, cavalos, ouro, joias, papel, búzios e contas. Além da diversidade das contas, ele destaca a alta consideração que os moradores tinham pela contaria. As contas ocupam um papel importante no comércio atlântico e eram levadas para o comércio atlântico em diferentes regiões da África durante os séculos XVI ao XIX, como mostram fontes escritas e pesquisas arqueológicas nos antigos enclaves comerciais europeus na costa africana. com base em suas pesquisas arqueológicas, Liza Gijanto (2011) afirma que estas contas eram feitas de diferentes cores, sendo majoritariamente de vidro, e nos mais diferentes tamanhos e formas geométricas. Gijanto ainda argumenta que as preferências pelo formato e cor das contas variavam no tempo e no espaço.

As contas eram usadas como mercadoria de troca na Senegâmbia. No Saalum, as contas eram trocadas por roupas, e estas roupas eram levadas a outros rios da Senegâmbia para serem trocadas por outras mercadorias (ALMADA, 1594, p. 270). Contas também aparecem como mercadorias no rio Gâmbia, (ALMADA, 1594, p. 276).

A infinidade variedade de mercadorias listadas pelo mercador cabo-verdiano Almada aparece para outras localidades. O agente atlântico afirma sobre a venda de papel e de búzios no Kaajor (ALMADA, 1594, 253-254). Calçados eram vendidos no rio Cacheu (ALMADA, 1594, p. 301); vacas e bezerros nas ilhas dos bijagós (ALMADA, 1594, p. 318); chumbo na região de Serra Leoa (ALMADA, 1594, p. 340); carne de cabra na região do rio Nuno (ALMADA, 1594, p. 343). Por fim, ele vendia cobre no rio Gâmbia, usado para produzir ornamentos (ALMADA, 1594, p. 277)

As fontes posteriores a 1600 indicam que as contas continuaram sendo recorrentemente levada à Senegâmbia por agentes atlânticos. Utilizamos as contas como eixo condutor deste tópico, de maneira a facilitar a análise e o entendimento das linhas que se seguem. Em 1600, João Batista Lavanha evidencia que franceses levavam para comercializar no rio Senegal uma diversidade de produtos, como contaria, brincos de vidro e pacaris da Índia (LAVANHA, 1600, p. 370). Richard Jobson, que foi ao rio Gâmbia em 1621, deu grande centralidade ao ferro e ao sal enquanto mercadorias que levou da Inglaterra para comercializar na Senegâmbia. Em uma das raras menções a outras mercadorias, afirma sobre a venda de contas, facas e “outras coisas insignificantes” aos fulas (JOBSON, 1621, p. 23).

No Kaajor as contarias eram usadas como presente diplomático. O capuchinho Alexis de Saint-Lô, em 1637, descreveu a visita de uma autoridade local do Kaajor dirigindo-se aos

européus, que habitavam na costa dos jalofos, para receber as contarias: “ao término de todas estas visitas, o Alkaire tomou a mão de uma mulher, que era sua terceira, e foi visitar as casas dos portugueses e os navios dos franceses pedindo corais, cristais e outras mercadorias para a sua mulher nova” (SAINT-LO, 1637. p. 26). Este excerto revela que as contas descritas como “cristais”, eram empregados pelos lançados como presentes para autoridades, como O alcaide, que exercia o poder político à mando do Damel. Este fato explicita a importância da mercadoria. Além disso, corais e “outras mercadorias” eram utilizadas com o mesmo propósito.

Claude Jannequin, em 1643, também enumera as mercadorias que levou à Costa dos Jalofos para realizar trocas comerciais: “nos trocamos com os panos, ferro, papel, pequenas costuras, pentes, espelhos, contas, cristais e arroz (JANNEQUIN, 1643, p. 67). As contas aparecem novamente, em conjunto com os panos e ferro, que descrevemos nos tópicos anteriores, em conjunto com outras seis mercadorias, denotando a diversidade de mercadorias que corriam no comércio atlântico na Senegâmbia. Francisco Lemos Coelho, que escreveu em 1669, é outro autor que descreveu de maneira mais minuciosa as mercadorias que levou para comercializar no Jola e no Saalum,

O melhor gênero para se comprar é *prata, coral comprido*, e quanto mais grosso melhor, água ardente, barras de ferro da Suécia, bacias, estanho, papel, pano vermelho, fio vermelho, e amarelo, avellorio, cravo da Índia, berucos que são mantas para cavalos, canequins, rouens, chapéus, *crystal n^o 5 e n^o 7*, e sobre tudo água ardente, coral, ferro e prata (COELHO, 1669, p. 9-10)

Coelho destacou a demanda local por coral, na Costa dos Jalofos. O ferro e os panos permanecem sendo mercadorias proeminentes. Apenas para Jola, Coelho lista que levou dezoito mercadorias para trocar por produtos senegambianos.

Francisco Lemos Coelho é uma fonte importante também por evidenciar trocas nos portos atlânticos com cáfilas que vinham do interior, com mercadores que possuíam ligações diretas com as rotas saarianas. Afirmado sobre um destes encontros em Baracunda, no Gâmbia, afirmou o mercador: “a troco, o principal, papel, *conta*, avelório, e outras fazendas como cristal, pano vermelho, e terçados e fio de lã vermelho, e amarelo” (COELHO, 1669, p. 23). Como se percebe, “mercadorias do dia a dia” também eram buscadas por caravaneiros. Destacam-se as contas, o cristal e o papel, para além do pano. Coelho, inclusive, enumerar que este tipo de mercadoria podia ser utilizado para comprar os vários gêneros que os agentes

atlânticos iam buscar na Senegâmbia. Ainda dizendo sobre as cáfilas em Baracunda, argumenta Coelho:

Eu comprei já dente de marfim que pesava duas arrobas por três alqueires de sal, e esta é a razão porque se não compra ouro, porque o vendem de modo que ordinário sai uma oitava por dois panos ou dois alqueires de sal, ou quatro mão de papel, ou oitenta ramas de avelório, ou um rama de cristal nº 24, que tudo isto vale dois palmos, e tem mais conta ao português comprar o dinheiro que tem em marfim, ou negros, ou roupa, que em ouro, que por isso se compra tão pouco, sendo também a causa haver tanto negócio de outros gêneros que sempre falta dinheiro que vão aos navios que lá vão acima despachar (COELHO, 1669, p. 24).

Importante aqui percebemos que as mercadorias possuíam valor de troca específico, com variações na quantidade. Além disso, percebemos um complexo funcionamento comercial, em que mercadorias podiam ser trocadas por outras mercadorias, sem existirem regras de qual produto deveria ser trocado por outro, desde que a quantidade fosse previamente acordada.

Francisco Lemos Coelho, na reescrita de seu relato, afirma que nos portos dos jalofos, a principal mercadoria para a troca a ser levada pelos agentes atlânticos era “o coral fino comprido e quanto mais grosso melhor, o qual se vende a pedras” (COELHO, 1685, p. 100). Também sobre o comércio com jalofos, Michel de La Courbe afirma que as mercadorias que deveriam ser levadas para o rio Senegal por parte dos agentes atlânticos eram materiais de vidro, barra de ferro, véus, coral, âmbar e um pouco de prata (LA COURBE, 1685, p. 29). Assim como Alexis de Saint-Lô, Michel de La Courbe escreve sobre a utilização de “mercadorias do dia a dia” nas relações com autoridades políticas dentre os jalofos:

Ela [esposa do Brac] me contou que, tendo ouvido falar de mim, tivera a curiosidade de vir me ver e que trouxera algum ouro do qual me presenteou; era como um pequeno relicário, uma obra de Mouros, muito bem trabalhada, com cinco ou seis pérolas de ouro; o todo valia bem duas pistolas [...] Então, elas me fizeram entender que era hora deles recuarem; significava que eles tinham que pagar o presente que me deram. Eu lhes disse, portanto, que, como eles haviam me trazido algo, eu fiquei muito feliz em não mandá-los embora com suas mãos vazias, que implorei a eles que me dissessem o que desejavam. Depois de uma pequena oração, eles me pediram espelhos, corais e seixos; (Estes são grandes grãos de vidro vermelho colocados em um ornamento para a noite, porque eles colocam sete ou oito linhas ao redor das casas); e especialmente cravo, que eles gostam muito; Depois de ter feito o meu presente, eles permaneceram por algum tempo para me agradecer, e então me disseram tago, isto é, para Deus (LA COURBE, 1685, 160-163)¹⁷⁹.

¹⁷⁹ Tradução nossa: Elle me fit dire qu'ayant ouy parler de moy, elle avoit eu la curiosité de me venir voir et qu'elle avoit apporté de l'or dont elle me faisoit présent ; c'estoit comme un petit reliquaire de filagranne, ouvrage de Maure, fort bien travaillé, avec cinq ou six douguerés, ou perles d'or ; le tout valoit bien deux pistoles [...]

A esposa do Brac, mandatário do Saalum, seguindo as normas diplomáticas locais, deu um relicário de ouro ao mercador francês. Em troca, este a deu espelhos, contas e os corais, que Lemos Coelho afirmara ser tão importante. Dá atenção especial ao cravo, buscado nas Índias. Percebemos aí, mais uma vez, a evidência da utilização das “mercadorias do dia a dia” em situações que não eram diretamente as transações comerciais.

François Froger, em 1695, afirmou que levou coral, contas, papeis e conhaque ao rio Senegal para fazer comércio com os jalofos, além de fuzis, ferro e panos vermelhos (FROGER, 1695, p. 15-16). No mesmo ano, escreveu Jacob Le Marie. O comerciante francês traz um importante relato do que era estocado no enclave comercial de Saint Louis para troca com ao longo da Senegâmbia:

Esta ilha (Saint Louis) situada no meio do rio, cinco léguas acima da sua foz, tem cerca de uma légua de viagem. Os senhores da empresa têm seus negócios, e há um oficial comandante. É aqui que os negros trazem couro, marfim, cativos e, às vezes, âmbar cinzento; a goma arábica, vem dos mouros, como direi. Nós damos em troca desses negros, **panos, algodão, cobre, estanho, ferro, conhaque, e algumas futilidades de vidro**. O lucro deste comércio é de oitocentos por cento. Couro, marfim e goma levamos para a França, e quanto aos escravos, eles são enviados para as Ilhas Francesas da América, para trabalhar em açúcar (LE MARIE, 1695, 72-73 Grifos nossos)¹⁸⁰.

Percebemos aqui que os agentes atlânticos trocavam o ferro, pano e algodão por outras mercadorias no enclave de Saint Louis, mas também o cobre, o estanho e “algumas futilidades de vidro”, que são as contas, sem uma associação direta de troca de uma mercadoria específica por outra. O comerciante francês argumenta que os jalofos utilizavam as contas, o coral e cobre enquanto ornamentos para as tranças nos cabelos, anéis e colares (LE MARIE, 1695, p. 134). Marie também informa que não há uso de algo semelhante ao dinheiro para o

Ensuite, elles me firent entendre qu'il estoit tems qu'elles se retirassent ; cela vouloit dire qu'il falloit leur payer le présent qu'elles m'avoient fait. Je leur fis donc dire que, comme elles m'avoient apporté quelque chose, j'estois bien aise aussy de ne pas les renvoyer les mains vuides, que je les priois de me dire ce qu'elles souhaitoient. Apres s'estre fait un peu prier, elles me demandèrent des miroirs, du corail et du galet ; (ce sont des gros grains de verre rouge enfilez qui st un ornement pour la nuit ; car elles s'en mettent sept ou huit rangs autour des reins) ; et surtout du clou de girofle qu'elles aiment beaucoup ; après leur avoir fait mon présent, elles demeurèrent encore quelque tems pour me remercier, puis elles me dirent tago, c'est a dire a Dieu. (LA COURBE, 1685, 160-163).

¹⁸⁰ Tradução nossa: Cette Ile (Saint Louis) située au milieu de la Riviere, cinq lieues au dessus de son embouchûre, a environ une lieue de tour. Messieurs de la cmopagnie y ont leurs Magazins, & y ont un Commandant & de Commis. C'est-là que les Nègres apportent Cuirs, Yvoire, Captis, & quelquefois de l'Ambre gris ; car pour la Gomme Arabique, elle nous vient des Maures comme je le diray. On donne en échange à ces Nègres, de la toile, du coton, du Cuivre, de l'étain, du fer, de l'eau-de-vie, & quelques bagatelles de verre. Le profit qu'on tire de ce commerce est de huit cent pour cent. Les Cuirs, l'Yvoire & la Gomme se portent en France, & quant aux Esclaves, on les envoie aux Iles Françaises de l'Amerique, pour travailler au Sucre.

mundo Ocidental, e que as contas e as barras de ferro eram utilizadas como mercadoria de lastro para a troca.

Enumeramos aqui, dezenas de mercadorias levadas pelos agentes atlânticos à Senegâmbia, sendo as contas de vidro aquelas que mais recorrentemente aparecem listadas. Esta diversificação do comércio foi favorável, principalmente, aos agentes comerciais locais. Conforme defendido por Toby Green, ao analisar as múltiplas formas de trocas ocorridas na Senegâmbia,

A existência de várias moedas foi um facilitador de mais comércio e uma mercantilização mais profunda. Não era um padrão incomum, pois a existência de múltiplas moedas ao mesmo tempo não é, de fato, uma anomalia histórica; muitas sociedades ao redor do mundo usaram vários meios de troca ao mesmo tempo e, portanto, isso não enfraquece necessariamente a base econômica de uma região. Os governantes da Senegâmbia também queriam encorajar o “livre comércio”, muito mais do que seus parceiros comerciais europeus, que geralmente procuravam negar a seus rivais europeus o acesso aos mercados da África Ocidental assinando tratados exclusivos. Aqui, a verdade histórica novamente desmente o estereótipo histórico do papel das nações europeias na defesa do livre comércio (GREEN, 2019, p. 105)¹⁸¹.

Aos mandatários senegambianos não importava a bandeira do navio que afluía aos seus portos, ou ainda àqueles enclaves comerciais que eles permitiam existir. O que importava era a realização do comércio e o acesso a mercadorias que lhes interessasse. Aliás, “a competição entre os estrangeiros europeus era bem-vinda aos oestes africanos, que capitalizaram em cima desta rivalidade para melhorar os termos de troca por mercadorias europeias, e inventaram novos direitos aduaneiros, taxas e extrações” (BROOKS, 1993, p. 5). Além de beneficiar os mandatários locais, conforme argumentado por Jean Boulègue, “a diversificação de produtos no comércio foi favorável para os luso-africanos, que entravam cada vez mais profundamente no interior, e se destacavam em coletar produtos para criadores, agricultores, artesãos”¹⁸² (BOULÈGUE, 2013, p. 215).

¹⁸¹ Tradução nossa: The existence of multiple currencies was a facilitator of more trade and deeper marketization. It was not an unusual pattern, as the existence of multiple currencies at any one time is not, in fact, a historical anomaly; many societies around the world have used multiple means of exchange at once, and to do so does not, therefore, necessarily weaken a region’s economic base. Senegambian rulers, too, were keen to encourage ‘free trade’, Much more so than their European trading partners, who usually sought to deny their European rivals access to West African markets by signing exclusive treaties. Here, historical truth again belies the historical stereotype of the role of European nations in championing free trade.

¹⁸² Tradução nossa: La diversification de biens d’échange était favorable aux Luso-Africains que, s’enforçant de plus en plus profondément dans l’intérieur des terres, excellaient dans le collecte des produits auprès des éleveurs, des cultivateurs, des artisans (BOULÈGUE, 2013, p. 215)

Uma vez que o poder político europeu era ínfimo na Senegâmbia entre 1580 e 1700, não existiam condições de imposição mercadológica europeia sobre os mandatários e comerciantes locais. O comércio da África com o Atlântico era voluntário, restava aos comerciantes atlânticos acatar a “lei do mercado” de “ofertar” aquilo que os agentes locais “demandavam”. A “mão forte” do mercado era a dos comerciantes e mandatários locais. Cabiam a eles as decisões de como ocorreriam as trocas comerciais e a definição das mercadorias que circulavam no comércio atlântico na Senegâmbia,

Conclusão

Este capítulo evidenciou um conjunto de mercadorias que tinham uma grande importância enquanto produtos de importação por parte de agentes senegambianos. Porém, demonstramos que a característica central destas mercadorias de importação atlântica por parte dos agentes senegambianos era sua diversidade. Não houve nenhum monopólio, por parte de alguma nação europeia, no comércio com a Senegâmbia entre 1580 e 1700. Conforme argumentado por George Brooks, a competição dentre os agentes atlânticos pelo mercado senegambiano foi bem-vinda pelos agentes senegambianos que, capitalizando dentro dessa rivalidade comercial dentre os agentes atlânticos, angariando ainda mais taxações e podendo demandar dos agentes atlânticos a mercadoria que lhes fosse interessante naquele momento e cada determinado espaço (BROOKS, 1993, p. 5).

Um outro debate importante que sai enquanto conclusão deste capítulo é acerca da natureza das mercadorias que eram importadas pelos agentes senegambianos. Conforme argumentei na conclusão dos tópicos 4.1, 4.2 e 4.3, as mercadorias mais recorrentes de importação atlântica por parte dos senegambianos, nomeadamente ferro, cavalos, armas, algodão e panos, não eram inéditas nas outras redes comerciais senegambianas, sejam internas ou saarianas, e eram parte da produção local. Conforme argumentado por John Thornton,

Em resumo, o comércio [atlântico] não se desenvolveu para atender às carências da África ou mesmo para suprir uma produção deficiente ou problemas da qualidade dos produtos africanos manufaturados. Mais exatamente, o comércio da África com a Europa foi em grande parte motivado pelo prestígio, modismo, gostos diferentes e um desejo de variar – e essas motivações extravagantes apoiavam-se em uma economia produtiva razoavelmente bem desenvolvida e um poder de compra considerável. O comércio atlântico da África não foi um simples anseio para preencher necessidades básicas, e da parte dos africanos o interesse em importar mercadorias não representou um critério de valor de suas carências ou ineficiência, mas, em vez disso, foi uma medida de extensão de seu mercado doméstico (THORNTON, 2004, p. 90).

O historiador estadunidense concluiu este raciocínio afirmando que o comércio da Europa com a África não foi necessariamente destrutivo às linhas produtivas africanas, nem impediu o desenvolvimento de uma indústria manufatureira por parte dos africanos, seja no campo têxtil, seja na metalurgia do ferro (THORNTON, 2004, p. 99). O autor argumenta que “o comércio Atlântico não era economicamente essencial para o bem-estar ou o desenvolvimento

da África, visto que nem mesmo substituíam a indústria de produtos de luxo africana ou para um segmento menor de indústrias existentes” (THORNTON, 2004, p. 48).

Concordamos em partes com a argumentação de Thornton. De fato, o comércio atlântico na Senegâmbia se constitui, para os agentes locais, como mais uma possibilidade de comércio de longa distância para os agentes locais, sem ser disruptivo com as redes pré-existentes, sejam internas, sejam saarianas. Realmente, não era “economicamente essencial para o bem-estar ou desenvolvimento” local. Porém, seu impacto foi sim significativo. O aumento da oferta de mercadorias como ferro, cavalos e armas tem impacto direto e incisivo no aumento do volume de oferta de pessoas escravizadas ao longo dos séculos XVI e XVII, conforme evidenciamos no capítulo anterior. Mudanças no mapa político senegambiano foram sentidas a partir do momento em que os agentes e Estados costeiros tiveram maior acesso a estas mercadorias, em relação ao interior. Com maior acesso, era mais plausível promover bem-sucedidas guerra contra povos do interior senegambiano. Mais guerras, mais pessoas escravizadas. Limitar o impacto do comércio atlântico na Senegâmbia incorre no risco de não dar a dimensão destrutiva para o continente africano do comércio de pessoas escravizadas. Mais que isso, retira o peso do fato de que, ao longo dos séculos de escravidão atlântica, mais de 12 milhões de pessoas foram desterradas do continente africano e transportadas à força para as Américas.

Não é possível não dimensionar o impacto do acréscimo de mais uma frente de comércio de longa distância, ainda mais quando esta aumenta o poder político em locais outrora subjugados por um interior forte em sentido econômico, graças a sua ligação com o comércio saariano. Este fortalecimento favorece a emergência de Estados como o Kaabu e o crescimento do poder político das unidades políticas costeiras, como o Siin, Saalum e Kaajor.

É necessário entender o contexto político interno à Senegâmbia para entender que apesar da agência dos senegambianos ser premente para a realização do comércio atlântico, suas demandas serem atendidas pelos agentes atlânticos e a “mão forte” do comércio marítimo na Senegâmbia ser dos agentes locais, o fato de todo um novo mundo comercial aparecer para os agentes senegambianos é, em algum grau, disruptivo. E com a demanda atlântica por pessoas escravizadas se intensificando com o passar dos anos, décadas e séculos, até atingir seu ápice no século XVIII, os efeitos desta ligação se tornam ainda mais evidentes. Não quero aqui condicionar uma “superestrutura” política, social e cultural à uma “infraestrutura” comercial. Porém, é inegável que às ligações atlânticas foram sim algo

importante para a Senegâmbia e a insaciável sede atlântica, branca, europeia, Ocidental, por mão de obra escravizada negra gerou impactos profundos e um verdadeiro trauma coletivo para a humanidade.

Capítulo V

Interior, Saara e Costa: As Rotas Comerciais Senegambianas

Introdução

Ao longo desta tese, além de um primeiro capítulo contextual, discutimos as principais mercadorias de circulação interna, saariana e atlântica a partir da Senegâmbia, no escopo temporal que vai de 1580 até 1700. Ao público especializado na região, certamente causou estranheza não termos discutido até então, com a profundidade necessária, quatro mercadorias extremamente importantes para os agentes senegambianos neste período: sal, ouro, goma arábica e noz-de-cola. Não ter debatido a circulação destas mercadorias até então foi uma opção. As deixei para este último capítulo pois acredito que estas são as principais mercadorias de circulação na Senegâmbia entre 1580 e 1700. Elas mobilizam tanto as redes internas de comércio, quanto as redes saarianas e atlânticas. Mais que isso, são mercadorias internas, de uso interno e que dizem respeito, especificamente, aos agentes senegambianos.

No primeiro tópico, discutiremos o sal. Veremos que esta era uma mercadoria produzida internamente, principalmente nas regiões do rio Senegal, rio Gâmbia e região de Serra Leoa. Veremos como a busca pelo acesso a esta mercadoria mobiliza grandes cáfilas jaxanke e que, mesmo com a produção interna à Senegâmbia, havia tanto espaço para o sal que esta é uma das principais mercadorias levadas por agentes atlânticos e agentes saarianos para o comércio na Senegâmbia.

No segundo tópico, o objeto de análise é o ouro. Minerado nos campos auríferos de Bambuk e Buré, nas proximidades do Futa Djalon, o ouro era uma mercadoria que era utilizada internamente para ornamentação e fabricação de joias. Transportado por agentes internos, principalmente jaxankes, era levado aos portos atlânticos e saarianos para ser trocado por inúmeras mercadorias advindas do comércio de longa distância. Neste tópico, evidenciaremos, a partir deste estudo de caso, como o comércio externo não suplanta as redes de comércio internas à Senegâmbia, e sim a complementam.

No terceiro tópico, o objeto de análise é a goma arábica. A mercadoria era extraída por agentes saarianos no Sahel e levada para comercializar com agentes atlânticos em portos senegambianos, principalmente no rio Senegal e na costa dos jalofos. De grande utilidade para os agentes atlânticos, a goma-arábica também era utilizada com fins alimentícios e farmacêuticos na Senegâmbia. Ainda que a extração e a venda desta mercadoria não

envolvessem diretamente agentes senegambianos, estes lucravam pela intermediação do comércio e pela cobrança de imposto.

Por fim, no quarto tópico, trataremos sobre a noz-de-cola. Produzida na região de Serra Leoa e de grande demanda principalmente acima do rio Gâmbia, a fruta possuía grande apelo no mercado interno senegambiano. Discutimos o processo desde a colheita da fruta até seu transporte por vias terrestres, fluviais e marítimos e revenda ao norte da Senegâmbia, chegando a ser revendida nos “portos” saarianos. Evidenciaremos que, à medida que os agentes atlânticos entendem a importância desta mercadoria para o mercado interno, começam a participar dele cada vez mais ativamente.

Fica explícito que estas mercadorias eram produzidas em cada extremidade do espaço senegambiano: o sal ao oeste; o ouro à leste; a goma-arábica ao norte; e a noz-de-cola ao sul. Esperamos, com esta análise, evidenciar que estes produtos fortalecem a teoria aqui defendida, de pensar a Senegâmbia como um espaço de “convivência e conveniência” e “complementariedade e transição”.

5.1 Sal

O sal era uma mercadoria produzida internamente, principalmente nas regiões do rio Senegal, rio Gâmbia e região de Serra Leoa. Esta é uma das principais mercadorias levadas por agentes atlânticos e agentes saarianos para o comércio na Senegâmbia. O acesso a esta mercadoria mobilizou grandes cáfilas jaxanke. O sal, segundo “era - e é - uma mercadoria de importância dominante no mercado da África Ocidental” (BROOKS, 2003, p. 7)¹⁸³. Na Senegâmbia, o sal era uma mercadoria produzida na própria costa da região, mas também era importada por vias saarianas e atlânticas.

Vários fatores faziam do sal um produto altamente valioso, como adicionar sabor a comidas, conservar alimentos e salgar mercadorias (como o couro) vendidas no comércio de longa distância. Caravanas se moviam por milhares de quilômetros para acessar aos locais de produção e venda de sal. Saleiros ricamente entalhados em marfim eram produzidos na Senegâmbia. A demanda por sal era tão intensa pois era uma mercadoria rara no interior senegambiano: “o sal era crucial para a economia da Senegâmbia, não apenas porque o sal da Senegâmbia era barato e acessível, mas também porque os locais na savana à leste não tinha nenhum (CURTIN, 1975, p. 224)¹⁸⁴.

Locais de produção de sal

O sal era produzido na Senegâmbia, majoritariamente em sua costa atlântica. Agentes do interior, como os jaxanke, se deslocavam às salinas de produção para comprar sal. O comerciante atlântico Francisco Lemos Coelho, que escreveu seus relatos em 1669 e 1684, evidenciou os três centros de produção de sal na costa senegambiana. Um deles era Baracunda, no rio Gâmbia

Em este porto de Baracunda estão os brancos com tanta confiança como se fora em qualquer de Portugal. Aqui vem as cáfilas dos negros mercadores, dos quais a mais grandiosa há a de uma casta de negros que chamam Jagancases em a qual vem mais de três mil pessoas e mais duas mil bestas asnares; e partem de sua terra em novembro e chagam a ele em julho como já disse. Dizem que destas partes partem no mesmo tempo três cáfilas, e que

¹⁸³ Tradução nossa: Salt was - and is – a commodity of commanding importance in western Africa’s markets.

¹⁸⁴ Tradução nossa: Salt was crucial to the Senegambian economy, not only because Senegambian salt was cheap and accessible, but also because the savanna country to the east had none at all.

vem uma para este rio, outra vai para o rio de Sanagá e outra que vai para o rio Deponga, e todas o principal negócio que vem buscar é sal, e os que vem a este rio não compram ao branco mas passam até a boca do rio, as ilhas de Feilám, aonde compram a troco de roupa. (COELHO, 1684, p. 131).

Percebemos aí três diferentes espaços de produção e venda de sal: as fozes do rio Senegal, Gâmbia e Pongo, este último na região de Serra Leoa. Estes locais de produção também são descritos em outras fontes. Segundo André Almada, os fulas, que habitavam o interior senegambiano, o obtinham a partir de jalofos e mandingas que produziam a mercadoria próximo à foz dos rios Senegal e Gâmbia, respectivamente (ALMADA, 1594, p. 245). Richard Jobson, por sua vez, afirma que os mandingas do rio Gâmbia, nomeadamente a classe clerical/comercial dos bixirins, obtinham o sal que vendiam no mercado interno pelo contínuo comércio que possuíam com o mandatário jalofos de Saalum, nas proximidades do rio Senegal (JOBSON, 1621, p. 46). George Brooks atribui a exploração das salinas do Senegal o fator econômico preponderante para a criação do “Império” Jolof (BROOKS, 1993, p. 65). Esta argumentação de Brooks é tributária do trabalho de Philip Curtin, que atribui a posse de salinas naturais aos “Estados” confederados do Saalum, do Kaajor e do Siin como uma de suas forças econômicas (CURTIN, 1975, p. 225-227).

Podemos afirmar, assim, com segurança, que os jalofos que vivem próximo ao rio Senegal, produziam sal. Michel de La Courbe, descrevendo uma localidade próxima ao enclave comercial de Saint Louis no rio Senegal, chamada Maca, afirmou que teve “a curiosidade de ir ver as salinas próximas a esta vila: é um grande lago, cheio de água salgada, onde o sal é feito naturalmente; depois de ter sido puxado do fundo da água onde é formado, é recolhido em pilhas para deixá-lo afundar” (LA COURBE, 1685, p. 129-130)¹⁸⁵. O comerciante atlântico corrobora que os fulas iam comprar sal dos jalofos nesta localidade (LA COURBE, 1685, p. 131-132). Porém, o sal era produzido na foz do rio Gâmbia. Descrevendo as ilhas de Feilám, na foz deste rio, afirmou Francisco Lemos Coelho:

Dentro deste rio [Gâmbia] estão as ilhas de Feilam, que são duas, em as quais se faz sal em muita quantidade. O modo de o fazerem é quase do mesmo de Portugal, se bem, como as salinas são de barro, feita pelos negros, é mais preto; mas em outra coisa senão diferença. Aqui é que os moradores todos do rio, que tem navios, vêm carregar sal todos os anos para levarem pelo rio acima, e custa muito barato. Eu mandei o meu navio três vezes, nos três anos que nela assisti, a carregar, com o que fiz bom negócio. Aqui o vem também buscar as cáfilas dos jagancazes e conjuros, vindo a buscá-lo por terra mais de trezentas léguas; e não pareça encarecimento, pois saem

¹⁸⁵ Tradução nossa: Après qu'il fut parti, j'eus la curiosité d'aller voir les salines qui sont proche de ce village: c'est un grand estang, plein d'eau salée, ou le sel se fait naturellement ; après qu'on l'a tiré du fond de l'eau où il se forme, on l'amasse par tas pour le laisser égouter

das suas terras em Novembro e se recolhem em julho, pondo todo este ponto no caminho, ida e vinda, não parando nunca (COELHO, 1684, p. 110-11).

Coelho relata que o jaxanke faziam monumentais cáfilas para ir comprar sal nas ilhas de Feilám, viajando por mais de 300 léguas para alcançar seu objetivo. George Brooks atribui a um grupo de marinheiros que chama niominka, do povo serere, a produção de sal nos estuários situados dentro dos limites geográficos das unidades políticas do Siin e do Saalum (BROOKS, 1993, p. 20). O autor atribui a estes mesmos agentes o esforço de subir o rio Gâmbia e seus afluentes para vender o sal às caravanas mandingas que vinham buscar o sal no Alto Gâmbia (BROOKS, 1993, p. 21)¹⁸⁶. Philip Curtin, por sua vez, fala que: “o Gâmbia era um objetivo natural para os malianos. O sal era raro e valioso em toda a região dos Mandingas, e o Gâmbia era uma estrada que levava às salinas nos trechos de maré dos rios Gâmbia e Saalum (CURTIN, 1975, p. 8)¹⁸⁷. Como se pode perceber, ao mesmo passo que George Brooks atribui, em sentido econômico, a criação dos “Império Jalofo” ao controle das salinas do rio Senegal e Saalum, Curtin, por sua vez, afirma que a expansão mandinga para a costa senegambiana é inerente ao desejo de controlar a produção de sal na foz do rio Gâmbia. A partir do controle da produção de sal na costa, agentes mandingas vinham do interior com tecido para comprar sal de outros agentes mandinga no rio Gâmbia.

Com relação à região de Serra Leoa, André Almada atesta a existência da produção de sal por parte dos sapes, mas que este sal seria produzido em menor quantidade do que no rio Senegal. Os fulas seriam o povo que mais compravam o sal produzidos nesta localidade (ALMADA, 1594, p. 353). Ezra Fields-Black considera que as técnicas de produção aplicadas resultavam na menor quantidade de sal produzida na Serra Leoa:

Ao longo da Costa da Alta Guiné, os ribeirinhos inovaram uma diversidade de técnicas de colheita de sal, testemunhadas por observadores cabo-verdianos e luso-africanos. André Donelha, um comerciante luso-africano que nasceu e cresceu em Cabo Verde e que viajou para a Costa da Alta Guiné três vezes na sua vida, descreveu os aldeões de Baga fazendo sal fervendo água do mar em fogo. Mais ao sul, em Serra Leoa, os aldeões usaram uma segunda técnica de colheita de sal para coletar depósitos de sal

¹⁸⁶ Tradução nossa: Niominka and neighboring Serer groups also produce a distinctive reddish salt by means of solar evaporation, using abandoned rice paddies along the lower reaches of the Sine and Saloum rivers. Freightened with salt dried fish, and dried oysters, Niominka dugout craft have long carried on an extensive coastwise and riverine commerce from Cape Verde to the upper Gambia River. Niominka networks along the lower Gambia River and its tributaries intersected those of Banyun traders who bartered malaguetta pepper, kola, and other commodities northward from the Cacheu River via creeks and portages. And Niominka traders along the middle and upper Gambia met Mande caravans that brought gold to exchange for salt, malaguetta pepper, and kola

¹⁸⁷ Tradução nossa: The Gambia was a natural objective for Malians. Salt was rare and valuable throughout the Manding region, and the Gambia was a highway leading to the salt flats on tidal reaches of the Gambia and Saalum rivers.

de folhas de mangue, mas produziram baixos rendimentos. A partir desses métodos rudimentares, os produtores costeiros de sal fabricaram um terceiro método, no qual os produtores de sal coletavam e evaporavam a água do mar, deixando uma crosta salina. Eles então dissolveram a crosta em água morna salgada, adicionaram uma pequena quantidade de cinza de madeira e separaram as cinzas coando a solução com um aparato em forma de cone feito de folhas de palmeira. Finalmente, usavam fornos de barro com bacias de estanho ou ferro especialmente construídas para esse fim, para evaporar a água e produzir sal seco (FIELDS-BLACK, 2008, p. 64-5)¹⁸⁸.

Djibril Niani também identifica a queima de plantas salíferas como forma de se conseguir sal em zonas de floresta (NIANE, 2010, p. 702). Outra interessante argumentação de Fields-Black é que vender sal era importante para os povos costeiros, principalmente para povos ribeirinhos, que não podiam viver com sal nos solos onde plantavam ou na água que molhava suas plantações.

Em contraparte, os povos do interior não tinham acesso ao sal. Assim, de acordo com autora, estabelece-se:

Uma relação simbiótica entre os habitantes do litoral e do interior foi uma solução parcial para este problema e o impulso para o estabelecimento de algumas das mais antigas redes comerciais entre o Norte e o Oeste de África e no interior da África Ocidental. Antes do advento do comércio transatlântico, o sal era a principal mercadoria produzida pelos falantes de Nalu, Mbulungish, Mboteni e Sitem para o comércio inter-regional com os pastores Fulbe no interior, que precisavam de sal para seus rebanhos. Após o fim da estação chuvosa e após a colheita do arroz, os comerciantes Fulbe viajavam em caravanas de Futa Jallon para a região do Rio Nunez para comprar sal – mais ainda do que arroz – em troca de couro, arroz, cera, marfim, nozes de cola, e pequenas quantidades de ouro (FIELDS-BLACK, 2008, p. 65)¹⁸⁹.

Uma teia de comércio regional se estabeleceu em torno da busca de sal por povos do interior, que em troca davam uma série de mercadorias, dentre elas, o tecido. Conforme

¹⁸⁸ Tradução nossa: Throughout the Upper Guinea Coast, coastal inhabitants innovated a diversity of techniques for harvesting salt, which were witnessed by Cape Verdean and Luso- African observers. André Donelha, a Luso- African trader who was born and raised in Cape Verde and who traveled to the Upper Guinea Coast thrice in his lifetime, described Baga villagers making salt by boiling sea water over a fire. Further south in Sierra Leone, villagers used a second salt- harvesting technique to collect salt deposits from mangrove leaves, but produced low yields. From these rudimentary methods, coastal salt producers fabricated a third method, in which salt producers collected and evaporated sea water, leaving a saline crust. They then dissolved the crust in warm salt water, added a small quantity of wood ash, and separated out the ashes by straining the solution with a cone-like apparatus made of palm leaves. Finally they used clay ovens with tin or iron basins specially constructed for this purpose, to evaporate the water and produce dry salt.

¹⁸⁹ Tradução nossa: A symbiotic relationship between inhabitants of the coast and the interior was a partial solution to this problem and the impetus to the establishment of some of the oldest trade networks between North and West Africa and within West Africa. Prior to the advent of trans- Atlantic trade, salt was the primary commodity produced by Nalu-, Mbulungish-, Mboteni-, and Sitem- speakers for interregional trade with Fulbe pastoralists in the interior, who needed salt for their herds. After the end of the rainy season and after the rice harvest, Fulbe traders traveled in caravans from Futa Jallon to the Rio Nunez region to buy salt—more so even than rice—in exchange for hides, rice, wax, ivory, cola nuts, and small amounts of gold.

argumentou Boulègue, rotas fluviais e marítimas foram mobilizadas nestas trocas comerciais (BOULÈGUE, 2013, p. 224). E a mercadoria central deste comércio era o sal. Portanto, a produção interna de sal era uma realidade anterior e concomitante ao comércio de longa distância desta mercadoria.

O comércio saariano-senegambiano de sal

A demanda por sal era tão grande que a produção local não impediu que a mercadoria fosse um dos principais produtos importados na Senegâmbia a partir do comércio saariano. O comércio saariano, conforme explicamos no capítulo dois desta tese, é anterior ao comércio atlântico. Ibn Batuta, no século XIV, assim descreveu o comércio de sal entre agentes senegambianos e saarianos:

No primeiro dia do mês de Deus de Muharram no ano cinquenta e três (14/02/1352) viajei em uma caravana cujo líder era Abu Muhammad Yandakan al-MassufT, Deus seja misericordioso com ele. Havia vários mercadores de Sijilmasa e outros lugares na caravana. Depois de vinte e cinco dias chegamos a Taghaza. É uma vila sem atrações. Uma coisa estranha é que suas casas e mesquita são construídas com blocos de sal e cobertas com peles de camelo. Não há árvores, apenas areia em que há uma mina de sal. Eles cavam o chão e lá são encontradas grossas lajes, umas sobre as outras como se tivessem sido cortadas e empilhadas sob o solo. Um camelo carrega duas lajes. As únicas pessoas que vivem lá são os escravos de Massufa, que cavam para o sal e vivem de tâmaras trazidas para eles de Dar'a al Sijilmasa, carne de camelo e milho, que é importado do país dos negros. Os negros vêm de seu país para Taghaza e levam o sal. Uma carga é vendida em Iwalatan [Walata] por oito a dez mithqals, e na cidade de Malll por vinte a trinta, às vezes quarenta. Os Pretos negociam com sal como outros negociam com ouro e prata; eles o cortam em pedaços e compram e vendem com eles. Por toda a sua miséria, quintars de quintars de pó de ouro são comercializados lá (BATUTA, 946-947)¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Tradução nossa: On the first day of God's month of Muharram in the year fifty-three (14/02/1352) I travelled in a caravan whose leader was Abu Muhammad Yandakan al-MassufT, God be merciful to him. There were a number of merchants from Sijilmasa and Other places in the caravan. After twenty-five days we reached Taghaza. It is a village with no attractions. A strange thing about it is that its houses and mosque are built of blocks of salt and roofed with camel skins. There are no trees, only sand in which is a salt mine. They dig the ground and thick slabs are found in it, lying on each other as if they had been cut and stacked under the ground. A camel carries two slabs. The Only people living there are the slaves of the Massufa, who dig for the salt and live on dates brought to them from Dar'a a6 and Sijilmasa, camel meat, and anli [Millet], which is imported from the country of the Blacks. The Blacks come from their country to Taghaza and take away the salt. A load of it is sold at Iwalatan [Walata] for eight to ten mithqals, and in the city of Malll for twenty to thirty, sometimes forty.

As minas que abasteceram a África Ocidental no período medieval e moderno eram localizadas em Teghazza e Awlil. Ralph Austen argumenta que os mercadores traziam sal do deserto para trocar por ouro e que este comércio auxiliou no processo de colocar a Senegâmbia em conexão com o comércio global (AUSTEN, 2010, p. 40), enquanto Idrissa Bah afirma que o sal do Saara era DESEJADO pelo seu valor culinário por, eventuais virtudes terapêuticas na Senegâmbia e alimentação do gado (BA, 2020, p. 343)¹⁹¹. Esta última argumentação está correta, pois os fulas, notáveis criadores de gado, eram os principais compradores de sal que se movimentavam do interior da África para buscar sal tanto nas localidades que a mercadoria era produzida internamente, quanto nos portos saarianos e atlânticos.

Em seu datado e etnocêntrico texto, Edward Bovill afirmou que a importação de sal da Europa quase matou o comércio mais valioso do Saara (BOVILL, 1958, p. 14)¹⁹². Esta afirmação não tem nenhum embasamento nas fontes, inclusive nas produzidas em contexto atlântico. Alvise Cadamosto, em 1455, afirmou que o sal era carregado ao Mali em grandes pedaços, nas costas de camelo. Quando chegava na grande unidade política mandinga, o sal era dividido em pedaços menores para ser comercializado (CADAMOSTO, 1455, p. 22). O sal era retirado de depósitos no deserto e levado para a Senegâmbia para ser trocado por ouro. O sal foi preponderante para o comércio saariano, era cortado em pedaços para ser negociado (NIANI, 2010, p. 700-701).

O sal um dos principais produtos importados na Senegâmbia a partir do comércio saariano, e continuou sendo negociado mesmo com o advento do comércio atlântico. Quase 200 anos depois da passagem de Cadamosto, em 1621, Richard Jobson atesta que “mouros bárbaros” iam até uma cidade chamada Mumbar, há seis dias de viagem de Tinda no rio Gâmbia, para fazer comércio com agentes senegambianos e a principal mercadoria que levavam era sal (JOBSON, 1621, p. 53). Como o sal levado mercador inglês acabou rapidamente, ele perguntou para Buckor Sano onde conseguiria comprar mais sal. Buckor Sano o informou que o sal estava em Tombuctu, com caravanas saarianas (JOBSON, 1621, p. 58). A centralidade de Tombuctu se dava justamente por ser centro de difusão do sal que vinha do Saara para a Senegâmbia (BOVILL, 1958, p. 89).

The Blacks trade with salt as others trade with gold and silver; they cut it in pieces and buy and sell with these. For all its squalor qintars of qintars of gold dust are traded there.

¹⁹¹ Tradução nossa: Le sel gemme n'est pas en reste. Des mines et des salines sahariennes, en particulier de Tawdeni et Kidyit aj-Jill, les Azalai continuent a drainer vers Tombouctou, ce sel connu en plus de sa valeur culinaire pour ses vertus therapeutiques tant pour les hommes que pour le betail.

¹⁹² Tradução nossa: The importation of salt from Europe almost killed the most valuable trade of the Sahara.

Jobson ainda reproduz a lenda do comércio mudo, que discutimos no capítulo 2, e afirma que a mercadoria que os agentes saarianos levavam para realizar esta troca comercial era o sal (JOBSON, 1621, p. 58). Embora o comércio mudo seja apenas uma lenda, mobilizada de maneira dos intermediários senegambianos impedirem o acesso direto entre os agentes do deserto e os produtores de ouro, fato é que esta narrativa evidencia a continuidade do comércio saariano.

Em 1690, o comércio de sal entre agentes saarianos e senegambianos ainda continuava forte. Cornelius Hodges ainda atestou:

Ainda outro inconveniente para eles com produtos europeus é este, antes que eles possam comprar escravos, eles devem transformar seus bens em roupas e essas roupas compram sal dos Mouros, que o trazem acima de 1100 milhas em Camelos e o transportam por nenhum outro tipo de mercadoria depois roupas, ouro e escravos. Depois de ter comprado sal, eles o transportam para escravos, razão pela qual muitas vezes antes de poderem despachar mercadorias de 4 ou 5 escravos, ainda lhes custa tanto alojamento e provisões (HODGES, 1690, p. 92)¹⁹³.

Conforme se percebe, no final do século XVII, a troca de sal por pessoas por vias saarianas continuava em pleno vapor. John Wright associa a importância do sal que vinha do Saara para a Senegâmbia a ausência de sal no interior da região e que, se não fosse o sal saariano, os agentes locais não teriam acesso à mercadoria (WRIGHT, 2007, p. 33). Como vimos, a assertiva está incorreta: existiam centros de produção de sal internamente à Senegâmbia. Porém, a importação pelas vias saarianas torna evidente que mesmo sendo produzido internamente, ainda havia espaço no mercado local para o sal produzido em outras regiões.

Importação do sal do Atlântico

A terceira fonte de obtenção do sal era o comércio atlântico. O mercado interno não supria a necessidade de consumo de sal na Senegâmbia. Assim, aparece em praticamente todas as fontes atlânticas que consultamos, na lista de mercadorias levadas pelos agentes

¹⁹³ Tradução nossa: Still another inconvenience for them with European goods is this, before they can purchase slaves they must turn their goods into Cloathes and these Cloathes purchase Salt of the Moores, who bring it above 1100 miles on Camels and will Truck it for no other sort of commodities then Clothes, Gold and Slaves. After having purchased salt they truck it for slaves, which is the Reason that many times before they can dispatch ye goods of 4 or 5 slaves yet it costs them I as much for Lodging and Provisions

atlânticos para trocas na Senegâmbia. O sal era levado principalmente nos três locais que já existiam redes internas de comércio de sal: rio Senegal; rio Gâmbia; Serra Leoa.

Vários povos da costa compravam o sal vendido pelos comerciantes atlânticos. A seguir discutirei como se davam estas transações comerciais na própria região.

No sul, os bagas, que viviam nas proximidades do rio Grande, compravam o sal levado pelos comerciantes atlânticos (ALMADA, 1594, p. 343). O autor cabo-verdiano nos dá uma importante pista do comércio de sal na região de Serra Leoa, próximo ao rio das pedras, região habitada pelos sapes: “a este Rio descia da serra, que fica sobre os portos do mar, uma nação de negros chamados putazes, e outros sousos, a resgatar sal com tintas e panos de algodão e vestidos feitos, que traziam dos Fulos, que ficam cingindo todas as nações dos negros por cima” (ALMADA, 1594, p. 347). Isto revela que os sosos e os putazes compravam sal de comerciantes atlânticos, trocado por roupas e tintas que compravam dos fulas. Estas roupas certamente eram utilizadas pelos comerciantes atlânticos para comercializar em outras regiões da Senegâmbia, evidenciando assim este importante aspecto do comércio atlântico: os comerciantes atlânticos utilizavam-se de mercadorias internas à Senegâmbia para comprar outras mercadorias, evidenciando que o mercado externo não suplanta o interno, mas sim intensifica as trocas que já ocorriam.

O sal era central para trocas no rio Gâmbia. Os fulas tinham interesse especial por sal “mercadorias que elas procuravam eram pequenas miçangas, facas, e outras coisas insignificante, mas depois que viram e provaram o sal, que em sua linguagem chamavam de Ram-Dam, não havia outra coisa que as agradavam mais, embora tivéssemos muito pouco” (JOBSON, 1621, p. 23). Este sal era adquirido em Tinda, alto curso do rio Gâmbia. um comerciante bixirin chamado Buckor Sano, recorrentemente viajava até o Saalum para comprar sal, com uma caravana de 300 jumentos., e sempre levava ouro para trocar pelo sal (JOBSON, 1621, p. 48). Jobson, então, subiu navegou o rio Gâmbia acima até Tinda, e sobre sua conferência com o Buckor Sano, afirmou que o sal era a principal mercadoria procurada:

Da forma como aconteceu, após virem nosso sal, nenhuma outra mercadoria foi tão estimada entre eles, que a princípio parecer estranho a eles, uma vez eles nunca tinham visto desta forma antes: o sal que tínhamos era apenas sal baía [sal advindo da evaporação da água do mar], que depois de colocar em suas bocas e provarem, olharam para chama e gritaram Alá, mostrando a boa estima que eles tiveram dele (JOBSON, 1621, p. 50).

Sano, então, tenta trocar o sal que Jobson tinha à sua disposição por escravizadas, como costumava fazer nas trocas comerciais com portugueses em outros portos do rio Gâmbia.

Jobson se negou a comprar as escravizadas, procurando apenas ouro (JOBSON, 1621, p. 50-51). Em outra importante passagem sobre as trocas comerciais com Buckor Sano, Jobson afirma:

Na manhã seguinte, sendo sábado, tivemos uma casa construída ao lado da água, aberto em redor, e coberto de caniços na parte superior, para nós proteger do sol, e esta foi a nossa casa de mercado; quando chegamos ao comércio, pedimos que deve ser o produto básico, para lançar o preço em cima, a valorizar outras coisas por, eles nos mostrou uma de suas roupas, e por isso eles só desejavam nosso sal, que caiu para a negociação e licitação sobre a proporção, no qual tivemos tal diferença e mantivemos a negociação por tanto tempo, que muitos deles parecem não gostar, mostrando que iriam embora, mas depois que concluiu-se, não havia mais diferença, cada um trazendo suas mercadorias, e nosso sal indo embora e com eles, também eles voltaram em conjunto, e ainda outros vieram, e assim tivemos o lugar fornecido continuamente (JOBSON, 1621, p. 51).

Aqui percebemos um fator importante: não havia muito espaço para barganha por parte do comerciante atlântico. Em razão da demora em chegar a um acordo com relação a proporção de sal a ser trocado pelas roupas, muitos que estavam com Buckor Sano ameaçaram ir embora. Isto evidencia que as trocas com comerciantes atlânticos não era a única forma de se obter sal. Se os termos não fossem bons o bastante para os comerciantes senegambianos, eles podiam ir embora e procurar melhores opções de barganha. Ainda assim, próximo ao local onde comercializou com Buckor Sano, Richard Jobson ainda se encontrou com o mandatário local, Baiage Dingo, que também estava desejoso de comprar o sal. Segundo o comerciante atlântico, ao longo do período em que esteve próximo a Tinda, era comum se aglomerarem 500 pessoas, em ambas as margens do rio, para comercializar, procurando principalmente o sal (JOBSON, 1621, p. 54).

Francisco Lemos Coelho, que escreveu seus relatos em 1669 e 1684, afirma que os franceses negociavam ao longo do rio Senegal com os fulas, e a principal mercadoria que levavam era o sal, que era consumido inclusive pelo gado *vacum* (COELHO, 1669, p. 8). Coelho também afirma que os jalofos, em porto D'Ale e em Jola, compravam sal em grande quantidade, principalmente de franceses e flamengos. Faz a importante afirmação que o sal também utilizado para salgar couros que eram vendidos à comerciantes atlânticos (COELHO, 1669, p. 9-10). George Brooks, aliás, associa a grande demanda por sal a exportação anual de couros curados que eram vendidos aos milhares nos portos atlânticos senegambianos (BROOKS, 1993, p. 215).

Coelho faz coro aos relatos anteriores, ao pontuar que Gâmbia era palco de trocas de inúmeras mercadorias por sal (COELHO, 1669, p. 12). Ainda no rio Gâmbia, especificamente em Baracunda, Coelho foi testemunho da presença de cáfilas de jaxankes e bachares, que iam a localidade comprar sal (COELHO, 1669, p. 24-5). Percebemos também a avidez pelos comerciantes advindos do interior para comprar sal nos portos atlânticos. Não é por acaso, portanto que Coelho afirma que “o melhor dinheiro para o rio de Cação para cima, é sal e mais sal, que sempre é pouco” (COELHO, 1684, p. 111).

Francisco Lemos Coelho, além de evidenciar as cáfilas de jaxanke procurando sal no rio Gâmbia, também escreve sobre cáfilas de Jaxanke indo até o rio Pongo, na região de Serra Leoa, também à procura de sal. Afirma que os jaxanke compram sal principalmente dos brancos nesta região, ao contrário do rio Gâmbia e do rio Senegal, onde também compravam de produtores locais. Coelho afirma que “os brancos que aqui moram vão carregar os navios de sal em umas ilhas que estão perto pela costa abaixo, e chamam dos Cagaçaes, cujos habitantes não vivem de outra coisa senão de o fabricar, e com que se lhe compra é com arroz” (COELHO, 1684, p. 211). Em 1683, Otto Friedrich Von den Groeben é outro comerciante atlântico que evidencia a compra de sal, por parte de agentes senegambianos, na região de Serra Leoa (JONES, 1680, p. 24).

Por ser uma mercadoria que era produzida internamente e importada por vias saarianas e atlânticas, se torna evidente a importância do sal, uma mercadoria que era conformadora das relações comerciais na Senegâmbia. Tamanha era a demanda pelo produto, que surgem lendas com relação a troca e aos usos da mercadoria. Em torno da troca, o sal seria a mercadoria cedida por comerciantes saarianos no mítico comércio mudo. Com relação aos usos, escreveu Richard Jobson:

À isso se acrescenta que a razão pela qual essas pessoas não serem visto, é porque eles nascem naturalmente com o seu lábio inferior de tal grandeza, que cobre a maior parte de seu seio, e permanece com essa crueza o lado que pende para baixo, e pelo calor extremo em que eles vivem, está sujeito a putrefação, de modo que eles não têm meios para se preservar se não por continuamente lançar sal sobre ele, e esta é a razão pela qual o sal é tão apreciado entre eles: o seu país por estar tão longe do mar, naturalmente não produz nenhum. E isso faz parecer pelo que somos capazes de dizer pela nossa própria experiência, que essas pessoas que negociam com a gente pelo sal têm por seu próprio uso pouca ou nenhuma utilização, e sendo perguntado o que eles fazem com isso, eles não negam a dizer-nos que eles o carregam ainda mais para o interior do país, a outro povo, a quem eles o vendem (JOBSON, 1621, p. 59).

Naturalmente, o sal não era utilizado para evitar putrefação de lábio inferior de ninguém. Mas há algo importante a ser observado deste excerto: os intermediários que compraram o sal de Richard Jobson descrevem pessoas bestiais com que comercializavam essa mesma mercadoria no interior. Este tipo de descrição é comum por parte de intermediários comerciais entre costa a interior na Senegâmbia e diz respeito à lógica de manter sua lucrativa posição de intermediário comercial. Conforme discutido por Sílvio Marcos Correia, “as rivalidades interétnicas de grupos africanos também foram acirradas pela concorrência europeia. Desqualificar seus concorrentes internos poderia ter consequências vantajosas, sobretudo em termos comerciais” (CORREIA, 2008, p. 16).

Produção de sal em Cabo Verde

Cabo Verde tinha papel central no comércio de sal na Senegâmbia. Conforme noticiado, em 1683, por Otto Friedrich Von den Groeben, as ilhas tinham o sal como mercadoria central para sua economia:

[As ilhas de Cabo Verde] são dez e produzem apenas muito sal e peles de cabra. O sal é feito em várias covas à beira-mar e seco ao sol. Há tanto disso que só a ilha de Maio pode carregar cerca de duzentos navios por ano. A ilha principal chama-se Santiago. Nela está uma cidade com o mesmo nome; mas tem poucos habitantes, porque o ar não é muito saudável. As outras ilhas chamam-se S. Antonio, S. Vincent, S. Luca, S. Nicolau, do Sal, Boa Vista, Maio, Friogo e Brave. Nem todas essas ilhas são habitadas, porque muitas são inférteis. No entanto, alguns bandidos vivem deles, ganhando a vida [criando] camurças ou cabras (JONES, 1680, p. 57)¹⁹⁴.

George Brooks afirma que “as ilhas áridas do Sal, Boa Vista e Maio poderiam fornecer quantidades ilimitadas de sal para o comércio ilícito com a África Ocidental e com embarcações de passagem” (BROOKS, 1993, p. 143)¹⁹⁵. Sobre a centralidade de Cabo Verde no comércio de sal, Dierick Ruiters, agente atlântico escreveu a seguinte descrição em 1623:

¹⁹⁴ Tradução nossa: [The Cape Verde Islands] are ten in number and produce nothing but a lot of salt and goatskins. The salt is made in a several pits along the seashore and dried by the sun. There is so much of it that //p. 102// that the island of Majo [Maio] alone can load about two hundred ships a year. The principal island is called S. Jago [S. Tiago]. On it is a town of the same name; but it has few inhabitants, because the air is not very healthy. The other islands are called S. Antonio, S. Vincent, S. Luca, S. Nicolao, del Sale, Bona Vista, Magio Friogo and Brave. Not all of these islands are inhabited, because many are unfertile. Yet, a few bandits live on them, earning their living [by rearing] chamois or goats.

¹⁹⁵ Tradução nossa: The arid islands of Sal, Boa Vista, and Maio could supply unlimited quantities of salt for illicit trade with western Africa and with passing vessels.

O comércio a que chamamos “cabotagem” é efetuado maioritariamente, em pequenas naus, pinâncias e lanchas, por portugueses que vivem na Ilha de Santiago. Carregam-nos primeiro com sal, que convenientemente obtêm de graça nas ilhas do Maio e do Sal [no arquipélago de Cabo Verde] e navegam com o sal para a Serra-Leoa e trocam por ouro, marfim e cola. Da Serra-Leoa navegam novamente para Jola e Porto d’Ale [ao longo do Petite Cotê], onde trocam uma porção da cola por panos de algodão. Também às vezes trocam marfim obtido em Serra-Leoa por tecidos de Cabo Verde (assim chamados porque muitos são feitos em Cabo Verde). De lá, eles navegam novamente para o leste para Cacheu, onde trocam o resto de sua cola e os bens restantes por escravos. Eles adquirem de cinquenta a sessenta escravos em troca das mercadorias que obtiveram no comércio ao longo da costa, e cada escravo custa 150 reais. Portanto, eles fazem 9000-10000 reais do nada, por assim dizer (APUD BROOKS, 1993, p. 157)¹⁹⁶.

Aqui percebemos algumas características importantes. Em Serra Leoa, onde o sal era raro, este era trocado por mercadorias como a cola. Esta seria trocada em Jola e Porto d’Ale por panos de algodão. Esses panos de algodão e o restante de noz-de-cola era trocado por pessoas escravizadas a leste de Cacheu. Aqui temos mais uma explícita evidência de que o mercado externo precisava se adaptar aos padrões de troca do mercado interno.

Saleiros de marfim

Sendo uma mercadoria tão valiosa, não é de se surpreender que seu armazenamento pudesse ser cercado de luxo. No fim do século XIV e início do século XV, relatos evidenciam a compra, por parte de agentes atlânticos, de saleiros em marfim esculpidos por artistas sapes, como no caso de Valentim Fernandes, no documento que é nomeado de “Descrição da Costa Ocidental de Africa do Senegal ao Cabo do Monte” por Antônio Brásio, em que o agente atlântico destaca a confecção de sutis objetos de marfim no Rio Grande pelos sapes, como colheres, saleiros, manilhas, olifantes e louças (BRÁSIO, 1963, p. 722). No trabalho “Africa and the Renaissance: Art in Ivory”, Ezzio Bassani e William Fagg, enumeraram a sobrevivência de cinquenta e seis saleiros produzidos na Senegâmbia e que

¹⁹⁶ Tradução nossa: Citando Dierick Ruiters, 1623: The trade we called “coastal” is mostly undertaken, in small ships, pinances and launches, by Portuguese who live on Santiago Island. First they load these with salt, which they conveniently obtain for nothing on the islands of Maio and Sal [in the Cabo Verde archipelago] and they sail to Sierra-Lioa with the salt and trade it for gold, ivory and kola. Then from Serra-Lioa they sail again to Joala and Porto d’Ale [along the Petite Cotê], where they trade a portion of the kola for cotton cloths. They also sometimes trade ivory obtained in Serra-Lioa for Cape Verde cloths (so called because many are made at Cape Verde). From there, they sail again east to Cacheo where they trade the rest of their kola and remaining goods for slaves. They acquire fifty to sixty slaves in exchange for the goods they have obtained by trade along the coast, and each slave is woth to 150 reals. So they make 9000-10000 reals out of nothing, in a manner of speaking

hoje estão presentes em museus espalhados pela Europa e Estados Unidos (BASSANI; FAGG, 1989, p. 61).

A historiografia sobre a arte em marfim produzida na Senegâmbia, em geral, associa a produção destes saleiros, assim como de colheres e dos olifantes em marfim, à demanda por parte de agentes atlânticos¹⁹⁷. Isto porque estes objetos aparecem recorrentemente nas fontes até a primeira metade do século XVI. Porém, conforme argumentei em outro trabalho anterior o fato de alguns documentos mostrarem que o comércio de peças de marfim lavrado entre povos sape e europeus tenha, realmente, rareado após 1550, outras evidências mostram que a produção e uso de instrumentos musicais de marfim lavrado continuou sendo prática entre alguns povos da Senegâmbia, nomeadamente os cassangas, os beafares e os lorigos (MALACCO, 2017, p. 64). Encontrei instrumentos musicais em marfim utilizados na Senegâmbia posteriormente a 1550.

Um problema da historiografia sobre esses objetos se sustenta na ideia de uma demanda externa. Contudo, a pergunta inicial “quais os valores atribuídos ao saleiro e ao sal, na África?” (MOTA, 2018, p. 176). A esta pergunta, Mota argumenta que, “a utilização local de saleiros seria possível uma vez que, como na Europa, a peça seria ícone de distinção atribuída àqueles que possuíam acesso privilegiado ao sal. Assim, o uso primeiro dessas peças pode ter sido regional, com a função que lhe nomeia, antes de ingressar no mercado atlântico” (MOTA, 2018, p. 177-178). O argumento me parece correto, dado a intensa relevância e demanda por sal, assunto sob o qual discorreremos nas páginas deste tópico.

Em suma, evidenciamos nesta extrema importância do sal no mercado senegambiano. Antes de tudo, destacamos seu emprego como moeda na Senegâmbia. Sobre os usos internos, destacavam-se o uso culinário, a conservação de alimentos, alimentação de gado, preservar mercadorias, como os couros vendidos nos portos atlânticos.

O sal comercializado na Senegâmbia era levado por agentes senegambianos nas rotas comerciais, seguindo uma orientação geográfica. Partiam dos portos do litoral para o interior; e dos “portos” do Saara para regiões interioranas na Senegâmbia. A busca pelo sal mobilizava grandes caravanas de jaxankes, que se dirigiam ao rio Senegal, ao rio Gâmbia e à região de Serra Leoa. O sal era uma das mercadorias compradas por agentes senegambianos nas mãos

¹⁹⁷ Uma rara e notável exceção é um artigo de Luís Afonso e José da Silva Horta, em que os autores argumentam “é provável que os marfins afro-portugueses constituíam uma pequena parte da produção africana na época em análise, já que as peças destinadas à exportação deveriam ser pouco numerosas em comparação com as peças de consumo local” (AFONSO; HORTA, 2013, p. 22).

de outros agentes senegambianos, agentes atlânticos e agentes saarianos. Este produto, concretamente, conformou as redes comerciais que constituem a Senegâmbia enquanto uma unidade de espaço geográfico na Era Moderna.

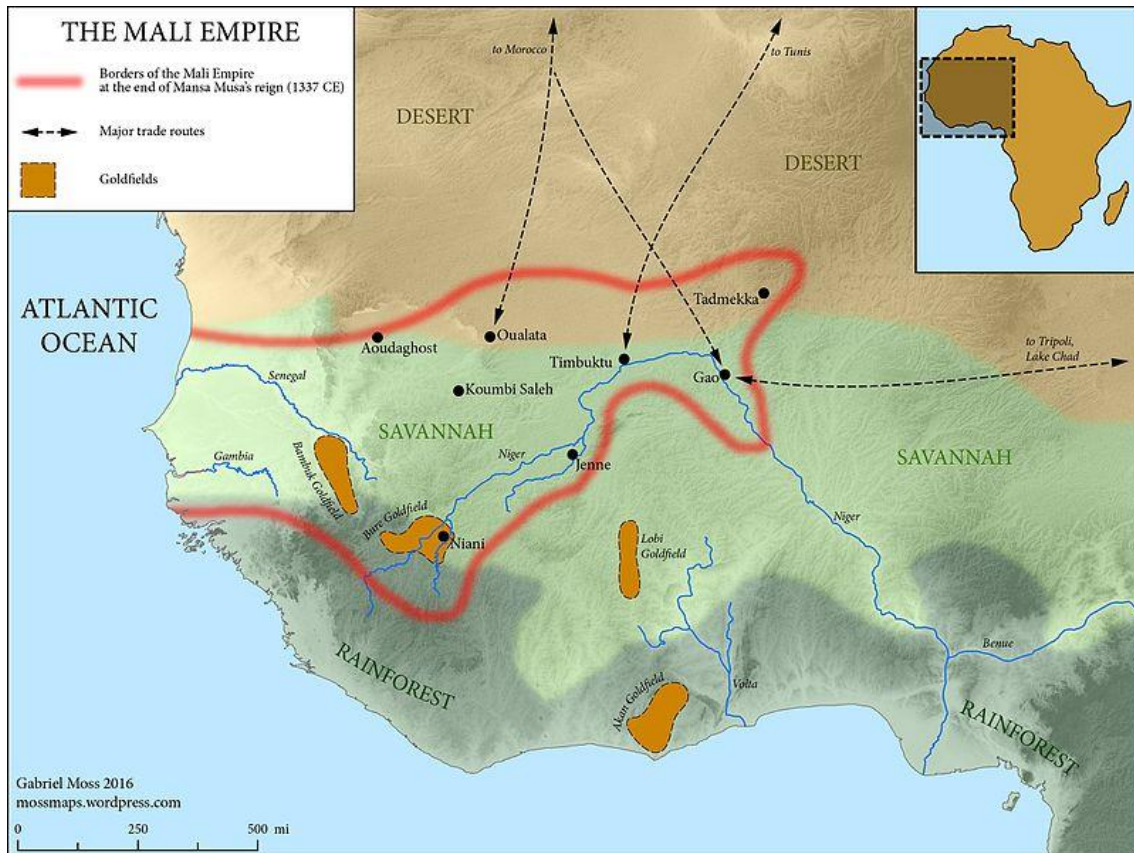
5.2 Ouro

O ouro é outra mercadoria essencial de circulação interna na Senegâmbia. De grande demanda por parte de mercadores saarianos e atlânticos. Neste tópico buscaremos entender onde o ouro era minerado, repassar as informações escritas no tópico 2.2, em que debatemos o comércio saariano de ouro, além de explicitar a demanda atlântica pelo metal. Além disso, argumentaremos que existia demanda interna pelo metal na Senegâmbia. Conforme veremos também que os mercadores de ouro percorriam rotas do leste, Futa Djalon, até o oeste, nos portos atlânticos, até o norte da região da Senegâmbia, nas bordas do Saara, sendo essa mais uma mercadoria que podemos dizer que conformavam a Senegâmbia.

Local de Produção e beneficiamento do Ouro

Minerado nos campos auríferos de Bambuk e Buré, nas proximidades do Futa Djalon, o ouro era uma mercadoria que era utilizada internamente para ornamentação e fabricação de joias. Agentes internos, principalmente jaxankes, transportavam o ouro do interior aos portos atlânticos e saarianos, onde trocavam o metal por várias mercadorias advindas do comércio de longa distância. O estudo de caso das minas Bambuk e Buré revelam como o comércio externo não suplanta as redes de comércio internas da Senegâmbia, e sim a complementam.

Mapa 3 – The Mali Empire



MOSS, Gabriel. The Medieval Mali Empire at the end of Mansa Musa's reign (1337 CE). 2016. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:The_Mali_Empire.jpg

O ouro que circulava na Senegâmbia advinha, principalmente dos campos de mineração de Bambuk e Bure, cujas minas aparecem destacadas no Mapa 4. De acordo Philip Curtin, “embora parte do ouro exportado por meio de postos senegambianos possa ter vindo de Bure, a maior parte, assim como a maioria das épocas, veio das minas de ouro de Bambuhu, o “Bambuk” dos registros franceses (CURTIN, 1975, p. 198)”¹⁹⁸. O nome dado por Gabriel Moss no mapa que utilizamos acima, *The Mali Empire*, para evidenciar os campos de mineração, evidencia o tamanho da importância de Bure e Bambuk para esta unidade política. Na verdade, as importantes unidades políticas de Gana, Mali e Songhai, tiveram em sua posse territorial as minas de Bambuk e Bure a fonte de seu grande poder econômico.

Buré e Bambuk fossem eram os dois principais locais de extração de ouro, contudo, pessoa da região tentaram explorar ouro de aluvião e de escavações às margens dos rios Senegal e Níger. Segundo Ralph Austen, “o ouro foi extraído de escavações rasas e

¹⁹⁸ Tradução nossa: Although some of the gold exported by way of Senegambian posts may have come from Bure, most as most periods came from the gold fields of Bambuhu, the “Bambuk” of the French records

garimpado das águas de rios locais, como o Senegal e o Níger. Ainda hoje, durante as longas estações secas do Sudão, quando a agricultura não pode ser praticada, pode-se testemunhar agricultores locais comuns e suas famílias marchando para as margens dos rios locais para garimpar pequenas quantidades de ouro” (AUSTEN, 2010, p. 30). Não encontramos evidências de tentativa de encontrar ouro no rio Senegal.

Ingleses tentaram de encontrar ouro no rio Gâmbia. Em 1650, o responsável por James Island, havia enviado um grupo de agentes rio acima para explorar uma mina de ouro descoberta há pouco tempo por aquela companhia (WARBURTON, 1650, p. 359)¹⁹⁹. Rupert, porém, argumenta que esta mina do Rio Gambia podia se tornar rentável: “esta mina é relatada como uma rocha firme de ouro de grande tamanho, que pode compensar as maiores cargas que possam ser despendidas para encontrá-la. Mas, seja ou não, certo é que os primeiros descobridores ficaram tão satisfeitos, que nunca mais usaram o mar”²⁰⁰ (WARBURTON, 1650, p. 360-361). Este é o único relato que fala abertamente de uma tentativa de minerar ouro em algum rio da região. Embora Ralph Austen argumente que Bambuk e Buré não possuíam grandes concentrações de ouro (AUSTEN, 2010, p. 30), nas fontes que consultamos, estes dois campos foram responsáveis por ser os espaços que abasteciam de ouro as rotas de comércio interna e de longa distância.

A organização político-social do trabalho nas proximidades do campo de extração de ouro de Bambuk eram bem complexas. Segundo Curtin, eram como “pequenos Estados”. Este autor também destaca que a extração de ouro era uma tarefa especializada, realizada por um grupo específico de agentes:

[a organização e extração do ouro ficava] com um tipo diferente de trabalhador chamado Jala Nila. Ele e somente ele tinha o direito de alocar terras para garimpo ou mineração, e sua autoridade era hereditária em uma

¹⁹⁹ Tradução nossa: We took the Spanish pink ; but the ketch got into the river Vintaine, which is a small arm out of the side of the river Gambia, where their Admiral lay, with a pink of eight guns, to take in such merchandise as the place yielded; it being also a reasonably healthy place, they stayed there to expect the return of their barges, which they had sent up the river to a gold mine not long before discovered by that company, but had as yet cost more than they got. It being low- water, we could not follow the ketch; but were forced to stop that tide

²⁰⁰ Tradução nossa: The (Elephant) island is low and even, a very fertile soil, well peopled, and stored with provisions and traffic, both good and in abundance. They have divers sorts of wild beasts, which are not unprofitable to The natives affirm that there are many unicorns in their country, relating their shape, and how they go, accompanied with other beasts, to the water, who will not drink until he hath dipped his horn therein. The river's extent is three hundred leagues, by report of the Portuguese who live there, and of the English who went to discover the mine, which is almost at the end thereof. Many other considerable rivers vent themselves into this ; and some report there is an arm of it crosseth the main to the river of Senegal which makes them two communicable ; which must convince those who think to assure their traffic, without planting a considerable colony. This mine is reported to be a firm rock of gold of a great bigness, which might countervail the greatest charges as may be expended in finding of it. But, whether it be so or no, certain it is that the first discoverers were so satisfied, as they never used the sea afterwards.

determinada linhagem, diferente das linhagens dominantes (CURTIN, 1975, p. 204)²⁰¹.

Como se percebe, o trabalho dos Jala Nila tinha um lugar à parte na organização social senegambiana. Além disso, eles tinham funções religiosas, uma vez que o ouro era pensado como um ser vivo, guardado por espíritos, e que tinham que ser tirados do solo sem ofender o mundo espiritual (CURTIN, 1975, p. 204).

Além dos Jala Nila, os artesãos que sabiam trabalhar com o ouro como matéria prima tinham distinção social na Senegâmbia. No relato de Gaby, há distinção social para aqueles que manuseiam três das principais mercadorias de circulação na Senegâmbia: algodão, couro e também o ouro. Segundo Nicholas Gaby,

Eles geralmente têm apenas quatro tipos de artesãos: alguns são como nossos tecelões para panos de algodão. Os outros são como ourives, e colocam bem ouro e prata no trabalho, se tivessem, como o nosso, o artifício da soldagem. Outros lidam com couro na forma de sapateiros e seleiros, para o calçado e para a equitação de cavalos. Finalmente, os outros são como os nossos carpinteiros para a fabricação de suas canoas, de um ou mais peças de cachimbo (GABY, 1687, p. 68)²⁰².

Conforme se percebe, os ourives foram destacados como um dos quatro tipos de artesão na Senegâmbia. George Brooks argumenta que esses artesãos produziam uma série de instrumentos com instrumentos variados, tanto para fins utilitários quanto rituais (BROOKS, 1993, p. 49). Argumenta também que ouro e ferro eram os minerais mais importantes e explorados no comércio de longa distância, por isso os ourives e os ferreiros preservavam suas técnicas por meio de casamentos endogâmicos e instrução dos jovens aprendizes (BROOKS, 1993, p. 51)²⁰³.

²⁰¹ Tradução nossa: with a different kind of official called the Jala nila. He and he alone had the right to allocate land for gold prospecting or mining, and his authority was hereditary in a particular lineage, different from the ruling lineages

²⁰² Tradução nossa: Ils n'ont ordinairement parmy eux que quatre sorte de Artisans : Les uns comme nos Tisserans pour les toilles de cotton. Les autrs sont comme nos Orfèvres, & ils mettroient parsaitement bien l'or & l'argent en ceuvre, s'ils avoient comme les nôtres l'artifice de la soudure. D'autres traveillent en cuir en la façon des Cordonniers & Selliers, pour la chaussure & pour l'équipage de gens de cheval. Les autres enfin sont comme nos Chapentiers pour la fabrique de leurs Canots, d'une ou de plusieurs pieces de boir creulees qu'ils lient si bien de cerceaux d'herbes, que l'eau n'y entre point

²⁰³ Tradução nossa: Gold and iron were the most important minerals exploited for long-distance commerce. Iron working was practiced along the upper Niger River by c. 500 b. c., the expertise probably from North Africa by smiths whose descendants jealously guarded the professional secrets that ensured their monopoly of metal working through endogamous marriages and careful supervision of apprentices. Systematic prospecting and mining of gold deposits increased with the development of trans-Saharan trade from the third and fourth centuries A.D. onward. And iron working went hand-in-hand with gold mining. Smiths fabricated tools and implements for their own use; bartered with local groups for foodstuffs, local products, and trade goods, and produced iron bars and worked iron that were staples of commerce in western Africa

Comércio saariano de ouro

O ouro foi um dos principais atrativos para os mercadores saarianos que iam comerciar na Senegâmbia desde a “idade média”. A imensa quantidade de ouro levada pelo Mansa Musa, no século XIV, na viagem dele à meca, inflacionou o preço do metal por anos que dado a que deixou no Egito, o tornando mais barato que a prata (BOVILL, 1958, p. 88; WRIGHT, 2007, p. 31). A intenção do Mansa Musa era atrair mercadores do norte da África para que levassem suas mercadorias, mormente o sal, para comercializar na Senegâmbia.

A tática do Mansa deu certo e mercadores saarianos continuaram indo à Senegâmbia comprar ouro nos séculos seguintes. Alvise Cadamosto, em 1455, evidenciou que existiam diferentes rotas saarianas e que agentes levavam ouro que afluíam do Mali para Toet, Tunes, Oran e Fez (CADAMOSTO, 1455, p. 25). Este tipo de informação atestam a continuidade de rotas saarianas, que comerciantes saarianos compravam ouro senegambiano (ALMADA, 1594, p. 278-279; JOBSON, 1621, p. 9-10; 53; 58; HODGES, 1690, p. 92)

Djibril Niani argumenta que os povos da Senegâmbia não permitiam que os comerciantes saarianos tivessem acesso direto aos locais de extração de ouro, nem como explorá-lo, de maneira a manter sua lucrativa posição de intermediários comerciais (NIANI, 2010, p. 700). Importante salientar que o comércio de ouro por vias saarianas não foi interrompido quando se inicia o comércio atlântico (BA, 2020, p. 344).

Uso interno

A busca pelo ouro também foi um dos principais atrativos para comerciantes atlânticos irem à Senegâmbia fazer comércio. Edward Bovill afirma que, no início do século XV, “o esgotamento das reservas de ouro da Europa estava, portanto, se tornando um grande embaraço para seus banqueiros. As mentes dos homens naturalmente se voltaram para a África e para o problema de onde vinha o ouro da Barbaria” (BOVILL, 1958, p. 114-5)²⁰⁴. Richard Jobson, que foi ao Gâmbia e que construiu seu relato de maneira a tentar convencer seus patrocinadores a financiar uma nova ida ao rio, justificando que havia descoberto como fazer o comércio de ouro neste local, afirmou:

²⁰⁴ Tradução nossa: The depletion of Europe’s gold reserves was therefore becoming a grave embarrassment to her bankers. Men’s minds naturally turned to Africa and to the problem of where the Barbary gold came from.

As mesmas causas ainda continuam, pelo que não encontra-se nenhum livro escrito, mas ao conversar com qualquer comerciante desta cidade de Londres que tenha anteriormente comerciado na barbárie, sendo as partes mais próximas da África, adjacente a nós, e muitas vezes a partir de nosso país em seus principais portos, viajando por 12 dias, e no mesmo tempo retornando, e inquirir a eles onde o Bárbaros Mouros tem rico ouro, de onde eles fazem seus Chequens e eles vão te dizer não há cresce ouro dentro dos limites do Marrocos, enfim o que se sabe ou se faz uso, é que a grande abundância deste rico ouro que eles tem, é buscado e trazido para o país pelos seus habitantes naturais, que fazem grandes viagens que vão somente por terra por onde passam por grandes desertos de areia, que possuem muitos perigos, como é aparente pelas muitas perdas que eles sofrem durante os anos, tanto de pessoas quanto de camelos, e ainda tão cômodo é o seu comércio, e seguido com grande diligência e governado entre eles, que entre eles nenhum é admitido mas principalmente além das principais pessoas, e por ordem especial sem envolver qualquer outra nação com respeito familiaridade e sendo assim sempre, eles ganham entre eles (JOBSON, 1621, p. 3-4).

Como se percebe, há uma direta relação entre o comércio estabelecido entre agentes europeus e agentes do norte da África que obtinham ouro da África Ocidental, que serviu de embasamento para as viagens atlânticas. Assim, “de todas as possibilidades econômicas que poderiam ter motivado a navegação do Atlântico, a expectativa de um caminho mais curto para as minas de ouro da África Ocidental é a mais provável” (THORNTON, 2004, p. 68).

Há muitas evidências dos locais onde eram comerciantes vendiam ouro na Senegâmbia. Entre 1580 e 1700. Vincent Le Blanc, em 1592, afirmou que era possível comprar ouro em toda Costa dos Jalofos e citou especificamente o porto de Bezeguiche, onde havia vários lançados que tinham a intenção de acumular ouro (LE BLANC, 1592, p. 499). André Almada, em 1594, pontua que era possível obter a mercadoria no rio Senegal (ALMADA, 1594, p. 245) Em 1600, João Lavanha, tentando convencer a coroa Ibérica a construir um forte na foz do rio Senegal, de maneira a tentar evitar que franceses “tomassem” o comércio com os jalofos e cita o ouro dentre as mercadorias que estavam indo parar nas mãos dos “inimigos da coroa” (LAVANHA, 1600, p. 365-366).

Claude Jannequin é outro mercador que afirma, em 1643, que era possível comprar ouro na costa dos jalofos (JANNEQUIN, 1643, p. 66-67). E, Francisco Lemos Coelho, que escreveu seus relatos em 1669 e 1684, atesta ainda essa possibilidade, dando especial centralidade às localidades de Porto D’Ale e Jola. Associa a oferta de ouro nestas localidades às caravanas jaxankes que vinham comprar sal e traziam ouro em troca (COELHO, 1669, p. 8). Por fim, Jacob le Marie atesta que algum tempo antes de sua viagem à Senegâmbia, em 1695, os portugueses possuíam um forte em Arguin e a partir deles comerciavam com

mercadores saarianos, dentre outras mercadorias, o ouro (MARIE, 1695, p. 52). O fato de o ouro ser vendido nas duas rotas de comércio de longa distância, porém, não significa que este era um produto apenas de exportação

Almada escreveu sobre a possibilidade de se obter ouro no rio Gâmbia. Nomeou, especificamente, Sutuko como centro de comércio do ouro na região da Senegâmbia. Almada esteve em Sutuko no final do século XVI e deixou descrições extraordinárias sobre o comércio do metal em pó:

Indo por ele acima cento e vinte léguas da barra, da banda do Norte, num porto que se chama Jagrançura, na aldeia chamada Sutuko, há trato de ouro, que trazem ali mercadores Mandingas, que também são religiosos; este ouro, que aqui trazem, vem o mais dele em pó, e dele em peças, e muito fino; estes mercadores são mui entendidos, assim nos pesos como no mais; trazem balanças mui subtis, marchetadas de prata, e cordões de retrós; trazem uns escritórios pequenos de couro cru, sem fechos, nas gavetas trazem os pesos, que são de latão, da feição de dados; e o marco é como uma maçã de espada; trazem este ouro em canos de penas grossas de aves, e em ossos de gatos, escondido tudo em atilhos metidos pelos vestidos: trazem-no desta maneira, porque passam por muitos Reinos, e são roubados muitas vezes, sem embargo de trazerem as cáfilas capitais e gente de guarda. E ha cáfila que traz mais de mil facheiros (ALMADA, 1594, p. 276-277).

Este relato mostra que os jaxankes, agentes do interior da Senegâmbia, levavam ouro para comerciar no rio Gâmbia. Estes comerciantes tinham vários instrumentos para fazer o comércio do ouro e tinham uma guarda para proteger a mercadoria. O comerciante ainda afirma que ao realizar comércio de ouro no rio Gâmbia, em ambas as margens do rio, na proximidade de Sutuko: “[a]os alcaides pesadores, que servem de pesar o ouro quando ali o vão resgatar, hão-de ser um da banda do Norte e outro do Sul; e a ambos damos dádivas” (ALMADA, 1594, p. 283). Ou seja, na hora de comprar ouro no rio Gâmbia, aos mercadores atlânticos, além das mercadorias que seriam trocadas pelo metal, tinham que pagar impostos. Sutuko está na região de Wuli, uma unidade política mandinga, que era subordinada ao mansa do Mali. É o coração do mundo Mande e para o nordeste ao longo da diáspora comercial Soninke que ligava o alto rio Senegal e as rotas transaarianas (BROOKS, 1993, p. 248)²⁰⁵.

Richard Jobson, em 1621, em muito discutiu o comércio de ouro. Seu relato tem como título: “O Comércio de Ouro: ou a descoberta do rio Gâmbia, e o comércio de ouro dos etíopes, também o comércio com o grande mercador, chamado Buckor Sano, e seu relato das casas cobertas de ouro, e outras estranhas observações para o bem de nosso país”. Pelo título,

²⁰⁵ Tradução nossa: Wuli was the nexus of trade routes that extended east to the heartland of the Mande world and northeast along the Soninke trade diaspora that linked upper Senegal River and trans-Saharan routes

se torna evidente a centralidade do ouro para seu relato. Quase 30 anos após o relato de Almada, Richard Jobson menciona sua viagem à Sutuko, onde, ele diz que recebeu muitas informações sobre “a abundância de ouro ali, que ele mesmo e viu” (JOBSON, 1621, p. 40). Ele também afirma que “estas pessoas de Sutuko são as mais relutantes que devemos proceder na busca do rio, nos dizendo sobre uma série de perigos para nos desencorajar” (JOBSON, 1621, p. 46). Ou seja, ao mesmo passo que os habitantes deste local, “uma cidade de bixirins”, davam informações sobre o comércio de ouro, desencorajavam os agentes atlânticos a subirem o rio.

Este ato de desencorajar os estrangeiros de irem buscar o metal em outro local evidencia a tentativa de manutenção da lucrativa posição dos intermediários comerciais entre as caravanas que vinham do interior com ouro e os comerciantes atlânticos. Ao mesmo passo, tais intermediários queriam atrair comerciantes como Jobson, para realização de comércio de ouro consigo. De qualquer forma, Jobson foi para Tinda, no alto curso do Gâmbia, onde se encontrou com o mercador chamado Buckor Sano. O mercador, que Jobson trata por Bixirin, também joga com o imaginário de Jobson,

Este país acima onde o ouro abunda, e que com meus próprios olhos vi quatro vezes, existe uma grande cidade onde as casas são cobertas apenas com ouro: nos perguntamos a ele qual era a distância: ele disse que era uma viagem de quatro luas: nos perguntamos a ele e ele poderia nos levar até lá, ele respondeu: sim, mas temos inimigos pelo caminho e as vezes temos que lutar contra eles, nós o mostramos nossas armas e falamos a ele que poderíamos leva-las conosco e matar todos eles, sobre o que ele pareceu ficar muito contente (JOBSON, 1621, p. 51-52).

Não há relatos críveis sobre uma grande cidade coberta de ouro. E embora Buckor Sano tenha afirmado a Jobson que as armas dos agentes atlânticos seriam úteis para lidar com os inimigos do caminho, em nenhum momento o levou ao interior do continente. Afirmar sobre esta mítica cidade pode ser lido como uma forma de gerar um atrativo para novas trocas comerciais.

Jobson, ao longo de seu relato, informou as nozes-de-cola eram de grande valor na foz do rio Gâmbia. Os portugueses compravam-nas perto de Cacheu, onde encontram comerciantes que levavam ouro e trocavam por nozes (JOBSON, 1621, p. 74). Para além do padrão de troca de sal por ouro, a noz-de-cola também era um produto que poderia ser trocado pelo metal. Importante pontuar que ambas as mercadorias eram de demanda pré-existente à chegada dos europeus por parte dos agentes senegambianos e já existiam nas rotas locais, sem a necessidade de ação de agentes atlânticos.

Coelho é outro autor que fala sobre a possibilidade de se comercializar ouro no rio Gâmbia, afirmando que ingleses, flamengos, franceses, curlandeses e castelhanos se aproveitavam desse comércio (COELHO, 1669, p. 12). Citou nominalmente os portos de Julufre, Combo (COELHO, 1669, p. 13), Caúr (COELHO, 1669, p. 15), Cantor (COELHO, 1669, p. 23), e Baracunda (COELHO, 1669, p. 23), como locais possíveis de se comercializar ouro. Os mesmos agentes faziam a rota terrestre ao rio Gâmbia e ao rio Senegal. Segundo Boulègue, “a rota fluvial do Gâmbia foi duplicada por uma rota terrestre. Neste percurso, um ramo se destacou em direção à foz do Senegal, feito pelos Jaxanke, segundo Coelho, que ia para lá vender ouro em pó para os franceses. Provavelmente vinham em busca de sal (BOULÈGUE, 2013, p. 224)²⁰⁶. Com relação ao rio Gâmbia, diferentemente de Almada e Jobson, Franciso Lemos Coelho fala que as cáfilas de jaxankes se dirigiam até Baracunda, onde vendiam o ouro por sal (COELHO, 1669, p. 24-25).

Ainda sobre o rio Gâmbia, Michel de La Courbe narra a existência do enclave comercial de Saint James, e que os ingleses usavam o lugar como base para fazer o comércio de várias mercadorias, incluindo aí o ouro (LA COURBE, 1685, p. 205). O mercador também nos deixou um importante testemunho de como os enclaves comerciais dependiam da atuação dos mandatários locais para existir:

Ao desembarcar, soubemos que o Rei de Barra [unidade política mandinga na foz do rio Gâmbia] havia tido um grande desentendimento com os ingleses que tinham como sujeito as mulheres negras. Um certo português, chamado Maguimar, tendo ido ao forte dos ingleses com várias mulheres de virtude medíocre, ali foram esplendidamente regaladas; mas depois de beber bem, uma delas brigou com os ingleses, aparentemente por algum galanteio, que foi levado tão longe que um deles chamado Capitão Agis aparentemente com mais vinho na cabeça do que o necessário, a deu uma facada; as outras, vendo o que aconteceu, retiraram-se para suas casas. O rei de Barra, sabendo disso, prendeu o escrivão inglês que guardava uma caixa em Julufree com todos os seus bens, reclamando grandes danos por essa ação que, na verdade, era um pouco extravagante. O governador do forte, que se chamava Clif, veio indiscretamente a terra para conversar com o rei sobre o assunto, que também mandou prendê-lo e obrigou-o a pagar a entrega e o levantamento dos seus bens, 200 barras de ferro que o capitão lhe entregara em nome do capitão Agis. Isso causou uma grande guerra entre eles, e o capitão Agis, um homem imprudente e violento, fez muito mal aos negros, e como todo o comércio entre eles cessou, a companhia francesa aproveitou sua disputa e tratou muitos negros este ano, marfim e ouro²⁰⁷.

²⁰⁶ Tradução nossa: Ainsi l'axe fluvial de la Gambie se trouvait doublé par un itinéraire terrestre. De cet itinéraire, un embranchement se détachait en direction de l'embouchure du Sénégal : les Jaxanke, nous dit Coelho, y venaient vendre de la poudre d'or aux Français. Probablement y venaient-ils aussi pour le sel.

²⁰⁷ Tradução nossa; Ayant mis pied a terre, nous apprismes que le roy de Barre avoit un grand différend avec les Anglois au sujet des femmes négresses. Une certaine portugaise, nommée Maguimar, étant allée au fort des

Conforme se percebe, após uma ação de um inglês, que esfaqueou uma mulher que havia sido levada ao enclave comercial de Saint James por um lançado chamado Maguimar, causou a prisão do escrivão e do capitão que estavam no forte. Apesar do pagamento das 200 barras de ferro para o resgate dos dois ingleses, seguiu-se conflitos entre os ingleses de Saint James e os mandingas de Barra. E estes conflitos não foram suficientes para parar o comércio movido pelo mandatário de Barra. Ele simplesmente passou a negociar pessoas escravizadas, marfim e ouro com os franceses. Por fim, com relação ao relato de Michel de La Courbe, ainda há o importante informação de troca de ouro entre fulas e os sapes (LA COURBE, 1685, p. 254). Segundo George Brooks, os fulas que habitavam o Futa Toro eram intermediários do comércio no sentido leste oeste, ao comprarem ouro e algodão próximo à Bambuk, e levarem para a costa para trocar por sal e diferentes mercadorias europeias (BROOKS, 1993, p. 199-200).

Outra prova da limitação do poder dos enclaves comerciais europeus na Senegâmbia é o relato de Cornelius Hodges, de 1690. O agente atlântico inglês afirmou que navegou até um afluente do rio Senegal, chamado rio Cambordo, e ali comercializou ouro (HODGES, 1690, p. 91). Mesmo a posição privilegiada dos franceses no forte de Saint Louis não impedia que agentes atlânticos de outras nações europeias comercializassem no rio Senegal.

Cornelius Hodges foi outro agente atlântico que atestou a existência de ouro em Sutuko. Porém, é o primeiro autor que fala da presença de uma mina nessa localidade, ao afirmar que foram descobertas “no ano de 1683 por uma velha que estava cavando uma espécie de raiz para comer [...] observando que pó de ouro sairia grudado em um deles, encheu seu colo com terra do mesmo lugar e foi para casa e lavou, e descobriu que não estava

Anglois avec plusieurs autres femmes de médiocre vertu, on les y regala splendidement ; mais après avoir bien bu, une d'elles prit querelle avec les Anglois, apparemment pour quelque galanterie, laquelle fut poussée si loin qu'un d'entre eux nommé le capitaine Agis ayant apparemment plus de vin dans la teste qu'il ne falloit, luy donna un coup de couteau ; mais les autres ayant mit le holla, elles se retirèrent chez elles. Le roy de Barre ayant appris cela, arresta le commis anglois qui tenoit case a Gilfroid avec toutes ses marchandises, prétendant de grand dedommagemens pour cette action qui, a la vérité, estoit un peu extravagante. Le gouverneur du fort, qui se nommoit Clif, estant venu indiscretement a terre pour conférer avec le roy au sujet de cette affaire, il le fit aussi arrester et luy fit payer pour la délivrance et pour la main levée de ses marchandises, 200 barres de fer que le gouverneur luy fit délivrer sur le compte du capitaine Agis. Cela causa une grande guerre entre eux, et le capitaine Agis, homme téméraire et violent, fit beaucoup de mal aux nègres, et comme tout commerce estoit cessé entre eux, la compagnie françoise profita de leur différend et traitta cette année beaucoup de nègres, d'yvoire et d'or (270-1).

enganada; e, conseqüentemente, mostra o ouro que ela lavou ao marido, sendo ele o rei de Sutuko” (HODGES, 1690, p. 61)²⁰⁸.

Ao sul do rio Gâmbia, comerciantes atlânticos podiam obter ouro no rio Casamansa (ALMADA, 1594, p. 297), no rio Grande (ALMADA, 1594, p. 328), e no rio da furna, junto aos bagas (ALMADA, 1594, p. 344). neste último, havia cáfilas: “e por cima desce deste sertão a estes Rios uma nação de negros, a que chamam Putazes, em cáfila de mil e de dois mil homens, e vêm a comprar sal em troco de roupa de algodão branca e vestidos feitos do mesmo, e algum ouro e armas de frechas” (ALMADA, 1594, p. 344-345). Francisco Lemos Coelho ainda fala de uma cáfila de jaxankes, que iam até o rio Pongo, e levavam ouro para troca também por sal, afirmando que é este o local onde os brancos tem maior possibilidade de trocar o sal que levavam por ouro (COELHO, 1669, p. 61). Otto Friedrich Von den Groeben atesta que, dentre outras mercadorias, trocou sal por ouro em Serra Leoa (JONES, 1680, p. 24)²⁰⁹.

Usos dos ouro

O ouro era utilizado por agentes senegambianos no momento diplomático de troca de presentes. Michel de La Courbe, em 1685, comenta que o comércio de ouro no rio Senegal feita pela esposa do Damel do Kaajor era parte da diplomacia:

Ela me contou que, tendo ouvido falar de mim, tivera a curiosidade de vir me ver e que trouxera algum ouro do qual me presenteia; era como um pequeno relicário de filagranne, uma obra dos Mouros, muito bem trabalhada, com cinco ou seis douguerés, ou pérolas de ouro; o todo valia bem duas pistolas [...] Então, elas me fizeram entender que era hora deles recuarem; significava que eles tinham que pagar o presente que me deram. Eu lhes disse, portanto, que, como eles haviam me trazido algo, eu fiquei

²⁰⁸ Tradução nossa: in ye yeare 1683 by an old woman digging a sort of Roots [...] Now observing as she thought gold dust to stick to one of them fills her lapp with earth of ye same place and went home and washed it, and found she was not mistaken; and accordingly shows ye gold she had washed to her husband, he being King of Nettico

²⁰⁹ Tradução nossa: In nine days we sailed to Cape Verde to the Kingdom of Sierra Leone, which bears the name of the River Sierra Leone, into which we entered [...] There we found at anchor a Danish ship under the command of Captain Thomas Sturs, whom we had spoken to three days earlier on the Shoals of St. Anne [...] At the entrance to the river we were met by an English merchant-ship which had brought goods to the English trading-post on Bens [Bonce] Island and was in her way back to London. //p17// The English Commandant first accompanied the ship out to sea and then visited us on our ship. As regards the character of the country and river [of] Sierra Leone, the river river is very convenient and rich in shipping. In the river, one can trade with the natives ivory, rice, kola and a quantity of gold, in exchange for salt, brandy, kettles and coloured linen print

muito feliz em não mandá-los embora com suas mãos vazias, que implorei a eles que me dissessem o que desejavam. Depois de uma pequena oração, eles me pediram espelhos, corais e seixos; (Estes são grandes grãos de vidro vermelho colocados em um ornamento para a noite, porque eles colocam sete ou oito linhas ao redor das casas); e especialmente cravo, que eles gostam muito; Depois de ter feito o meu presente, eles permaneceram por algum tempo para me agradecer, e então me disseram tago, isto é, para Deus (LA COURBE, 1685, 160-163)²¹⁰.

Este excerto revela que a troca de presentes se baseava no que cada agrupamento de agentes considerava valioso. Enquanto La Courbe recebeu peças em ouro; ele concedeu contas de vidro, espelhos, corais, seixo e cravo, objetos recebidos como algo de grande significância pela esposa do Kaajor.

Existem evidências do uso interno do ouro. Segundo André Almada, escrevendo sobre o rio Gâmbia “vale também reais de Deus, os quais chamam tostões, e os desfazem para fazerem anéis e cadeias de prata; estimam também o ouro; compram algumas peças feitas (ALMADA, 1594, p. 254)”. Ao sul, os sapes tinham o costume de enterra seus mortos portando peças ouro pelas orelhas, braços, narizes (DAYLON, 2022). Este costume, fez com que os manes, que invadiram as terras dos sapes, desenterrassem os corpos para pega o ouro:

Vinham comendo, como fica dito, os que cativavam e matavam nas guerras, e desenterravam os mortos por causa do ouro que achavam nas sepulturas; porque, como é já dito, é costume dos Sapés enterrarem os mortos com as jóias que têm de ouro, a saber; manilhas nos braços e nas orelhas, masucos de trinta cruzados e de mais peso, e nos narizes outra invenção como copos de brida; e por isso os desenterravam (ALMADA, 1594, p. 362).

Jobson é outro autor que evidencia que os bixirins mandingas também usavam peças de ouro na orelha (JOBSON, 1621, p. 54), enquanto La Courbe afirma que os jalofos costumavam usar joias do ouro que era trazidos pelos mandingas (LA COURBE, 1685, p. 194). O fato de o ouro ter uso local faz com que os agentes saarianos e agentes atlânticos lidassem não apenas com a competição de um com o outro no sentido de atrair as ricas caravanas jaxanke e os demais povos que comercializavam ouro advindo do interior.

²¹⁰ Tradução nossa: Elle me fit dire qu'ayant ouy parler de moy, elle avoit eu la curiosité de me venir voir et qu'elle avoit apporté de l'or dont elle me faisoit présent ; c'estoit comme un petit reliquaire de filigranne, ouvrage de Maure, fort bien travaillé, avec cinq ou six douguerés, ou perles d'or ; le tout valoit bien deux pistoles [...] Ensuite, elles me firent entendre qu'il estoit tems qu'elles se retirassent ; cela vouloit dire qu'il falloit leur payer le présent qu'elles m'avoient fait. Je leur fis donc dire que, comme elles m'avoient apporté quelque chose, j'estois bien aise aussy de ne pas les renvoyer les mains vuides, que je les priois de me dire ce qu'elles souhaitoient. Apres s'estre fait un peu prier, elles me demandèrent des miroirs, du corail et du galet ; (ce sont des gros grains de verre rouge enfilez qui st un ornement pour la nuit ; car elles s'en mettent sept ou huit rangs autour des reins) ; et surtout du clou de girofle qu'elles aiment beaucoup ; après leur avoir fait mon présent, elles demeurèrent encore quelque tems pour me remercier, puis elles me dirent tago, c'est a dire a Dieu.

André Almada evidencia que os sapes compravam ouro dos sosos, que, por sua vez, obtinham o ouro ao trocar sal com por ouro com os fulas (ALMADA, 1594, p. 353). É em Francisco Lemos Coelho, porém, que temos o melhor relato para entender essa competição dos agentes estrangeiros com agentes internos na compra de ouro. Segundo o agente atlântico, com relação às cáfilas que vinham ao Gâmbia:

Vem mais muitas cáfilas pequenas, de quarenta até cem homens, de todos aqueles reinos circunvizinhos, que trazem o marfim e negros; e o principal dinheiro que vem buscar é sal. O modo com que o branco compra este marfim é galantíssimo, e porque não se usa em outra parte, porei aqui. Vem estes negros com seu marfim, e chegam a borda d'água e ajuntam-no todo. Logo saem os donos dos navios se meterem em nada; e porque não haja engano, ou queixa de dizer o meu quinhão foi mais pequeno, o repartem por sortes, e tanto que está partido, manda cada um carregar o que lhe coube para seu navio, como que se o já tivera comprado, sem os donos que estão a vista, dizerem nada, mas que ver cada um aonde leva o seu marfim. Depois disso feito os negros chamam as barcas e cada um se embarca para o navio aonde foi seu marfim, com o seu maioral, que é que faz a venda, não porque o venda melhor porque o preço já é sabido. Depois quando o branco o compra, vem cada dente por si, o qual se lhe mete um pau pelo oco, e tudo que tem de vão, que se vê pelo pau, se risca em cima, e por este se lhe não dá nada e só se lhe paga do risco para a ponta, que se mede aos palmos, e por cada palmo se lhe dá o valor de dois panos sem lucro nenhuma O melhor e o maior dente o mais que tem são cinco palmos de maciço, e custa dez panos que se lhe pagam em sal, cujo preço também está feito, porque tanto que os navios chegam ao porto e dão as dádivas aos reis, logo seus oficiais põem o preço e medida ao sal, o que fazem por uma tigela de bacia que tem, pouco maior que uma tigela nossa de sopas; e o preço que abrem, ninguém pede mais nem se lhe dá menos, e o mesmo preço abrem as mais fazendas, principalmente o papel e conta; e o mais que se vem dar por um pano, de sal é um alqueire; assim que o dente, que custa dez panos, se lhe dá dez alqueires de sal. Eu compreí dente de marfim que pesava duas arrobas por três alqueires de sal; e esta é a razão porque não compra ouro, porque o vendem de modo que, ordinariamente, sai uma oitava de ouro por dois panos, que são os dois alqueires de sal ou quatro mãos de papel ou oitenta ramos de avelório ou um ramal de cristal nº 24, que tudo isto vale dois panos, e é melhor despachar o dinheiro em marfim ou em negros que em ouro, por isso se compra tão pouco (COELHO, 1669, p. 133-134).

Esta longa citação se faz necessária para entendermos o fato de que mais valia aos agentes atlânticos comprar o marfim e em pessoas escravizadas do que o ouro, uma vez que ao fazer a conversão na mercadoria de troca, o sal, o lucro era maior. Coelho afirma ainda, sobre o ouro que traziam as cáfilas jaxankes, “que a gente da terra também lhe compra melhor que o branco” (COELHO, 1669, p. 131). Michel de La Courbe, sobre as cáfilas que chegavam no rio Senegal, afirma que os jaxanke vendiam pouco ouro no Senegal, sobretudo por bens que eram produzidos pelos povos locais (LA COURBE, 1685, p. 194). Segundo Philip Curtin, o fato do ouro ser tão pouco vendido aos agentes atlânticos se devia ao fato de que:

Os ganhos do dia comum eram inferiores ao custo de subsistência do trabalhador por um dia, e isso ainda era verdade no início do período colonial. A atividade estava tão próxima da margem que não dava renda – em termos marxistas, não havia excedente a ser expropriado. As evidências dos séculos XVII e XVIII indicam que em alguns períodos o ouro de Bambuk era extraído apenas em quantidades muito pequenas, e o que era oferecido para venda e exportação era muito caro para ser competitivo nos mercados mundiais (CURTIN, 1975, p. 205-6)²¹¹.

Dessa forma, de acordo com o Curtin, o ouro produzido na Senegâmbia era exportado em pouca quantidade devido ao fato de ser extraído em pouca quantidade, e para dar lucro, precisava ser vendido à preços muito altos. Porém, a anterior existência dos “impérios” de Gana, Mali e Songhai, que tinham sua riqueza econômica baseada na exploração de ouro, evidenciada na faustosa peregrinação de Mansa Musa à Meca e a gigantesca quantidade de ouro que deixou pelo caminho, joga dúvidas sobre ser uma baixa produção de ouro o motivo de pouco ouro ser exportado por vias atlânticas na Senegâmbia. Não seria pelo próprio uso local e competição por parte de agentes internos por esta mercadoria?

O mesmo Philip Curtin afirma que “a produção Senegâmbia de ouro para exportação, assim como sua produção de escravos ou exportação, estava presa em uma teia de condições políticas locais que a tornava comparativamente indiferente às mudanças no preço de mercado” (CURTIN, 1975, p. 206)²¹². Concordamos com a premissa: o comércio de ouro estava “preso em teia de condições locais”, não apenas políticas, mas também pelo uso das joias em ouro e, assim, também era vendido internamente. Conforme argumentado por Ezra Fields-Black, o ouro fazia parte das redes comerciais regionais, sendo trocado, sobretudo, por sal (FIELDLACK, 2008, p. 46). E, sem os custos do transporte por vias atlânticas ou saarianas, o sal senegambiano certamente era mais barato do que o sal importado.

Assim, o ouro que era minerado principalmente no ponto mais ao leste da Senegâmbia, nomeadamente nas minas de Bambuk e Buré, era levado, principalmente por mercadores jaxanke, tanto para os portos saarianos, ao norte, quanto para os portos atlânticos, ao oeste. Mas, também, abastecia um mercado local e era vendido em melhores condições,

²¹¹ Tradução nossa: The ordinary day’s winnings were less than the cost of subsistence for the worker for one day, and this was still true in the early colonial period. The activity was so close to margin that it bore no rent – in Marxian terms, there was no surplus to be expropriated. The evidence from the seventeenth and eighteenth centuries indicates that at some periods Bambuhu gold was mined only in very small quantities, and what was offered for sale and export was too expensive to be competitive in world markets

²¹² Tradução nossa: Thus the Senegambian production of gold for export, like its productions of slaves or export, was caught up in a web of local political conditions that made it comparatively unresponsive to changes in the market price

uma vez que havia uso de ouro no local e também produção de sal local, que era a principal mercadoria buscada pelos agentes que eram comerciantes de ouro.

5.3 Goma Arábica

Neste tópico discutiremos o comércio de goma arábica na Senegâmbia. A mercadoria era colhida por comerciantes caravaneiros no Sahel saariano, ponto ao norte da Senegâmbia, e era transportado para alguns pontos senegambianos, mormente a margem norte do rio Senegal, para ser comercializado com agentes atlânticos. Evidenciaremos para que a mercadoria era utilizada, tanto em contexto interno, quanto em contexto externo. Discutiremos como era feito o comércio da mercadoria na Senegâmbia e como ele aumentou vertiginosamente na segunda metade do século XVII. Mostraremos como ocorreu esse contato entre agentes saarianos e agentes atlânticos de maneira direta. Porém, mesmo com esse contato direto ocorrendo, evidenciaremos que havia intermediação e lucros para agentes senegambianos.

Locais de Produção

A goma-arábica era encontrada no Sahel, produzida apenas em uma parte restrita da Senegâmbia. Provém da espécie *Acácia Senegal*, original da orla sul do Saara. (CURTIN, 1975, p. 216)²¹³. François Froger, em 1695, evidencia este local de produção, quando informa que o norte do Kaajor “é habitado por mouros, que vêm dos desertos do Saara por caravanas, e que são todo o comércio da goma que carregam seus camelos” (FROGER, 1695, p. 16-17)²¹⁴. Jacob Le Marie, também em 1695, escreveu que estes “mouros” “a colhem nos desertos da Líbia Interior. Ela cresce nas árvores que a carregam, como a que vem para cerificadores na França. Eles vendem um mês ou seis semanas antes da inundação do Níger” (MARIE, 1695, p. 72-73)²¹⁵.

²¹³ Tradução nossa: But gum was produced only in a restricted part of Senegambia. It comes from several different species of acacia, the most important of which is the Acacia Senegal, growing along southern fringe of Sahara

²¹⁴ Tradução nossa: Est habité par des Maures, qui y viennent des Deserts du Zaara par Caravanes, & qui sont tout le Commerce de la Gomme dont ils chargent leurs Chameaux.

²¹⁵ Tradução nossa: C’est de ces Maures que nous avons la Gomme Arabique. Ils la cueillent dans les deserts de la Lybie interieure. Elle croît aux Arbres qui la portent, comme celle qui vient aux Cerifiers & aux Pruniers en France.

Comércio de Goma-Arábica na Senegâmbia

A mercadoria era levada por agentes saarianos para ser vendida a agentes atlânticos. Sua importância era tamanha, que Philip Curtin enumera a goma-arábica como uma das mercadorias – em conjunto com marfim e couro – como argumento para que a Senegâmbia nunca foi uma região que teve seu comércio atlântico dependente exclusivamente da venda de pessoas escravizadas (CURTIN, 1975, p. 3-4). André Almada, em 1594, afirma que ingleses e francês compravam várias mercadorias, dentre elas a goma-arábica, de agentes jalofos no rio Senegal (ALMADA, 1594, p. 251). A mesma afirmação faz João Batista Lavanha, acrescentando os holandeses como compradores de goma-arábica de agentes locais no rio Senegal (LAVANHA, 1600, p. 370).

A partir da segunda metade do século XVII, a goma-arábica aparece com mais recorrência como mercadoria a ser comprada na Senegâmbia. Philip Curtin explicita que:

Goma arábica, goma de acácia ou goma do Senegal foi um dos primeiros exóticos a serem importados regularmente para a Europa. Primeiro veio da Arábia e do Sudão nilótico, passando pelo Mar Vermelho e pelo Egito para o mundo mediterrâneo dos tempos clássicos, e os europeus o usaram quando puderam obtê-lo a partir de então, para fabricação de papel, doces e confeitaria, e a indústria têxtil. A goma da África Ocidental começou a substituir a goma oriental no século XVI, e a Senegâmbia gradualmente abasteceu cada vez mais o mercado até que, no século XVIII, tornou-se o único fornecedor significativo para a Europa (CURTIN, 1975, p. 215-6)²¹⁶.

A goma era uma mercadoria que já era conhecida e utilizada na Europa desde a Idade Média. Porém, é com o desenvolvimento da indústria têxtil ao longo do século XVII, que se tornou cada vez mais demandada na Europa. Em 1643, Claude Jannequin afirmou que comprou goma-arábica no rio Senegal (JANNEQUIN, 1643, p. 66-67). Francisco Lemos Coelho afirma que naus francesas compravam muita goma-arábica no rio Senegal e também na cabotagem que faziam em Rufisque, Porto D’Ale e Jola (COELHO, 1669, p. 8). Nicolas Villault também afirma sobre a compra de goma-arábica na Costa dos Jalofos, principalmente em Rufisque (VILLAULT, 1669, p. 59).

²¹⁶ Tradução nossa: Gum Arabic, gum acacia, or gum Senegal was one of the earliest of exotics to be imported regularly into Europe. It first came from Arabia and Nilotic Sudan, by way of the Red Sea and Egypt into the Mediterranean world of classical times, and Europeans have used it when they could get it from then on, for papermaking, candy and confectionary, and the textile industry. West African gum began to replace eastern gum in the sixteenth century, and Senegambia gradually supplied more and more of the market until, in the eighteenth century, it had become the only significant supplier to Europe

A mercadoria podia ser obtida pelos agentes atlânticos, principalmente, às margens do rio Senegal. La Courbe (1685, p. 29) afirmou que a goma era uma das MERCADORIAS que poderiam ser obtidas no rio Senegal, numa localidade chamada Terra Vermelha, no médio curso deste rio, local de encontro entre agentes atlânticos e caravanas de agentes saarianos que traziam a mercadorias. De acordo com La Courbe,

Tendo enviado imediatamente o Sr. de Ronsy [agente atlântico que era subalterno à La Courbe] de volta à Terra Vermelha, para continuar o comércio de goma, peguei o caminho para o Deserto onde, tendo chegado, escolhi um local adequado para a minha escala. Este lugar é apropriadamente chamado de deserto, pois é uma grande planície estéril, que tem para cada árvore apenas uma grande árvore latente plantada na beira do rio; é limitado a pequenas colinas de areia vermelha, nas quais aparecem alguns arbustos; É neste lugar que é costume tratar a goma arábica com os mouros (LA COURBE, 1685, p. 145-146)²¹⁷.

Sobre o transporte, os “mouros” transportavam a goma arábica, junto couros de animais que conseguiam abater em sua travessia (LA COURBE, 1685, p. 147). O agente atlântico explicita como foi seu encontro com os agentes saarianos:

No dia 5 de abril, começamos a medir a goma, feita sem confusão, contra o ordinário; Eu tinha todas as coisas medidas, de modo que os mouros estavam muito felizes. Depois de apenas um dia chegou da goma. Vinham caravanas de dez, vinte ou trinta camelos, ou bois, com aqueles que os guiaram que é habitual alimentar até que tenham sido pagos. É um prazer vê-los chegar; Eles são feitos como criaturas selvagens com cabelo espetado, e tendo, na maior parte, apenas a pele de um bode ou um pasto que cobre as costas. As mulheres são de cor verde-oliva e vestem jaquetas de pano preto; eles têm na cabeça uma espécie de coroa e tingem suas bochechas e unhas de vermelho; as meninas têm saias de pele cortadas por tiras, dedos largos e, quando se movem, vemos todas as suas coxas através dessa treliça; eles têm os cabelos levantados até o topo, e os demais são trançados de trás para a cintura, diferindo naqueles das negras que os têm muito curtos e como lã, e não são menos inventados que suas mães. Eles trazem, como eu disse, sua goma em sacos de couro de vaca sem costura, isso porque eles nos vendem alguns couros, com o que fazemos sapatos e cordas. Quando medimos, só deixamos entrar quem tinha parte no quintal, enquanto os outros olhavam e, quando não havia goma suficiente para encher o quintal, era um prazer para eles ter uma disputa com quem quer que fosse; Ele fazia estranhos gritos, posturas e contorções, e quando foram pagos, não tinham menor dificuldade em dividir seus panos entre eles (LA COURBE, 1685, p. 151-152)²¹⁸.

²¹⁷ Tradução nossa: Ayant aussitost renvoyé le Sr. de Ronsy au Terrier rouge, pour y continuer la traite de gomme, je pris le chemin du Désert, ou estant arrivé, je choisis un lieu propre a faire mon escale. Cet endroit est bien nommé le Désert, car c'est une grande plaine stérile qui n'a pour tout arbre qu'un grand latanier planté sur le bord de la rivière ; elle est bornée, a perte de veuë, de petites colines de sable rouge, sur lesquelles il paroît quelques arbustes ; c'est en ce lieu qu'on a coutume de traiter la gomme arabique avec les Maures.

²¹⁸ Tradução nossa: Le 5e avril, nous commençames a mesurer la gomme, ce qui se fit sans confusion, contre l'ordinaire ; je fis payer ensuite ce qu'on avoit mesuré, en sorte que les Maures furent très contents. Depuis ce tems, il ne se passa point de jour qu'il n'arrivât de la gomme. Vous voyiez venir de loing des caravanes de dix,

Deste excerto, percebemos características importantes. Os agentes que vendiam a goma-arábica vinham em caravanas, utilizando-se de camelos e bois para carregar as mercadorias. Não eram agentes que habitavam a Senegâmbia que a vendiam, mas sim agentes do Sahel e que faziam a travessia do deserto.

Agentes portugueses, no momento que tiveram posse da ilha de Arguin, costumavam comercializar com “azenegues, árabes ou mouros” inúmeras mercadorias na costa atlântica do deserto, dentre elas a goma-arábica (MARIE, 1695, p. 52). George Brooks afirma que com a construção de um forte na ilha de Arguim, que fica a apenas seis quilômetros da costa, ainda no século XV, agentes atlânticos conseguiam manter um lucrativo comércio com agentes que viajavam pelas rotas saarianas, mencionando a goma arábica como uma das mercadorias que podia ser obtida (BROOKS, 1993, p. 125).

O mesmo Le Marie afirma que uma das vantagens que os franceses tinham em ter construído o enclave comercial de Saint Louis no rio Senegal era a possibilidade de se comercializar a goma-arábica no local, e que o comércio movido pelos agentes atlânticos ali era muito lucrativo (MARIE, 1695, p. 72-73). Com relação ao comércio atlântico de goma-arábica, acrescentamos ainda que para além do comércio da mercadoria na costa dos jalofos e no rio Senegal, também era possível encontrar a mercadoria nos portos do rio Nunez (FIELDS-BLACK, 2008, p. 46). Isto evidencia que agentes locais compravam a mercadoria nos portos saarianos e a levavam para diferentes pontos na Senegâmbia.

Agentes senegambianos não se deslocavam até as bordas do Saara para extrair a goma-arábica e posteriormente vender para agentes atlânticos nos portos fluviais e marítimos. Michel de La Courbe afirma que em uma conferência com o Brac do Saalum o perguntou por que razão “os negros não estavam tirando proveito desta goma-arábica, já que tendo em seu país, porque eles não vão pegá-la, ele me disse, por toda razão, que seus pais e avós nunca

vingt ou trente chameaux, ou boeufs porteurs, avec ceux qui les conduisoient qu'on a coutume de nourrir jusqu'à ce qu'on les ayt payé. C'est un plaisir de les voir arriver ; ils sont faits comme des sauvages les cheveux hérissés et n'ayant, la plus part, qu'une peau de chèvre qui leur couvre le derrière. Les femmes sont de couleur olivastre et sont vestues de toile noire ; elles ont sur la teste une espèce de couronne et se teignent les joues et les ongles avec du rouge ; les filles ont une jupe de peau tailladée par lanières, larges d'un doigt et, lorsqu'elles remuent, on leur voit toutes les cuisses au travers de ce treillis ; elles ont les cheveux élevés en crête et le reste est natté pendant par derrière jusqu'à la ceinture, estant différentes en cela des négresses qui les ont fort court et comme de la laine, et elles ne sont pas moins fardées que leurs mères. Ils apportent, comme j'ay dit, leur gomme dans des sacs de cuir de boeuf sans couture, cela est cause qu'ils nous vendent peu de cuirs, outre qu'ils en font des souliers et des cordes. Lorsqu'on mesuroit, on ne laissoit entrer que ceux qui avoient part au quintal, pendant que les autres regardaient par dessus la tapade, et quand il n'y avoit pas assez de gomme pour emplir le quintal, c'estoit un plaisir de les voir disputer a qui en mettroit ; il faisoient des cris, des postures et des contorsions estranges, et lorsqu'on les avoit payés, ils n'avoient pas moins de difficultés de diviser leur toile entre eux.

haviam feito esse comércio” (LA COURBE, 1685, p. 167)²¹⁹. O máximo mandatário do Saalum explicou subordinados não extraíam a goma-arábica para vender aos franceses porque não era um costume de seus antepassados.

A gentes senegambianos eram beneficiados pelo comércio de goma, mesmo sem participar diretamente deste comércio. Michel de La Courbe, descreveu uma conferência que teve com a esposa do Brac, afirmou:

Depois de fazê-los entrar na corte, fiz com que ficassem abaixados e sentassem-se diante deles; ela me fez dizer que seu filho lhe mostrou a boa recepção que eu lhe fizera, ela resolveu vir e me ver, a fim de manter o bom entendimento que havia entre nós, e que ela me trouxera um boi de que ela me fez presente; sua nora me fez seu elogio e todo o resto se seguiu até a guia; Eles me disseram que o rei logo viria me ver e me trazer uma grande caravana de goma arábica (LA COURBE, 1685, p. 171)²²⁰.

Temos aí uma evidência importante de que os mandatários senegambianos lucravam com o comércio de goma. Embora o Brac não mandasse seus subordinados irem buscar a goma-arábica, pelo seu papel de intermediário, ainda assim, tinham goma-arábica para ser vendida.

Ainda descrevendo suas tratativas com o mandatário do Saalum, afirmou Michel de La Courbe:

No dia 16 de maio, o rei Brac, tendo vindo me ver com várias grandezas, trouxe-me seis cativos; ele me fez acreditar que eles estavam com ele, que eles tinham idade suficiente para ganhar o que eu prometi a ele, caso ele me trouxesse para lá; ele me pediu também o pagamento de seus quintais de goma; pois em cada quintal que é medido, ele tem o direito de levar cinco bolas de goma do maior e ele coloca um homem para ela, e quando ele tem um quintal, ele pede o pagamento, ele me pediu também dar a ele o valor de três ou dois quintais, sob a condição do que pode pertencer a ele, e o valor de um cativo. Tive dificuldade em resolvê-lo, porque dar a essas pessoas é tão perdido, mas me atormentou tanto que não pude dispensar (LA COURBE, 1685, p. 174-175)²²¹.

²¹⁹ Tradução nossa: Je me souviens, a ce propos, qu'ayant entendu dire la même chose au roy Brac, je luy demanday d'où vient que les nègres ne profitoient pas de cette traite de gomme arabique, puisque en ayant dans leur pays, il ne tenoit qu'a eux de l'aller cueillir, il me dit pour toute raison que leurs pères ny leurs grands pères n'avoient jamais fait ce commerce

²²⁰ Tradução nossa: Les ayant fait entrer dans la cour, je les fis asseoir sous un petit abry et m'assis devant elles ; elle me fit dire que son fils luy ayant témoigné la bonne réception que je luy avois fait, elle avoit pris resolution de me venir voir, pour entretenir la bonne intelligence qui estoit entre nous, et qu'elle m'avoit amené un boeuf dont elle me faisoit présent ; sa bru me fit aussy son compliment et toutes les autres ensuite, jusqu'à la guiriote ; elles me dirent que le roy devoit bientost me venir voir et m'amener un grand caravanne, ou chemin de gomme arabique

²²¹ Tradução nossa: Le 16 May, le roy Brac, estant venu me voir avec plusieurs grands, m'amena six captifs ; il me fit croire qu'ils estoient a luy, quoyqu'ils fussent assez grands afin de gagner ce que je luy avois promis en cas qu'il m'en amenast ; il me demanda aussy le payement de ses quintaux de gomme ; car, sur chaque quintal qui se

O Brac não mandava seus subordinados irem extrair a goma-arábica, mas a possuía porque a cada tratativa da mercadoria, ele tinha direito de recolher uma quantidade do produto como produto. O mesmo La Courbe afirma que os agentes atlânticos tinham que pagar impostos anuais ao Brac, na quantia de dez quintais de goma a cada ano (LA COURBE, 1685, p. 176). Isto nos evidencia que além de cobrar impostos dos agentes europeus para fazer comércio em seu território, os mandatários senegambianos também se utilizavam desta seara com agentes saarianos.

A goma-arábica, portanto, apesar de não ser extraída por agentes senegambianos, os beneficiava diretamente. Em específico, os mandatários senegambianos, mormente os jalofos, se beneficiavam do comércio da mercadoria ocorrer em seu território.

Usos da Goma Arábica

Hoje em dia a goma é uma mercadoria com muitas utilidades. Encontramos referências científicas para o uso do produto no processamento de extrato de erva-mate com adição de goma arábica (VALDUGA, et. Al, 2003); no auxílio da inoculação de nitrogênio na terra quando se utiliza material biodegradável inerente aos restos de cana de açúcar após a produção de açúcar e álcool que advém desta cultura (SILVA, et. Al, 2009); na otimização das condições de processo de secagem de polpas de frutas com alto teor de açúcar (KRUMEICH, et. Al., 2016); e na estabilização tartárica do vinho, processo químico necessário para engarrafa-lo (MARINHO, et. Al. 2016).

Na Era Moderna, encontramos referências para o uso da goma-arábica no processo de transformação do açúcar para criar cenas decorativas com alimentos (STOLS, 2004, p. 249-250; STRUM, 2014, p. 271). A goma-arábica ERA utilizada na indústria têxtil e tinha utilidades na indústria farmacêutica da Europa na Era Moderna (BA, 2020, p. 347). Sendo um produto de tantas utilidades, agentes atlânticos importavam cerca de cinco a seis mil toneladas de goma-arábica por ano (WEBB, 1985, 149).

measure, il a droit de prendre cinq boules de gomme des plus grosses et il met un homme pour ela, et lors qu'il en a un quintal, il en demande le payement, il me pria aussy de luy prester la valeur de trois ou deux quintaux, sur état de ce qui luy pouroit appartenir et la valeur d'un captif. J'eus de la peine a m'y résoudre, parce que de prester a ces gens la, c'est autant de perdu, mais il me tourmenta tant que je ne pus m'en dispenser

Com relação aos usos internos da mercadoria, na historiografia africanista especializada, Ralph Austen evidencia que a goma-arábica era utilizada como alimento na África na era moderna:

A goma arábica duplicou até certo ponto o papel do ouro ao desviar o comércio do Saara. Esta resina veio de árvores de acácia na Mauritânia, ao norte do rio Senegal, onde o Saara encontra o Oceano Atlântico. De acordo com uma tradição oral local, os europeus aprenderam pela primeira vez sobre o valor da goma arábica em Gibraltar, onde conheceram um jovem mauritano que atravessou o deserto para buscar aprendizado muçulmano e disse que permaneceu saudável seguindo o conselho de sua mãe “comer três pedaços antes cada refeição.” Esse relato capta o apelo inicial e limitado da goma arábica tanto no mundo islâmico quanto no ocidental como alimento, remédio, cosmético e componente de fabricação. A demanda entre os europeus explodiu em 1700, quando começaram a fabricar tecidos de algodão em competição com a Índia e precisavam de goma arábica para produzir as cores vibrantes necessárias. O aumento subsequente nas exportações de goma proporcionou uma grande renda para os povos que vivem na orla do Saara, e foi exportado para o exterior quase inteiramente por navios do Atlântico e não por caravanas do deserto (AUSTEN, 2010, p. 47)²²².

Internamente, a goma arábica era utilizada como alimento. Como se percebe pela análise de Austen, existem tradições orais do norte de África que afirmam que a força para agentes caravaneiros conseguirem atravessar o deserto do Saara adivinham do consumo da goma (AUSTEN, 2010, p. 47). O consumo da goma-arábica como alimento por parte de agentes saarianos, é atestado nas fontes que consultamos. De acordo com Michel de La Courbe, escreveu que a goma era utilizada por agentes caravaneiros para “alimentar aqueles a quem pertencia, porque não traziam nada para comer, perguntei, portanto, como eles maneira de viver. Eu aprendi que eles vinham comendo a goma, sempre com uma bola na boca” (LA COURBE, 1685, p. 158-159)²²³.

A goma-arábica também era usada com fins medicinais. De acordo com La Courbe, “os Mouros, sabendo que eu estava doente, vieram me visitar e me ensinaram um remédio que

²²² Tradução nossa: One such item, gum arabic, duplicated to some extent the role of gold by diverting trade from the Sahara. This resin came from acacia trees in Mauritania, north of the Senegal River where the Sahara meets the Atlantic Ocean. According to a local oral tradition, Europeans first learned about the value of gum arabic in Gibraltar, where they met a young Mauritanian who had crossed the desert to pursue Muslim learning and said he remained healthy by following his mother’s advice “to eat three pieces before each meal.”⁸ This account captures the early, limited appeal of gum arabic in both the Islamic and Western worlds as food, medicine, cosmetic, and a component of manufacturing. Demand among Europeans exploded in the 1700s, when they began manufacturing cotton textiles in competition with India and needed gum arabic to produce the needed vibrant colors. The subsequent rise in gum exports provided major income for peoples living on the edge of the Sahara, but it was exported overseas almost entirely by Atlantic ship rather than by desert caravan (47).

²²³ Tradução nossa: comme on étoit obligé de nourrir ceux a qui elle appartenoit, parcequ'ils n'apportoient rien pour manger, je m'informay donc comment ils faisoient par le chemin pour vivre. J'appris qu'ils se nourrissoient de gomme, en ayant toujours une boule dans la bouches.

costumam usar em tais ocasiões: é esmagar a goma, dissolvê-lo no leite e engolir um pouco quente, o que eu fiz desde aquele momento e me encontrei muito bem” (LA COURBE, 1685, p. 166)²²⁴. Jacob Le Marie descreve também este costume de se alimentar de leite misturado com goma (MARIE, 1695, p. 72-73).

A importância da mercadoria vai se tornando cada vez mais proeminente com o passar do tempo e com o desenvolvimento da indústria têxtil na Europa. Philip Curtin afirma que na década de 1830, a mercadoria ultrapassou as pessoas escravizada enquanto mercadoria de exportação mais importante na Senegâmbia, e assim o foi até 1880 (CURTIN, 1975, p. 328)²²⁵. James Weeb afirma que o intenso comércio de goma-arábica na Senegâmbia no século foi o prelúdio da invasão colonial francesa no Senegal no século XIX (WEBB, 1985).

De grande demanda por parte dos mercadores atlânticos, principalmente a partir da segunda metade do século XVII, a goma arábica foi uma importante mercadoria para o mercado senegambiano. Colhida no Sahel saariano e vendida nos portos atlânticos, pelo simples fato de passar por território senegambiano, era tributado e dava lucros à agentes locais, mormente aos mandatários jalofos que tinham seus Estados entre o rio Gâmbia e o rio Senegal. Sendo trazido do ponto mais ao norte da Senegâmbia e sendo comercializado em diferentes portos senegambianos, é uma mercadoria que nos ajuda a compreender a existência a Senegâmbia como um espaço articulado em torno de trocas mercantis de diferentes mercadorias.

²²⁴ Tradução nossa: Les Maures, ayant sceu que j'estois malade, me vinrent rendre visite et m'enseignèrent un remède dont ils ont coutume de se servir en pareille occasion : c'est de piler de la gomme, de la faire dissoudre dans du lait et l'avalier un peu chaud, ce que j'ay expérimenté depuis et m'en suis fort bien trouvé

²²⁵ Tradução nossa: One product made up more than half the value of its exports from the early seventeenth century to the present. In the early seventeenth, it was hides. The sample for the 1680's marks a period slaves topped the 50 per cent mark, the slaves continued dominant until, at least 1790's. By the 1830's, however, gum had become what slaves had been, and further sample in the 1880's or the 1930's would show peanuts in the place of gum.

5.4 Noz de cola

A cola tem essencial papel na vida social Senegâmbia, portanto, era uma produto central no espaço senegambiano. Ela era produzida na região de Serra Leoa, a parte mais austral da Senegâmbia. Neste tópico evidenciamos o modo produção, as funções da noz-de-cola para as sociedades locais como se dava o complexo transporte inter-regional que englobava vias terrestres, fluviais e marítimas. ao notar a importância da fruta nas redes de comércio interna, agentes atlânticos se adaptaram aos padrões comerciais locais e passaram a comprá-la em serra leoa e transportá-la para revenda no rio Gâmbia.

Local de Produção

A noz de cola era produzida na região de Serra Leoa. Trata-se de uma fruta das plantas do gênero *Cola*, da subfamília *Sterculioideae*. São comumente encontradas na África Ocidental e na Indonésia. Na Senegâmbia, era encontrada principalmente na região de Serra Leoa.

Em seu relato de 1684, Francisco Lemos Coelho registrou como trabalhadores de serra preparam o produto para a venda. Após a colheita das nozes nos cachos, trabalhadores, enterravam a “parte cenagosa e úmida, e assim os deixam estar oito e dez dias, até apodrecer o capulho, que lavam muito bem, e tiram de cada um dez a doze colas, e assim limpa a vendem ao branco (...)”. O processo de colheita da cola não era simples. Após a colheita e escolha das frutas demorava um tempo considerável até estas estarem prontas para venda (COELHO, 1684, p. 212-213).

Comércio de noz-de-cola

A noz-de-cola era um produto que era comercializado internamente à região da Senegâmbia. Agentes locais faziam o transporte dessa mercadoria de Serra Leoa para a região

do rio Gâmbia, tanto por vias terrestres, como por vias fluviais e marítimas, a partir do uso de almadias. Djibril Niani afirma que este contato comercial foi estabelecido por comerciantes mandingas que foram até a região de Serra Leoa antes mesmo do século XIV (NIANI, 2010, p. 709), fato corroborado pelo especialista em comércio de noz-de-cola, Allen Howard (HOWARD, 2007, p. 87). Além disso, Howard argumenta que

Os falantes de mande produziram, mediaram, transportaram e comercializaram a cola do noroeste de Serra Leoa e partes vizinhas da Guiné desde pelo menos os anos 1500 e provavelmente antes. Essas regiões foram particularmente importantes na história comercial da cola da África Ocidental porque durante vários séculos abasteceu uma grande área da Senegâmbia e do Alto Níger através de duas rotas diferentes: norte pela costa atlântica e leste para o interior (HOWARD, 2007, p. 83)²²⁶.

Segundo George Brooks estas rotas eram anteriores ao século XVII, resultado dos esforços de comerciantes e governantes para obter e controlar meia dúzia de mercadorias valiosas que foram trocadas entre zonas ecológicas (BROOKS, 1993, p. 50). A Senegâmbia é uma região com diferentes domínios morfoclimáticos. Assim, por motivos naturais, o que se produz em uma parte da região se difere do que se produz em outra. Assim, agentes senegambianos se aproveitavam para fazer o intercâmbio dos produtos que nasciam em diferentes espaços da Senegâmbia. É o que elucidou George Brooks, analisando as redes niominka:

As redes niominka ao longo do baixo rio Gâmbia e seus afluentes cruzavam as dos comerciantes Banyun que trocavam pimenta malagueta, cola e outras mercadorias ao norte do rio Cacheu através de riachos e portagens. E os comerciantes Niominka ao longo do médio e alto Gâmbia encontraram caravanas de mandes que trouxeram ouro para trocar por sal, pimenta malagueta e cola (BROOKS, 1993, p. 21)²²⁷.

Como se percebe, eram mobilizadas rotas comerciais fluviais e terrestres para, em que se encontravam comerciantes provenientes de Serra Leoa e do norte do rio Gâmbia. Philip Curtin argumenta que este comércio norte-sul, que associa ao comércio de nozes-de-cola que era trocado por ferro, como responsável por abastecer a região sul do rio Gâmbia do metal (CURTIN, 1975, p. 98). Paul Lovejoy também faz esta associação, afirmando que o ferro era

²²⁶ Tradução nossa: Mande-speakers have produced, mediated, transported, and traded the kola of northwestern Sierra Leone and neighboring parts of Guinea since at least the 1500s and probably earlier. That regions was particularly important in the commercial history of West African kola because for several centuries it supplied a large area of Senegambia and the Upper Niger through two different routes: north up the Atlantic coast and eastward into the interior

²²⁷ Tradução nossa: Niominka networks along the lower Gambia River and its tributaries intersected those of Banyun traders who bartered malaguetta pepper, kola, and other commodities northward from the Cacheu River via creeks and portages. And Niominka traders along the middle and upper Gambia met Mande caravans that brought gold to exchange for salt, malaguetta pepper, and kola

moeda de troca nas regiões produtoras de noz-de-cola (LOVEJOY, 1980, p. 112)²²⁸. Outra associação importante é feita por George Brooks, que ao afirmar que a principal área de produção e cola era na terra dos Tenmi, um dos povos que compõem o tronco etnolinguístico dos sapes, associa, inclusive, o acúmulo de ouro por parte dos sapes ao seu controle da produção de cola (BROOKS, 1993, p. 83).

Além dos jaxanke e dos mandingas que compravam cola no rio Gâmbia, Ezra Fields-Black afirma que “os comerciantes Fulbe viajavam em caravanas de Futa Jallon para a região do Rio Nunez para comprar sal – mais ainda do que arroz – em troca de couro, arroz, cera, marfim, nozes de cola, e pequenas quantidades de ouro”. (FIELDS-BLACK, 2008, p. 65)²²⁹. Segundo Allen Howard, as rotas internas de comércio de noz-de-cola perduram até o século XIX (HOWARD, 2007, p. 87).

A cola profusamente consumida por agentes muçulmanos, logo, entrou nas rotas saarianas de comércio, levadas de Serra Leoa até o rio Gâmbia. Tombuctu era um centro senegambiano de encontro entre agentes locais e agentes saarianos, onde noz-de-cola era uma das mercadorias usada nas trocas (BOVILL, 1958, p. 89). Comerciantes saarianos compravam produtos tropicais, como a noz-de-cola, porque era um “narcótico suave aceitável no islã” (WRIGTH, 2007, p. 33). O mesmo afirma Ralph Austen, que fez que “os mercadores sudaneses trouxeram sal do deserto para o interior da África Ocidental em troca de ouro. Outros produtos agrícolas locais que podiam viajar bem, incluindo cebola, algodão, couro e couro, noz de cola (uma fonte local de cafeína)” (AUSTEN, 2010, p. 40)²³⁰.

Thiago Mota é ainda mais direto na associação entre a noz-de-cola e o comércio saariano: “o comércio de noz de cola é acionado pelos cronistas como uma das principais rotas que levam os comerciantes até Meca” (MOTA, 2014, p. 245). Que a noz-de-cola é levada ao mundo mediterrânico antes mesmo da chegada europeia é fato. Segundo Paulo

²²⁸ Tradução nossa: The nature of commodity exchange between the kola zone and the area to the immediate north of the forest suggests how commercial patterns probably functioned in the period before the foundation of separate Juula towns The forest region lacked sources of iron and consequently an essential item of trade with the savanna was small iron implements shaped somewhat like hoes which were refashioned into agricultural tools and which also served as currency in the area of kola production

²²⁹ Tradução nossa: After the end of the rainy season and after the rice harvest, Fulbe traders traveled in caravans from Futa Jallon to the Rio Nunez region to buy salt—more so even than rice—in exchange for hides, rice, wax, ivory, cola nuts, and small amounts of gold.

²³⁰ Tradução nossa: Sudanic merchants brought desert salt far into the interior of West Africa in payment for gold. Other local farm products that could travel well, including onions, cotton, leather and hides, kola nuts (a local source of caffeine).

Lovejoy, a primeira referência à noz-de-cola, indica que ela era conhecida até o norte da costa do Mediterrâneo no século XIII. (LOVEJOY, 1980, p. 110)²³¹.

Assim, a cola era importante nas rotas internas de comércio, levada até as rotas saarianas e já conhecida no mundo mediterrânico. Portanto, agentes atlânticos, ao perceber a importância da cola, começaram a comprá-la em Serra Leoa e levá-la ao rio Gâmbia. Competindo com as rotas terrestres internas, os agentes atlânticos passaram a ir à Serra Leoa comprar noz-de-cola e levar para o rio Gâmbia. A argumentação central desta tese que considera que os agentes atlânticos aprendiam os padrões comerciais da Senegâmbia e os imitavam, principalmente ao selecionar as mercadorias demandadas em cada localidade da Senegâmbia.

Essa premissa da cópia dos agentes atlânticos sobre os padrões de comércio senegambiano é ainda mais evidente para a noz-de-cola. Segundo Paul Lovejoy,

O próximo grande desenvolvimento da história do comércio de cola foi o crescimento do comércio costeiro ao norte do rio Scarcies [região de Serra Leoa] nos séculos XVI e XVII. O comércio no interior imediato da costa pode ter sido tão antigo quanto aquele mais para o interior, pelo menos quando passava pelas terras altas de Futa Jallon. Jahaanke estavam negociando na área de Futa Jallon no século XVII. O sal era um importante item de troca e algumas cola também poderiam ter sido transportadas. A chegada dos portugueses marcou uma partida significativa, mas comerciantes portugueses e afro-portugueses começaram a transportar a cola do rio Scarcies ao norte para a Gâmbia, onde era vendida em competição com a cola trazida por terra (LOVEJOY, 1980, p. 117)²³².

As fontes atestam a argumentação de que os agentes atlânticos entraram nos circuitos internos de comércio de noz-de-cola. Em 1594, André Almada afirma que a mercadoria mais estimada no rio Gâmbia era a noz-de-cola, que os agentes mandingas do local dariam qualquer outra mercadoria a troco da fruta. Afirma ainda que a noz-de-cola era levada até o reino do Gran-Fulo, unidade política no Futa Toro (ALMADA, 1594, p. 276). O agente atlântico também nos evidencia que agentes atlânticos que habitavam Cabo Verde se serviam desta seara de buscar nozes-de-cola em Serra Leoa e levarem para comercializar em outros

²³¹ Tradução nossa: The first reference to nut which almost certainly was kola indicates that it was known as far north as the Mediterranean coast by the 13th century.

²³² Tradução nossa: The next major development the history of the kola trade was the growth of the coastal trade north of the Scarcies river in the 16th and 17th centuries. Trade in the immediate interior of the coast may have been as old as that further inland at least as it passed through the Futa Jallon highlands. Jahaanke were trading in the Futa Jallon area by the 17th Century. Salt was an important item of exchange and some kola could have been transported as well. The arrival of the Portuguese marked a significant departure however Portuguese and Afro-Portuguese merchants began shipping kola from the Scarcies river north to the Gambia where it was sold in competition with kola brought over land

locais. O flamengo Dierick Ruiters, em 1623, citado por George Brooks, evidencia este padrão com clareza:

O comércio a que chamamos “cabotagem” é efetuado maioritariamente, em pequenas naus, pinâncias e lanchas, por portugueses que vivem na Ilha de Santiago. Carregam-nos primeiro com sal, que convenientemente obtêm de graça nas ilhas do Maio e do Sal [no arquipélago de Cabo Verde] e navegam com o sal para a Serra-Leoa e trocam por ouro, marfim e cola. Da Serra-Leoa navegam novamente para Jola e Porto d’Ale [ao longo do Petite Cotê], onde trocam uma porção da cola por panos de algodão. Também às vezes trocam marfim obtido em Serra-Leoa por tecidos de Cabo Verde (assim chamados porque muitos são feitos em Cabo Verde). De lá, eles navegam novamente para o leste para Cacheu, onde trocam o resto de sua cola e os bens restantes por escravos. Eles adquirem de cinquenta a sessenta escravos em troca das mercadorias que obtiveram no comércio ao longo da costa, e cada escravo custa 150 reais, ou pedaços de oito. Portanto, eles fazem 9000-10000 reais do nada, por assim dizer (BROOKS, 1993, p. 157)²³³.

Temos aí uma perfeita descrição de como era feita a navegação de cabotagem movida por agentes cabo-verdianos e como ela podia ser lucrativa. Vemos que a completude da região costeira da Senegâmbia era coberta por essa navegação de cabotagem e evidenciamos que é a demanda interna, e não uma imposição estrangeira, que ditava as mercadorias que eram comercializadas na Senegâmbia. E que, ao entender os padrões internos, os agentes atlânticos conseguiam ter lucros em seu comércio.

Em 1684, Francisco Lemos Coelho também afirma sobre a demanda por nozes-de-cola acima do rio Gâmbia, afirmando que os fulas compravam a fruta (COELHO, 1684, p. 108) e que os mandingas a tem como principal mercadoria que demandavam dos comerciantes atlânticos a noz de cola (COELHO, 1684, p. 213). Coelho especifica que as Ilhas de Abana e de Santa Helena em Serra Leoa são os melhores locais para se comprar a fruta em Serra Leoa e estipula que é nesta região “é a que cria em si esta fruta cola, principal negócio de toda a Guiné, e que se correrá por mão particular, renderá muitos mil cruzados” (COELHO, 1684, p. 214-215). O agente atlântico também nos evidencia como era realizada a compra de noz-de-cola realizada com agentes manes:

²³³ Tradução nossa: Citando Dierick Ruiters, 1623: The trade we called “coastal” is mostly undertaken, in small ships, pinances and launches, by Portuguese who live on Santiago Island. First they load these with salt, which they conveniently obtain for nothing on the islands of Maio and Sal [in the Cabo Verde archipelago] and they sail to Sierra-Lioa with the salt and trade it for gold, ivory and kola. Then from Serra-Lioa they sail again to Joala and Porto d’Ale [along the Petite Cotê], where they trade a portion of the kola for cotton cloths. They also sometimes trade ivory obtained in Serra-Lioa for Cape Verde cloths (so called because many are made at Cape Verde). From there, they sail again east to Cacheo where they trade the rest of their kola and remaining goods for slaves. They acquire fifty to sixty slaves in exchange for the goods they have obtained by trade along the coast, and each slave is woth to 150 reals, or pieces-of-eight. So they make 9000-10000 reals out of nothing, in a manner of speaking

O dia que o rei grande [dos Manes] vem é acompanhado de todas os reizinhos e fidalgos da sua terra, em a qual há muita festa, assim nos navios como em terra, que tudo para em muito comer e beber; e depois de bem arrazoadado por ambas as partes, lhe dão os donos dos navios um presente, que chamam dádiva, que da nossa moeda valerá quarenta mil reis; e feita esta cerimônia, da licença para que os capitães deitem mercadores em terra, os quais se repartem pelas aldeias dos reizinhos que vem com ele, os quais com muita festa os levam, carregando-lhe o fato e dinheiro com que hão de comprar a cola (COELHO, 1684, p. 225).

Fica evidente pelo relato de Coelho a importância da noz-de-cola para os vendedores da mercadoria na Senegâmbia e também para os compradores, que se colocavam para fazer o comércio da maneira como era estipulada internamente.

Por fim, dentre as fontes consultadas, a noz-de-cola aparece também no relato de Michel de La Courbe, que afirma sobre a presença de noz-de-cola em Serra Leoa. Afirma que principalmente os portugueses faziam o comércio em noz-de-cola. O agente atlântico descreve que, estando baseado nos enclaves comerciais de Cacheu e Jeba, os portugueses enviavam grumetes para a região próxima ao Pongo para negociar a fruta, que seria levada para outras regiões. La Courbe argumenta também que os portugueses e lançados gostavam de consumir a fruta (LA COURBE, 1685, p. 256-257)²³⁴. Os agentes atlânticos, portanto, se engajaram no comércio interno de noz-de-cola na Senegâmbia.

De acordo com George Brooks, “com os panos, sais, cavalos, aguardentes e tabaco do arquipélago e a sua própria participação no comércio costeiro de cola, cabo-verdianos, lançados e luso-africanos conseguiram manter um extenso comércio com africanos ocidentais apesar da concorrência europeia” (BROOKS, 1993, p. 180)²³⁵. Salientamos que embora tenha potencializado o comércio da noz-de-cola, que agora era levada ao Gâmbia em navios maiores, a competição de agentes atlânticos neste comércio, sejam portugueses e seus descendentes ou não, não destruiu o comércio movido por agentes internos que a buscavam em Serra Leoa. De acordo com Almada, que escreveu em 1594, havia cáfilas e almadias beafares comercializando noz-de-cola no Rio Grande, em concomitante a sua presença

²³⁴ Tradução nossa: Comme ce pays en est fort remply et que la terre est grasse et les pâturages bons, on y fait grand commerce d'ivoire et d'un certain fruit dont j'ai parlé qu'on nomme Cole dont les Portugais font grand cas, quoy qu'il soit extrêmement amer. Il va tous les ans dans cette rivière plusieurs batimens portugais de Cacheau et de Jebe, seulement pour y négocier ce fruit. Les Anglois ont un petit fort dans celle de Serrelionne et vont souvent par terre négocier dans les rivières de Pongues et de Nogne. On y traite aussy quantité de ris préparé a la manière d'Italie, et cependant les Anglois qui sont souvent a Serrelionne manquent le plus souvent de vivres, ce qui provient de la paresse des habitans qui n'en font pas assez pour en pouvoir revendre

²³⁵ Tradução nossa: With the archipelago's panos, salts, horse, spirits, and tobacco and their own participation in coastwise kola trade, Cabo Verdeans, lançados, and Luso-Africans were able to maintain an extensive commerce with western Africans despite European competition

(ALMADA, 1594, p. 338). O autor afirma também que existia um comércio terrestre da fruta que era movido de Serra Leoa até o rio Cacheu (ALMADA, 1594, p. 339).

Richard Jobson, em 1621, afirma que o comércio movido por bixirins a partir de Sutuko, era em muito dependente do comércio de noz-de-cola, que era obtida tanto de lançados, portugueses, quanto de agentes internos, sem explicitar quem seriam estes agentes (JOBSON, 1621, p. 46). Francisco Lemos Coelho, em 1669, evidencia que cáfilas de mercadores compravam noz-de-cola no Rio Gâmbia, levadas pelas mãos dos agentes atlânticos ao local, e que estes agentes se especializavam em vender esta mercadoria à regiões interioranas (COELHO, 1669, p. 159).

Assim, podemos afirmar que as mesmas fontes que evidenciam que os agentes atlânticos se somaram ao comércio de noz-de-cola, também não deixam de nos ceder informações que o comércio da fruta movido por agentes internos não foi interrompido. Conforme bem argumentou Paul Lovejoy, “o comércio terrestre [de noz-de-cola] paralelo ao tráfego costeiro provavelmente era muito mais antigo” (LOVEJOY, 1980, p. 117-118)²³⁶. Segundo George Brooks, a conformação da unidade política do Kaabu teve um importante papel na continuidade destas rotas internas, uma vez que seu território se estendia desde o rio Geba até o rio Gâmbia, e que as mansayas locais controlavam o comércio entre essas duas regiões. Brooks afirma que “grandes quantidades de cola foram transportadas ao longo dessa rota é indicado pela observação de Richard Jobson em 1620 de que essa mercadoria era mais cara na foz da Gâmbia e gradualmente se tornava mais barata ao subir o rio” (BROOKS, 1993, p. 256)²³⁷.

Usos Internos da Noz-de-Cola

A noz-de-cola era procurada era um produto muito valorizada por causa de seus usos medicinais, religiosos, na diplomacia e na troca de presentes. Além disso, a disseminação do islã na região e as proibições religiosas do consumo de álcool, concomitante às funções estimulantes da noz-de-cola, foi mais um motivo para a expansão do mercado para a fruta.

²³⁶ Tradução nossa: The overland trade which ran parallel to the coastal traffic probably was much older.

²³⁷ Tradução nossa: Large quantities of kola were transported along this route is indicated by Richard Jobson’s observation in 1620 that this commodity was most expensive at the mouth of the Gambia and gradually became cheaper traveled upriver

Thiago Mota destaca que a valorização econômica decorre dos atributos simbólicos da cola (MOTA, 2018, p. 128). Estes atributos simbólicos advinham dos numerosos rituais e relações sociais que incluíam a cola. George Brooks percebe a noz-de-cola enquanto relevante em inúmeras práticas sociais na Senegâmbia:

A cola está integrada em numerosos rituais que vinculam as relações sociais. As nozes de cola são presentes valiosos entre amigos e primeiros conhecidos. E quebrar e oferecer uma cola é uma expressão de hospitalidade; as nozes se separam em dois lóbulos e são separadas e compartilhadas. A cola branca simboliza a amizade e é usada na pacificação e ratificação de tratados, e a cola vermelha sinaliza inimidade e um desafio à guerra. Nas cerimônias de nomeação, a cola vermelha simboliza a vida e a cola branca representa a pureza. A disseminação do Islã, com suas proibições contra o uso de bebidas alcoólicas, contribuiu significativamente e aumentou o uso de cola (BROOKS, 1993, p. 52-4)²³⁸.

Os habitantes da Senegambia faziam diferentes usos medicinais da noz-de-cola. Segundo Almada, a cola era a mercadoria mais estimada na Guiné por suas propriedades: dava sensação de saciedade, tinha propriedade analgésicas e controlavam a retenção de líquidos (ALMADA, 1594, p. 284).

Agentes atlânticos também utilizavam para estes motivos, embora com menos crença em seus efeitos: “usamos dela para o mesmo efeito, mas os negros fazem muito mais conta dela do que nós fazemos” (ALMADA, 1594, p. 285). Francisco Lemos Coelho faz eco a esta afirmação, ao dizer que as pessoas na Senegâmbia utilizavam a fruta para tratar as mais diferentes doenças (COELHO, 1669, p. 38).

A noz-de-cola era também empregada na diplomacia e na troca de presentes. Buckor Sano, bixirin que comerciou no rio Gâmbia em 1621 com Richard Jobson, distribuiu nozes-de-cola aos presentes no primeiro encontro que tiveram e Jobson provou da fruta (JOBSON, 1621, P. 55). Este relato elucidava que a noz era utilizada nas práticas diplomáticas que antecediam o comércio entre agentes senegambianos e atlânticos. A noz-de-cola também era um estimado presente. Segundo o agente atlântico, a cola é tão importante que era um presente digno de ser dado a um rei:

A fruta que é de maior estima entre eles; é uma fruta que em proporção se assemelha a castanhas, plana em ambos os lados, mas que tem uma concha

²³⁸ Tradução nossa: Kola is integrated into numerous rituals binding social relations. Kola nuts are valued presents between friends and first acquaintances. And breaking and offering a kola is an expression of hospitality; the nuts separate into two lobes and pried apart and shared. White kola symbolizes friendship and is used in peacemaking and ratifying treaties, and red kola signals enmity and a challenge to warfare. At naming ceremonies red kola symbolizes life, and white kola represents purity. The spread of Islam, with its prohibitions against the use of alcoholic drinks, contributed significantly to and increased use of kola

dura do lado de fora, que eles chamam de Cola e nos de nozes: o gosto delas quando é mordida é extremamente amargo, mas sua utilidade é que dez delas são um presente para um rei: outro uso que encontramos, que depois de ter comido, não obstante o seu gosto amargo, a água que bebemos hoje depois, apesar de estar fora do rio, terá um gosto como o vinho branco, carregando aquela doçura, como se fosse misturada com açúcar; e também o tabaco que usamos logo em seguida também terá aquela doçura que muito admiramos: outro uso que encontramos, embora algumas pessoas velhas tenham perdido seus dentes e não podem morde-la, eles tem ferramentas para amassa-las, que fará um suco que estes tomarão; cinquenta dessas nozes na habitação que morávamos foram dadas de presente ao rei, poderiam comprar uma esposa, e muitas vezes são considerados como um grande presente, eu tendo recebido seis delas, seja como for, nos nunca vimos qualquer uma delas crescerem entre eles, mas são trazidas por outras pessoas, e elas são de grande valor, desde a foz do rio, e os portugueses as trazem para dentro do rio, as tendo obtido em uma grande baía além de Cacheu, onde irão encontrar pessoas que os trazem ouro e muitas destas nozes; nas partes mais altas do rio, as pessoas as trouxeram abundantemente para nós, e se admiraram muito que não fazíamos questão ou estima de compra-las: mas onde elas crescem, ou de onde eles a obtém, nos permanecemos ignorantes (JOBSON, 1621, p. 74-75).

Jobson evidencia que a mercadoria era cedida como presente ao rei e, inclusive, poderia ser utilizada como dote para comprar esposas. Além disso, fica evidente no relato de Jobson que os agentes portugueses não informaram à Jobson onde obter noz-de-cola. Trata-se de uma forma de tentar manter em segredo esse lucrativo nicho comercial.

A noz-de-cola também era usada e cerimonias e na relação com o mundo espiritual. Francisco Lemos Coelho, em 1669, afirma que dentre os mandingas, a fruta era tão importante que “não pode haver coisa bem feita, nem casamento, nem juízo donde a cola não vá diante, nem em suas doenças pode sarar sem ela, e sobre tudo dizem os persevera do pecado, dizendo, que assim como uma fruta trouxe a nossos país a culpa, assim uma fruta nos livre da culpa” (COELHO, 1669, p. 38). A fruta, segundo o comerciante, é tratada como um presente de Deus pelos mandingas, que poderia inclusive redimir os pecados. Outro momento em que a religião e o uso da noz-de-cola aparecem em correlação no relato de Coelho é quando, afirmando sobre povos que viviam na região de Serra Leoa, as colas eram oferendas aos deuses (COELHO, 1685, p. 236-237).

Michel de La Courbe nos dá um indício de um uso mais terreno e menos transcendental à cola: o gosto. Escrevendo sobre seu encontro com a esposa de um lançado, nas proximidades de Vintang, na margem sul do baixo Gâmbia, escreveu o agente atlântico:

Tendo aportado, fomos primeiro saudar o alquier que é o senhor da aldeia, depois fomos visitar uma portuguesa cujo marido tinha sido um dos principais habitantes do lugar. Encontrámo-la no vestíbulo da casa, sentada

em um tapete, no meio de vários pretos fiando algodão; era mulata, quer dizer, descendente de branco e preto; ela parecia ter cerca de 30 anos e não era bonita; ela estava nua até a cintura; mas, assim que nos viu entrar, mandou buscar uma tanga com a qual se cobriu e levantou-se para nos receber. Nós a saudamos, e tendo nos trazido pequenos bancos de madeira, ela voltou para o seu tapete; Algum tempo depois, uma escrava, nua da cintura para cima, nos trouxe quatro colas em um prato de lata. Estes são certos frutos que vêm de mais de 300 léguas do alto do rio, e dos quais os mais estimados provêm de Serra Leoa; ele é como uma marrom da Índia, cuja pele seria oleosa e amarga. No entanto, é uma refeição tão deliciosa para os portugueses e os negros deste país, que é o melhor presente que pode ser feito a um rei, tão depravados eles são; até estraga o estômago e dá saliva e dentes amarelos e, como eu perguntei a ela no que ela fez a excelência desta fruta, vendo que era tão amargo, ela me disse que era para encontrar a água melhor; de fato, um momento depois, cada um de nós foi presenteado com um copo vermelho de Portugal cheio de água que eu não achei melhor por ter comido um pouco de cola. (LA COURBE, 1685, p. 202-203)²³⁹.

Além de reiterar a informação que as colas eram presentes que podiam ser dados para mandatários políticos, La Courbe nos informa que a esposa do lançado, que ele não escreve o nome, explica que a cola deixava a água melhor e por isso a consumia. Além das funções rituais e simbólicas, é importante pontuar o simples fato de que as pessoas comiam a noz-de-cola por gostarem.

Neste tópico, argumentamos que a cola era colhida no ponto mais austral da Senegâmbia, Serra Leoa, e levada aos pontos mais setentrionais, sendo inclusive revendidas nos portos Saarianos. Este comércio era movido tanto por agentes senegambianos quanto por agentes atlânticos, em vias terrestres, fluviais e marítimas. A noz-de-cola é, por fim, a última peça do quebra-cabeça que tentamos montar para evidenciar a construção de um espaço senegambiano.

²³⁹ Tradução nossa: Ayant mis pied a terre, nous allasmes d'abord saluer l'alquier qui est le maitre du village, ensuite nous allasmes rendre visite a une Portugaise dont le mary avoit esté un des principaux habitans du lieu. Nous la trouvasmes sous le vestibule de la maison, assise sur des nates, au milieu de plusieurs noires qui filoient du cotton ; elle estoit mulâtre, c'est a dire, issue d'un blanc et d'une noire ; elle paroissoit avoir environ 30 ans et n'estoit pas belle ; elle estoit nuë jusqu'à la ceinture; mais, sitost qu'elle nous vit entrer, elle envoya quérir une pagne dont elle se couvrit et se leva pour nous recevoir. Nous la saluasmes et nous ayant fait apporter de petites selles de bois, elle se remit sur sa natte ; quelque tems après, une fille esclave, nuë de la ceinture en haut, nous apporta sur une assiette d'estain quatre colles. Ce sont de certains fruits qui viennent de plus de 300 lieues du haut de la rivière, et dont les plus estimés viennent de Serrelionne ; il est semblable a un maron d'Inde dont la peau seroit ostée et est amer de même. Cependant, c'est un manger si délicieux, pour les Portugais et les nègres de ce pays, que c'est le plus beau présent qu'on puisse faire a un roy, tant ils ont le goust depravé ; il gaste même l'estomac et rend la salive et les dents jaunes et, comme je luy eus demandé en quoy elle faisoit consister l'excellence de ce fruit, veu qu'il estoit si amer, elle me dit que c'estoit afin de trouver l'eau meilleure ; en effet, un moment après, on nous regala de chacun une tasse rouge de Portugal pleine d'eau que je ne trouvoy pas meilleure pour avoir mangé des colles.

Conclusão

Este capítulo, final desta tese, evidenciou elementos importantes ao longo de todo o trabalho. Em primeiro lugar, a partir da ação de agentes internos e externos, o sal, o ouro, a goma arábica e a noz-de-cola são mercadorias que interligam toda a Senegâmbia. Importante salientar que todos eles tinham produção, demanda e usos internos. Não são produtos impostos por uma das “pontas” do comércio de longa distância, e sim, eram baseados nos interesses mercadológicos locais.

Vimos, aliás, que os agentes saarianos e os agentes atlânticos se integravam a redes de comércio locais. Não as criavam, não as impunham, não as possuíam. Ao contrário, se adaptavam aos padrões pré-existentes e locais no sentido da demanda de mercadorias em específico. A ausência de poder político externo na Senegâmbia entre 1580 e 1700 é impeditivo para qualquer perspectiva de oposição. Os enclaves comerciais que os agentes atlânticos construíram na Senegâmbia foram importantes no sentido de ser novos pontos de comércio, mas de maneira alguma suplantaram outros centros de trocas mercantis.

Mais que isso, os agentes atlânticos não eram os únicos clientes dos agentes senegambianos. Conforme ficou explícito no caso do ouro e do sal, entre 1580 e 1700 havia trocas diretas entre agentes internos à Senegâmbia. No caso do ouro, inclusive, por parte dos jaxankes que os levavam de Buré e Bambuk, em vender o metal para agentes internos à Senegâmbia. No caso da noz-de-cola, os agentes atlânticos ampliaram, de fato, a quantidade de fruta que era transportada de Serra Leoa para a região do rio Gâmbia, mas não suplantaram o comércio interno pré-existente. E, no caso da goma-arábica, embora mandatários locais não mandassem seus subordinados irem extrair a mercadoria no Sahel, eles ganhavam impostos em cima do comércio entre agentes saarianos e atlânticos, por vezes recolhidos em forma da própria goma. Assim, mesmo sem extrair a goma-arábica, agentes senegambianos as possuíam para vender.

O sal não era a única mercadoria a ser levada por agentes senegambianos do Oeste para o Leste senegambiano. Da mesma maneira, o ouro não era a única mercadoria a ser levada do Leste para o Oeste; a goma-arábica não era a única mercadoria a ser levada do norte para o sul; e a noz-de-cola não era a única mercadoria a ser levada do sul para o norte. Mas, em nossa análise das fontes e da historiografia corrente, estas eram as mercadorias de maior

demanda interna na Senegâmbia. Os agentes externos, movidos pelo desejo de obter o ouro e a goma-arábica, além das mercadorias que pontuamos no terceiro capítulo desta tese, se engajaram no sentido de oferecer estas mercadorias de grande demanda local.

Assim, a agência dos senegambianos, no sentido que definimos no primeiro capítulo desta tese, ou seja, a ação das pessoas que nela atuavam comercialmente, para além de fatores externos, ocidentais e/ou generalistas, através de sua vida prática, no contexto em que está inserido, está evidenciada a partir da centralidade local na demanda pelas mercadorias. E fizemos este movimento mostrando a existência de uma Senegâmbia enquanto espaço comercialmente articulado, elucidando como o contexto político, social e cultural interno era afetado e afetava as redes comerciais existentes. O comércio, controlado, organizado e operacionalizado por agentes internos, é o “cimento” que nos permite enxergar a Senegâmbia enquanto um espaço de “convivência e conveniência” e “complementariedade e transição”.

Conclusão

Nesta tese, construí uma História Social do Comércio para explicitar o funcionamento articulado da Senegâmbia. Um espaço com diferentes domínios morfoclimáticos, com uma grande multiplicidade de agentes, que é inteligível pelas redes de comércio internas e externas que nele existiam. O fazer dos agentes comerciais senegambianos e sua ação nas rotas internas de comércio, neste trabalho, me auxiliou a definir o espaço senegambiano e buscar uma perspectiva local da região estudada, sem a essencializar e sem deixar de elucidar suas contradições.

A partir das trocas comerciais, percebi como as estruturas políticas senegambianas que definiam quando e como seriam as transações mercantis. Procurei evidenciar como foi a lógica de diplomacia, troca de presentes e tributos e a lógica de organização social de reciprocidade entre senhorios e estrangeiros, que garantiu a existência de enclaves comerciais europeus na Senegâmbia. Discuti como agentes estrangeiros eram importantes, mas não essenciais para que os senegambianos fizessem comércio. Nem mesmo os lançados eram figuras ímpares: os agentes senegambianos podiam muito bem, por si só, fazer comércio diretamente com os agentes estrangeiros. Evidenciei como a demanda mercadológica era senegambiana, e como os produtos que eram trocados em suas redes de comércio, internas e externas, faziam parte de uma lógica local. A partir de quatro mercadorias em específico (sal, ouro, noz de cola e goma arábica), mostrei como a Senegâmbia era uma região de “conveniência e convivência” e “complementaridade e transição”, pela agência dos comerciantes senegambianos, e não a partir da demanda saariana ou atlântica ou ainda por motivos imanentes à expansão religiosa muçulmana. Nesta pesquisa, o fazer comercial dos agentes locais foi mais que o “cimento” que conecta todo este espaço, foi o motivo principal para conseguirmos analisar a Senegâmbia como um espaço em específico.

Esta tese não foi fruto do esforço apenas do período em que fiz o doutorado. Na iniciação científica voluntária e o mestrado, em que tratei sobre o comércio atlântico no rio Gâmbia, procurei entender a agência dos povos que habitavam as margens deste rio, nomeadamente os fulas, mandingas e jalofos entre 1580 e 1630. Nesta pesquisa anterior, foquei especificamente nas trocas atlânticas e como os agentes senegambianos foram importantes na conformação do mundo atlântico. Percebi algumas transformações internas ao Gâmbia, principalmente em aspectos políticos, inerentes à abertura e consolidação dessa nova frente de comércio de longa distância.

Como em toda pesquisa historiográfica, novas questões surgiram a partir desta investigação. Percebi que a perspectiva atlântica é uma das possibilidades para entender a região da Senegâmbia. Porém, apresenta limitações. A principal é que ao pensar este espaço dentro da lógica da história Atlântica, incorremos no risco de superdimensionar o papel dos elementos externos em sua configuração. Por isso, para esta tese, com mais tempo e acesso a mais fontes, quis aumentar o recorte espacial e temporal, bem como entender o que acontecia internamente à Senegâmbia. A pergunta que me norteou foi: por que não estudamos história da África a partir de uma perspectiva que ela é importante *“per si”*? Se procuramos, em sentido acadêmico, entender vários aspectos da história ocidental, por vezes em alto grau de especificidade, por que não temos essa preocupação com os espaços não ocidentais? Estamos fadados, pelas poucas fontes produzidas e, eminentemente, por agentes ocidentais, a procurar como os indivíduos, coletivos e Estados brancos agiram sobre o mundo?

Para fugir dos problemas inerentes as indagações que levantei, considero importante a existência de estudos específicos para regiões específicas da África. O continente não é um lugar único, o africano não é um povo ou uma língua, como foi tratado nos dois últimos séculos pelo mundo Ocidental. Por mais que isto seja óbvio, ainda é necessário repetir obviedades. Por muito tempo, a história foi escrita de maneira a explicitar, provar, mostrar a agência e o poder europeu no mundo. É necessário localizar a agência e o poder europeu no tempo e no espaço, desnaturalizar imperialismo do século XIX. Não devemos pensar o desenvolvimento do capitalismo como algo natural, teleológico.

Para usar as palavras de Dipesh Chakrabarty, é necessário provincializar a Europa. A violência e dominação europeia sobre o resto do mundo, colocou suas narrativas de modernidade como um “lar natural” da história. Segundo o autor indiano:

Tentar provincializar essa “Europa” é ver o moderno como inevitavelmente contestado, é escrever sobre as narrativas dadas e privilegiadas da cidadania outras narrativas de conexões humanas que se sustentam em passados e futuros sonhados onde as coletividades não são definidas nem pelos rituais da cidadania nem pelo pesadelo da “tradição” que a “modernidade” cria (CHAKRABARTY, 2000, p. 46)²⁴⁰.

Foi isto que tentei evidenciar com essa tese. A modernidade europeia, embora tenha se tornado discurso dominante, não é narrativa única da história. Ao evidenciar, a partir de uma

²⁴⁰ Tradução nossa: To attempt to provincialize this “Europe” is to see the modern as inevitably contested, to write over the given and privileged narratives of citizenship other narratives of human connections that draw sustenance from dreamed-up pasts and futures where collectivities are defined neither by the rituals of citizenship nor by the nightmare of “tradition” that “modernity” creates.

perspectiva da história social do comércio, a existência de um espaço senegambiano que não era subalternizado pela Europa entre 1580 e 1700, contestei o “moderno”, mostrei outras possibilidades de organização do “todo” social. Tentei evidenciar que é possível se escrever uma história da África que não gire entorno de procurar o europeu e sua agência no mundo. Ao atentar a outras realidades, busquei o alargamento de alteridade, de forma a evidenciar outras visões de mundo para além da hegemonia Ocidental, eurocentrada, liberal.

O papel social que espero exercer com essa tese é explicar a complexidade da África, a partir de um estudo regional. Porque aprendemos tantos elementos da história Ocidental nas escolas, em nossos cursos de graduação, e aprendemos África de maneira superficial, simplificada, sempre explicada pelos prismas da escravidão ou da miséria?

Por que aprender história da África? É evidente que por questões inerentes a maior migração forçada da história, a escravidão negra, um dos maiores traumas coletivos do tempo dos humanos na Terra. Mas também porque é importante compreendermos a complexidade da história, evidenciando outras perspectivas que não seja mais uma evidência da construção do atual sistema mundo, com a Europa e sua perspectiva como centro. A relevância deste papel social advém das rupturas e permanências do processo histórico, a partir do momento em que nos conformamos como uma sociedade racista, em que foi negado ao sujeito negro o direito a ter história. Ao saber desta história, em sua complexidade, permite-se, para além do entendimento do trauma coletivo da escravidão, mostrar que a Senegâmbia em específico, e a África em geral, era um lugar com suas especificidades, com suas normas econômicas, políticas, sociais e culturais internas, não se resumindo em ser uma fonte inesgotável de mão de obra escravizada para o homem branco.

Tentei conduzir esta tese dentro da perspectiva de Frantz Fanon que é a epígrafe desta tese: escrever a história da região que foi, na longa duração, saqueada, explorada, violada e esfaimada pelas suas metrópoles (FANON, 1968). É necessário entender que este processo histórico não foi linear e natural. A transformação da Senegâmbia – e da África como um todo – em periferia do mundo capitalista, foi um processo longo, doloroso e que, até poucos séculos atrás, não era assim. Foi resultado de um processo histórico, que construiu um sistema-mundo em que se privilegia o lucro individual, o dinheiro, à vida. Mostrar a Senegâmbia para além disso, desnatura a dominação, provincializa a Europa.

Apresentei aqui os argumentos, a partir da perspectiva da história social do comércio que, pelo fazer dos agentes internos, existiu um espaço senegambiano e que este era parte

integrante e importante da História, forte econômica e politicamente, com suas próprias normativas culturais e sociais. A Senegâmbia existiu. Seus agentes foram essenciais para a conformação das relações comerciais, políticas e culturais internas e externas em que estiveram envolvidos. Sua posterior vilipendiação por agentes estrangeiros e divisões arbitrárias de seu território, a bel prazer das metrópoles europeias, não foi parte de um “destino natural” da região. Mais que isso, não foi um “destino natural” de nenhuma região do terceiro mundo, do sul global. Os agentes senegambianos tem sua história. Realizei aqui uma tentativa de explicitá-la.

Referências

Fontes

Arquivo

National Center for Arts and Culture, Research and Documentation Unit, Department of Literature, Performing and Fine Arts, Bakau, The Gambia.

Documentos: 0019/A, 132/A, 163/A, 275/B, 490A-1.

Publicadas

ALMADA, André Álvares. Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana. IN: BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*, s. II, v. 3, d092, 1594.

BATUTA, Ibn. The Country Of the Blacks. In: GIBB, H; BECKINGHAM, C. *The Travels of Ibn Batuta*, London: The Hakluyt Society, 2010.

BARROS, João. *Década Primeira de Ásia*. Lisboa: Jorge Rodrigues, [1552], 1628.

BRÁSIO, Antônio (ed.) 2004. *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental, coligida e anotada pelo Padre [...]*, Segunda Série, 7 vols., vols. I-IV (1342-1622), Lisboa, Agência Geral do ultramar, 1958-1966; vols. V-VI (1623-1684), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1979-1992; vol. VII, (1685-1699) e Suplemento aos séculos XV, XVI, XVII, Lisboa, Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.

CADAMOSTO, Alvise. Navegações De Luiz De Cadamosto: A Que Se Ajuntou A Viagem De Pedro De Cintra, Capitão Português. In: MULLER, João. *Notícias Para a Historia, Geografia Das Nações Ultramarinas*, Lisboa: Academia Real de Ciências [1444] 1812.

COELHO Francisco. *Duas descrições seiscentistas de Guiné*. Lisboa: Academia de História Portuguesa, [1669-1684] 1953.

DE MAREES, Pieter. *Description et récit historial du riche royaume d'or de Guinea, aultrement nommé la Coste d'or de Mina, gisante en certain endroit d'Afrique*. Amsterdã: Comille Cheflon, 1605.

DELAFOSSÉ, Maurice. *Chronique du Fouta Sénégalais*. Paris: Ernest Leroux Editeur, 1913.

DONELHA, André. Memorial de André Donelha a Francisco Vanconcelos da Cunha. IN: BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*, s. II, v. 5, d036, 1625.

ENGLISHMAN, Miles. *A discourse written by one Miles Philips Englishman*, 1582. Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hakluyt/voyages/v14/chapter44.html>

GABY, Jean-Baptiste. *Relation de la Nigritie*: contenant une exacte description de ses royaumes et de leurs gouvernements, la religion, les moeurs, coustumes et raretez de ce païs, avec la découverte de la rivière du Senega. Paris, 1687.

GREEN, John. *A New General Collection of Voyages and Travels: Consisting of the Most Esteemed Relation, Which Have Been Hitherto Published in any Language, Comprehending Everything Remarkable in its Kind, in Europe, Asia, Africa and America*. London: Thomas Astley, 1745.

HODGES, Cornelius. Letter From Cornelius Hodges. In: STONE, Thora. The Journey of Cornelius Hodges in Senegambia, 1689-90, *The English Historical Review*, Vol. 39, n° 153, pp. 89-95, [1690], 1924.

JANNEQUIN, Claude. *Voyage de Libye au royaume de Senegal, le long du Niger* : avec la description des habitants qui sont le lon de ce fleuve, leurs coûtumes et façons de vivre, les particularités les plus remarquables de ces pays. Paris, Gallica, 1643.

JOBSON, Richard. The Golden Trade: Or A Discovery of the River Grambra. In: GAMBLE, David P.; HAIR, P. E. H. *The Discovery of River Gambra (1623) by Richard Jobson*. London: The Hakluyt Society, [1621] 1999.

JONES, Adam. *Brandeburg Sources for West African History, 1680-1700*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1985.

LA COURBE, Michel. *Le premier voyage du sieur de La Courbe Fait à la Coste d'Afrique en 1685*, Paris: Société d'Histoire des Colonies Françaises, 1913.

LABAT, Jean-Baptiste (1663-1738). *Nouvelle relation de l'Afrique occidentale*: contenant une description exacte du Sénégal et des païs situés entre le Cap-Blanc et la rivière de Serrelienne. Paris, 1728.

LAVANHA, João Batista. Relação do Porto de Rio Senegal. In: FARIA, Francisco. *Relação do Porto de Rio Senegal por João Baptista Lavanha*. Boletim Cultural da Guiné Portuguesa: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, vol. XIX, n° 55, p. 359-371, [1600], 1959.

LE MAIRE, Jacob. *Les voyages du sieur Le Maire aux Isles Canaries, Cap Vert, Sénégal et Gambie*, Paris: Jacques Collombat, 1695.

LOK, John. The Second Voyage to Guinea set out by Sir George Barne, Sir John Yorke, Anthonie Hickan and Edward Castalain, in the yere 1554, The Captaine whereof was mister John Lok. In. The Principal Navigations, 1554. Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hakluyt/voyages/v11/chapter31.html>

MARKHAM, Clements. *The Hawkhins Voyages*, Londres: The Hakluyt Society, 1878.

PEREIRA, Duarte. Esmeraldu de Situ Orbis. In: BASTO, Raphael. *Esmeraldu de Situ Orbis por Duarte Pacheco Pereira*, Lisboa: Imprensa Nacional, [1505] 1892.

PERES, Damião. *Os Mais Antigos Roteiros da Guiné*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1952.

RAINOLDS, Richard; DASSEL, Thomas. *The Voyage of Richard Rainolds and Thomas Dassel to the Riwers of Senega and Gambra Adioning Vpon Guinea, 1591* with a Discourse of the Treasons of Certaine of Don Antonio his Seruants and Followers. Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hakluyt/voyages/v11/chapter66.html>.

SAINT-LÔ, Alexis. *Relation du Voyage du Cap Verd*, Paris: Targa, 1637.

TINOCO, Antônio Velho. Informação da Costa da África. IN: IN: BRÁSIO, Antonio. *Monumenta Missionária Africana*, s. II, v. 7, d196, 1578.

THEVET, André. *Les Singularitez de la France Antarctique*, Paris. 1558.

TOWRSON, Willaim. *The First Voyge made by William Towrson Marchant of London, to the Coast of Guinea, With Two Ships, in the yeere 1555*. 1555, Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hakluyt/voyages/v11/chapter32.html>

VILLAULT, Nicolas. *Relation des costes d'Afrique appelées Guinée*: avec la description du pays, moeurs et façons de vivre des habitans, des productions de terre et des marchandises qu'on en apporte... le tout remarqué dans le voyage qu'il y a fait en 1666 et 1667. Paris. 1669.

WREN, Walter. *The Voyage of M. George Fenner to Guinie, and the islands of Cape Verde, in the yeere of 1566*. 1566, Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/h/hakluyt/voyages/v11/chapter41.html>

Historiografia

AFONSO, Luís; HORTA, José da Silva. *Olifantes Afro-Portugueses com Cenas de Caça c. 1490-c. 1540*. Lisboa: *Artis* nº1, 2013.

ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

APPIAH, Kwame. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARMITAGE, David. Three Concepts of Atlantic History. In: _____. *The British Atlantic World, 1500-1800*. New York: Palgrave MacMillan, p. 11-30, 2002.

ANKERSMIT, Frank. *Giro Linguístico, Teoria Literária, y Teoria Histórica*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e Espaços: por uma Antropologia Topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia. *No Centro da Etnia: Etnias, Tribalismo, e Estado na África*. Petrópolis: Vozes, p. 29-74, 2017.

AUBERT, Guillaume. 'Nègres ou mulâtres nous sommes tous français': race, genre et nation à Gorée et Saint-Louis du Sénégal, fin XVIIème-fin XVIIIème siècle. In: VIDAL, Cécile (org.) *La Nation en Debat entre Colonies et Metropole (XVIe-XIXe siècle)*, Paris: Editions Ehes, 2014.

AUSTEN, Ralph. The Mediterranean Islamic Slave Trade out of Africa: A Tentative Census, *Slavery and Abolition*, nº 13, ed. 1, pp. 214-248, 1992.

AUSTEN, Ralph. *Trans-Saharan Africa in World History*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

BA, Idrissa. Le commerce transsaharien et ses logiques d'accommodation par rapport au commerce transatlantique entre le XVe et le XIXe siècle. *Varia Historia*, vol. 36, n. 71, p. 329-360, 2020.

BASSANI, Ezzio; FAGG, William. *Africa and Renaissance: Art in Ivory*. Nova York: Center for African Art, 1989.

BARRY, Boubacar. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: University Press, 2002.

BARRY, Boubacar. A Senegâmbia do século XVI ao XVII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tucolores. In: OGOT, Bethwell Allan. (Org.). *História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII*. São Paulo: Ática; UNESCO, 2011.

BAYLIN, Bernard. *Atlantic History: Concepts and Contours*. Londres: Harvard University Press. 2005.

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

- BAUDOIN, Daniela. *Palestra de Paulo Fernando de Moraes Farias*, USP, São Paulo, 29 de setembro de 2004
- BIVAR, Manuel. *Kaabu, história de um império do início ao fim*. 165 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- BECKER, C. La représentation des Sereer du nord-ouest dans les sources européennes (XVe-XIXe siècle). In: *Journal des africanistes*, p. 165-185, 1985.
- BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* : autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra : Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1728.
- BOULÈGUE, Jean. Un empire peul dans le Soudan occidental au début du XVIIe siècle. In: *2000 ans d'histoire africaine*. Tome II. Paris : Société française d'histoire d'outre-mer, 1981. pp. 699-706.
- BOULÈGUE, Jean. Cacheu, les rivières de Guinée et le Royaume du Kaabu, vus de Gorée, à la fin du XVIIIème siècle. IN: LOPES, CARLOS. *Mansas, Escravos, Grumetes e Genticos: Cacheu na Encruzilhada de Civilizações*. Bissau: INEP, 1988.
- BOULÈGUE, Jean. *Les Luso-Africains de Sénégambie, XVIe – XIXe siècles*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical & U. de Paris, 1989.
- BOULÈGUE, Jean. *Les royaumes wolof dans l'espace sénégalais (XIIIe-XVIIIe siècle)*. Paris: Editions Karthala, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOVILL, Edward. The Silent Trade of Wangara. *Journal of the Royal African Society*, v. 29, n. 113, p. 27-38, 1929.
- BOVILL, Edward. *The Golden Trade of the Moors*. London: Oxford University Press, 1958.
- BOXER, Charles. *O Império Colonial Português 1415-1825*, Lisboa: Edições 70, 1969.
- BRITO, Bertelina. *Comércio de Algodões e Cavalos em Cabo Verde (1460-1535)*. 146 f. Tese (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2013.
- BROOKS, George. *Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630*. Colorado: Westview Press, 1993.
- BROOKS, George. *Eurafricans in Western Africa: Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century*. Athens: Ohio University Press, 2003.
- CANDIDO, Mariana. Agentes Não-Europeus na Comunidade Mercantil de Benguela, c. 1760-1820, *Saeculum*, n. 29, 2013.
- CANDIDO, Mariana. *Wealth, Land, and Property in Angola: A History of Dispossession, Slavery, and Inequality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

- CANDIDO, Mariana; JONES, Adam. *African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880*. Woodbridge: James Currey, 2019.
- CALDEIRA, Arlindo Manuel. *Escravos e Traficantes no Império Português: O Comércio Negreiro Português no Atlântico Durante os Séculos XV à XIX*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013.
- CASANOVA, Julian. *La Historia Social y los Historiadores*. Barcelona: Critica, 2003.
- CASTRO, Hebe. História Social. IN: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.) *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*, Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARNEY, Judith. *Black Rice: The Origins of Rice Cultivation in the Americas*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.
- CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das Revistas*, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.
- CLARKSON, L. A. The Organization of the English Leather Industry in the Late Sixteenth and Seventeenth Centuries. *The Economic History Review*, Vol. 13, No. 2, pp. 245-256, 1960.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A imagem do negro no relato de viagem de Alvise Cadamosto (1455-1456). *Politeia*, Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 99-129, 2002.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza. A antropofagia na África Equatorial: etno-história e a realidade do(s) discurso(s) sobre o real. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 37, p. 9-41, 2008.
- CURTIN, Phillip D. *Economic Change in Precolonial Africa: Senegambia in the Era of the Slave Trade*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1975.
- DAYLON, Roberth. *Desenterrando Mortos e Enterrando Vivos em suas Entranhas: Uma História Social dos Sapes em Serra Leoa (1506-1615)*, 209 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.
- DIAS, Eduardo Costa; HORTA, José da Silva. La Sénagambie: un concept historique et socioculturel et un object d'étude réévalués, *Mande Studies*, n.09, 2007.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FARIAS, Juliana. "Não há cativo que não queira ser livre!": Significados da escravidão e da liberdade entre marinheiros do Senegal, século XIX. *Varia História*, vol. 36, n. 71, p. 395-431, 2020.
- FARIAS, Paulo. Comércio Mudo: Mito e Evidência Histórica. *Afro-Ásia*, n. 61, p. 321-356, 2020.
- FARRER, Guilherme. *Entre Mussambazes, Mucazambos e Manamucates: significados de Liberdade e Escravidão no Sudeste Africano, Séculos XVII e XVIII* 294 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020, p. 61-109.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 4ª ed, Curitiba: Positivo, 2009.
- FERREIRA, Roquinaldo. Ilhas Crioulas: O Significado da Mestiçagem Cultural na África Atlântica. *Revista de História*, n. 155 ed. 2, p. 17-41, 2006.
- FIELDS-BLACK, Ezra. *Deep Roots: Rice Farmers in West Africa and the African Diaspora*. Indianapolis: Indiana University Press, 2008.
- FRAGOSO, João; GOUVEIA, Maria. *Na Trama das Redes: Política e Negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FREIRE, Francisco. *Narrativas naçrãni-s entre os bidã do sudoeste da Mauritània: a viagem europeia e suas reconfigurações tribais*. 321 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2009.
- GAMBLE, David P.; SALMON, Linda K.; NJIE, Alhaji Hassan. Peoples of the Gambia: I. The Wolof. *Gambian Studies*, San Francisco, n. 17, 1985.
- GAMES, Alison. Atlantic History: Definitions, Challenges and Opportunities. *American Historical Review*, Oxford, v. 111, n. 3, p. 741-757, jun. 2006
- GIJANTO, Liza. Personal Adornment and Expressions of Status: Beads and the Gambia River's Atlantic Trade. *International Journal of Historical Archaeology* n. 15, vol. 4, 2011.
- GREEN, Toby. *The Rise of Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2012.
- GREEN, Toby. *A Fistfull of Shells*. Chicago: Chicago University Press, 2019.
- GRIGOLI, Juliana. Política, Cultura e História Social: Contribuições de E. P. Thompson para a Pesquisa Sociológica. *Em Debate*, n. 9, pp. 112-122, 2013.
- GROSGOUEL, Ramón. La Descolonización de la Economía Política y los Estudios Postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*. Bogotá - Colombia, nº4, p. 17-48, 2006
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- HAVIK, Philip. Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na costa da Guiné. *A dimensão atlântica da África*, II Reunião Internacional de História de África. São Paulo: CEA-USP/SDG-Marinha, p. 161-179, 1999.
- HAVIK, Philip. *Silences and Soundbites: the Gendered Dynamics of Trade and Brokerage in the Pre-colonial Guinea Bissau Region*. Leiden: Lit Verlag, 2004.
- HAWTHORNE, Walter. *From Africa to Brazil: Culture, Identity, and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HOBSBAWN, Eric. *Marxismo e Historia Social*. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1983.

HORTA, José da Silva. A representação do africano na literatura de viagens do Senegal à Serra Leoa (1453-1508). *Mare Liberum*, Lisboa, n. 2, p. 209-338, 1991.

HORTA, José da Silva. Entre história europeia e história africana, um objeto de carneira: as representações. In: *ACTAS do Colóquio Construção e Ensino da história da África*. Lisboa: Linopazes, p. 189-200, 1995.

HORTA, José da Silva. O africano: produção textual e representações (Séculos XV-XVII). In: CRISTÓVÃO, Fernando (Org.). *Condicionantes culturais da literatura de viagens: estudos e bibliografias*. Lisboa: Cosmos, p. 261-301, 1999.

HORTA, José da Silva. “O nosso Guiné”: representações luso-africanas do espaço guineense (sécs. XVI- XVII). In: *ACTAS do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, p. 1-14, 2005.

HORTA, José da Silva. Perspectivas para o estudo da evolução das representações dos africanos nas escritas portuguesas de viagem: o caso da “Guiné do Cabo Verde” (Sécs. XV – XVII). In: RODRIGUES, J. D.; RODRIGUES, C. *Representações de África e dos africanos na história e cultura: séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores; Lisboa: Centro de História de Além Mar, p. 409-425, 2011.

HORTA, José da Silva. Nações, marcadores identitários e complexidades da representação étnica nas escritas portuguesas de viagem. Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII). *Vária História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 649-675, set./dez. 2013.

HORTA, José da Silva. Transito de africanos: circulação de pessoas, de saberes e experiências religiosas entre os Rios de Guiné e o arquipélago de Cabo Verde. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 23-49, 2014.

HORTA, José da Silva; MARK, Peter. Judeus e Muçulmanos na Petite Cotê senegalesa do início do século XVII: iconoclastia anti-católica, aproximação religiosa, parceria comercial. *Cadernos de Estudos Sefarditas*, Lisboa, n. 5, p. 29-51, 2005.

HORTA, José da Silva; MARK, Peter. Trade and Trade Networks In: The Greater Senegambia: An Introductory Essay. *Mande Studies*, v. 9, p. 1 -7, 2007.

HORTA, José da Silva; MARK, Peter. *The Forgotten Diaspora: Jewish Communities in West Africa and The Making of the Atlantic World*. New York: Cambridge University Press, 2011.

HORTA, José da Silva; ALMEIDA, Carlos; MARK, Peter. *African Ivories in the Atlantic World, 1400-1900/Marfins Africanos não Mundo Atlântico, 1400-1900*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2021.

HOWARD, Allen. Mande Kola Traders of Northwestern Sierra Leone, late 1700s to 1930. *Mande Studies*, vol 9, p. 83-102, 2007.

INVERNIZZI, Diana Carrió. Gift and Diplomacy in Seventeenth Century Spanish Italy. *The Historical Journal*, nº 51, pp 881-899, 2008.

ITO, Alec. Usos, Reusos e Abusos: Atravessando “Fronteiras” e “Luso-Africanidades” nas Historiografias de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau para os Séculos XV, XVI E XVII. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 4, n. 8, p. 115-134, 2019.

- JOHNSON, Walter. On Agency. *Journal of Social History*, vol. 37, n 1, pp. 113-124, 2003.
- JUNIOR, Reinaldo dos Santos Barroso. O Arroz de Veneza e os Trabalhadores de Guiné: A lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800). *Outros Tempos*, v. 8, n. 12, 2011.
- KRIGER, Colleen, From Child Slave to Madam Esperance One Woman's Career in the Anglo-African World c. 1675–1707. In: CANDIDO, Mariana; JONES, Adam. *African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880*. Woodbridge: James Currey, p. 171-190, 2019.
- KRISHNASWAMY, N. Geography and History of Millets. *Current Science*, n. 6 vol. 7, 1938.
- KRUMREICH, Fernanda et. Al. Análises físico-químicas e estabilidade de compostos bioativos presentes em polpa de uvaia em pó obtidos por métodos de secagem e adição de maltodextrina e goma arábica. *Revista Thema*, vol. 14, n. 2, p. 4-17, 2016.
- LAMP, Frederick J. House of Stones: Memorial art of Fifteenth-Century Sierra Leone. *The Art Bulletin*, LXV, 2, 1983.
- LAW, Robin; MANN, Kristin. West Africa in the Atlantic Community: The Case of the Slave Coast. *African and American Atlantic Worlds*, vol. 56, n. 2, p. 307-334, 1999.
- LAUNAY, Robert. *Traders Without Trade: Responses to Change in Two Dyula Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- LAW, Robin; MANN, Kristin. West Africa in the Atlantic Community: the Case of the Slave Coast. *William and Mary Quarterly*, v. 56, n. 2, 1999, 307-31.
- LEVTZION, Nehemia. Patterns of Islamization in West Africa. In.: *Islam in West Africa: religion, society and Politics to 1880*. Aldershot: Variorum, 1994.
- LEWICKI, Tadeusz; JOHNSON, Marion. *West African Food in the Middle Ages according to Arabic Sources*. London: Cambridge University Press, 1974.
- LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida – Historiografia Africana feita por Africanos. *Actas do Colóquio Construção da História de África*. Lisboa: Linopazes, p. 21-29, 1995.
- LOPES, Carlos. *Kaabunké: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- LOVEJOY, Paul E. Kola in History of West Africa. *Cahiers d'études africaines*, v. 20, n. 77, p. 97-134, 1980.
- LY-TALL, Madina. O declínio do Império do Mali. In: NIANE, Djibril Tamsir. (Org.). *História geral da África, IV: A África do século XII ao século XVI*. Brasília: UNESCO, p. 193-209, 2010.
- LYDON, Ghislaine. Writing Trans-Saharan History: Methods, Sources and Interpretations Across the African Divide. *The Journal of North African Studies*, Vol.10, nº. 3–4, p.293–324, 2005.

LYDON, Ghislaine. Saharan Oceans and Bridges, Barriers and Divides in Africa's Historiographical Landscape. *The Journal of African History*, 56, p. 3-22, 2015.

MALACCO, Felipe. *O Gâmbia no Mundo Atlântico: fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno*. Curitiba: Prismas, 2017.

MALACCO, Felipe. Novas aproximações sobre o comércio, produção e o uso de marfim Guiné do Cabo Verde (1448-1699). In: Vanicléia Silva Santos; Eduardo França Paiva; Renne Lommez Gomes. (Org.). *O Comércio de Marfim no Mundo Atlântico: Circulação e Produção (Séculos XV ao XIX)*. Belo Horizonte: Clio Gestão Cultural e Editora, v. 7, p. 41-64, 2017.

MALACCO, Felipe. A Conformação do Espaço Senegambiano – Séculos XV ao XVII. *Revista África e Africanidades*, v.32, p.1 - 20, 2019.

MALACCO, Felipe. O Comércio Atlântico de Couro na Senegâmbia 1580-1700. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v.3, p.237-258, 2020.

MALACCO, Felipe; GONCALVES, Ivan Sicca. Entre Senegâmbia e Angola: Comércio Atlântico, Protagonismo Africano e Dinâmicas Regionais (Século XVII e XIX). *Afro-Ásia*, v.62, p.46 - 97, 2020.

MARCUSSI, Alexandre A. *Cativeiro e cura: experiências da escravidão atlântica nos calundus de Luzia Pinta, séculos XVII-XVIII*. São Paulo, 2015. 510 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARINHO, Christine et. Al. Efeito da adição de goma arábica e carboximetilcelulose na estabilização tartárica e características do vinho branco monovarietal da casta Avesso. *Vinhos do Alentejo*, p. 1-2, 2016.

MARK, Peter. Constructing Identity: Sixteenth- and Seventeenth-Century Architecture in the Gambia-Geba Region and the Articulation of Luso-African Ethnicity. *History in Africa*, vol. 22, p. 307-327, 1995.

MARK, Peter. The evolution of ‘Portuguese’ Identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from the Sixteenth to the Early Nineteenth Century. *The Journal of African History*, Cambridge. v. 40, n. 2, p. 173-191, 1999.

MARK, Peter. *“Portuguese” Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia Sixteenth-Nineteenth Centuries*. Bloomington: Indiana University Press, 2002.

MARK, Peter. Towards a Reassessment of the Dating and the Geographical Origins of the Luso-african Ivories, Fifteenth to Seventeenth Centuries. *History in Africa* 34, 2007.

MARK, Peter. African Meanings and European-African Discourse: Iconography and Semantics in Seventeenth-Century Salt Cellars From Serra Leoa. In: ANTUNES, Catia; HALEVI, Leor; TRIVELLATO, Francesca. *Religion and Cross Cultural Trade in World History, 1000-1900*. Oxford: Oxford University Press, p. 236-266, 2014.

MARK, Peter. “Bini, Vidi, Vici” – On the Misuse of “Style” in the Analysis of Sixteenth Century Luso-African Ivories. *African Studies Association*, 2015, p. 323-334.

- MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001.
- MENDY, Peter. The Tradition of Resistance in Guinea-Bissau: The Portuguese-African Encounter in Cacheu, Bissau and ‘suas dependências’, 1588-1878. In : LOPES, Carlos. *Mansas, Escravos, Grumetes e Gentio : Cacheu na Encruzilhada de Ciivilizações*. Bissau: INEP, 1993.
- MORRISON, Kathleen. Sources, Approaches, Definitions. IN: MORRISON, Kathleen, et. Al. *Empires: Perspectives from Archeology and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001
- MORAES, Nize. Sur les prises de Gorée par les portugais au XVIIe siècle. *Bulletin de l’Institut Fondamental d’Afrique Noire*, n° 31, pp. 989-1013, 1969.
- MORAES, Nize Izabel de. Le Commerce des Peaux à la Petite Côte au XVIIe siècle (Sénégal). *Notes Africaines*, n° 134 pp.37-45, & n° 136 pp. 111-116; 1972
- MORVAN, D. *Le Robert de Poche*, Paris: Dictionnaires Le Robert, 2011.
- MOTA, Avelino Teixeira. *Guiné Portuguesa*. Monografias dos territórios do Ultramar. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1954. v. 1.
- MOTA, Thiago Henrique. *A outra cor de Mafamede: aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas luso-africanas (1594-1625)*. 2014. 281 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- MOTA, Thiago. Instrução Islâmica na Senegâmbia e Práticas de Muçulmanos Africanos em Portugal: Uma Abordagem Atlântica (Séculos XVI e XVII). In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 30, n° 60, pp. 35-54, 2017.
- MOTA, Thiago. *História Atlântica da Islamização na África Ocidental: Senegâmbia, séculos XVI e XVII*. 373 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.
- MOTA, Thiago. The Ivory Saltcellars: A contribution to the History of Islamic expansion in Greater Senegambia during the 16th and 17th centuries, *Afriques*, v. 10, 2019.
- MUDIMBE, Valentin. *A invenção da África: Gnose, Filosofia e a Ordem do Conhecimento*. Mangualde (Portugal): Edições Pedagogo Lda., 2013.
- NARDIN, Jean-Claude. Recherches sur les “gourmets” d’Afrique occidentale. In: *Revue française d’histoire d’outre-mer*, tome 53, n°192-193, p. 215-244, 1966.
- NEWSON, Linda. The slave-trading accounts of Manoel Batista Peres, 1613–1619: Double-entry bookkeeping in cloth Money. *Accounting History*, n. 18 v. 3, p. 343 –365, 2013.
- NIANE, Djibril Tamsir. *Sundjata ou a epopéia mandinga*. São Paulo: Ática, 1982.
- NIANE, Djibril Tamsir. Relações e intercâmbios entre as várias Regiões In: _____. (Org.). *História geral da África, IV: A África do século XII ao século XVI*. Brasília: UNESCO, p. 697-720, 2010.

- PAULINELLI, Rodrigo. *Espaço em Movimento: a (Trans)formação do Espaço Mineiro a partir da Análise do Sistema Sesmarial (Minas Gerais, 1701-1836)*. 186 f. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2020.
- PERSON, Yves. Os povos da costa – primeiros contatos com os portugueses – de Casamance às lagunas da costa do Marfim. In: NIANE, Djibril Tamsir. (Org.). *História geral da África, IV: A África do século XII ao século XVI*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 337-359.
- PRANGE, Sebastian. ‘Trust in God, but tie your camel first.’ The economic organization of the trans-Saharan slave trade between the fourteenth and nineteenth centuries. *Journal of Global History*, v. 1, p. 219–239, 2006.
- PRYSTHON, Adriano; UMMUS, Marta. A Pesca com Arco e Flecha e o Conhecimento Tradicional Indígena na Ilha do Bananal, Rio Araguaia, Tocantins, Brasil. XII Reunião Científica do Instituto de Pesca, São Paulo, 2017.
- REIS, Lucas Aleixo Pires dos. O espaço Senegambiano: uma percepção de conformação espacial a partir do comércio de ferro: século XVI. *Espacialidades*, v. 16, p. 155-173, 2020.
- REIS, Lucas Aleixo Pires dos. “Dublando” a África Pré-Colonial e a Diáspora Atlântica: Conhecimento Histórico e o Sul Global. *Temporalidades*, ed. 35, v. 13, n. 1, p. 971-993 2021.
- ROCHA, Igor. Apologistas e falsários do século XXI: negacionismo e usos da história da Inquisição em sites católicos brasileiros. *Revista de História*, n. 180, p. 1-32, 2021.
- RODNEY, Walter. *A History of the Upper Guinea Coast, 1545-1800*, 616 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – University of London, 1966.
- ROSS, Eric. A Historical Geography of the Trans-Saharan Trade. In: KRATLI, Graziano; LYDON, GHISLAINE, *The Trans-Saharan Book Trade: Manuscript Culture, Arabic Literacy and Intellectual*, Boston: Leiden, 2011.
- RUBIÉS, Joan-Pau. The Worlds of Europeans, Africans and Americans, c. 1490. In: CANNY, Nicholas; MORGAN, Philip. (Ed.). *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press, p. 21-37, 2011.
- SAAR, Assan. Women, Land & Power in the Lower Gambia River Region. In: CANDIDO, Mariana; JONES, Adam. *African Women in the Atlantic World: Property, Vulnerability & Mobility, 1660-1880*. Woodbridge: James Currey, p. 38-64, 2019.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1993.
- SANNEH, Lamin, *The Jakhanke: the Story of an Islamic Clerical People of the Senegambia*. London: IAI – International African Institute, 1979.
- SANNEH, Lamin, *Beyond Jihad: The Pacifist Tradition in West African Islam*. New York: Oxford University Press, 2016.
- SANTOS, Boaventura Sousa. Para Além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. IN: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul* Coimbra: Edições Almedina, 2009.

- SANTOS, Maria Emília Madeira. Lançados na Costa da Guiné: aventureiros e comerciantes. In: ALBUQUERQUE, Luís (Org.). *Portugal no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989.
- SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e Método. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 54, 1977.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- SHABAKA, Lumumba. Transformation of “Old” Slavery into Atlantic Slavery: Cape Verde Islands, c. 1500–1879. Tese. 318 f. (Doutorado em Filosofia) Michigan State University, 2013
- SICCA, Ivan. Comércio, Política e Trabalho nos Sertões de Angola: Sertanejos e Centro-Africanos nas Páginas de Antônio da Silva Porto (1841-1869). 294 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2021.
- SINOUE, Alain. Saint-Louis du Sénégal au début du XIXe siècle: du comptoir à la ville (Saint-Louis of Senegal at the Beginning of the 19th Century: From Trading Post to City). *Cahiers d'Études Africaines*, Vol. 29, Cahier 115/116, p. 377-395, p. 1989,
- SILVA, Alberto da Costa e. A Jihad no Futa Jalom. IN: RIBEIRO, Alexandre; GEBARA, Alexander; BITTENCOURT, Marcelo. *África Passado e Presente: II Encontro De Estudos Africanos da UFF*. 2010.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- SILVA, António Correia e. C. Cabo Verde e a geopolítica do Atlântico. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). *História geral de Cabo Verde*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia: Instituto Nacional de Cultura; 1995. v. II. p. 2-16
- SILVA, Filipa. African islands and the formation of the Dutch Atlantic economy: Arguin, Goree, Cape Verde and Sao Tome, 1590-1670. *The International Journal of Maritime History*, vol. 26, p. 549-567, 2014.
- SILVA, Marinete et. Al. Inoculantes formulados com polímeros e bactérias endofíticas para a cultura da cana-de-açúcar. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 44, n. 11, p. 1437-1443, 2009.
- SILVA-SANTOS, Vanicléia Silva. *As Bolsas de Mandinga no espaço Atlântico século XVIII*. 2008. 256f. Tese (Doutorado em História Social) Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- SILVA-SANTOS, Vanicléia Silva. Bexerins e jesuítas: religião e comércio na Costa da Guiné (século XVII). In. *Métis: história e cultura*. v.10, n.19, p.187 213. jan/jun, 2011.
- SILVA-SANTOS, Vanicléia. *O Marfim no Mundo Moderno: comércio, circulação, fé e status social (Séculos XV-XIX)*. Curitiba: Prismas, 2017.

- SILVA-SANTOS, Vanicléia. *O Comércio de Marfim no Mundo Atlântico: Circulação e Produção (Séculos XV ao XIX)*. Belo Horizonte: Clio, 2018.
- SILVA-SANTOS, Vanicléia. Mulheres Africanas nas Redes dos Agentes da Inquisição de Lisboa: O Caso de Crispina Peres em Cacheu, Século XVII. *Politeia*, v. 20, n. 1, p. 67-95, 2021.
- SILVA-SANTOS, Vanicléia. Cultura Material, Ancestralidade e Conexões Globais em Cacheu no Século XVII. In MACEDO, Rivair (ed.) *Sociedades Africanas: Religiosidades, Identidades e Conexões Globais*. Porto Alegre: PPGH/ UFRGS, Brasil; Lisboa: CEI; Centro de História da Universidade de Lisboa, Portugal, 2023.
- SILVA-SANTOS, Vanicléia; DAYLON, Roberth. A Cultura Material em Práticas Funerárias no Oeste Africano (Séculos 16-17). *Habitus*, v. 21, p. 434-458, 2023.
- SPIVAK, Gayatri. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- STOLS, Eddie. The Expansion of the Sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart. *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450–1680*. London: The University of North Carolina Press, p. 237-288, 2004.
- STRUM, Daniel. *O Comércio do Açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1630)*, Rio de Janeiro: Versal Editores, 2014.
- THIAW, Ibrahima. Every House has a Story: The Archeology of Gorée Island, Senegal. In: SANSONE, L et al. (ed) *Africa, Brazil and the Construction of Trans-Atlantic Black Identities*, Trenton: AfricaWorld Press, p. 45-62, 2008.
- THOEN, Irma. *Strategic Affection? Gift Exchange in Seventeenth-Century Holland*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2016.
- THOMAZ, Luís. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: DIFEL, 1994
- THORNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- TUCK, Michael. Everyday commodities, the rivers of Guinea, and the Atlantic World: The Beeswax Export Trade, c. 1450-c. 1800. In GREEN, Toby, *Brokers of Change: Atlantic Commerce and Cultures in Pre-Colonial Western Africa*, Oxford: Oxford University Press, p. 285-303, 2012.
- VALDUGA, Alice et. Al. Secagem de Extratos de Erva-Mate em Secador por Atomização. *Ciência e Tecnologias Alimentares*, v. 23, n. 2, p. 194-189, 2003.
- VINOKUROV, Evgeny. *Theory of Enclaves*. Lanham: Lexington Books, 2007
- WEBB, James. The Horse and Slave Trade between Western Sahara and Senegambia. *The Journal of African History*, Cambridge, v. 34. n. 2, p. 221-246, 1993.
- WEBB, James. The Trade in Gum Arabic: Prelude to French Conquest in Senegal. *The Journal of African History* v. 26 n. 2-3, p. 149-168, 1985.
- WHEAT, David. *Atlantic Africa and The Spanish Caribbean, 1570-1640*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2016.

WILKS, Ivor. The Juula and the Expansion of Islam into the Forest. In: LEVTZION, Nehemiah; POWELS, Randal. *The History of Islam in Africa*, p. 93-115. Athens: Ohio University Press, 200.

WOOD, Raymond. An Archaeological Appraisal of Early European Settlements in the Senegambia. *The Journal of African History*, Vol. 8, No. 1, pp. 39-64, 1967.

WRIGHT, John. *The Trans-Saharan Slave Trade*. London: Routledge, 2007.